

**CADERNO DE TESES DO
36º CONSINASEFE**

**VERSÃO
EXCLUSIVAMENTE
PARA CONFERÊNCIA**

Essa versão do documento serve apenas para que as pessoas responsáveis pelo envio das teses possam fazer a verificação do seu conteúdo. Não se trata da versão final que será diagramada e encaminhada para a gráfica

Sumário

TESES DE CONJUNTURA

01. Governe quem governe, direitos se defendem!	Pg. 11
02. Na pressão por um governo lula verdadeiramente de esquerda!	Pg. 15
03. A internet não é terra sem lei: pela regulação das redes sociais	Pg. 18
04. Fora Campos Neto e o arcabouço fiscal!	Pg. 20
05. O manual (in) legal antisservidor público federal da educação: via reformas administrativas	Pg. 22
06. Greve da educação federal: ganhos e perdas	Pg. 27
07. Luta pela promoção da iniciativa popular	Pg. 31
08. Plano de lutas	Pg. 37
09. Tese de conjuntura do TAEs na luta	Pg. 42
10. Enfrentar a ofensiva dos governos contra a educação pública com a luta nas ruas	Pg. 49
11. Tese de conjuntura da Unidos pra lutar	Pg. 52
12. O Brasil não é para amadores: o mundo ficando inabitável e o SINASEFE	Pg. 57
13. O SINASEFE e a organização dos trabalhadores para além da educação	Pg. 61
14. Reflexões sobre a greve de 2024: o SINASEFE que temos e o SINASEFE pelo qual lutamos	Pg. 65

15. Um CONSINASEFE sob os ecos da greve	Pg. 70
16. Redescobrir a política: a crise do capital e a falta de alternativas de futuro	Pg. 76
17. Greve da educação federal: conquistas e lições	Pg. 82
18. O que entendemos como prioridade para o próximo período	Pg. 87
19. Quem nos representam somos nós	Pg. 94
20. Taxação de grandes fortunas e a revisão da política econômica	Pg. 95

TESES DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

1 - A Política para mulheres no SINASEFE: continuar avançando na luta pela igualdade de gênero e organização da classe trabalhadora	Pg. 100
2 - A opressão da descartabilidade humana pelo viés do etarismo no Brasil e no mundo	Pg. 104
3 - A luta étnico-racial e a educação antirracista no Sinasefe	Pg. 108
4 - O combate à misoginia e à extrema direita devem ser prioridades do sindicato e da classe trabalhadora	Pg. 111
05 - O vermelho das lutas classistas no arco-íris: o SINASEFE e a diversidade sexual e de gênero	Pg. 119
06 - Atuação do SINASEFE na criação de espaços de discussão para o combate ao racismo na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica	Pg. 128
07 - Combater o capitalismo, a raiz de todas as formas de opressão	Pg. 138
08 - O Combate às opressões como ferramenta da luta de classes e combate ao neofascismo	Pg. 141
09 - O Sinasefe é antimachista? Por um SINASEFE sem hipocrisia	Pg. 145

- 10 - Por um sindicato e uma Rede Federal de EPT onde caibam todas as mulheres Pg. 149
- 11 - O papel do SINASEFE no combate às opressões Pg.154
- 12 - Observatório afro-indígena da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica Pg.158

TESES DE EDUCAÇÃO

- 01 - Ensino médio integrado: é possível reformar a reforma? Pg.166
- 02 - Conjuntura da educação brasileira, o legado da greve e os desafios do sinasefe para as políticas educacionais Pg.171
- 03 - A luta contra a reforma do ensino médio e a defesa no ensino médio integrado Pg.182
- 04 - Liberdade sindical não rima com escolas militares Pg.190
- 05 - Em defesa da EPT e dos institutos federais a serviço dos/as trabalhadores/as Pg.193
- 06 - Luta pela educação pública: combate à plataformização, à privatização e à expansão das escolas cívico-militares Pg.198
- 07 - Militarização das escolas: uma ameaça à educação brasileira Pg.204
- 08 - Educação: balanço da greve e necessidade de organizar a luta em defesa da educação pública Pg.212
- 09 - A necessidade de um projeto da classe trabalhadora para a educação brasileira: o papel do SINASEFE Pg.217

TESES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL

- 01 - Lugar de servidor da educação básica é na escola e não em quartel! Pg.226
- 02 - O MEP contra a precarização dos serviços públicos e do trabalho dos TAEs Pg.231

03 - Equiparação do salário base do magistério federal ao piso nacional do magistério: uma questão de justiça e valorização da educação	Pg.235
04 - Isenção de Imposto de Renda para Professores do Magistério Federal (EBTT, MS) e TAEs	Pg.237
05 - A valorização dos servidores técnicos administrativos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa	Pg.239
06 - Luta pelo direito ao afastamento para graduação no país e no exterior	Pg.246
07 - Condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores/ras da educação federal	Pg.253
08 - A luta contra o assédio é dever de tod@s!!	Pg.262
09 - Garantindo direitos: a importância da proteção e apoio a estudantes com deficiência e às mães nos institutos federais	Pg.270
10 - Data-base para os profissionais da educação: um direito fundamental	Pg.273
11 - Meia-entrada em eventos culturais, cinema, teatro, shows e outros, para os técnicos administrativos em educação (TAEs)	Pg.274
12 - Implementação imediata do decreto no 11.443, de 2023: a luta pela equidade racial nos cargos de liderança das instituições de ensino vinculadas ao SINASEFE	Pg.275
13 - Aos Servidores do PUCRCE que migraram para o PCCTAE com perdas de status de escolaridade e vencimento, injustiçados com ascensão funcional e desvalorização do VBC	Pg.279
14 - Na luta pelo direito dos TAEs de participar e coordenar projetos de extensão, pesquisa e inovação	Pg.284
15 - Reivindicação de 45 dias de férias para servidores da carreira PCCTAE	Pg.288
16 - Luta pela volta dos concursos públicos para cargos de Comunicação na Rede Federal	Pg.289

TESES DE CONJUTURA

01 - Governe quem governe, direitos se defendem!

Tese de conjuntura do Movimento por uma Escola Popular

(MEP SINASEFE)

Crise do capital e guerra imperialista

A atual crise mundial do capitalismo evidencia-se nas dificuldades que o capital tem encontrado em garantir seu processo de acumulação ampliada. O contexto pós-pandêmico acentuou tendências que já vinham se delineando após a crise econômica mundial de 2007/2008.

Observamos no cenário internacional o aprofundamento da agenda neoliberal, que tem como efeitos: o aumento da concentração de renda e riquezas; o agravamento da crise ambiental, com seus efeitos nas condições climáticas do planeta; as privatizações; a austeridade fiscal para atender as demandas do grande capital; a precarização e superexploração; a perda de direitos e ataques do capital contra a legislação que protege a classe trabalhadora; ofensiva reacionária contra direitos humanos fundamentais; aumento da xenofobia e violência estatal contra imigrantes; recrudescimento da repressão policial contra manifestações e protestos anti-sistema; o crescimento eleitoral da extrema-direita e emergência do fascismo, além da intensificação da guerra por territórios liderada pelo imperialismo estadunidense. Neste contexto, o setor militar é o único que tem alcançado aumento significativo na produção.

O imperialismo estadunidense, pólo hegemônico do sistema imperialista, que é a expressão orgânica e política do grande capital, realiza todo tipo de manobra para manter essa ordem apodrecida. Promove e fomenta a guerra contra os povos, como as que ocorrem na Síria, Iêmen, Líbia e na Ucrânia, além de armar e financiar o Estado sionista de Israel para seguir com a sua política genocida no Oriente Médio, expulsando os palestinos de suas terras, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia Ocupada.

No qual conta com o apoio da União Europeia conforma um bloco ocidental, que impulsiona tantos atos de guerra e sabotagem à paz mundial. Numa escalada dos conflitos políticos, econômicos e militares contra o bloco Rússia-China. Tal objetivo, por sua vez, deve ser compreendido no cenário em que a China vem sendo considerada, por sucessivos governos estadunidenses, como seu principal inimigo estratégico, quadro esse que não dá nenhuma indicação de que venha a ser revertido proximoamente.

Com relação à Rússia, consideramos um país capitalista, com uma burguesia que tomou de assalto o patrimônio dos trabalhadores construído ao logo de mais de 70 anos, tem pretensões expansionistas e exerce forte repressão contra a classe trabalhadora russa. Além disso, o governo russo exalta, internamente, um discurso chauvinista que remete à Grande Pátria ou Grande Mãe Russa, discurso esse também reacionário. Não na mesma escala, mas de forma idêntica, as burguesias russas ligadas aos negócios de guerra têm se aproveitado dessa guerra para ampliar seus empreendimentos e influência, inclusive em outras partes do mundo, como nas recentes sublevações na África ocidental.

Na América Latina, o imperialismo segue financiando e apoiando movimentos e governos a ele aliados, e desestabilizando qualquer país que não siga suas diretrizes. Dentre as ações podemos destacar o permanente embargo criminoso contra Cuba, a manutenção da Quarta Frota dos Estados

Unidos, que visa intimidar os países latino-americanos e garantir o controle sobre suas riquezas naturais (como o petróleo da Venezuela, o lítio na Bolívia, o pré-sal brasileiro, o Aquífero Guarani e a biodiversidade da Amazônia).

Conforme a crise capitalista avança, os Estados Unidos procurarão de todas as formas tentar enquadrar os países da América Latina na defesa de seus interesses. Como sempre fez, o imperialismo estadunidense irá promover todo tipo de guerra suja contra os países que não se submeterem aos seus interesses econômicos e políticos, como sanções, sabotagens e golpes de Estado.

Dessa forma, poderemos ter como perspectiva um acirramento da luta de classes na América Latina e o aumento das manobras imperialistas, principalmente se vários governos da região continuarem a estabelecer relações com a China e a Rússia, que são atualmente os principais inimigos dos Estados Unidos. A disputa presidencial nos EUA indica que, no caso da vitória de Donald Trump, a extrema-direita seguirá sendo fortalecida no subcontinente, como uma alternativa que os capitalistas podem utilizar para aprofundar sua agenda contra a classe trabalhadora. Não há nenhuma ilusão na candidatura de Kamala Harris, do Partido Democrata, que tem na sua agenda a manutenção da política de agressão imperialista sobre os povos do mundo.

Brasil: novo governo de conciliação de classes e a luta anticapitalista

No Brasil, o governo Lula III sustenta-se com base numa composição de centro direita, que se expressa na tática de “frente amplíssima”, numa aliança que agrega os seguintes partidos na distribuição dos ministérios: PT, PCdoB, PSOL, Rede Sustentabilidade, PDT, PSB, MDB, PSD, PP, União Brasil e Republicanos. Tal composição revela a aposta do governo Lula em acordos institucionais com partidos de direita com o objetivo de manutenção da chamada governabilidade.

No que tange à luta de classes, a composição revela a política de conciliação com o latifúndio (vulgo agronegócio), com frações do capital produtivo e do capital financeiro. A política fiscal nomeada de Novo Arcabouço Fiscal mantém a lógica do Teto de Gastos apenas com uma roupagem moderna, mas que segue limitando investimentos em áreas sociais, ameaçando os pisos constitucionais da saúde e da educação, além de manter o orçamento intacto para os interesses do financismo através do sistema da dívida pública.

A atual política econômica não reverteu nenhuma das contrarreformas implementadas após o golpe de 2016 sob o programa “Uma ponte para o futuro”. Buscando evitar tensões e manter os acordos com as classes dominantes, os setores governistas têm utilizado a uma constante chantagem da “volta da extrema-direita” como mote para desmobilizar os movimentos sociais. O que omite que é exatamente a política neoliberal que acaba por promover o fortalecimento do bolsonarismo. Entendemos que é equivocado o sentimento daqueles que pensam que Lula deve governar sem pressão popular, seguindo o ritmo das pautas negociadas com a burguesia e dos processos eleitorais, prática que começa a escancarar a sua face reacionária. Como verificamos durante a greve da educação federal, na qual o governo manteve-se irredutível na política de reajuste zero e dificultou as negociações ao máximo com os sindicatos representativos dos/as trabalhadores/as da educação. Inclusive utilizando de práticas antissindicais, como foi a tentativa de dar um golpe no movimento paredista através do reconhecimento do Proifes.

O lulismo segue com alianças com o empresariado e com as oligarquias tradicionais, promovendo a continuidade de um processo de apassivamento das massas, mediante a cooptação do movimento sindical, popular e da juventude, buscando afastar essa militância das lutas nas ruas, nos locais de trabalho, moradia e estudo, com o objetivo de desarmar politicamente a classe trabalhadora para as batalhas sociais. O governo também não sinaliza para as reformas necessárias para mudar as condições de vida do povo brasileiro.

Após os governos desastrosos de Temer e Bolsonaro, o PT e seus aliados voltaram ao governo mas, ao contrário do que se poderia imaginar, reintroduziram a mesma política de conciliação de classes, só que agora mais rebaixada em função das condições internacionais e do avanço da extrema-direita no país. O governo segue na prática aplicando a política em favor do grande capital, estreitou ainda mais suas alianças com as forças conservadoras e oligárquicas, especialmente o Centrão, restando aos/as trabalhadores/as apenas as migalhas das compensações sociais.

Portanto, a nossa tarefa é desenvolver uma política independente, de caráter classista. Somente a classe trabalhadora mobilizada e organizada, com manifestações na rua e luta nos locais de trabalho, será capaz de derrotar o capitalismo. Nesse sentido, defendemos que o movimento sindical e os movimentos sociais e populares devem manter sua posição de independência, garantindo autonomia de classe para defender os direitos imediatos e históricos dos/as trabalhadores/as. Afinal, governe quem governe, direitos se defendem!

Está cada vez mais evidente que o processo de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil só poderá ser realizado com a superação do capitalismo, a derrota da burguesia e a construção do poder popular e do socialismo, condição essencial para abrir uma nova etapa na história do povo brasileiro.

Nossas propostas para o 36º CONSINASEFE:

- Lutar para que Bolsonaro e todos os seus cúmplices sejam julgados e punidos exemplarmente, e para também colocar na cadeia os empresários golpistas e os militares que torturaram e assassinaram durante os 21 anos do golpe de 1964, para que seja feita uma verdadeira justiça de transição que implemente no mínimo as recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade;
- Lutar para superar o projeto de destruição intensificado no país desde o golpe de 2016, a partir da compreensão de que as saídas apresentadas pelo mercado ampliaram a desigualdade social e fomentaram o desemprego, a fome e a miséria em larga escala;
- Lutar pela ampliação dos investimentos em educação e saúde pública, por políticas de transferência imediata de renda, por reajuste, valorização e desoneração dos salários;
- Lutar por regulamentação e financiamento, por meio do Governo Federal, de estados e municípios, para que se efetive o pagamento dos pisos salariais do magistério, dos demais trabalhadores da educação, da enfermagem e dos demais trabalhadores da saúde, de modo que possamos consolidar padrões de qualidade nos serviços públicos estatais e combater as diferentes formas de sucateamento, privatização e terceirização;
- Lutar pela revogação da contrarreforma do ensino médio;
- Lutar pela revogação da Lei da terceirização irrestrita;
- Lutar pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária; do novo arcabouço fiscal, pela reestatização da Eletrobrás, das refinarias de petróleo e da BR distribuidora;

- Lutar pela revogação da autonomia do Banco Central, denunciar a atual política de juros altos e para que não avance nenhum dos projetos de privatização de empresas estratégicas em curso;
- Lutar para que os trabalhadores ativos e aposentados não paguem impostos sobre salários e proventos, e que os valores desonerados dos trabalhadores sejam imediatamente pagos pelos patrões, a partir de suas taxas de lucro, dividendos, heranças e grandes fortunas;
- Lutar para construir uma Lei de responsabilidade social que tenha como princípios fundamentais a irredutibilidade, a valorização e a desoneração dos salários e proventos de aposentadorias, com base nos valores do “salário mínimo necessário” estabelecido pelo Dieese;
- Lutar pela redução da jornada semanal de trabalho para 30 horas, sem redução de salários;
- Articular as lutas contra todas as opressões e as lutas ambientais com um projeto anticapitalista, anti-imperialista e internacionalista;
- Promover a mais ampla solidariedade à heróica resistência do povo palestino, construindo ações unitárias de apoio à Palestina e denúncia do genocídio cometido pelo governo terrorista de Israel.
- Colaborar na construção, junto a outros sindicatos e movimentos sociais, do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) enquanto um processo de unificação em defesa da classe e sem mediação de qualquer central sindical;
- Lutar pela construção do Encontro Nacional de Educação (ENE).

Assina esta tese:

Amália Cardona Leites (Seção Alto Vale do Itajaí do IFC)

02 - NA PRESSÃO POR UM GOVERNO LULA VERDADEIRAMENTE DE ESQUERDA!

TESE 1 DE CONJUNTURA DA CENTRAL DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES BRASILEIROS (CTB) E INDEPENDENTES AO 36º CONGRESSO DO SINASEFE

Quem Somos

Somos servidoras e servidores dos Institutos Federais de todos os estados do país e carregamos o sonho de mudar o Brasil através da educação. Nos esforçamos muito para entrar no serviço público conciliando uma vida de trabalho e estudo. Para isso agarramos todas as oportunidades que encontramos na nossa frente e que foram conquistadas através de muita luta dos movimentos sociais, como a expansão da rede federal. Muitos de nós fomos os primeiros de nossas famílias a entrar no serviço público e por isso há grandes expectativas sobre o nosso futuro.

Encaramos de frente o desafio de nos manter em uma instituição que na maioria das vezes nem parece ter sido feita para nós. Olhamos para o lado e vemos nossos colegas desistindo de seus sonhos, pedindo demissão e enfraquecendo o serviço público federal.

Mesmo com todas as dificuldades, acreditamos que a educação tem o potencial de transformar a realidade e contribuir para que o nosso povo realize plenamente o seu potencial. Aos poucos estamos mudando os Institutos Federais, fazendo com que ele tenha cada vez mais a cara do povo. Os IF são a chave para realizar o sonho intenso de Brasil, com liberdade e justiça social. É nesse ambiente que a nossa mensagem de coragem é ainda mais necessária.

Assim como a flor que insiste em crescer no asfalto, carregamos com a gente uma forte esperança de mudar o Brasil através da educação. Construiremos com as nossas mãos, empunhando nossos cartazes e livros, o sonho de um futuro melhor.

PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL QUE QUEREMOS!

2022 foi um ano de encruzilhada histórica para o Brasil. De um lado tínhamos uma turma contra a democracia, entreguistas de nossas riquezas nacionais, apoiadores de políticas de negação da ciência e de morte. E, de outro, uma turma diversa, congregada em um projeto de resgate da democracia, dos valores republicanos, da geração de oportunidades para tirar o povo do mapa da fome e gerar riquezas. Dois projetos antagônicos em uma disputa pela consciência da população. Para vencer, nos foi exigido organizar múltiplos setores sociais em torno de uma agenda democrática, republicana e progressista.

O tempo revelou o quanto foi necessário esse esforço em defesa de um país e o quanto precisamos estar vigilantes, pois os fantasmas ainda rondam o território brasileiro. O dia 08 de janeiro de 2023 mostrou o perigo que se avizinhava para o país caso as forças lideradas por Bolsonaro tivessem ganho as eleições presidenciais. Trama de golpe de estado, ataque às instituições, desmonte do Estado, roubo de patrimônio brasileiro, avanço do autoritarismo e perseguição a opositores.

Apesar disso, com a vitória da frente ampla em torno do presidente Lula, criamos as condições para iniciar a reconstrução nacional, com recomposição do poder do governo para fomentar políticas

públicas que gerem oportunidades para nossa população. E, assim, em pouco mais de um ano, conseguimos avançar e mitigar muitos danos causados por anos de sucateamento e desmonte do Estado brasileiro.

Nós da CTB no SINASEFE fomos fundamentais nesse processo de acúmulo de forças e mobilização para aprovarmos a Emenda Constitucional da Transição, a qual permitiu destinação de recursos para o Bolsa Família, Educação e Ciência, a exemplo do aporte para o reajuste das bolsas de estudos. Conseguimos recompor o orçamento das universidades federais, liberamos os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e aprovamos a Lei de Revisão das Cotas, com inclusão da pós-graduação.

Entretanto, com os limites políticos impostos pela correlação de forças no Congresso Nacional e a composição do governo federal, precisamos pressionar para que as pautas progressistas possam avançar no país. Os movimentos sociais e, em especial, os sindicatos, são fundamentais para esse processo de inclinar a balança para nossas pautas.

Por exemplo, em nosso projeto de país não há como caber uma política fiscal de déficit zero, pois sabemos da importância do Estado para investir em educação e ciência, gerar oportunidades individuais e coletivas, mudando a realidade brasileira. Portanto, é fundamental que sejamos protagonistas na elevação da consciência e ganhar a opinião pública para um orçamento da União com recursos suficientes para os desafios nacionais atuais, como o processo de neointustrialização, transição energética, resolução dos problemas urbanos, saúde pública, dentre outros.

Um dos principais nós a serem desatados para a retomada do desenvolvimento é a grave crise de quadros técnicos de alto nível que o país está passando. Isso porque o período Temer/Bolsonaro gestou um ambiente nocivo, avesso ao desenvolvimento e à ciência, o que acelerou processos sociais de perda de talentos, a partir da trituração de diplomas e fuga de cérebros.

No primeiro processo, vemos milhares de jovens mestres e doutores já titulados migrando para profissões de menor adensamento científico-tecnológico ou para o mercado informal de trabalho, submetendo-se a situações de precariedade e abandonando seus sonhos poder sobreviver e colocar comida na mesa.

No segundo processo, há milhares de jovens no exterior, que migraram em busca de melhores condições de vida e de produção científica, sendo recrutados por outras nações. Por exemplo, não é surpresa que tenhamos notícias que brasileiros lideram pesquisas na Nasa. Ou seja, estamos perdendo talentos que poderiam trazer soluções para problemas enfrentados pela população brasileira, desde a cura de doenças, passando pelos gargalos da mobilidade urbana, produção de alimentos e energia. Mas esses talentos não são atraídos para produzir ciência aqui e deixam de contribuir para o desenvolvimento nacional.

É preciso ter em mente que as políticas públicas condicionam, desde a revolução industrial, o destino, o progresso e o espaço dos países no mundo. Assim, só poderemos reconstruir o Brasil e torná-lo verdadeiramente independente se agirmos para ampliar o orçamento da ciência e educação, sendo eixo estruturante de um projeto nacional de desenvolvimento, o qual permita ao país a realização de todo seu potencial. Só assim criaremos condições materiais para que os feitos brasileiros possam mudar uma realidade cruel para milhões de nós e para que possamos construir um Brasil que queremos, com oportunidades para todos.

Por isso, defendemos:

- Fortalecimento da democracia brasileira e a liberdade didático-científica;
- Sem anistia para Bolsonaro e os golpistas;
- 2,5 % do PIB para ciência;
- 10% do PIB para educação;
- Recomposição do orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia para patamares de 2014.

Assina esta tese:

Pedro Peixe – Seção sindical IFMG

03 - A INTERNET NÃO É TERRA SEM LEI: PELA REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

TESE 2 DE CONJUNTURA DA CENTRAL DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES BRASILEIROS (CTB) E INDEPENDENTES AO 36º CONGRESSO DO SINASEFE

Quem Somos

Somos servidoras e servidores dos Institutos Federais de todos os estados do país e carregamos o sonho de mudar o Brasil através da educação. Nos esforçamos muito para entrar no serviço público conciliando uma vida de trabalho e estudo. Para isso agarramos todas as oportunidades que encontramos na nossa frente e que foram conquistadas através de muita luta dos movimentos sociais, como a expansão da rede federal. Muitos de nós fomos os primeiros de nossas famílias a entrar no serviço público e por isso há grandes expectativas sobre o nosso futuro.

Encaramos de frente o desafio de nos manter em uma instituição que na maioria das vezes nem parece ter sido feita para nós. Olhamos para o lado e vemos nossos colegas desistindo de seus sonhos, pedindo demissão e enfraquecendo o serviço público federal.

Mesmo com todas as dificuldades, acreditamos que a educação tem o potencial de transformar a realidade e contribuir para que o nosso povo realize plenamente o seu potencial. Aos poucos estamos mudando os Institutos Federais, fazendo com que ele tenha cada vez mais a cara do povo. Os IF são a chave para realizar o sonho intenso de Brasil, com liberdade e justiça social. É nesse ambiente que a nossa mensagem de coragem é ainda mais necessária.

Assim como a flor que insiste em crescer no asfalto, carregamos com a gente uma forte esperança de mudar o Brasil através da educação. Construiremos com as nossas mãos, empunhando nossos cartazes e livros, o sonho de um futuro melhor.

É HORA DE REGULAR AS REDES SOCIAIS!

Hoje, é inegável que as redes sociais se tornaram a principal forma de comunicação social, permitindo que bilhões de pessoas se comuniquem de forma rápida e simultânea, gerando fluxos imensuráveis e incessantes de informações. Essa forma de comunicação, ao contrário do que se imaginou no advento da internet, não tem garantido a liberdade da troca de ideias e melhorado o debate público, mas tem dado espaço para discursos de ódio, desinformação, fake news e negacionismo científico.

E a fonte deste problema está, em grande parte, nas empresas que detém tais redes sociais, as Big Techs. Essas empresas lucram na alta circulação de informações, não importando se são verdadeiras ou criminosas, e na exploração de dados dos usuários. Além disso, a disputa de ideias, a troca de informações e toda comunicação realizada em tais plataformas é condicionada a algoritmos que determinam o que vemos e consumimos, mas sobre os quais não temos nenhuma ideia sobre o funcionamento e regras. Isso leva a bolhas de pensamento, que impedem que pessoas encontrem pensamentos antagônicos aos seus, e também impossibilitam, muitas vezes, sob a faceta de uma falsa liberdade de expressão, de responsabilizar pessoas que cometem ou incitam crimes no meio virtual.

A divulgação científica, que é a forma como a ciência, as universidades, os IF, os laboratórios e os pesquisadores se relacionam com a sociedade, acaba também condicionada a essa realidade.

Um trabalho que já era difícil - de traduzir o método científico, suas metodologias, seus erros e acertos e, não menos importante, sua necessidade de tempo e investimentos para se concluir - agora precisa também combater a ditadura dos algoritmos e os interesses – especialmente econômicos - das grandes corporações que detém tais redes sociais, as Big Techs.

O caminho para democratização do espaço virtual e das redes sociais perpassa pela urgente necessidade de regulamentação das plataformas e da responsabilização das Big Techs. A internet não pode ser uma terra sem lei: a verdadeira liberdade vem do entendimento do funcionamento de tais algoritmos, da proteção de dados dos usuários e da aplicação da lei para quem comete ou incita crimes nos ambientes virtuais - incluindo as próprias empresas quando estas falham em identificar e retirar do ar conteúdos danosos, como as fake news.

Assim, acreditamos que legislações robustas precisam mirar a proteção das pessoas no ambiente digital e garantir uma verdadeira liberdade de expressão e de circulação de ideias nas redes sociais, limitando os poderes de manipulação das Big Techs.

Por isso, defendemos:

- Regulamentação das Big Techs e empresas que gerenciam os algoritmos da internet;
- Aprovação do PL das Fake News (PL 2630/2023) com relatoria do Deputado Federal Orlando Silva.

Assina esta tese:

Pedro Peixe – Seção sindical IFMG

04 - FORA CAMPOS NETO E O ARCABOUÇO FISCAL!

TESE 2 DE CONJUNTURA DA CENTRAL DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES BRASILEIROS (CTB) E INDEPENDENTES AO 36º CONGRESSO DO SINASEFE

Quem Somos

Somos servidoras e servidores dos Institutos Federais de todos os estados do país e carregamos o sonho de mudar o Brasil através da educação. Nos esforçamos muito para entrar no serviço público conciliando uma vida de trabalho e estudo. Para isso agarramos todas as oportunidades que encontramos na nossa frente e que foram conquistadas através de muita luta dos movimentos sociais, como a expansão da rede federal. Muitos de nós fomos os primeiros de nossas famílias a entrar no serviço público e por isso há grandes expectativas sobre o nosso futuro.

Encaramos de frente o desafio de nos manter em uma instituição que na maioria das vezes nem parece ter sido feita para nós. Olhamos para o lado e vemos nossos colegas desistindo de seus sonhos, pedindo demissão e enfraquecendo o serviço público federal.

Mesmo com todas as dificuldades, acreditamos que a educação tem o potencial de transformar a realidade e contribuir para que o nosso povo realize plenamente o seu potencial. Aos poucos estamos mudando os Institutos Federais, fazendo com que ele tenha cada vez mais a cara do povo. Os IF são a chave para realizar o sonho intenso de Brasil, com liberdade e justiça social. É nesse ambiente que a nossa mensagem de coragem é ainda mais necessária.

Assim como a flor que insiste em crescer no asfalto, carregamos com a gente uma forte esperança de mudar o Brasil através da educação. Construiremos com as nossas mãos, empunhando nossos cartazes e livros, o sonho de um futuro melhor.

POR MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA!

Sempre estivemos posicionados na luta contra o tripé macroeconômico que sustenta o modelo neoliberal de política econômica no Brasil desde o governo FHC (câmbio flutuante, metas de inflação e formação de superávit primário). Durante o governo golpista de Michel Temer, esse modelo de arrocho foi aprofundado com a terrível jabuticaba do Teto de Gastos, algo inédito no mundo.

Essas políticas se apoiam em uma pretensa “responsabilidade fiscal” que abandona a responsabilidade social – ou seja, pura demagogia. O Teto de Gastos foi a versão extremada dessa política e deixou as universidades públicas, os hospitais, os IFs, os servidores públicos e mais uma imensa quantidade de serviços essenciais à população brasileira em estado de destruição.

Além disso, recentemente tem ocorrido a tentativa da criação de um verdadeiro 4º poder no Brasil, por meio da política de altas taxas de juros, a partir da nefasta independência do Banco Central, que, na verdade, está capturado pelos interesses do mercado financeiro (a famosa porta giratória do BCB), ao mesmo tempo em que afasta decisões de política monetária do poder público eleito pelo voto.

Esse tipo de política não respeita a decisão democrática da maioria dos brasileiros e inviabiliza investimentos para a retomada do crescimento, enquanto busca atender interesses das elites financeiras.

Diante desse cenário, e fruto da PEC de Transição, o arcabouço fiscal implementado por Haddad, e chancelado pelo governo Lula, se propõe a acabar com o Teto de Gastos, e isso seria de fato um avanço. Esse novo regime fiscal, traria, em tese, um ponto importante ao não exigir apenas limites de gastos, mas também um mínimo de investimentos.

Entretanto, com essa nova regra o crescimento da despesa do governo estará limitado a 70% da variação da receita dos 12 meses anteriores, dentro desse limite haverá uma espécie de banda (entre um piso e um teto), isto é, em momentos de maior crescimento das receitas as despesas do governo não poderão crescer mais de 2,5% ao ano acima da inflação, mas em momentos de baixa receita esse limite cai a 0,6% ao ano acima da inflação.

Na verdade, o que se criou foi um teto mais flexível, com a garantia de algum nível de crescimento dos “gastos” do governo, o que incluem serviços como educação, ciência e tecnologia, saúde, entre outras questões importantes para a população. Mas as proporções são absolutamente insuficientes para o aporte que o governo precisará fazer se quiser recompor o crescimento do país com justiça social.

Os agentes do mercado ficaram satisfeitos, e não à toa. Essa política de ajuste arrochado garante previsibilidade para suas “apostas” no setor financeiro, que já vem garantindo bons retornos com os juros estratosféricos, apesar das reduções lentas, às duras penas, e fruto de um embate do próprio governo. O malabarismo feito pelo Ministério da Fazenda para tentar agradar gregos e troianos acaba por, mais uma vez, demonstrar que os tentáculos das elites econômicas (em sua maioria ligadas ao rentismo e à especulação) seguem sendo demasiadamente poderosos para nos amarrar.

A retomada de um desenvolvimento socialmente justo requer que o investimento público seja a alavanca da economia. Nessa proposta os investimentos existem, mas ficam aquém do necessário. Se seguir por esse caminho o governo Lula estará fadado a entregar bons resultados ao mercado financeiro e resultados ruins à população brasileira que mais precisa.

O final já é conhecido e absolutamente perigoso: dificuldade para construir um projeto nacional, reverter os estragos feitos pelos que destruíram nosso país recentemente e acabar por facilitar retorno desses mesmos algozes num futuro próximo. Cabe aos movimentos sociais, sindicatos e entidades organizadas, que têm compromisso com um crescimento econômico justo para o Brasil, travar a disputa na política, na academia e na opinião pública, mobilizando a sociedade para que não sejamos mais uma vez reféns do fiscalismo neoliberal.

Diante desse desafio continuaremos nos dedicando a reunir o conjunto de organizações, lideranças e personalidades que estiveram comprometidas com a eleição de Lula para, nesse movimento, construir a correlação de forças na sociedade e na política necessárias para a urgente retomada da redução da taxa de juros e a implementação integral e avançada do programa eleito nas urnas.

Por isso, defendemos:

- Redução da taxa de juros;
- Implementação integral e avançada do programa eleito nas urnas.

Assina esta tese:

Pedro Peixe – Seção sindical IFMG

05 - O MANUAL (IN) LEGAL ANTISSERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DA EDUCAÇÃO: VIA REFORMAS ADMINISTRATIVAS

Um breve estudo sobre a eficácia jurídica do instrumento de reformas administrativas (in) legais de governos que recorrentemente vem afrontando as prerrogativas da tutela da Lei 8.112/90/RJU aos servidores públicos federais

Eixo: Conjuntura; Condições de Trabalho do Servidor da Educação Federal

INTRODUÇÃO

No percurso da complexa história republicana do Brasil, temos vastos registros administrativos, legislativos e jurídicos que se reportam a decisões administrativas e organizacionais do Estado, objetivando imprimir dinâmicas executivas mais eficazes na prestação dos serviços públicos, oriundos da estrutura organizacional “planejada” pelo Estado. Porém, para viabilizar esse “planejamento”, os poderes constituídos sempre alegaram que é preciso “enxugar” a máquina, o que significava reiterar práticas que fossem capazes de (in) legalmente restringir ou dificultar tanto o acesso quanto o usufruto dos direitos constituídos dos servidores públicos. Assim, quando nos debruçamos sobre esse acervo histórico, constatamos que desde a era Vargas, os servidores públicos federais têm experienciado variados matizes de dissabores reformistas pro-Estado, e em todas as áreas em âmbito nacional da prestação dos serviços públicos, e que o Estado “oferece” à sociedade brasileira, é sabidamente identificado pela categoria que o serviço público do Brasil já convive em larga e sedimentada parceria, com a iniciativa privada, parceria esta que se reflete no fim das carreiras e dos cargos públicos.

Considerando a imensa heterogeneidade existente de categorias funcionais de servidores públicos federais distribuídas por vários ministérios e poderes, salientamos que para atender ao eixo norteador, divulgado como parâmetro de composição do teor das temáticas nas teses deste CONSINASEFE, nessa exposição, buscamos encaixar nossa redação num resumo breve do estudo, no qual fizemos um mapeamento do acervo histórico sobre a temática, para otimizar tempo na respectiva publicização no plenário. Nosso esforço inspirou-se em trazer uma abordagem política, jurídica e administrativa específica à categoria funcional da educação, e também com o espírito de alerta ao nosso maior instrumento de luta, o sindicato. Utilizamos uma linguagem simples, porém sem perder a essência da relevância sobre as recorrentes perdas jurídicas tuteladas constitucionalmente e afetas ao universo dos servidores federais da educação.

Face o tempo de apresentação já ser estabelecido nas regras para as temáticas serem apresentadas, tentaremos fechar no prazo a exposição na plenária essa breve panorâmica das medidas (in) legais mais contundentes já oficializadas pelo Estado, no que concerne a redução e extinção dos direitos dos servidores e até o uso de artifícios jurídicos inconstitucionais, numa clara reiteração de suposta litigância de má fé, principalmente oriunda de parlamentares de extrema-direita. É relevante

observar que ainda temos outras alterações propostas tramitando, nos moldes da PEC 32, que estão como ela em “stand by”, dormitando no parlamento brasileiro, aguardando o momento oportuno para lamentavelmente se tornarem leis a serem cumpridas, e não muda a regra, que é sistematicamente se ratificarem juridicamente contra o amparo legal da tutela constituída aos direitos dos servidores da educação federal regidos pela Lei 8.112/90, o chamado Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais do Brasil.

Para essas edições periódicas desses instrumentos (in) legais, doravante passo a intitular essa manobra taxativa do desmonte do serviço público da educação como: “O Manual (in) legal” de alterações contra os servidores e que a cada edição de um pouco desse “remédio” jurídico, vestida de uma nova roupagem administrativa, só traz mais contundência e restrições contra a Lei 8.112/90.

Nossas entidades classistas não devem e não podem permanecer nesse nefasto quadro conjuntural como um instrumento apenas reativo, faz-se urgente criar e manter uma estrutura organizacional de luta e embates do que apenas buscar paliativar os efeitos destas reformas administrativas editadas e vigentes. Devemos ter mais eficácia no monitoramento das pautas estatais desestatizantes para ter chances do agir imediato nas causas dos servidores e com mais possibilidades de neutralizar avanços de manobras nocivas provenientes do coluio dos poderes constituídos entre si e com a iniciativa privada. Só para lembrar, a lei 9962/2000 nos parece estar vigindo e a PEC 32 não é pedra morta pro horizonte dos servidores públicos.

DESENVOLVIMENTO

- Educação no Brasil - breve aporte nos marcos históricos:

1930 - Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública

A partir do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, com a função de “despacho dos assuntos relativos ao ensino”. O primeiro ministro da Educação foi o mineiro Francisco Campos.

1931 - Reforma Francisco Campos

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras que estabeleceu os critérios para a organização de universidades no Brasil. Nesse mesmo ano, o Decreto nº 19.890, de 18 de abril, formalizou a reforma da educação secundária, sistematizando-a e ampliando sua duração para 7 anos.

1931 - Conselho Nacional de Educação

Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos “assumptos relativos ao ensino” (Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931). O atual CNE, órgão colegiado integrante do MEC, foi instituído pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministério da Educação.

1932 - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha como proposição um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros de até 18 anos de idade. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 24 renomados educadores e

intelectuais que defendiam a reconstrução do sistema educacional menos elitista e aberto à interpenetração das classes sociais, com vistas às necessidades de um Brasil que se industrializava.

- Marco histórico do início do serviço público no Brasil

Os registros históricos nos relatam que o serviço público brasileiro surge em 1808, no século XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, e que com o passar do tempo enxergou a importância e cuidados necessários em torno do trabalho administrativo na época.

- A Era Vargas e o serviço público pós-Império

O Estado Brasileiro dá início às edições dos manuais regulatórios da carreira dos servidores públicos e a sua contrapartida na prestação do serviço público à sociedade. São as primeiras regulações jurídicas-trabalhistas oficializadas.

No acervo histórico, encontramos registros de que as reformas brasileiras se intensificam a partir da Era Vargas para cá. Iniciando com a reforma daspians (1930-1945), surge o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, criado pelo decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Em seguida surge o decreto-lei nº 200/67, Art. 6º - As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: I-Planejamento; II-Coordenação; III-Descentralização; IV-Delegação de Competência; V-Controle (1967). Logo após, surge o Programa Nacional de Desburocratização, Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, do presidente Figueredo. Em 28 de outubro de 1952, surge a Lei 1.711, que mais tarde seria revogada pela Lei 8.112/90.

- O Marco histórico do principal “Manual” regulatório dos direitos e deveres do servidor público, administrado pelo Estado como dever

Em 1990 temos a emissão da Lei 8.112/90, o Regime Jurídico Único dos servidores federais, que passa a vigorar estabelecendo pragmáticas normas reguladoras para o conjunto dos servidores públicos, do seu ingresso até sua morte.

- O início da desvalorização dos servidores públicos e a instalação da caçada aos marajás marcando as primeiras revogações da Lei 8.112/90 - A edição do Manual antisservidor toma corpo e não para mais até os dias de hoje

A Lei 8.112/90 já em plena vigência começa a cair em desgraça na leitura equivocada sobre servidor público do então presidente Fernando Collor "o Caçador de Marajás". É efetivado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE (1995), essa reforma proposta focalizou quatro problemas: a delimitação do tamanho do Estado (privatização, terceirização e publicização); a redefinição do papel regulador do Estado (grau de intervenção no funcionamento do mercado); a recuperação da governança ou capacidade administrativa e financeira de implementar as decisões. Também havia um programa de demissões em massa de funcionários públicos. E dando uma aproximada temporal, chegamos à PEC 173/95. Em 1995, o Ministro Luís Carlos Bresser Pereira assumia, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Revendo os conceitos do modelo burocrático, na década de 90, buscou-se instaurar um novo modelo, chamado “gerencial”. Os ataques aos princípios constitucionais de estabilidade dos servidores e acesso ao cargo público, somente por concurso, ignoram a história da Administração Pública Brasileira e a PEC 173/95 aparece com seus 14 artigos antisservidores, dando mais voracidade ao processo de extinção do RJU, Lei 8.112/90. Porém ela é barrada pelo parlamento, não conseguindo efetivar esse intento. Essa derrota, porém, não desestimulou o presidente FHC, que em 1998 refez seu cardápio de malvadezas através da emissão da EC 19/98, com o propósito é reimplantar a CLT no

serviço público, com isso haveria mais flexibilidade para demissões e pressões políticas sobre os servidores, defasando cargos e carreiras contidos na lei 8.112/90.

A EC 19/98 também não obteve respaldo parlamentar e foi alvo de imensas polêmicas, indo parar nas barras do STF por iniciativa da ADI 2135-4, votada em 2007, instrumento legal impetrado pelos partidos PT, PCB, PTB e PdoB, questionando a sua inconstitucionalidade de extinguir o RJU, Lei 8.112/90, esse instrumento legal entra em votação e a relatora ministra Cármen Lúcia parcialmente emite seu voto favorável à inconstitucionalidade da referida EC 19/98, porém o ministro Gilmar Mendes se contrapôs ao voto da ministra e profere parecer jurídico que admite a constitucionalidade do pleito, o que gerou impasse e uma pausa nesse julgamento, marcado na pauta do STF para o dia 21 de agosto de 2024, de onde podemos afirmar que o RJU, Lei 8.112/90, em 2024 está subsistindo apenas por uma liminar da relatora da ADI supra citada.

Vale salientar a relevância dessa lide, face não ser como pensamos que é o efeito jurídico da EC19-98, que promove sozinho a extinção da Lei 8.112/90, mas termos que fazer um tour na Lei 9.962/2000 pois é esse instrumento que tutela a União para promover a extinção da Lei 8.112/90, o que nos remete os servidores públicos federais a ir beber na fonte da luz do ordenamento jurídico vigente, para usando o direito do contraditório, promover o devido embate político-jurídico, buscando afastar tão devastadora legislação contra as prerrogativas trabalhistas dos servidores estatais.

CONCLUSÃO

Este breve estudo foi concebido e formatado levando em consideração as muitas controvérsias viabilizadas através dos muitos embates teóricos, jurídicos e políticos havidos sobre as alterações efetivadas nas leis referentes aos “direitos” dos servidores públicos federais, alterações lamentavelmente já oficializadas pelos governos, nos marcos de uma democracia fragilizada pelas pressões públicas e privadas, sempre trabalhando diuturnamente para extinguir o serviço público Estatal e conseqüentemente privando a sociedade dos deveres do Estado quanto a protagonizar o que reza a constituição, que é assistir e cumprir o respeito aos direitos fundamentais da população que é atendida pelos serviços prestados pelos servidores, sempre oferecendo políticas públicas que fomentem que a sociedade possa se desenvolver e prosperar com a indução sociopolítica e jurídica do estado. Assim, neste momento, à guisa de conclusão, torna-se relevante ressaltar que as considerações deste breve estudo/tese pautam-se pelo sentido de efetuar um contributo para somar aos nossos pleitos reivindicatórios junto ao Estado, referente aos descumprimentos das prerrogativas da Lei 8.112/90. Contudo achamos pedagógico passarmos antes por uma breve compilação dos antecedentes jurídicos que vem sistematicamente alterando e extinguindo direitos dos profissionais da educação, atingindo todos os seus segmentos, incluindo os aposentados e pensionistas, portanto essa contribuição vai no sentido de estimular nosso sindicato a convidar todos que fazem a entidade a fazermos leituras coletivas mais aprofundadas sobre estas questões, face seu grau de relevância e somando com algumas conquistas das lutas já impetradas, junto ao governo. Acredito que a urgência de discussões desta temática, nos intima a buscar alternativas jurídico-administrativas que possam, de fato, oferecer suporte para combater mais eficazmente os ataques às carreiras e cargos da educação federal e aqui sugerimos, entre outras possíveis alternativas de suporte, a criação na diretoria do nacional do SINAFFSEFE, da Coordenação Nacional de Relações Parlamentares, precisamos de interação política qualificada, para articular nossas lutas, já que as alterações jurídicas que acontecem contra os servidores, perpassam pelo referendun do legislativo antes de sancionadas. É notório que a iniciativa privada, com a influência que hoje tem no parlamento, vive

fomentando o sonho de concretizar a implantação do seu modelo neoliberal de gerenciar o país e obtendo este êxito gerencial, temos a certeza que por fim às nossas categorias de servidores públicos existentes hoje nos moldes da Lei 8.112/90. É fato, que até a presente data, constata-se que os poderes públicos-privados, já conseguiram se articular de tal modo, que a lista de cargos extintos no serviço público só cresce. Atualmente, o número registrado via Decreto nº 10.185 é de 27 mil cargos, valendo salientar que numa averiguação mais profunda poderemos encontrar fortes indícios que a PEC 32 está sendo implementada pelo viés do fatiamento e conseqüentemente está fatiando a Lei 8.112/90, entre outras tutelas existentes, pró-servidores. Aqui finalizo afirmando que acredito que temos três bandeiras de lutas a encampar daqui pra frente enquanto entidade classista que pensa um país justo pra todos: 1-viabilizar a regulamentação da data-base dos servidores públicos federais; 2-engajarnos na luta nacional para a auditoria já, da dívida pública brasileira; 3-primar por mais qualificar e fortalecer nossas ferramentas político-jurídicas de lutas sindicais, para no que couber, neutralizar o aumento do volume do “Manual” de (in)legalidades dos governos (PECs, Dec. EC, Leis, IN, ADIs, etc) contra os profissionais, da categoria de servidores públicos federais.

REFERÊNCIAS

https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/o-dasp-e-a-formacao-de-um-pensamento-politicoadministrativo1937a_2007.pdf.

<https://www.camara.leg.br/>. [2024]

<http://desacato.info/voce-sabia-que-o-regime-juridico-unico-subsiste-por-liminar-por-paulo-lindesay>. [2024]

06 - GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL: GANHOS E PERDAS

A greve da Educação Federal, encerrada em junho, foi o enfrentamento mais importante que a classe trabalhadora teve com o atual governo Lula e sua Frente Ampla. O final da greve foi marcado por algumas vitórias políticas importantes e um acordo econômico ruim, diante do enorme passivo acumulado em anos em relação a perdas salariais, direitos funcionais e verbas para manutenção e investimento.

Embora muito aquém do que se pedia, o acordo é maior do que o governo gostaria de ter concedido, algo que só foi possível pela enorme força demonstrada pela greve, uma das maiores dos últimos tempos.

A nossa greve representou o reencontro das bases da categoria com suas representações sindicais locais e nacionais, superando em grande medida a pulverização e fragmentação oriundas do período pandêmico, impulsionando a organização e a confiança da categoria em suas próprias forças e revelou o papel traidor das direções sindicais governistas, que saíram desgastadas e desmoralizadas.

A greve, assim como a mobilização de outras categorias de servidores federais, não conseguiu derrotar o governo e o seu reajuste zero em 2024, símbolo deste governo para toda a burguesia do seu compromisso com a chamada “Austeridade Fiscal”, em outras palavras, com seu o compromisso com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, com o avanço das privatizações nos serviços e empresas públicas.

Não se conseguiu uma reestruturação efetiva das carreiras da Educação Federal, não se garantiu a reposição das perdas salariais do período relativo aos governos Temer e Bolsonaro e arrancou-se uma recomposição muito tímida das verbas das universidades e institutos federais.

A proposta fechada com o governo basicamente impede a perda inflacionária durante os próximos quatro anos. Mas, esse acordo ficará sob o risco de não ser cumprido pelo governo, diante da pressão do setor financeiro para garantir o Arcabouço Fiscal.

Essa greve nasceu de uma verdadeira rebelião de bases

Grande parte dos servidores da Educação Federal tinha grandes expectativas de que, com Lula novamente na Presidência do país, haveria mudanças na situação de precariedade na Educação Federal. Os quatro anos do governo da ultra direita, com a continuidade da política de cortes nos orçamentos, aumento da precarização, combinado com o congelamento salarial e os ataques de cunho ideológico, geraram uma forte expectativa com a entrada de um governo que se colocou como a antítese do que estava saindo.

Mas, o presidente Lula e o seu ministério ignoraram suas promessas de campanha e, no seu primeiro ano de governo, aprovaram o Arcabouço Fiscal para garantir o teto de gastos exigido pelos banqueiros e grandes empresários.

Com isso, em 2024, no primeiro orçamento elaborado pelo novo governo, os servidores foram “presenteados” com reajuste zero e, para as universidades e institutos federais, com um corte de mais de R\$ 300 milhões nas verbas de custeio.

Para além do aspecto do orçamento e das carreiras, o governo se recusava a discutir as mais que necessárias revogações do “entulho jurídico-administrativo” deixado pelos governos passados, nos quais vale destacar a IN nº 66, a Portaria 983, a reformulação do Decreto 1590 e a Reforma do Novo Ensino Médio.

A expectativa em Lula começou a virar decepção, frustração e revolta. Foi esse sentimento de traição que alimentou a mobilização dos técnicos-administrativos das universidades e institutos federais, que, depois, contagiou os docentes e levou o movimento à greve nacional.

Postura patronal do governo durante a greve fez aumentar a indignação

Durante a greve, a indignação com Lula aumentou muito. Em primeiro lugar, pela postura intransigente do governo, que lutou todo o tempo para não fazer qualquer tipo de concessão ao movimento e, até o fim, manteve sua decisão de conceder zero de reajuste em 2024. Podemos dizer que uma marca desse governo durante as reuniões para tentativas de negociação era o mantra “é isso e não tem mais nada”, a cada vez.

Em segundo lugar, o movimento foi marcado pela prática antissindical adotada na negociação, com ultimatos, lentidão nas respostas, manobras, tabelas erradas, minutas distorcidas e a construção da farsa do acordo com a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, a PROIFES-Federação, uma entidade fantasma, controlada pelo PT e pela CUT, que assinou um acordo contra a decisão das suas assembleias de base.

Em terceiro lugar, a postura do governo foi caracterizada por suas declarações públicas, atacando a greve e dizendo que os servidores deveriam agradecer ao governo, ao invés de criticá-lo.

“Tem dinheiro para banqueiro, mas não tem para Educação”

A indignação com o governo cresceu também em função do cinismo de Lula, primeiro afirmando que era necessário realizar greves para dar ao governo condições de garantir avanços nas pautas dos trabalhadores. A greve derrubou esta grande mentira do presidente. Em segundo, afirmando que estava fazendo tudo ao seu alcance pela Educação. Uma grande mentira, que também ficou evidente para os grevistas.

O governo se nega a conceder um reajuste salarial em 2024 e a recomposição das verbas dos institutos e universidades federais, que teriam um custo anual de menos de R\$ 10 bilhões. Contudo, continua cedendo uma enorme fatia das verbas públicas ao agronegócio, às grandes indústrias e ao setor financeiro.

Com aquilo que a União gasta em apenas dois dias com a dívida pública (R\$ 10,5 bilhões), seria possível garantir mais de 7% para recomposição salarial, em 2024, e os R\$ 4 bilhões que pedem os reitores para as verbas de custeio das universidades e institutos federais.

Com 2% dos R\$ 519 bilhões concedidos em isenções fiscais aos grandes empresários, somente em 2023, seria possível quase triplicar a proposta de reajuste salarial fechada com o governo, que custará R\$ R\$ 6,2 bilhões, em dois anos.

Lula se apoiou nas direções governistas para tentar derrotar o movimento

Para impor sua proposta salarial, Lula se apoiou nas direções governistas das entidades sindicais (PT, correntes do PSOL, PCdoB, PCB e UP), que buscaram impedir e, depois, controlar a greve, para não afetar a popularidade do governo.

A primeira traição foi não encaminhar efetivamente a campanha salarial unificada e semear ilusões nas mesas setoriais. Esse cenário fez com que entidades como FASUBRA e SINASEFE partissem para a greve de forma isolada e sendo obrigadas a negociarem nas mesas específicas. Mesmo com as dificuldades de unificação, a única saída para derrotar a política de reajuste zero em 2024 seria a unidade dos servidores. Com essa postura, as entidades de servidores federais dividiram o movimento e isolaram a greve da Educação Federal. Entidades importantes, como a Confederação dos Trabalhadores Serviço Público Federal (Condsef), sequer entraram na greve.

A segunda traição foi tentar impedir a greve na Educação Federal, mas, neste caso, foram atropelados pela base. O próprio fato da greve do SINASEFE, da FASUBRA e do ANDES não terem criado um efetivo Comando Unificado e uma data unificada para a entrada na greve, já demonstra as dificuldades das bases para moverem as direções. Durante a greve, passaram semanas preparando o desmonte da paralisação e não se cansaram em repetir argumentos para defender o governo: *“A greve não pode se prolongar, para não fortalecer o fascismo”*, *“Lula, assumo as negociações”* etc.

Foram inúmeras manobras, práticas burocráticas e antidemocráticas nos comandos de greve nacional e locais, para tentar impedir que a vontade das bases prevalecesse na condução da greve. Mesmo assim, o movimento conseguiu impor ações radicalizadas e mobilizações nacionais. Havia sempre o receio de chamar ações unificadas de rua e, mais para o período final, de tentar se chamar ações mais radicais nos estados e em Brasília.

Superar as direções governistas e lutar para derrotar o projeto neoliberal

A greve deixou algumas lições importantes. Está claro que Lula não vai resolver os problemas da Educação pública. Seu compromisso é governar com e para os grandes empresários, garantindo-lhes todo tipo de privilégio fiscal e grandes fatias do orçamento. Contudo, não é possível governar para a burguesia e para os trabalhadores ao mesmo tempo.

Para garantir os necessários investimentos nas universidades e institutos federais, a valorização salarial e o fim do processo de privatização, é preciso derrotar o Arcabouço Fiscal de Lula. E isso só será possível construindo um poderoso processo de mobilização, que envolva não apenas o setor da Educação, mas todos os setores da nossa classe.

Para isso, é necessário construir uma nova direção para as entidades sindicais. Uma direção sindical que se pautar pela independência de classe e assegure a democracia operária como método de condução do movimento. Que organize e impulsione a luta da classe trabalhadora por suas demandas e, conseqüentemente, para enfrentar e derrotar o governo.

Precisamos continuar a combater a ultradireita

Isso não implica descuidar da luta contra a ultradireita, que segue como uma ameaça concreta contra a classe trabalhadora. Mas, é falacioso o argumento de que combater Lula ajuda a ultradireita, pois Lula não a está combatendo.

Pelo contrário, quando aplica as diretrizes do Arcabouço Fiscal, atua para derrotar e desmoralizar as lutas dos trabalhadores; quando “passa a mão na cabeça” dos chefes da tentativa de golpe do ano passado, está justamente pavimentando o caminho para a volta desse setor ao poder.

Nosso desafio é a construção de uma alternativa de direção no Sinasefe com independência de classe e uma forte oposição pela esquerda ao governo Lula, e combativa à ultradireita. Uma oposição que se apoie na organização e na mobilização da nossa classe,

principalmente em defesa das demandas dos servidores públicos federais da educação, mas também do povo trabalhador e dos interesses do país. A direção do Sinasefe deve fomentar a perspectiva de colocar os trabalhadores e trabalhadoras para governar o Brasil, através das suas organizações e de conselhos populares.

Assim ajudamos a abrir caminho para a superação do capitalismo, um sistema em que a riqueza está a serviço do lucro e do enriquecimento de poucos. Assim, poderemos dar curso à construção do socialismo, garantindo não apenas uma Educação pública, de qualidade e a serviço do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país, como também uma vida digna e humana para todos e a todas.

Nesse sentido através dessa Tese convidamos a todas e todos que participam do 36º Consinasefe a construir essa alternativa!

Assinam:

Acácio Francisco Moreira de Melo – docente – IFPA; Albano Luiz Francisco Teixeira – docente aposentado dirigente da seção Sindscope(RJ); Alexandre Elias – docente – seção IFF (RJ); Alice Campana - técnica administrativa -Campus Passo Fundo - Seção Rio-sul Grandense; Alisson Moraes – técnico administrativo – seção Sinasefe IFMG; Andreia Aline Santana Guida Praseres, tae Campus Pinheiro, Seção Monte Castelo; Ângela Maria Ferreira de Medeiros, docente -, Sinasefe - Seção Monte Castelo; Carlos Eduardo Sousa Retori – docente - Campus Abelardo Luz – Seção Videira-IFC (SC); Claudicea Alves Duran- docente - dirigente sindical - Seção Monte Castelo (IFMA); Clério Lucas Guaitoline técnico administrativo - seção IFES; Elizabeth Dau – docente – seção Sindscope (RJ); Fabiano Deola - técnico administrativo – seção Concórdia SC; Felipe - docente - Campus Vacaria - Seção IFRS; Fernanda Rosá -técnico administrativo – seção IFSC; Gabriel de Melo Neto - docente - seção Urutaí / IF Goiano); Givaldo Almeida dos Santos - docente – seção Sinasefe Sergipe; Henrique Rennó Zanata - docente IFB Campus São Sebastião, dirigente sindical - seção SINASEFE-DF; Humberto Brito – seção IFPA; Igor Oliveira- docente - Campus Timon – seção IFMA; Iza Corrêa Ribeiro – técnico-administrativa aposentada - seção Sindscope (RJ); Jean Magno – docente – Seção Maracanã (IFMA); Jesen Baptista dos Santos Júnior – docente aposentado – seção Sindscope (RJ); Leonardo Costa Bueno – docente – seção Sindscope (RJ); Lucas Barbosa -:docente - seção IFB; Luiz Leandro dos Reis Fortaleza- docente -Campus Fraiburgo - Seção Videira(IFSC); Luiz Sérgio Ribeiro- técnico administrativo- seção Sindscope (RJ); Magali Inês Pessini - técnico administrativo – seção IFSC; Marcones Herberte- docente - Campus Presidente Dutra seção IFMA; Marcos Dorval – técnico administrativo – seção IFSC; Marcos Oliveira técnico administrativo – seção Colatina ES; Maria Elisa Guimarães- docente aposentada- dirigente da seção Sindscope (RJ); Maria Gezilda e Silva Nascimento técnica administrativa -Bibliotecária Documentalista, Sinasefe Campus Monte Castelo; Marcelo- docente Aposentado – seção Colégio Militar/EAMPE; Marcony Sousa da Silva, tae - campus Pinheiro, seção sindical Monte Castelo; Mariana Jardineiro- técnica Administrativa – seção Sindscope(RJ); Matheus Carvalho Conceição - docente – seção Sinasefe Sergipe; Matheus Pontes – docente - seção Cáceres/IFMT; Moisés Monteiro - docente Aposentado – seção Santa Teresa ES; Oberti Mayer - técnico administrativo – seção IFSC; Oscar R. Junior- seção IFSC; Pedro dos Remédios Ribeiro – docente -Seção Monte Castelo(IFMA); Priscilla Nunes - técnica administrativa – seção IFSC; Priscila Porto Ribeiro Silva – técnica Administrativa -Seção Monte Castelo (IFMA); Renan Silva- seção IFPA; Robéria de Sousa- técnica administrativa- Campus Maracanã – seção IFMA; Rose Fernandes - técnica administrativa – seção IFSC; Rosileny Rodrigues - técnica administrativa – dirigente sindical – seção Sindscope (RJ); Ruy Barbosa Lima França – docente - Seção Monte Castelo (IFMA); Samuel Giovani dos Santos

Ferreira- docente - Campus Abelardo Luz – Seção Videira (IFSC); Waldenilson Novaes Carneiro, tae - técnico de T.I - Campus Monte Castelo; dirigente da seção Sinasefe- Monte Castelo; Walter Junior - docente - Campus Caxias (IFMA)

07 - Luta pela promoção da Iniciativa Popular

Se apropriar de uma poderosa ferramenta constitucional de luta

No modelo representativo de nossa democracia, nem sempre as necessidades sociais mais básicas são pontos de pauta no Poder Legislativo, seja pelo domínio de agentes estranhos ao interesse público, seja pela falta de sensibilidade aos problemas e demandas mais latentes.

Nesse contexto, a Constituição Federal instituiu o instrumento da Iniciativa Popular, por meio do qual o povo pode propor ao Congresso Nacional um projeto de lei que contemple seus anseios. Tal projeto de lei deve ser acompanhado por um número de assinaturas igual ou superior a 1% do eleitorado nacional, em pelo menos 5 estados da federação e, no mínimo 0,3% do eleitorado de cada um destes.

Trata-se de um instrumento poderoso de participação popular na construção das leis. Contudo, claramente exige grande trabalho de divulgação e coleta de assinaturas ao longo do vasto território do nosso país.

Como se já não fosse suficientemente difícil a coleta das assinaturas, um outro complicador é que estas apenas são aceitas pela Câmara se manuscritas fisicamente em papel. Tal limitação era aceitável em 1988 quando da promulgação da Constituição, mas, hoje, com a ampla gama de tecnologias de informação e comunicação que temos, é inaceitável.

No momento atual, documentos e processos são amplamente produzidos e circulam o país e o mundo com assinaturas e certificados eletrônicos. Todavia, o uso da assinatura digital para promoção de Iniciativa Popular encontra barreira na lacuna da lei que não prevê seu uso para esta finalidade.

Dessa forma, entende-se que a leitura do texto constitucional deve ser feita à luz da realidade presente. No que se refere à palavra “subscrição”, grafada na Constituição, não mais pode ser entendida como assinatura manuscrita, mas, sim, assinatura em sentido amplo, o que compreende a assinatura digital.

Para tal, cabe provocar o poder judiciário para que se faça o controle de constitucionalidade com a defesa da declaração da constitucionalidade do uso da assinatura eletrônica.

Encaminhamentos:

O Sinasefe deve, por meio Assessoria Jurídica Nacional, mover Ação de Controle de Constitucionalidade (ADC, ADPF, ADO, MI ou outra a critério AJN) com relação aos art. 13 da Lei 9709/98 e/ou art. 61, §2º da CRFB/88, no Supremo Tribunal Federal, defendendo interpretação favorável do texto constitucional para uso da assinatura digital e dos meios eletrônicos na internet para promover Iniciativa Popular de Lei nos moldes constitucionais.

O Sinasefe deve lutar junto ao Congresso Nacional para reivindicar a legalização da assinatura digital para fins de subscrição de Iniciativa Popular de Lei. Tal luta pode se dar por meio da cobrança da entrada na pauta, votação e aprovação de Projetos de Lei já em tramitação, tais como o PL 7005/2013 e PL 3770/2023.

Assinam esta tese:

1	Izael Pereira Oliveira Da Silva	TAE	Sintietfal
2	Yuri Buarque	TAE	Sintietfal
3	Paulete Constantino Cerqueira	TAE	Sintietfal
4	Diógenes Mendes Araujo	Docente	IFRN/Natal/MLC
5	Rafael Luiz Dos Santos	TAE	Sintietfal
6	Antonildo Santos Pereira	Docente	IFBAIANO
7	Maria Cassandra Da Silva Alencar	TAE	IFBA/CMS
8	Maria Cristina Da Silva Pereira/Crystina Tapuya	Docente	Sinasefe/Natal
9	William Do Nascimento Carvalho	TAE	Sindscope
10	Nubia Regina Gomes Xavier	TAE	Sindscope

11	Cristina Valéria Gomes	TAE	Colégio Pedro II Campus Tijuca II
12	Marcondes Inácio Da Silva	TAE	Sintietfal
13	Nicelda Lovo	Aposentada	Seção Pimenta Bueno
14	Ivo Da Silva	TAE	Sinasefe-Seção MT
15	Alice Gomes	TAE	Sindscope
16	Ivanyr Da Silva Alves	TAE	Sindscope
17	Lucrécia Lacovino	TAE	Sindscope
18	Artur Barbosa Dos Anjos	TAE	Sintietfal
19	Josimar Barbosa Dos Santos	TAE	Sintietfal
20	Noemi Da Silveira Jorge	Docente	Sindscope
21	Sidinei Robero Nobre Júnior	TAE	IFSP
22	Wildson Justiniano Pinto	Docente	If Sudeste MG Campus Rio Pomba
23	Ângelo Mário Batista Silva Júnior	TAE	Sintietfal
24	Weliton Cley Bispo Do Rosário	TAE	IFBAIANO
25	Josefa Mendes Ferreira Cardoso	Docente	Pimenta Bueno
26	Ana Maria Leal Costa	TAE	Sintietfal
27	Monique Martins Parente	TAE	Sintietfal
28	Daone Da Silva Santos	TAE	Sintietfal
29	Adriana Alencar	TAE	Sintietfal
30	Miguel Pereira Neto	Docente	Sintietfal
31	Estevão Gabriel Santos Rocha	TAE	Sintietfal
32	Stela Jeane Tenório Torres Galindo	Docente	Sintietfal
33	Paulete Constantino Cerqueira	TAE	Sintietfal

34	Itajaci Meiri Marques Machado	TAE	Sintetfal
35	Ivanyr Da Silva Alves	TAE	Sindscope
36	Lucia Helenateixeira Araujo	TAE	Sindscope / CPedroll
37	Nubia Regina Gomes Xavier	TAE	Sindscope
38	Leewertton De Souza Marreiro	TAE	Sintef-Pb
39	Cristina Mari Ishida	TAE	Sinasefe-SP
40	Raildo Da Silva Lopes Medeiros	TAE	IFAC
41	Marcia Gabriel Cabral	TAE	Sindscope
42	Gerson Antônio Vieira Lourenço	TAE	Rio Pomba
43	Diego Gourthieres Campos Fernandes	TAE	Sintietfal
44	Katiuscia Da Costa Pinheiro	Docente	IFMA Monte Castelo
45	Carlos Magno Augusto Sampaio	Docente	Sinasefe IFBAIANO
46	Vanessa José Riva Do Nascimento Mandriola	TAE	Assines-Sind
47	Camila Ribeiro de Olivera Félix	Docente	IFBA/CMS
48	José Robson Dos Santos Silva	TAE	Sintietfal
49	Francisco De Assis Da Costa Dias	TAE	Seção Natal/IFRN
50	Luís Márcio Nogueira Fontes	Docente	Sintietfal
51	Andréa Moraes	Docente	Sintietfal
52	Ivanilda Soares De Gusmão Verçosa	Docente	Sintietfal
53	José Henrique Ferreira Da Silva	TAE	Sintietfal
54	Carlos Alberto Santos	TAE	Seção Cáceres/MT
55	Anny Querubina De Souza Barros	Docente	Sintietfal
56	Élcio Da Riva Moura	TAE	Sinasefe SP
57	Altemir Roque	Docente	Pimenta Bueno

58	Rosinaldo Silveira	TAE	Sinasefe IFPA, CTRB E CIABA
59	Ana Paula Oliveira Roman	TAE	Sinasefe PA
60	Eliete Ana Da Silva Barbosa	TAE	Sindscope
61	Gerson Antônio Vieira Lourenço	TAE	If Sudeste MG-Campus Rio Pomba
62	Genuzi De Lima	TAE	Sintietfal
63	Sonia Maria Moura Damasceno	TAE	Natal-RN
64	Jonas Batista De Alencar	TAE	Sintietfal
65	Victor Ribeiro Cedro	Docente	Sintietfal
66	Paulo André Ferreira	TAE	Sintifrij
67	Anna Júlia Giurizatto Medeiros	TAE	Sintietfal
68	Alice De Souza Ribeiro	TAE	Seção Sindical São Vicente Do Sul - RS
69	Maria Cristina Da Silva Pereira/Crystyna Tapuya Tairariú	Docente	IFRN Campus Apodi
70	Acássia Delié Mendonça Alves	TAE	Sintietfal
71	Antônio Fernando Santos	TAE	Sinasefe-Se
72	Anna Luiza Moura	TAE	Sindscope
73	Aparecida Maria Da Silva	TAE	Sintietfal
74	Wilker Gomes Raposo	TAE	Sintefpb
75	Carlos Borges Da Silva Júnior	TAE	Sintietfal
76	Vilma Uripia	Docente	IFBA/CMS
77	Barbara Luana Sousa Marqueea	TAE	Sindsifce
78	Silvana Cristina Costa Correia	Docente	Sinasefe IFBA/CMS
79	Samuel Azevedo Santos	TAE	Sinasefe IFBA/CMS
80	Cicero Lima De Almeida	TAE	Sindsifce

81	Carmelita Ozorio	TAE	IFBA/CMS
82	Daise Moitinho	TAE	IFBA/CMS
83	Luciano Almeida	Docente	IFBA/CMS
84	Marcia Pinho	Docente	IFBA/CMS
85	Silvana Correia	Docente	IFBA/CMS
86	Carlos Cruz	TAE	IFBA/CMS
87	José Jorge	Docente	IFBA/CMS
88	Rita De Cassia Dos Santos	TAE	IFBA/CMS
89	Dalton Andrade	Docente	IFBA/CMS
90	Hellen Rodrigues	TAE	IFBA/CMS
91	Robson de Souza Silva	TAE	IFPA/, CTRB e CIABA
92	Vera Rejane Gomes	TAE	Sintietfal
93	Ianna Cerqueira Santos Valiensi	TAE	IFBA/CMS
94	Maria Cristina Santana de Oliveira	TAE	Sindscope

08 - PLANO DE LUTAS

TESE 2 DE CONJUNTURA DO COLETIVO PÃO E ROSAS AO 36º CONSINASEFE

1. Intensificar a luta pela melhoria das condições de trabalho e salários para docentes e TAEs, desdobrando a luta construída no pré-greve e na greve no sentido de efetivar as recentes conquistas e preparar para avançar naquelas que ainda não conquistamos; o que passa por defesa e estruturação das carreiras, recomposição das perdas salariais, financiamento público adequado das instituições de ensino, com ampliação e melhoria de sua estrutura e condições de trabalho, e paridade entre ativos e aposentados;
2. Por uma educação inclusiva com investimento público crescente e contínuo! - 10% do PIB para educação.
3. Construir a unidade na luta entre servidores da educação federal e movimento estudantil; solidariedade aos terceirizados e valorização da importância de todos os trabalhadores da educação.
4. Combater qualquer forma de assédio, com garantia de apoio sindical e jurídico aos servidores sindicalizados
5. Defender o caráter unitário do Sinasefe como único representante sindical legítimo de Taes e Docentes dos Institutos Federais de Educação.
6. Recuperar a autoridade sindical do Sinasefe diante de suas bases. Em tempos de crise dos sindicatos, propomos a elaboração de políticas e trabalho de base consistente na disputa de consciências, mas também estendendo pontes para acolher, apoiar e fazer parcerias através de múltiplas conexões socioculturais com setores precarizados e nos territórios onde a classe está. Construindo redes de solidariedade que coloquem os sindicatos como referência para dentro e fora das categorias de atuação.
7. Fazer a defesa do Encontro Nacional dos/as Trabalhadores/as da Educação Federal e da participação e construção do III Congresso Internacional dos/as trabalhadores/as contra o neoliberalismo educativo.
8. Em conjunto com as demais entidades e movimentos sociais e populares, lutar pela defesa e ampliação da educação pública de qualidade, pelo ensino integrado, considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão e a necessidade de uma educação antimachista, antirracista, anticapitalista, antilgbtfóbica, antixenofóbica e que seja socialmente referenciada nas demandas da população trabalhadora
9. Buscar a revogação do Novo Ensino Médio e retomada do debate de reestruturação do Ensino Médio! Essa reforma amplia a desigualdade social portanto é incompatível com um futuro promissor da juventude para a sociedade e uma educação inclusiva.
10. Colocar na pauta da discussão sindical nacional a necessidade da unificação de luta das centrais sindicais tomando como base um programa de defesa da classe trabalhadora e dos setores mais oprimidos da nossa sociedade, a democracia interna, e a independência perante os governos, patrões e partidos políticos. E para tanto, também colocar em pauta as possibilidades de um Congresso Unificado da Classe Trabalhadora para tal unificação.

11. Promover a luta da classe trabalhadora de modo antirracista, antilgbtfóbica, anticapacitista, antissexista, antimachista, antipatriarcal, antixenofóbica e radicalmente democrática, tendo no horizonte a luta anticapitalista
12. Combater a ultradireita e o fascismo como a tarefa decisiva na atual etapa da luta de classes. Por isso propomos: defesa da Frente Única dos trabalhadores e a mais ampla mobilização popular de setores democráticos para enfrentar a extrema-direita golpista.
13. Manter a luta para garantir e ampliar direitos sociais que permitam a melhoria das condições de vida da população, assim como pela defesa intransigente das liberdades democráticas, de forma unitária com entidades e movimentos sociais, combatendo o neofascismo e a extrema direita nas ruas.
14. Pela construção de frentes de mobilização unitárias nos estados contra os ataques dos governadores bolsonaristas! Tarcísio, Zema e Claudio Castro são inimigos do povo! - Pela apuração das denúncias e prisão de Bolsonaro e toda a sua milícia!
15. Defender que as lutas econômicas, em prol da causa da educação pública e da valorização de seus trabalhadores, são indissociáveis do combate à exploração e às opressões de todas as formas, dentro e fora da Rede Federal assim como da defesa intransigente de uma perspectiva ecossocialista e de defesa da autodeterminação dos povos originários e dos direitos de quilombolas e ribeirinhos.
16. Lutar pela revogação do Arcabouço Fiscal e toda política econômica de austeridade que coloca os interesses do mercado financeiro acima dos investimentos públicos sociais.
17. Lutar contra o programa de privatizações neoliberal e qualquer ataque a soberania nacional. Reestatizar a Eletrobrás e as empresas privatizadas
18. Defesa do "revogaço": pela revogação das medidas e portarias golpistas de Temer/Bolsonaro que atacam os direitos sociais e trabalhistas.
19. Por uma reforma tributária que faça justiça social! Que os ricos, super ricos, milionários e bilionários paguem pela crise!

ASSINAM ESTA TESE

1	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
2	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
4	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
5	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
6	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
7	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM
8	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE
9	Alessandro de Paula Silva	Docente	Sinasefe Norte de Minas
10	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe - Iffluminense
11	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
12	Amanda Princy Batista Silva	TAE	Sesisifpi - PI
13	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
14	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
15	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
16	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
17	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO
18	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
19	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista
20	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
21	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE

22	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
23	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
24	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM
25	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
26	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
27	Cathia Alves	Docente	Salto
28	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes
29	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
30	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó-IFMA
31	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
32	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe
33	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
34	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
35	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
36	David Lobão	Docente	Sintefpb
37	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
38	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
39	Edson Barbosa Lisboa	Docente	SINASEFE Sergipe
40	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
41	ELISEANNE LIMA DA SILVA	TAE	MANAUS
42	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
43	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
44	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
45	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)
46	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
47	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo
48	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
49	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
50	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
51	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
52	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
53	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
54	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
55	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
56	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB
57	Gabriel Adolfo Garcia	TAE	São Vicente do Sul
58	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
59	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
60	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
61	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
62	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
63	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
64	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP
65	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
66	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
67	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
68	Henrique Brum	Docente	IFTO

69	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
70	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
71	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
72	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
73	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
74	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
75	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
76	Jennifer Karoliny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
77	João Campinho	Docente	São Paulo
78	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
79	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
80	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
81	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
82	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
83	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
84	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
85	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
86	JOSE GRANGEIRO SOBRINHOTA	TAE	IFPBPI
87	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
88	josenilda de Souza Silva	TAE	Sinasefe Januária
89	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
90	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
91	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
92	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
93	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
94	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
95	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
96	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
97	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
98	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
99	Leonardo Carretta da Silva	TAE	SintifRJ
100	Leonardo Carretta da Silva	TAE	CEFET/RJ
101	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
102	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
103	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
104	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
105	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
106	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
107	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
108	Márcio Alves de oliveira	Docente	Sinasefe-sp
109	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
110	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
111	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
112	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
113	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
114	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
115	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus

116	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
117	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
118	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
119	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
120	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAE	Sintefpb
121	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
122	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
123	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
124	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
125	Philippe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE
126	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
127	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
128	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
129	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
130	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE
131	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
132	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
133	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
134	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP
135	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB
136	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
137	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
138	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
139	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
140	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
141	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
142	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
143	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
144	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
145	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
146	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
147	Talita Souza de Lima	TAE	Sinasefe-SP (IFSP SÃO CARLOS)
148	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
149	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
150	Thais Surian	TAE	São Paulo
151	Thalimar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
152	Therezinha Gauri Leitão	Docente	SINASEFE IFBA/CMS
153	Valério Arcary	Docente	São Paulo
154	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce
155	Victor dos Santos Pereira	TAE	IFRS - Seção Bento Gonçalves
156	Vinicius Retamoso Mayer	Docente	SINASEFE MANAUS
157	Virginia Alves Lima Anjos	Docente	Sinasefe
158	Viviane Frederico Barbosa	TAE	Sergipe
159	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	Guanambi
160	Wilker Gomes Raposo	TAE	SINTEFPB
161	Willy Deivson Leandro da Silva	Docente	IFTO
162	Yara Silvia Freire Rabay	Docente	IFPB -sintefpb

09 - TESE DE CONJUNTURA DO TAES NA LUTA AO 36º CONSINASEFE

O TAES NA LUTA apresenta, a seguir, sua tese de conjuntura para o 36º Congresso do SINASEFE (CONSINASEFE) que ocorre após a greve de 2024, na qual trabalhadores e trabalhadoras de 562 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica paralisaram suas atividades por

86 dias. Ocorrido em um momento histórico marcado pela dificuldade de mobilização da classe trabalhadora no Brasil, o movimento paredista demonstrou vitalidade, reaproximando o sindicato de suas bases e formando novas lideranças. As conquistas obtidas, ainda que insuficientes, representaram avanços importantes para nossas duas categorias, Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) e Docentes, que vinham enfrentando sérios problemas tanto na estrutura das carreiras quanto nas perdas inflacionárias, além da elevada discrepância com salários de outras categorias do Executivo Federal.

Além de eleger a nova direção nacional de nossa entidade, o 36º CONSINASEFE tem o papel fundamental de refletir sobre os caminhos que nos levaram até a construção de uma das maiores - se não a maior - greve de nossa história e apontar os próximos passos em nossa luta pela valorização do serviço público e em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A presente tese busca contribuir nesse processo.

ANTECEDENTES: COMO CHEGAMOS ATÉ A GREVE DE 2024?

Primeiramente, é preciso analisar a conjuntura antecedente. O golpe de 2016 foi sucedido por brutal avanço de políticas ultraliberais pelos governos Temer e Bolsonaro. A Emenda Constitucional 95/2016, as Reformas Trabalhista e da Previdência e a Autonomia do Banco Central, dentre outras medidas, pioraram drasticamente a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Não foi diferente para Docentes e TAEs das Instituições Federais de Ensino. Amargamos anos de congelamento salarial (7 anos para TAEs e 5 para Docentes) com perdas inflacionárias que passaram dos 50%. Os orçamentos de custeio e capital de nossas instituições foram brutalmente reduzidos de forma a quase inviabilizar seu funcionamento. Um efeito colateral importante desse processo foi o aumento da dependência das emendas parlamentares, com impactos significativos na autonomia dos Institutos Federais. Além do sucateamento, fomos alvos de sucessivos ataques, em uma guerra

cultural na qual a extrema-direita elegeu trabalhadores(as) e estudantes como inimigos a serem combatidos e desmoralizados.

Os processos de resistência foram muitos, como a onda de ocupações estudantis em 2016, a greve geral de 2017, o Tsunami da Educação em 2019 e a luta contra a Reforma Administrativa em 2021. Apesar de vitórias pontuais, entretanto, não fomos capazes de impedir a maior parte da devastação. A pandemia nos obrigou ao trabalho remoto e ao isolamento, dificultando processos de organização e mobilização mais amplos.

Por tudo isso, aquela eleição de 2022 se tornou fundamental. O 34º CONSINASEFE aprovou, de forma corajosa e inédita, o lema “Eleger Lula para derrotar Bolsonaro”. Naquele momento, isso representou o reconhecimento por parte de nosso sindicato da importância de impedir um segundo mandato da extrema-direita brasileira. Filiados e filiadas do SINASEFE em todo o país participaram ativamente da campanha que culminou com a vitória apertada de Lula, liderando uma frente ampla composta por diversos setores, inclusive liberais e de direita.

O terceiro governo do presidente Lula começou com muita expectativa para o funcionalismo público. Logo no início de 2023, foi anunciada uma importante recomposição do orçamento das IFEs, além do reajuste de 9% linear para todo o funcionalismo público federal. No mesmo ano o auxílio-alimentação também foi reajustado. Entretanto, para manter sua aliança com setores liberais e de direita, o Ministério da Fazenda elaborou e aprovou o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) que também poderia ser chamado de Novo Teto de Gastos.

Colocando sérias limitações orçamentárias para manter a “responsabilidade fiscal”, a aprovação do NAF indicava um iminente embate entre o Governo Lula e o funcionalismo público federal, em especial na educação. Isso ficou claro diante da desconsideração completa do resultado obtido pela mobilização de TAEs de todo o Brasil na elaboração do Plano Plurianual (PPA), por meio da plataforma Brasil Participativo, na qual a proposta de recomposição salarial e reestruturação de carreira da categoria foi a terceira mais votada no geral, e a primeira na área de educação.

A pauta dos Professores, por sua vez, seguiu sendo desconsiderada, por exemplo, com a negativa do Governo Lula em revogar medidas administrativas adotadas pelo governo fascista que atacavam a categoria tais como a Instrução Normativa nº 66, a Portaria nº 983, a reformulação do Decreto 1590 e a Reforma do Novo Ensino Médio. Além da liquidação deste entulho do governo fascista, os Docentes reivindicavam paridade entre ativos e aposentados e substitutos, reposição inflacionária, reestruturação da malha salarial e do regime de trabalho, demandas das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, entre outras diversas pontos apresentados ao governo ainda em agosto de 2023 e sem resposta alguma até pouco antes de abril de 2024.

A desilusão com o governo em relação ao atendimento das pautas dos profissionais da educação federal se acentuou com o congelamento salarial de 2024, enquanto categorias específicas da elite

do funcionalismo e do aparato repressivo do Estado foram agraciadas com ótimos acordos. O sentimento de desvalorização somado ao processo intenso de precarização e adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras na ponta fazia da situação um barril de pólvora.

Neste contexto, desde o início de 2023 o SINASEFE promoveu ampla discussão nacional da reestruturação das carreiras Docente e TAE através de intenso trabalho dos GTs Carreiras - grupos de trabalho que coletaram o resultado do debate das bases do sindicato em todo o país que, afinal, se

consolidou em propostas de reestruturação das duas carreiras apresentadas ao Poder Executivo ainda em 2023.

A falta de resposta às propostas não só do SINASEFE, mas também da FASUBRA, em meio ao congelamento dos salários em 2024 e o arrôcho do arcabouço fiscal, ao mesmo tempo em que, reiteramos, o governo valorizava outras carreiras e não a Educação, tornou a greve uma ação inadiável. O barril de pólvora “explodiu” com a deflagração de greve nacional por parte da FASUBRA em 11 de março de 2024. O SINASEFE, respondendo ao forte apelo de suas bases em assembleias lotadas como há muito não se via, também deflagrou greve nacional a partir de 03 de abril. Sequencialmente, a ANDES aderiu ao movimento que se tornou, como já dito, uma das maiores greves da história da educação federal.

O PAPEL DOS TAEs NA GREVE DE 2024

Como citado anteriormente, o congelamento salarial de 2024 contribuiu para a frustração das expectativas dos servidores federais da educação. Quanto aos TAEs essa frustração foi a gota d’água para um copo que já transbordava pela contínua precarização do trabalho e determinaram seu papel na grande greve deste ano. Estes problemas estão na raiz da criação do TAES NA LUTA e aqui cabe um breve e panorâmico histórico de seu surgimento.

Os TAEs desempenham funções essenciais em mais de 1400 unidades da rede federal de ensino, atendendo mais de 2 milhões de alunos. Apesar da importância de seu trabalho enfrentam baixos salários e invisibilidade dentro das instituições de ensino que provocam alta rotatividade de servidores (de cada 10 novos TAEs, 7 saem no primeiro ano) resultando em sobrecarga para os que permanecem. Esta precarização acarreta outros aspectos negativos, como assédio no trabalho, redundando em alta taxa de adoecimento dos TAEs. Diante deste quadro, no final de 2022 um grupo de servidores e servidoras TAEs formou o "TAES NA LUTA", movimento intersindical atuante no SINASEFE e FASUBRA, auto-organizado, independente e progressista que congrega TAEs de todo o país para buscar melhorias salariais e a reestruturação da carreira que não é um fim em si, mas um meio de valorizar a educação nas instituições federais de ensino e contribuir para a efetivação e a materialização dos direitos fundamentais dos servidores além de sua vida profissional. Desde então, o movimento promoveu forte campanha de sindicalização de servidoras e servidores e incentivou a participação ativa nas plenárias e assembleias sindicais.

Considerando o papel essencial dos TAEs e a partir de um processo de escuta ativa, diagnóstico de problemas e buscas de soluções práticas, equânimes e possíveis, o TAES NA LUTA participou ativamente, junto dos demais companheiros e companheiras, dos GTs Carreira nas bases e nas plenárias e assembleias nacionais, da construção da proposta de carreira apresentada ao governo federal; participou, também, do Comando Nacional de Greve, Comandos Locais de Greve, mesas de negociação sobre a carreira, audiências públicas e demais manifestações e atividades em defesa da educação e dos trabalhadores TAEs e docentes.

Estimulamos milhares de servidores a participar ativamente do movimento paredista. Levamos para os sindicatos e comandos de greve servidores que nunca haviam participado da vida sindical.

Sabendo da importância da comunicação com a base, estabelecemos meios de comunicação diretos, transparentes e em tempo real com os servidores. Durante a greve, o Central da Greve foi mecanismo importante de informação dos servidores durante as mesas de negociação e por meio do Instagram divulgamos diariamente dezenas de ações que estavam acontecendo nas bases.

A greve de 2024 favoreceu grandemente o início da superação da invisibilidade institucional que os TAEs carregam. O nome da categoria passou a ser expressado diariamente por agentes do governo federal, parlamentares e pela mídia, tanto a mainstream quanto a alternativa.

Juntos, TAEs e Professores, seja do SINASEFE como da FASUBRA e ANDES, fomos fortes na construção da maior greve da educação federal de todos os tempos e compartilhamos com todas as forças e coletivos as vitórias e os dissabores vividos durante o período paredista. A unidade entre TAEs e Docentes é legado que deverá ser levado à frente diante dos novos desafios a serem enfrentados pelos servidores e servidoras da educação federal.

O LEGADO DA GREVE DE 2024 E OS PRÓXIMOS PASSOS

Acreditamos que a greve e seus resultados mostraram a importância da luta coletiva para muitos que já não acreditavam. A partir de agora precisamos receber esses novos companheiros sindicais e tornar cada vez mais o sindicato aberto, transparente e alinhado com a base.

Esta visibilidade certamente terá efeitos numa nova fase da carreira dos TAEs, pois espera-se que a categoria deixe de ser coadjuvante do processo educacional e se faça ouvir nas decisões locais. Este empoderamento se dará, por fim, não só pelos TAEs, mas pelos Docentes também e, assim, servidores e servidoras estarão, sem dúvida, mais atentos, participativos e sujeitos dos rumos das instituições onde trabalham.

Espera-se, ainda, que o empoderamento seja causa da redução dos casos de assédio no trabalho, mazela a ser enfrentada com rigor por todos nós, com apoio do sindicato e sua assessoria jurídica. A valorização dos servidores Docentes e TAEs deverá trazer, não sem vigilância, relações de trabalho adequadas marcadas pelo respeito mútuo.

Também como legado da grande greve, nossa unidade entre as categorias Docente e TAE demonstrada na construção do movimento deverá ser mantida dada a necessidade de permanente

vigilância para a concretização do acordo de greve. Mais do que vigilância, a participação ativa dos servidores e das servidoras se fará necessária.

Os próximos passos do SINASEFE deverão estar fortemente focados nos acordos de greve entre Docentes e TAEs com o governo federal que trazem diversas ações a serem debatidas, elaboradas e implementadas através de grupos de trabalho em órgãos ministeriais com a participação de representantes do SINASEFE, FASUBRA e ANDES. Segue, portanto, a

permanente necessidade de mantermos a base sindical informada dos trabalhos para que o resultado seja aquele esperado dos acordos citados.

Visando a esta unidade e nossa efetiva participação na concretização dos termos do acordo de greve, o TAES NA LUTA defende que o SINASEFE adote algumas diretrizes para o próximo biênio marcadas fortemente pela comunicação de notícias e formação sindical:

- a) Estabelecer um programa de formação sindical que explique as origens do SINASEFE, seus objetivos, suas lutas e vitórias conquistadas, de modo a estimular a base a estar presente nas lutas;
- b) Efetivar a realização dos Encontros Regionais como modo de aproximação do sindicato nacional dos servidores e das servidoras, coleta de demandas e construção de unidade;
- c) Estabelecer mecanismos de comunicação direta com a base e apoiar seções menores que possuam dificuldades em manter sites e outros meios ativos, por meio de capacitação dos diretores;
- d) Construir com a FASUBRA e ANDES eventos para compartilhar e discutir as vivências dos Docentes e TAEs nas Universidades, Institutos, Hospitais Universitários e na Rede Federal toda, de modo a identificar problemas, dinamizar a relação intersindical e buscar soluções conjuntas entre as entidades irmãs.

Isto posto, outro importante passo no campo político é a permanente vigilância para que a ultra-direita não retorne ao Poder Executivo federal. Mais que isso, é preciso afastá-la dos poderes Legislativo e Executivo de nossas cidades Brasil afora. As eleições municipais de 2024 são importantíssimas para a criação ou manutenção da base eleitoral para as eleições nacionais de 2026, de maneira que é preciso que a ultra-direita tenha este espaço municipal reduzido, ampliando o raio de ação política dos atores progressistas para, enfim, sustentar a vitória deste campo progressista em 2026, mantendo longe do poder os extremistas radicais de direita. Contribuindo com este objetivo, o SINASEFE deve manter comunicação permanente reforçando os valores democráticos, enaltecendo a pluralidade e o respeito à individualidade em seus aspectos sexuais, religiosos, étnicos, de gênero.

No esteio da unidade das categorias que representa, Docentes e TAEs, o SINASEFE deve manter suas bases mobilizadas para efetivar o tema escolhido para o presente congresso, qual seja, “Fortalecer o SINASEFE para Enfrentar a Precarização da Educação Pública e a Política Neoliberal”. Tal objetivo não poderá ser concretizado sem a força demonstrada pelo sindicato e suas categorias TAE e Docente na grande greve de 2024. Avante!

Assinam essa tese:

Adélia de Moraes Pinto	SINASEFE Pará
Ana Paula Oliveira Roman	Pará

Ana Quezia Santos Carneiro	IFBA/CMS
Andreia do Nascimento Lima	IFPA
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	Sinasefe Roraima
Anna Luiza Azevedo da Silva Moura	Sindscope
Antônio Evaldo Soares	Roraima- IFRR
Antonio Vinícius Silva da Costa	IFPA CTRB CIABA
Bárbara Luana Sousa Marques	SINDSIFCE
Bianca Ponciano Prell	SintifRJ
Eduardo Gomes de Lucena	Sindsifpe
Felipe Gramonski dos Santos	SINTIFRJ
Fernanda de Melo Felipe da Silva	Sinasefe IFMG
Francisco Jorge Costa Ribeiro	SINDSIFCE
Germano Godoy Azeredo	IFFluminense
Hugo Álisson Alves da Costa	SINDSIFCE
Iandara Matos Gonçalves Trevisan	Sinasefe Muzambinho
Isamarcia Catarina Oliveira de Sousa	SEISISIFI
Jeane Gomes dos Santos	Sergipe
Leewertton Marreiro	SINTEFPB
Leilane Lima Almeida Evangelista	Sindifce
Lídia Farias Lima	Sindsifce
Marcia Raquel Araújo de Carvalho	Sesisifpi
Marcos Fabio Teixeira Lopes	SINDSIFCE
Milena Beatriz Lira Dias da Silva	Sintefpb
Naiana Teixeira Pereira	Sesisifpi
Nelson de Lima Damião	Muzambinho
Poliana Coste e Colpa	Muzambinho

Rafael Martins Neves	Muzambinho
Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira	Sindsifce
Robson de Souza Silva	IFPA
ROSINALDO SILVEIRA	IFPA, CTRB CIABA
Samoel Rodrigues da Silva	SindsIFCE
Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	Sesisifpi
Suzan Evelin Silva	Muzambinho
Suzanne de Oliveira Nunes	Colégio Pedro II
Tiago Gomes da Silva Ribeiro	IF Fluminense
Túlio Marcus Trevisan Borges	IFSULDEMINAS Muzambinho
VIVIANNE ROUSEI DE OLIVEIRA MACENA	Sindsifpe
Wallison Agostinho Madeira	IFMG
Wilker Gomes Raposo	Sintefpb

10 - Tese da Corrente Proletária na Educação/POR ao 36º CONSINASEFE

ENFRENTAR A OFENSIVA DOS GOVERNOS CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA COM A LUTA NAS RUAS!

I. Conjuntura Internacional

O 36º CONSINASEFE ocorre em um cenário mundial marcado por graves acontecimentos, especialmente pelo recrudescimento da escalada bélica, materializada nos conflitos na Palestina e na Ucrânia. Ambos têm ligação com a Guerra Comercial levada à cabo pelos EUA e seus aliados contra a China. Todos esses acontecimentos são indicadores de que a partilha do mundo efetuada no fim da Segunda Guerra Mundial está esgotada. O rearmamento das potências imperialistas visa aumentar o cerco econômico militar à Rússia e à China. Daí se explica o aumento das tensões e conflitos, na disputa por mercados e fontes de matérias primas, na África e no Indo-pacífico (mar da China, península da Coreia e acordo militar AUKUS)

No Oriente Médio, o assassinato do dirigente do Hamas, Ismail Haniyeh, em território iraniano, ocorreu quase simultaneamente ao assassinato de Fuad Shukr, alto dirigente do Hezbollah, no Líbano. Ambos os casos constituíram uma grave afronta a soberania desses países por parte do Estado sionista de Israel. Mais do que isso, representaram um chamado à guerra, demonstrando o perigo de que o genocídio dos palestinos se espalhe e se arraste como guerra em toda essa região. Por trás da prepotência sionista se encontra o imperialismo norte-americano.

Junto a esse massacre, tem-se a guerra na Ucrânia, que se estende há aproximadamente dois anos e meio. Com os EUA à cabeça do ataque, a OTAN recrudescer o cerco a Rússia, usando a Ucrânia como bucha de canhão, forçando a Rússia a se defender e, ao mesmo tempo, usar a Ucrânia como escudo, respondendo à ameaça promovida pelo organismo do imperialismo com os métodos de opressão nacional (invasão, anexação). Por se tratar de um conflito que opõe alianças entre potências militares, portadoras de milhares de ogivas nucleares, traz consigo o risco de uma generalização, ou seja, de uma possível conflagração mundial altamente destrutiva, com consequências imprevisíveis para a humanidade.

Os golpes de Estado na África, as manifestações agudas na Nova Caledônia e a conturbada disputa eleitoral na Venezuela são exemplos que completam o quadro sombrio. Como pano de fundo encontra-se o agravamento da guerra comercial entre EUA e China. Trata-se de manifestações concretas do avançado grau de decomposição do capitalismo. Na raiz do problema está a contradição

entre o elevado desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção monopolistas. As fronteiras nacionais se erguem como uma camisa de força, de modo que a crise do capitalismo tem impulsionado as potências ao questionamento da partilha do mundo decidida após a Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, o 36º CONSINASEFE esta diante de uma conjuntura internacional convulsiva. E as consequências não giram em torno somente às mortes e destruição, há reflexos na política e na economia, que se alastram. Os preços das mercadorias aumentam, assim como o endividamento dos Estados, de maneira que a burguesia age no sentido de descarregar o peso da enorme crise sobre os ombros dos explorados em todo o mundo.

II. Conjuntura Nacional

No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin não escapa da pressão da crise mundial. Recusa-se a revogar o conjunto de contrarreformas aprovado nos governos de Temer e Bolsonaro, principalmente a trabalhista, a previdenciária e a Lei da Terceirização. Lula acaba de sancionar o “novo” Novo Ensino Médio, que preserva a essência privatista, mercantilista, e de ataque à Educação tal qual a medida aprovada por Temer. A reforma tributária promulgada em dezembro do ano passado preserva os privilégios da burguesia, mantendo o regime de sacrifício aos explorados do país. O chamado Novo Arcabouço Fiscal tem se mostrado uma reedição do Teto de Gastos, aplicado pela ditadura civil de Temer, levando o governo a apontar cortes orçamentários para satisfazer a sanha do capital financeiro.

Nem mesmo as questões ambientais escaparam à política de continuidade do governo de frente ampla de Lula/Alckmin. O Brasil registrou 13.489 focos de incêndio na Amazônia no primeiro semestre, o pior número em duas décadas e um aumento de 61% em comparação com o ano passado, segundo dados do INPE. Também se destacou o elevado número de focos de incêndio no Pantanal (3.538 desde janeiro), uma das maiores áreas úmidas do mundo. Esse número representa um aumento de 2.018%. A situação se torna mais alarmante quando se observa que o pico de incêndios costuma ser em setembro, época de secas. Além disso, os trabalhadores do Ibama, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro, que fizeram greve por melhores condições de trabalho, segurança e equiparação salarial com outras carreiras semelhantes, tiveram seu direito de greve ferido. No início de julho a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com pedido na justiça contra a greve, o pedido foi atendido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decretou multa de 200 mil reais por dia ao sindicato, caso a greve fosse mantida. Depois dessa decisão, os trabalhadores decidiram encerrar a greve. Desta forma, assim como fez na greve da Educação Federal, o governo burguês de Lula, junto a seus aliados, atuou contra a greve dos trabalhadores ambientais, apesar desses órgãos terem sido duramente atacados e dilapidados no governo Bolsonaro. Trata-se de mais um ataque flagrante de Lula e do Judiciário brasileiro contra o direito de greve.

A greve da Educação federal se projetou contra o pilar da política do governo. Por isso, foi tratada com mão de ferro, onde o governo manteve a infame proposta de 0% de reajuste para 2024. Apesar da inflexibilidade do governo em atender a greve que se estendeu por cerca de quatro meses, as direções das centrais sindicais não atuaram para unificar o movimento com as demais categorias. Não houve unidade nem na luta nacional da educação, mesmo com movimentos ocorrendo nos estados, a exemplo de São Paulo na luta contra as escolas civílicas militares e Paraná que fez greve contra a privatização das escolas. Era momento de organizar a luta pela revogação das contrarreformas, com convocação das plenárias que combatesse o isolamento da Educação federal, e que derrubasse a

intransigência do governo de frente ampla que foi eleito com a promessa de “revogação”, mas que em quase dois anos de mandato, só faz avançar na aplicação da política econômica dos governos de ditadura civil de Temer e ultradireita de Bolsonaro.

A experiência com o governo petista está demonstrando, portanto, mais uma vez, a incapacidade do reformismo em levar a cabo o seu próprio programa. Lula se encontra completamente atado às determinações impostas pelo imperialismo, pela burguesia nacional e pelas oligarquias representadas no parlamento. Os trabalhadores e a juventude oprimida têm de superar suas ilusões com o nacional-reformismo, o que se dará a partir da própria experiência. Daí a importância de impulsionar o combate pelas necessidades mais sentidas das massas, fazendo a ponte com o programa anticapitalista, em defesa da revolução e do socialismo.

A Corrente Proletária na Educação defende que o 36º CONSINASEFE aprove:

- **Pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações;**
- **Abaixo o massacre contra os palestinos praticado pelo enclave norte-americano no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel;**
- **Em defesa da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio;**
- **Que os EUA e o imperialismo de conjunto tirem suas mãos sujas de sangue da Venezuela e de todas as semicolônias;**
- **Erguer uma poderosa frente única anti-imperialista, com o proletariado à frente, para pôr fim às guerras de dominação e combater os ataques desfechados pela burguesia sobre os explorados;**
- **Por uma Oposição Revolucionária ao governo Lula/Alckmin – contra o avanço da ultradireita, lutar no campo da independência de classe, mobilizando os oprimidos com o método da ação direta das massas e aplicando o princípio da democracia operária;**
- **Que os sindicatos (inclusive o Sinasefe), as centrais, entidades estudantis e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua massivas, em defesa dos empregos, salários, direitos, Educação e Saúde públicas;**
- **Pela convocação de plenárias unificadas, para criação de comandos de mobilizações com outros setores do funcionalismo e demais categorias, que expresse a unidade de funcionários públicos, terceirizados, privados, estudantes e desempregados;**
- **Erguer a luta nas ruas pela derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei da Terceirização e Novo Ensino Médio.**

Assinam:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE

Michell Tolentino – IFP

11 - TESE DE CONJUNTURA DA UNIDOS PRA LUTAR

Vivemos em um mundo marcado por uma profunda crise econômico-social, ambiental e de dominação imperialista. Como resultado, a polarização social se intensificou. A crise econômica global, iniciada em 2008 e agravada pela pandemia de Covid-19, foi intensificada pelas guerras e conflitos armados em andamento, sem sinais de recuperação.

Enfrentamos uma fase crítica no que diz respeito ao modelo de produção, com a possibilidade iminente de entrarmos em um caminho quase irreversível para a sobrevivência que é caracterizado pelo aumento da fome, pela deterioração das condições de vida, pela desproteção trabalhista, social e ambiental, além de guerras e epidemias.

O impacto do aquecimento global provocado pela ação sistêmica do capitalismo é evidente e cada vez mais desencadeia desastres ambientais que tiram a vida da classe trabalhadora, forçada a viver nas áreas mais vulneráveis. O fluxo migratório global, impulsionado pela crise climática, tende a aumentar, assim como as catástrofes ambientais, como as chuvas devastadoras no Rio Grande do Sul, as secas extremas na Amazônia e os incêndios no Pantanal.

A raiz dessa crise reside na tendência de queda da taxa de lucro, deixando o capitalismo sem outra saída a não ser intensificar a exploração humana e ambiental. Isso explica por que os governos capitalistas adotam uma contrarrevolução econômica permanente contra a classe trabalhadora, enquanto devastam o planeta.

Sem um plano alternativo, onde não conseguem implementar seus ajustes, a repressão se intensifica na tentativa de disciplinar os setores que se mobilizam e resistem. Esses setores burgueses estão recorrendo a variantes da extrema direita, com elementos fascistas, na tentativa de manter seu controle.

Apesar das tentativas de ataque aos direitos sociais e democráticos, a classe trabalhadora e os povos ao redor do mundo têm resistido com firmeza. Exemplos dessa resistência incluem a luta heroica do povo palestino contra o genocídio perpetrado por Israel, a derrubada de governos que aplicam políticas de austeridade, como em Bangladesh e a expulsão de tropas francesas e estadunidenses de países africanos.

Além disso, tem surgido poderosas greves, como as dos metalúrgicos e professores nos Estados Unidos, servidores públicos e trabalhadores de aplicativos na Inglaterra, dos trabalhadores da Samsung na Coreia do Sul, e as greves gerais na Índia, demonstram a força dessa luta. Movimentos por direitos em diversas partes do mundo, e até mesmo a derrota eleitoral da extrema-direita na

França, indicam que a classe trabalhadora não está derrotada e continua a lutar, apesar do avanço da extrema-direita em muitos países.

O "progressismo e o possibilismo" acabam alimentando a extrema-direita. Qualquer projeto que buscou radicalizar a democracia, conter o neoliberalismo, redistribuir a riqueza ou melhorar as condições de vida das massas sem enfrentar a destruição do capitalismo fracassou. Todos os governos considerados progressistas acabaram aplicando os mesmos planos de ajuste que os governos de direita, fortalecendo a ultradireita e permitindo que esses setores assumissem o controle em muitos países.

Não há espaço para concessões reformistas. Assim, governos de frente ampla ou de conciliação de classes, como o de Lula-Alckmin, chegam ao poder com apoio social e gerando expectativas nas massas, mas essas ilusões rapidamente se dissipam. Essa frustração, na ausência de alternativas radicais anticapitalistas e verdadeiramente socialistas, abre caminho para a direita e a extrema-direita, que encontram uma base social cada vez maior para sua ideologia e política.

O capitalismo tornou-se o motor do genocídio e da extinção em massa. Portanto, o movimento sindical e os movimentos sociais precisam assumir um papel revolucionário, compreendendo que suas lutas específicas fazem parte de uma luta maior, anticapitalista, pela emancipação da classe trabalhadora, por nossas vidas e pela preservação do planeta Terra. Não há futuro sem uma mudança completa na lógica capitalista. Construir o ecossocialismo, estabelecer as bases de uma sociedade sem desigualdade e violência, organizar democraticamente a produção, distribuição e consumo social são tarefas anticapitalistas e socialistas inadiáveis!

Após quatro anos do governo Bolsonaro, que ao longo de seu mandato fomentou o discurso de ódio, incentivou o golpismo nas forças armadas, impulsionou setores reacionários, fez referências à ditadura militar, conduziu a reforma previdenciária em conjunto com um Congresso reacionário, promoveu privatizações e, durante a pandemia de Covid-19, agiu com negligência, resultando na morte de mais de meio milhão de pessoas, o povo foi às urnas e elegeu o governo Lula na esperança de garantir a democracia e promover mudanças estruturais na política econômica do país.

No entanto, para vencer essa eleição, Lula e o PT formaram uma aliança com a direita tradicional - o "centrão" -, grupos historicamente financiados e favorecidos por banqueiros, empresários e ruralistas. Isso evidencia que o governo já tinha uma orientação política definida, que não parecia priorizar os interesses do povo pobre, sendo que o vice-presidente é Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo e representante da burguesia paulista.

Após um ano e meio do governo Lula-Alckmin segue a contínua polarização entre a frente ampla liderada pelo PT e a ultradireita bolsonarista organizada. No entanto, é importante ressaltar que essa polarização se manifesta sobretudo em questões relativas à pauta dos costumes morais, tendo em vista que o governo é marcado pela submissão às exigências do mercado.

Lula critica, corretamente, a alta taxa de juros no Brasil, que favorece apenas os especuladores e o mercado financeiro. No entanto, não avançou além das palavras, já que o governo jamais encaminhou o projeto de lei ao Congresso que acabe com a independência do Banco Central. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), todos os diretores indicados por Lula votaram junto com os indicados por Bolsonaro pela manutenção da taxa de juros (SELIC) nos patamares atuais.

Apenas em julho de 2024, o governo brasileiro gastou aproximadamente **R\$ 95 bilhões** em juros da dívida pública que enriquece os credores da dívida, enquanto a população sofre com aumento do custo de vida provocado pelo aumento dos preços dos alimentos e das tarifas públicas.

Para cumprir as exigências do mercado e as regras do arcabouço fiscal estabelecido pelo próprio governo Lula, foram anunciadas diversas medidas, incluindo o bloqueio e o contingenciamento de 15 bilhões de reais no orçamento desde ano afetando diretamente as áreas sociais como saúde e educação, além de anunciar o contingenciamento de 25 bilhões no orçamento de 2025.

Anunciou também o aumento no preço dos combustíveis e do gás de cozinha para adequar os preços ao mercado internacional, mantendo a lógica da extinta política de PPI. Membros do governo tem defendido propostas de desvincular os recursos mínimos constitucionais para as áreas de saúde e educação, algo que nem mesmo o governo Bolsonaro conseguiu realizar, além de defenderem uma reforma administrativa e não revogar a reforma trabalhista e previdenciária dos governos anteriores.

A reforma tributária, aprovada tanto por governistas quanto por opositores, mantém a tributação focada principalmente no consumo. Isso significa que a maior parte da carga continuará recaindo sobre os mais pobres, enquanto os bilionários e o sistema financeiro internacional seguem sendo beneficiados pelos baixos impostos e pelas generosas exonerações.

Enquanto as reformas sociais essenciais para enfrentar problemas da classe trabalhadora, como as reformas agrária e urbana, a demarcação de terras indígenas e a reversão das contrarreformas trabalhista e previdenciária, permanecem paralisadas, o governo destinou mais de 400 bilhões de reais ao Plano Safra, atendendo às demandas do agronegócio, que continua promovendo o desmatamento e atacando os direitos indígenas.

Ao mesmo tempo, o governo ataca a greve dos trabalhadores da área ambiental, em um momento em que o país se prepara para sediar a COP 30 em Belém. O governo Lula criminalizou a greve, recorrendo à justiça contra o direito de greve e cortando os salários dos grevistas. Além disso, criminaliza a greve dos trabalhadores do INSS e da saúde federal, enquanto ameaça intervir no IBAMA para liberar a exploração de petróleo na foz do Amazonas e entrega a gestão dos hospitais federais no Rio de Janeiro à prefeitura.

Além disso, a crise climática tem provocado consequências catastróficas para nossa classe, fazendo com que milhares de famílias sofram com as constantes inundações no Rio Grande do Sul, enquanto o Pantanal enfrenta incêndios recorde e a Amazônia sofre com o desmatamento e uma seca histórica. Paralelamente, os povos originários e tradicionais continuam sem a demarcação e titulação de suas terras ou Reforma Agrária, sendo obrigados a conviver com a permanência do garimpo, a extração ilegal de madeira e minérios e a perseguição e assassinato de lideranças indígenas e ambientais.

No Congresso Nacional, parlamentares da extrema direita continuam a apresentar e votar projetos de lei que tiram direitos dos trabalhadores, da população em geral. Esses projetos incluem pautas reacionárias como o PL do Estupro, que propõe penas mais severas para mulheres que abortam após 22 semanas do que para estupradores, a manutenção do Novo Ensino Médio, as Emendas Constitucionais do Marco Temporal e a PEC 45, que criminaliza os usuários de drogas.

Os governos estaduais e prefeituras, dirigidos pela direita e pela extrema-direita, seguem governando para os ricos, implementando medidas que prejudicam a população, como a privatização de empresas estatais, o aumento da terceirização em áreas sociais como saúde e educação, a militarização crescente das escolas, o aumento da letalidade policial, o arrocho salarial do funcionalismo e a aprovação de leis que restringem direitos.

No entanto, a população continua resistindo através de ocupações, greves e mobilizações contra esses governos. Diante disso, é essencial unificar essas lutas para enfrentar a extrema-direita e as políticas de austeridade da frente ampla.

A SAÍDA É A MOBILIZAÇÃO POPULAR

Apesar dos constantes ataques aos direitos pela burguesia, pelos governos e pelo parlamento, a classe trabalhadora brasileira não está derrotada e continua resistindo. Um exemplo disso é a mobilização das mulheres brasileiras, que tomaram as ruas e conseguiram barrar o avanço do “PL do Estuprador,” forçando Lira e a extrema direita a recuarem diante da pressão popular.

A greve na educação federal também demonstrou que a luta é o caminho para derrotar as políticas de ajuste fiscal e a extrema direita, que tentou se apropriar da pauta grevista contra o governo, mas encontrou resistência, pois nossa luta é em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, uma causa que eles jamais apoiarão.

NOSSA GREVE: ERA POSSÍVEL CONQUISTAR MAIS!

A greve começou com grande expectativa por parte dos trabalhadores da educação federal de que o governo Lula atenderia nossas reivindicações, após sete anos de salários congelados, cortes sucessivos no orçamento e o agravamento das condições de vida e de trabalho. No entanto, a greve não conseguiu derrotar o ajuste fiscal do governo Lula, nem garantir um reajuste salarial em 2024 e a recomposição das perdas inflacionárias dos últimos anos. Apesar disso, a força da greve trouxe vitórias importantes, como a reestruturação do PCCTAE, a revogação da portaria 983, o fim do ponto eletrônico e a concessão do RSC para técnicos, entre outras conquistas.

Acreditamos que poderíamos ter conquistado mais se as direções dos principais sindicatos dos servidores públicos federais, sob a direção da CUT (PT), CTB (Pcdob) e de setores governistas do PSOL, como a Resistência, reunidas no FONASEFE, tivessem apostado em uma greve unificada do funcionalismo federal, em vez de focarem nas negociações de gabinete. Essas lideranças, comprometidas em apoiar o governo, acabaram sacrificando a oportunidade de uma greve geral dos SPFs, que poderia ter garantido reajustes salariais este ano e melhores acordos de greve para todo o funcionalismo.

O problema começou quando essas direções protocolaram no começo do ano uma proposta de recomposição salarial bastante rebaixada, entre 22% e 34%, sem consultar as bases das categorias. No caso do Sinasefe, a proposta nem sequer foi votada em uma plenária nacional do sindicato, o que revela um grave problema de método que se repetiu ao longo da greve.

O governo também contou com o apoio da maioria das direções governistas do ANDES, SINASEFE e FASUBRA, que, durante a greve, se esforçaram para proteger a imagem de Lula. Essas lideranças impediram que a greve se radicalizasse, seja disseminando o medo de que a extrema direita pudesse tirar proveito da situação, seja evitando a emissão de diretrizes claras para a radicalização do movimento. Além disso, realizaram lives e divulgaram áudios de dirigentes nacionais com orientações desmobilizadoras, e o próprio comando de greve apresentou contrapropostas muito inferiores sem antes submetê-las às assembleias de base.

Com a greve se fortalecendo em todo o país, o governo Lula recorreu a práticas antissindicais na tentativa de encerrar o movimento. Lula fez várias declarações contrárias à greve, convocou reitores e assinou um acordo com o sindicato pelego e sem legitimidade, a Proifes-Federação, filiada à CUT e dirigida pelo PT e Pcdob. Vale lembrar que o Proifes foi criado dentro do gabinete do então ministro

da Educação, Tarso Genro (PT), durante o primeiro governo Lula, com o objetivo de dividir a categoria e enfraquecer o ANDES e o Sinasefe.

Apesar dessas manobras, a greve se manteve forte, forçando o governo a ceder, melhorando as propostas e anunciando a recomposição parcial do orçamento das universidades e institutos federais. Apesar dos desafios, a greve foi vitoriosa, expondo as contradições do governo Lula, que, ao mesmo tempo em que afirma que a educação é prioridade e anuncia a expansão da rede federal com a criação de 100 novos campi, não resolve problemas básicos de infraestrutura, condições de trabalho, falta de servidores e assistência estudantil na rede atual. Para agravar a situação, no início de agosto, o governo anunciou o contingenciamento de mais de 200 milhões no orçamento de 2024 dos institutos, afetando diretamente o dia a dia das unidades de ensino.

UMA NOVA DIREÇÃO PARA CLASSE TRABALHADORA É NECESSÁRIA

Para o próximo período, é fundamental que o Sinasefe seja um sindicato autônomo, democrático e independente do governo Lula, de modo a consolidar as vitórias da greve e conquistar mais direitos. Fortalecer a luta contra os cortes de verbas e pela recomposição orçamentária da Rede Federal. Lutar contra os novos ataques como a reforma administrativa e o arcabouço fiscal. Precisamos lutar por novos concursos públicos, melhores condições de trabalho e defender uma educação pública, técnica e tecnológica de qualidade, a serviço dos trabalhadores brasileiros.

É necessário unificar as lutas em curso, tanto no campo quanto na cidade, contra os planos de austeridade da burguesia e dos governos, sejam eles de frente ampla ou de extrema-direita. Devemos apoiar as lutas dos servidores municipais e estaduais por reajustes salariais, contra a privatização de empresas públicas e o avanço da terceirização.

Além disso, é crucial apoiar e batalhar pela unificação das próximas campanhas salariais, bem como a luta dos trabalhadores rurais contra o latifúndio e pela reforma agrária. Devemos nos solidarizar com a resistência indígena pela demarcação de terras e pela expulsão de grileiros, latifundiários, madeireiros e garimpeiros de suas terras.

Somente com a mobilização popular e um programa claro de ruptura com o neoliberalismo poderemos derrotar a extrema-direita, que continua atuante no parlamento e nos governos estaduais, e os planos de ajuste econômico e fiscal do governo Lula.

ASSINAM A TESE: Lucas Barbosa (Seção Brasília); Gabriel de Melo (Seção Urutaí); Matheus Pontes (Seção Cáceres).

12 - O Brasil não é para amadores: O mundo ficando inabitável e o SINASEFE

Palavras-chave: Conjuntura Internacional; Neofascismo; Luta de Classes; Democracia.

Nos últimos anos enfrentamos a maior ameaça ao povo brasileiro, à educação pública e ao serviço público que já tomou posse na presidência do Brasil: o neofascismo articulado com o neoliberalismo, como duas faces da mesma moeda.

O Brasil conseguiu impedir a permanência e o aprofundamento do autoritarismo explorador que agravou a fome, a miséria, as mortes e perseguições no nosso país. O fizemos nos agarrando ao fio da frágil democracia que restava, elegendo Lula e impedindo algumas tentativas de golpe.

No ano em que compartilhamos memórias do golpe de 64, que completou 60 anos, vimos as tentativas do revisionismo histórico continuarem fortes. Lembramos que as primeiras tentativas de golpe, contra a então recente democracia brasileira, foram iniciadas ainda em 1953 e levaram Getúlio Vargas ao suicídio. Mesmo após a morte de Vargas as tentativas de golpes não cessaram, passando pelas pressões que fizeram Jânio Quadros renunciar, tentaram impedir a posse de João Goulart e depois impuseram o parlamentarismo ao país. A estratégia antidemocrática culminou no golpe com tanques nas ruas, deposições de políticos eleitos, fechamento do Congresso em 1964 e sua substituição por outro que abraçou práticas fascistas sem nenhuma tentativa de disfarce, com o AI-5 de 1968.

Portanto, a história ensina que cada vitória é fundamental, mas não pode nos dar uma sensação de termos ganho a guerra contra o fascismo, enquanto ainda há forças fascistas organizadas e atuantes. Nesse sentido, há de se considerar o presidente da Câmara, Arthur Lira, que continua comprometido com o programa fascista/neoliberal e com a manutenção do seu próprio poder autoritário, chantageando o Brasil em nome não apenas de interesses próprios, mas, principalmente, dos interesses mais vis dos super ricos brasileiros e estrangeiros. Tais políticas seguem roubando o povo e atuando firmemente para a retirada de direitos da maioria enquanto dão sustentação às forças fascistas como forma de impor recuos aos setores progressistas e ao governo Lula.

O capitalismo mundial segue em profunda crise e suas ações demonstram que os super ricos, como Jeff Bezos e Elon Musk, seguem impondo agendas que aumentam as guerras e os massacres, afrontam democracias, retiram direitos e agravam a crise climática e seu ritmo de destruição.

Literalmente, eles seguem atuando para aumentar as chances da extinção de nossa espécie em nome de aumentar os zeros em suas contas, matando aos milhões e impondo a fome à bilhões de pessoas.

A situação na Palestina e em todo o Oriente Médio, com o mundo autorizando um massacre de crianças e um Estado de Israel que avança para regionalização e quiçá a mundialização das guerras, além da atuação da OTAN na escalada dos conflitos em territórios africanos, asiáticos e, inclusive, europeus são uma ameaça concreta.

Na América Latina, as diversas formas de intervenção dos EUA e Europa nos países da região, sendo eficazes em países como Equador, El Salvador e Peru, parcialmente eficazes em países como Bolívia, Venezuela e Honduras, entre outros, demonstram que o Império Estadunidense e o poderio da Europa não aceitam sua diminuição em relação a países como China e Índia sem assassinar em massa.

Em nosso contexto imediato, conclui-se que a postura do Sinasefe em 2022, de sair em defesa do apoio à Lula já no primeiro turno, foi corretíssima. Entretanto, o trabalho não terminou por aí. A luta contra as terceirizações hoje se apresenta como a luta da defesa do serviço público que atende a maioria da população. A privatização do Estado tem acontecido em diversas frentes e de diversas maneiras. A Reforma Administrativa, que se apresentava na forma da PEC 32, foi derrotada, mas vem sendo implementada por outros mecanismos. As privatizações e desnacionalizações diretas foram interrompidas, sem que consigamos ver sua reversão em sua maioria, como no caso da Eletrobrás. Entretanto, a perspicácia neoliberal, se utilizando de mecanismos como a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem usado formas como as terceirizações, licitações, parcerias público-privadas, contratação de Organizações Sociais (OSs ou OSCIPs), Fundações supostamente sem fins lucrativos e utilização de editais para contratação de consultorias e empresas prestadoras de serviço para implementações de políticas públicas, destruindo, na prática, a estabilidade do serviço público.

O acerto de apoiar Lula desde o primeiro turno tem nos garantido que estejamos em situação inversa das redes estaduais, com mais de 70% de servidores efetivos nos quadros da rede de institutos, universidades, Colégio Pedro II, INES, IBC e instituições de ensino básico administrados pelo MD. Entretanto, há um enorme contingente de demanda por contratação, visto que as expansões não haviam sido consolidadas quando do golpe de 2016 e nunca se interrompeu o processo de ampliação de cursos e o aumento dos estudantes nessas instituições. Além disso, as condições de vida e de trabalho desses trabalhadores foram profundamente precarizadas desde 2016.

Também foi igualmente correto que o Sinasefe fizesse as greves de 2016, no enfrentamento direto ao fascismo. Lamentavelmente setores internos boicotaram a greve ou não se mobilizaram o suficiente, esses setores, embora tendo sido derrotados nas plenárias e no congresso, foram eficientes em terminar com a greve através de sabotagem – com uma postura de amedrontamento da categoria, ameaçando-a de cortes e com acordos espúrios com reitorias bolsonaristas por parte de alguns dirigentes, antes mesmo que o movimento paredista pudesse consolidar conquistas imediatas. Isso não diminuiu a importância da legitimidade de termos enfrentado o fascismo e defendido a educação pública por meio daquele movimento paredista.

Diante de tal panorama, o Sinasefe precisa ser radical também no enfrentamento ao crescimento do neofascismo, neocolonialismo e neoliberalismo, atuando no impedimento do avanço de projetos que impõem o aumento da exploração, além de buscar a defesa dos direitos da classe. Reforçar a luta contra as altas taxas de juros e de lucros, atuar na defesa de reformas tributárias cada vez mais progressivas, lutando pela taxa de lucros e dividendos, de grandes fortunas e grandes heranças. Deve-se lutar, também, contra a PEC 65, que aumenta a autonomia do Banco Central em relação aos interesses do Estado e do povo brasileiro. Devemos assumir postura radical na luta pela derrubada

da Reforma Trabalhista e da Reforma Previdenciária. Devemos defender a democracia que temos, buscando seu aprofundamento, enfrentando o progressivo aumento de poder do parlamento federal que tem manipulado politicamente interesses nacionais em troca de interesses fisiológicos dos empregados ou dos detentores do poder econômico. Devemos apoiar a luta pela regulamentação do trabalho realizado via aplicativos e contra o processo de pejetização, favorecendo o avanço do sistema de garantias de direitos trabalhistas, previdenciários e de saúde das trabalhadoras e trabalhadores. Ademais, é essencial nos posicionarmos pelo fim da escala 6x1 e a favor de qualquer forma de redução de jornadas de trabalho.

Não devemos perder de vista as outras frentes em que deve-se atuar na luta contra o neofascismo. Precisamos constantemente nos posicionar contra a misoginia, o racismo e a lgbtqiapn+fobia. Outro elemento essencial é a luta pela regulamentação das redes sociais, do uso da inteligência artificial, da internet das coisas (extensão da internet atual, que proporciona aos objetos do dia a dia a possibilidade de se conectarem à internet) e das bigtechs, especialmente no que se refere à propagação de fake news (mentiras fabricadas, impulsionadas massivamente em redes sociais por meio de financiamento e para geração de lucro de grandes capitalistas com a intenção de manipular o medo e criar o pânico moral para empoderar grupos neofascistas). Deve-se dar especial atenção ao processo de apropriação e utilização de dados da população em massa para uso no atendimento a interesses escusos de lucro e /ou manipulação para ataques à democracia, aos direitos e às maiorias minorizadas, de forma a manter-nos sob domínio.

Há de se reconhecer que são inúmeras frentes. A batalha é árdua e longa. Por isso, não podemos esmorecer. Não podemos, tampouco, permitir que interesses pessoais interfiram na luta que temos a obrigação de encampar para que possamos manter a democracia em nosso país. Precisamos estar unidos, buscando o enfrentamento a todas as realidades mencionadas. O Brasil não é para amadores!

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam esta tese

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)

Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)

Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)

Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)

Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)

Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)

Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)

Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)

Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)

Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)

- Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
- Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
- Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
- Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
- Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
- Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
- Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
- Aluísio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
- Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
- Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
- Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
- Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
- Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
- Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
- Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
- Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
- Andre Sarmento (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
- Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
- Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)

Dhiego Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)

Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)

Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)

Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)

Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

13 - O Sinasefe e a Organização dos Trabalhadores para além da educação brasileira

Palavras-chave: Luta de Classes; Organização Internacional dos Trabalhadores; Centrais Sindicais.

Em 2019 a sociedade brasileira conseguiu uma importante vitória contra a extrema direita ao eleger Luis Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato. Para que essa vitória acontecesse foram necessários diversos acordos políticos que transformaram o Governo Lula 3 em um governo de coalisão ainda mais ao centro do que os governos anteriores haviam sido. Ainda assim, a alternativa a isso seria um segundo governo Bolsonaro, ao qual o país provavelmente não sobreviveria sem grandes prejuízos sociais e à democracia.

Apesar da vitória nas últimas eleições presidenciais, o primeiro ano e meio do governo Lula 3 deixa claro que estamos longe de derrotar a extrema direita. Nesse momento temos um Executivo que se tornou refém do pior Legislativo federal da história da República brasileira, formando um governo incapaz de responder satisfatoriamente às necessidades e anseios da sociedade brasileira. O parlamento federal continua utilizando as emendas parlamentares como estratégia de compra de apoio político, chantageando o governo federal que atenda suas pautas em troca de um mínimo de governabilidade. Enquanto isso os servidores federais, especialmente nós da educação, continuamos com salários, benefícios e carreiras defasados.

Continuamos assistindo latifundiários, madeireiros e garimpeiros ilegais atacando e exterminando aldeias indígenas inteiras, enquanto as forças de segurança nacional nada fazem. Continuamos vendo a juventude negra de nosso país ser exterminada pela ação de polícias criminosas que já nem fazem questão de esconder seu racismo e truculência. Vemos a violência contra as mulheres continuar a crescer, enquanto políticos ricos e brancos tentam legislar mais uma vez sobre os corpos femininos e obrigar crianças vítimas de estupro a gestarem e parirem os filhos de seus agressores.

Infelizmente a realidade brasileira não pode ser tida como exceção. O restante do mundo também passa por um longo período de ascensão da extrema direita, tendo partidos de extrema direita chegado ao governo e/ou construindo maioria nos congressos em países como a Itália, França, Suécia e Chile, a fim de implementar sua agenda fascista.

Lutar contra essa ascensão da extrema direita e contra a implementação de sua agenda política, social, econômica e trabalhista é uma questão premente no Brasil e no mundo. Essa luta, no entanto, não é possível de ser feita de maneira isolada. Defendemos que é preciso unir movimentos sindicais e sociais para juntos combater o extremismo e o fundamentalismo dos grupos políticos que representam a direita no Brasil atualmente. Enquanto uma entidade sindical de base nacional,

acreditamos ser de fundamental importância que o Sinasefe amplie e intensifique sua articulação com instituições sindicais e sociais com o objetivo de defender os direitos trabalhistas e sociais que conquistamos com longas lutas ao longo de nossa história. Defendemos ainda que essa luta não é apenas dos servidores públicos, mas de todos os trabalhadores do Brasil.

Enquanto servidores públicos federais, ao longo de nossa greve e das negociações com o atual governo federal, pudemos identificar o quanto a participação no Fonasefe tem sido importante para a defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Além disso, a atuação do fórum tem sido de grande importância nos processos de negociação com o governo.

Em 22 de maio, durante nossa greve, pudemos presenciar o quanto as centrais sindicais ainda têm força de articulação junto à classe trabalhadora. Nessa data ocorreu a Marcha da Classe Trabalhadora, evento puxado pelas centrais sindicais para chamar a atenção da sociedade e do governo para as pautas da classe trabalhadora. Dentre elas, estão a defesa da regulamentação da Convenção 151 da OIT, a luta pela criação de uma data-base para os servidores federais e contra o Arcabouço Fiscal, além da defesa do arquivamento da PEC 32/2020. Observar os pontos que nos aproximam do conjunto da classe trabalhadora nos faz refletir os ganhos que poderíamos ter e proporcionar ao compormos com uma central sindical.

Compreendemos ainda que as ameaças da extrema direita atingem os trabalhadores e trabalhadoras mundialmente, o que nos leva à necessidade de articulação com a luta política internacional na defesa da classe trabalhadora. Nesse sentido seria salutar a aproximação com uma organização mundial de trabalhadores como a Federação Sindical Mundial (FSM), entidade que apresenta posturas internacionais compatíveis com nossas bandeiras de luta, concepção de organização sindical e nossa postura de ação internacional, através da Confederação de Educadores Americanos – CEA, entidade à qual já somos filiados.

Dessa forma, consideramos de fundamental importância que tanto o Sinasefe Nacional quanto suas seções realizem um debate profundo sobre a importância de composição com uma central sindical, bem como com uma organização sindical mundial, tendo em vista a importância estratégica e tática dessa vinculação, ao permitir que os debates da categoria estejam sempre em contato e articulação com as lutas gerais da classe trabalhadora, na linha mais clássica do conhecimento e da luta política operária.

Propostas

1. Proposição, pela Direção Nacional do SINASEFE, de debates sobre a importância de associação do sindicato a uma central sindical e debates que permitam conhecer as centrais sindicais do campo da esquerda do Brasil e fomentar uma metodologia com um cronograma para que o SINASEFE possa tomar uma decisão sobre filiação ou não a uma central sindical e qual.
2. Fortalecimento e ampliação da participação do SINASEFE no FONASEFE, através da proposição e defesa, pela representação do SINASEFE no FONASEFE, do aumento do número de representantes neste fórum.
3. Proposição, pela Direção Nacional do SINASEFE, do início de debates sobre a importância de associação do sindicato a uma organização mundial de trabalhadores e debates que permitam conhecer organizações do campo da esquerda mundial.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam essa tese

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)
Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)
Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)
Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)
Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)
Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)
Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)
Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)
Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)
Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)
Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
Alúcio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)

Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
Andre Sarmento (Seção IFBA/CMS – 1M)
Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)
Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)
Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)
Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)
Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)
Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

14 - Reflexões sobre a Greve de 2024: o Sinasefe que temos e o Sinasefe pelo qual lutamos

Eixo: Conjuntura

Palavras-chave: Greve 2024; Conjuntura Interna; Sinasefe.

A presente tese visa trazer reflexões sobre a greve de 2024, principalmente em relação à atuação do SINASEFE. Busca-se analisar o movimento paredista de forma crítica, destacando seus avanços, bem como os problemas internos de nosso sindicato, a fim de aprimorar nossa ação.

Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender a conjuntura em que o governo Lula está inserido. Sua constituição como frente amplíssima para derrotar o fascismo gera limitações objetivas. O governo tem, em sua formação, setores da direita burgueses e neoliberais e enfrenta a força de um congresso nacional majoritariamente comprometido com interesses das minorias ricas e brancas.

Diante de tal conjuntura que gera impasses, o Sinasefe, em articulação com a Fasubra e seguido pelo Andes (ainda que de maneira precária e sem firmeza organizativa), deflagra um movimento grevista que foi capaz de conquistar avanços importantes nas demandas objetivas dos segmentos das nossas categorias, especialmente no que diz respeito às conquistas remuneratórias e de condições de trabalho. Conquistas como o RSC para TAEs (mesmo com necessidade de consolidação), aumentos remuneratórios devido às mudanças na malha salarial da carreira PCCTAE (ainda que algumas destas alterações tenham gerado fragilidades na coesão interna da carreira), e também avanços na malha salarial EBTT foram fundamentais. Conquistas como o compromisso com a realização de concursos, a revogação da Portaria 983 e a dispensa do controle de frequência demonstram que a unidade entre docentes e TAEs no Sinasefe é um de nossos maiores ativos políticos. Foi tal unidade que permitiu que, nessa greve, tivéssemos um enorme avanço também organizativo, superando tentativas oportunistas de rachar a categoria. Nossa mobilização, em comparação com os diversos problemas na mobilização nas universidades, devido ao fato de TAEs e docentes se organizarem em entidades diferentes, são provas cabais do acerto de constituição da nossa unidade!

Ainda que, em determinados momentos, alguns setores oportunistas tenham adotado a linha errada e inaceitável de comparar e mesmo de igualar o governo Lula, com todos os seus problemas e contradições, ao governo fascista de Bolsonaro, a maioria da categoria em luta conseguiu separar o joio do trigo e não ceder a interesses espúrios em detrimento do enfrentamento ao fascismo. A autonomia sindical foi mantida, a luta da categoria e a luta da defesa da educação pública foram feitas

com independência. O movimento paredista demonstrou o compromisso da categoria e do sindicato com o interesse público e classista.

Apesar disso, nota-se que houve muitos casos de indivíduos que se comportaram de maneira oportunista, tentando mobilizar afetos de descontentamento com embates desnecessários durante a greve, para buscar seu crescimento individual. Tais comportamentos não devem ser tolerados. Não podemos consentir que os mesmos grupos que bradaram "Fora Todos" outrora, que levaram a categoria e o país a apoiar o golpe, voltem a crescer no sindicato.

Dentre comportamentos inaceitáveis em um sindicato verdadeiramente comprometido com a luta classista, infelizmente testemunhados recentemente no SINASEFE, estão práticas machistas, racistas e lgbtfóbicas, que se reproduziram em partes da direção. Basta lembrar que o único coordenador homem à época, apoiado por setores oportunistas, propôs e conseguiu aprovar em uma plenária, a exclusão das mulheres eleitas como coordenadoras gerais da representação do sindicato nas negociações. Houve até mesmo práticas de imposição de representantes homens, que nem sequer foram eleitos em instâncias deliberativas, para participar em mesas de negociação. Ademais, representantes mulheres devidamente eleitas foram impedidas de participar de tais mesas. Esses são exemplos cabais de que personalismos ainda são fortes no sindicato.

Há ainda, a tentativa de estabelecer narrativas falsas, valendo-se das mesmas estratégias de pânico moral e denunciamento das quais a direita usa e abusa. Isso gera insegurança em um sindicato que enfrenta sérios problemas financeiros em nível nacional. Falando sobre questões financeiras, deve-se recordar que, inicialmente, tal situação foi agravada pela postura demagógica de alguns membros que votaram pela diminuição da contribuição das seções ao caixa nacional. Em 2019, lutamos contra essa medida, que foi impulsionada por setores oportunistas e demagógicos do sindicato. Adicionalmente, a atuação desrespeitosa de determinados setores às deliberações sobre o planejamento financeiro, aprovadas em assembleias nacionais, resultou em despesas que ultrapassaram o orçamento previsto para suas áreas de responsabilidade. Esses setores se valeram de maiorias temporárias em assembleias para autorizar gastos exorbitantes, o que posteriormente provocou falta de recursos para a realização de eventos importantes, como o evento LGBT promovido pela diretoria de combate às opressões, e agora, para o financiamento do encontro dedicado aos aposentados e temas relacionados à aposentadoria. Apesar de muitas tentativas da Tesouraria e da Comissão de Administração e Finanças (CAF), de racionalização da arrecadação e gastos, de ampliação da arrecadação por meio da campanha de filiação, da realização do encontro de tesourarias e gestão de finanças e da racionalização de gastos, o Sinasefe segue com problemas de caixa.

A disseminação de *fake news* persiste como conduta corrente em alguns dos coletivos dirigentes, dificultando o companheirismo e os avanços organizativos da categoria e tornando os processos deliberativos cansativos, desmobilizadores, empobrecidos, adoecedores, discriminatórios e, ao fim e ao cabo, autoritários em vários momentos. É preciso banir o oportunismo e o lavajatismo da prática sindical. É preciso votar em coletivos e direções que não o reproduzam e atuem em contrário a práticas dessa natureza.

A formação política pouco avançou no último período. Apesar da realização de eventos que tiveram grande importância, mesmo com alguns problemas sérios, na formação de segmentos da categoria, como foram o Encontro de Mulheres e o ENNIQ. A formação com base na ciência do socialismo e da classe produtiva ficou aquém da necessidade de um momento histórico tão importante. As dificuldades de condução em GTs, plenárias e congressos e o crescimento de posições oportunistas, corporativistas e lavajatistas são o reflexo dessa fragilidade. Quem não é capaz de iluminar o terreno

em que caminhamos - análise de conjuntura -, de conhecer com que forças caminhamos - análise da luta de classes e da organização política da classe e da categoria - e das demandas, necessidades e oportunidades do momento histórico - compreender a classe trabalhadora e nossa categoria de maneira objetiva da singular ao particular e ao geral - não consegue tomar as decisões necessárias nem avançar tanto quanto pode e precisa.

As últimas greves foram nosso melhor momento de formação política nos últimos mandatos da direção nacional, mas seguem insuficientes. É preciso aproveitar o momento para fazermos avaliações de crítica profunda de nossa atuação para não repetir erros recentes e conseguir avançar mais. Afinal, garantir a implementação de muitas das conquistas dessa última greve, como RSC para TAEs, pautas das aposentadas(os), acompanhamento da Expansão 4 da Rede Federal de EPTC, realização de concursos públicos para docentes e luta para realização de concursos públicos para TAEs, inclusive para preenchimento das vagas atualmente impedidas de nomeação ou para as quais a realização de concursos para TAEs encontra-se bloqueada. Outras demandas da categoria que não foram atendidas, especialmente de aposentadas(os), como o nível de endividamento da categoria nos consignados, a migração de carreiras extintas para novas carreiras, a implementação das novas malhas salariais, entre outras, além das demandas da classe e da defesa da educação pública já debatidas aqui, exigem que sigamos mobilizadas(os) e organizadas(os).

Diante dessa conjuntura interna, devemos enfrentar qualquer tentativa de divisão de nosso sindicato, desmascarar interesses oportunistas que defendem uma cisão, combater posicionamentos de coletivos ou lideranças preocupadas apenas com interesses pessoais ou com autopromoção. Enfim, banir esses grupos e suas lideranças dos quadros majoritários das direções do sindicato!

A Unidade Sindical Primeiro de Maio segue organizada e atuante, de acordo com a carta de princípios da nossa fundação, por um Sinasefe autônomo, classista, de luta, que enfrenta as opressões e toda a forma de exploração e defende radicalmente a educação pública, gratuita, estatal, laica, de qualidade, desmilitarizada, socialmente referenciada e emancipatória para toda a classe trabalhadora. Em outras palavras, um sindicato que enfrenta o capitalismo e todas as suas formas de opressão e exploração, que defende a paz e o planeta como nossa casa para a maioria, defende a democracia e a autodeterminação dos povos contra qualquer forma de imperialismo, nacionalista porque defende nossa soberania, e internacionalista porque atua na CEA e defende a classe trabalhadora e a natureza em todo o planeta!

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam esta tese

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)

Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)

Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)

Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)

Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)

- Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)
- Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)
- Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)
- Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)
- Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
- Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
- Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
- Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
- Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
- Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
- Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
- Alúcio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
- Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
- Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
- Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
- Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
- Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
- Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
- Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
- Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
- Andre Sarmiento (Seção IFBA/CMS – 1M)

Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)

Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)

Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)

Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)

Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)

Dhiego Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)

Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)

Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)

Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)

Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

15 - UM CONSINASEFE SOB OS ECOS DA GREVE

Eixo: Conjuntura

Palavras-chave: conjuntura política; luta de classes; estratégias de luta.

No momento em que apresentamos esta contribuição para o 36º CONSINASEFE, completa-se pouco mais de um mês do encerramento de um dos maiores movimentos paredistas da história do nosso sindicato, SINASEFE, cujo desenlace foi a assinatura do acordo apresentado pelo MGI e MEC. Pode-se afirmar que a greve que reuniu docentes e técnicos-administrativos das instituições federais de ensino, institutos federais e universidades, já é o movimento mais importante de cobrança das reivindicações que estiveram na base da vitória eleitoral sobre a extrema-direita em 2022, com a eleição de Lula.

Por outro lado, a poderosa greve da educação federal expressa a confiança de que a classe trabalhadora se imbuíu com a vitória eleitoral. A capacidade que a classe trabalhadora encontrou em si mesma para derrotar Bolsonaro é a mesma que lhe permite agora – por meio de uma de suas componentes (os servidores da Educação Federal) - cobrar do governo que elegeu as demandas contidas no seu voto de 2022. Podemos afirmar que mesmo sem alcançar uma vitória cabal, o movimento tem aquisições importantes que não seriam possíveis sem a mobilização unitária que se construiu durante seus mais de 70 dias, quais sejam:

- Elevação do reajuste linear oferecido até 2026 de 9,2% para 12,8%, sendo 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em abril de 2026;
- Elevação de steps de 4,0% para 5,0% até 2026 (com exceção de Adjunto/DI e DIII-I, que passa de 5% para 6% até 2026). Isso permitirá um reajuste adicional, ainda que muito desigual a segmentos diferentes da categoria. Uma distorção que criticamos;
- Em todo o caso, a despeito das distorções e de estar aquém do necessário e desejado, a greve arrancou sim uma conquista remuneratória relevante: ao invés do reajuste de 9,2% (até 2026) oferecido (e intransigentemente mantido por mais de 6 meses) pelo governo antes da greve, o reajuste agora (devido à greve) será de 13,4% a 16,5%. Assim, se com a proposta anterior à greve, o gasto orçamentário do governo com folha de pagamento dos técnicos e docentes federais (entre 2024 e 2026) seria cerca de R\$ 115 bilhões, agora tal gasto foi elevado aos R\$ 123 bilhões;
- Elevação do valor salarial para ingressantes na carreira docente (MS e EBTT);
- Recomposição parcial do orçamento das instituições federais (suplementação de cerca de 12%);

- Conquista de 5600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;
- Implementação do reajuste de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde complementar e auxílio-creche), apesar de ainda não haver equiparação com os benefícios dos demais poderes;
- Início da Mesa Setorial Permanente de Negociação do MEC;
- Proposta de revisão da IN no 66/2022 – que impactava as progressões múltiplas nas carreiras e impedia o pagamento de parcelas retroativas à data de aquisição dos requisitos para as progressões;
- Revogação da Portaria no 983/2020- regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Isonomia entre os/as docentes da carreira Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior (MS), no que tange ao controle de frequência, com a alteração do decreto no 1590/1996;
- Suspensão de recursos judiciais pelo MEC frente a decisão que conferiram o RSC para aposentado(a)s;
- Retomada da participação de entidades sindicais no Conselho Permanente de RSC.

Entretanto, talvez a principal conquista da greve seja política e organizativa. Política porque afirmou que era possível obter ganhos, mesmo parciais, enfrentando as restrições impostas pelo novo arcabouço fiscal e que, no limite, seria possível, do ponto de vista orçamentário, alcançar um reajuste linear em 2024, o que não se deu até aqui em função de uma intransigência do Governo que não se justifica nem politicamente e nem do ponto de vista orçamentário, como é possível constatar nas propostas ofertadas aos servidores da PF e da PRF. Organizativamente, houve um avanço na recuperação do SINASEFE como um sindicato que luta e negocia. A construção de contrapropostas desde a base permitiu um processo de negociação com disposição para ampliar conquistas que se consolidam com a assinatura de uma proposta final, que atendeu parcialmente demandas sustentadas pelo SINASEFE. Esse um passo importante que se produziu com a contribuição de diferentes correntes que atuam no SINASEFE, mas principalmente pela intervenção da base sindical que buscava, não um movimento demarcatório, mas alcançar suas demandas. Claro que será necessário conhecer os resultados da greve e a atitude da direção sindical para confirmar ou não este passo.

A greve também marca uma crise e um desgaste sem precedentes da Federação PROIFES que, sabotando a greve, se colocando como instrumento do MGI para quebrar a mobilização, viu sua base se levantar contra a política desta organização que pode levar inclusive a uma onda de desfiliação de ADs num futuro próximo. Este desgaste da PROIFES se tornará ainda mais aprofundado com a assinatura do documento final do acordo aprovada pela rodada de assembleias e ratificada por votação no CNG do SINASEFE, não deixando passar a narrativa falsa de que as conquistas se devem a esta federação e atestando que as aquisições da greve, mesmo parciais, são produto da atuação do Sindicato Nacional e de sua base.

Vale ainda ressaltar que a retomada das mobilizações também ocorreu na esfera das instituições estaduais de ensino superior. Greves com vitórias parciais se desenvolveram no Maranhão, Piauí e Ceará, com movimentos em curso em vários outros estados, como na Bahia. A pauta da reposição acumulada nos anos que sucederam ao golpe de 2016 é recorrente, mais demandas no campo da carreira, da assistência estudantil e da infraestrutura das instituições também se fazem presentes. Uma articulação nacional destes movimentos tão semelhantes precisa ser objeto de nossa reflexão.

À SOMBRA DA GUERRA

A resistência do povo da Palestina ao massacre sionista como ponto mais avançado da luta de classes mundial como expressão da luta contra o imperialismo internacional faz da vitória da campanha pelo cessar-fogo e fim do genocídio um imperativo para fazer recuar os planos do imperialismo americano de desenvolver uma economia amplamente baseada na guerra, às custas do sofrimento dos povos, uma obra que só pode se completar com o ataque às liberdades democráticas já em curso em vários países. A derrota eleitoral dos governos belicistas nas eleições europeias, particularmente na Alemanha e na França, — que são eixo da UE —, contudo, expressa a rejeição aos governos e partidos que se alinham com as guerras (Gaza e Ucrânia) e massacres. Note-se que a política belicista destes governos e dos partidos que os apoiam acaba por dar passo aos partidos da extrema-direita que ampliaram sua votação na recente eleição europeia. Essa política de toda forma pressiona fortemente os países dependentes, exigindo novos ajustes e cortes nas responsabilidades sociais do Estado, que afinal estão na raiz das restrições enfrentadas pela greve da educação federal.

FAZER VALER O VOTO DE OUTUBRO DE 2022

Foi, notadamente, pela força da classe trabalhadora e do povo oprimido que Lula conseguiu derrotar Bolsonaro e não pelas alianças ao centro e à direita. Todavia a política econômica do atual governo tem sido orientada pelos interesses e necessidades dos “derrotados” em novembro de 2022, o que faz emergir novas frustrações por parte daqueles que lutaram pela eleição do governo atual. O novo arcabouço fiscal não só bloqueia o orçamento público e o caminho para as reformas populares, como também se choca com as reivindicações concretas da classe trabalhadora. O reajuste zero para os docentes em 2024 foi uma consequência do NAF e a principal motivação da greve da educação pública federal, por exemplo. Contudo, é justamente a mobilização e a conquista das demandas populares que podem fazer recuar a extrema direita e sua contrafação parlamentar, a política de Lira de chantagem permanente e de ataque aos direitos. A greve da educação e a reação maciça contra o PL do Estuprador são exemplos que só a intervenção do povo no cenário político pode assegurar que o programa implícito no voto em Lula, ou seja, a vontade do povo de recuperar o que Temer e Bolsonaro tomaram e de ir além seja realizado. Na questão democrática, se mantém viva a tutela militar sobre o país, expressa no Art. 142 da CF. Entre as questões pendentes estão a questão dos desaparecidos, a punição dos militares responsáveis por mortes e torturas, e a indenização, finalmente, aos militantes anistiados, apesar da anistia “recíproca” que beneficiou os militares. Os crimes militares, nunca punidos, alimentam a violência, a tortura e outros crimes em todas as forças militares, do Exército às Polícias militarizadas. A situação remete à exigência de desmilitarização das PMs, que estão, desde 1969, submetidas à Inspeção Geral de um general do Estado-Maior do Exército. A bandeira punição dos generais continua atualíssima no período. Sob vários aspectos é uma questão urgente na vida do povo, uma vez que os generais se comportam como garantidores da ordem.

Uma outra expressão de que o povo organizado pode fazer valer suas demandas foi a Marcha a Brasília em 22 de maio. A Marcha demonstrou que o combate apoiado em reivindicações concretas é um ponto de apoio para mobilizar a classe trabalhadora. A continuidade da iniciativa que levantou a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e da Lei das terceirizações pode e deve alimentar um movimento do tipo “revoga já” que o SINASEFE deve impulsionar.

Para o próximo período, nosso sindicato precisa reafirmar plenamente com o movimento geral dos trabalhadores da educação, se inserindo de vez no Fórum Nacional Popular de Educação, na defesa do Plano Nacional de Educação, no Conselho Permanente de RSC e participando da retomada unitária da luta pela revogação do Novo Ensino Médio. Com efeito, a continuidade da luta pelas reivindicações concretas da categoria e o acompanhamento do cumprimento das demandas contempladas na proposta apresentada pelo governo exigirá do SINASEFE uma mobilização permanente e vigilante impulsionada pelo seu plano de lutas.

FORTALECIMENTO DA LUTA DAS/OS TRABALHADORAS/ES DA EDUCAÇÃO

Para fortalecer a luta das/os trabalhadoras/es da educação e garantir que suas demandas sejam atendidas, o SINASEFE, com base na orientação política do CONGRESSO, deve focar em três grandes propostas de ação. Essas propostas não apenas consolidam as conquistas da recente greve, mas também visam ampliar e aprofundar a mobilização com outros atores políticos e sociais, criando uma rede de apoio que torna impossível ignorar as reivindicações dos trabalhadores da educação.

1. Ampliação e Consolidação da Mobilização Unitária. O SINASEFE deve continuar a priorizar a construção de alianças estratégicas com outras categorias de trabalhadoras/es, movimentos sociais e sujeitos políticos. A recente greve mostrou a força dessa união, e a continuidade dessa estratégia é essencial. Participação ativa no Fórum Nacional Popular de Educação e na luta pela revogação do Novo Ensino Médio são passos cruciais. Além disso, o sindicato deve intensificar a articulação com parlamentares e outras figuras políticas, criando uma correlação de forças que pressione o governo a atender às reivindicações da classe trabalhadora. A organização de ações conjuntas, como marchas e protestos, e a realização de audiências públicas e encontros com parlamentares são ferramentas importantes nessa mobilização.

2. Construção de uma Agenda de Reivindicações Claras e Específicas. O SINASEFE deve articular uma agenda de reivindicações bem definida, baseada nas conquistas da greve e nas demandas históricas da categoria. Esta agenda deve incluir a luta pela recomposição salarial com um reajuste linear para todas as categorias de trabalhadores da educação, combatendo distorções salariais. Além disso, é essencial garantir a implementação integral dos reajustes de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde suplementar e auxílio-creche) e a isonomia entre os/as docentes EBTT e do Magistério Superior. A manutenção e ampliação das bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas também devem ser prioridades. Essa agenda deve ser constantemente discutida e atualizada com a participação da base sindical, garantindo que reflita as necessidades reais dos trabalhadores.

3. Reforço da Atuação Política e Organizativa: O SINASEFE deve fortalecer sua atuação política e organizativa, promovendo a democracia interna e a transparência nas ações. Reforçar os grupos de trabalho (GTs) permanentes para discutir questões cruciais, como o reenquadramento funcional dos aposentados, insalubridade e entrada lateral de docentes na carreira é fundamental. O sindicato deve também monitorar de perto o cumprimento das demandas contempladas na proposta apresentada pelo governo, mantendo uma mobilização permanente e vigilante. A organização de encontros regionais e nacionais com ampla participação da base permitirá avaliar os avanços e ajustar as estratégias conforme necessário. Além disso, a articulação contínua com parlamentares e outros sujeitos políticos deve ser uma diretriz central, garantindo que as discussões do movimento extrapolem a base sindical e alcancem esferas decisórias mais amplas.

Com essas três propostas, o SINASEFE poderá fortalecer sua atuação, ampliar suas articulações e garantir que as demandas das/os trabalhadoras/es da educação sejam efetivamente atendidas. Isso promoverá a justiça social e a valorização dos profissionais da educação no Brasil, criando uma base sólida para futuras conquistas.

Convocamos todos/as os/as docentes (EBTT, MS) e técnicos administrativos (PCCTAE) das instituições federais a se unirem em torno de uma nova política sindical que esteja profundamente alinhada com os interesses e necessidades das bases. A recente greve demonstrou o poder da mobilização coletiva e da união de forças diversas. Agora é o momento de construir sobre essas conquistas, fortalecer nossas alianças, e garantir que nossas vozes sejam ouvidas em todas as esferas de decisão. Juntos, podemos assegurar que nossas demandas sejam atendidas e que a valorização da educação e dos profissionais que a sustentam seja uma realidade. Vamos, juntas/os, construir um sindicato mais forte, mais inclusivo e mais combativo, capaz de enfrentar os desafios futuros e garantir uma educação pública de qualidade para todas/os.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória!
Venceremos!

Assina essa tese

Antônio Nobre da Silva (Seção Sinasefe Cáceres-MT – 1M)

Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)

Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)

Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)

Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)

Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)

Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)

Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)

Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)

Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)

Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)

Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)

Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)

Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)

Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)

Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
Aluísio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
Andre Sarmiento (Seção IFBA/CMS – 1M)
Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)
Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)
Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)
Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)
Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)
Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

16 - Redescobrir a política: a crise do capital e a falta de alternativas de futuro

Parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e talvez isso possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação.

(JAMESON, 1997, p.10)

A tese aqui apresentada pretende contribuir para os debates do 36º CONSINASEFE sobre a conjuntura política internacional e nacional, buscando a construção de um sindicato combativo frente uma conjuntura complexa de um capitalismo tardio, que coloca em xeque avanços civilizatórios dos últimos séculos, sobretudo em economias caracterizadas por um capitalismo dependente, como no caso brasileiro.

Considerando os limites de tamanho do texto, buscará sintetizar uma visão, a partir do materialismo histórico e dialético, a respeito dos desafios da classe trabalhadora em romper com aquilo que Chico de Oliveira tratou como uma “autonomização do mercado” e uma “opacidade da política” (OLIVEIRA, 2007).

Trataremos de questões do cenário internacional e nacional para indicar caminhos a partir da retomada da luta pelo socialismo frente ao avanço da barbárie e da crise ambiental.

Uma nova geopolítica e a insistência do passado em se manter

A situação política mundial nos faz rememorar a época da Guerra Fria. A ameaça de perda da senhoriagem do dólar, que permitia altas taxas de endividamento dos Estados Unidos da América fez com que o imperialismo norte-americano avançasse em sua estratégia belicista de dominação. O poder de emitir a moeda utilizada nas trocas internacionais, sobretudo do mercado de petróleo garantia, a economia deficitária americana, controlando as reservas cambiais das nações que se davam principalmente através da moeda emitida por seu banco central.

O avanço belicista a partir da expansão da OTAN no leste europeu provocou a reação russa com a deflagração da guerra na Ucrânia. A União Europeia adotou uma postura subordinada aos EUA e a solução do conflito esbarra em interesses geopolíticos inconciliáveis.

A postura israelense de ocupação progressiva do território palestino além das iniciativas de minar a autoridade palestina favoreceu atitude extremista do Hamas, utilizada como justificativa para o genocídio na Faixa de Gaza. A ação de Israel de ataques às lideranças palestinas fora de suas fronteiras indica a possibilidade de expansão do conflito no Oriente Médio.

As provocações dos norte-americanos à China, no que tange às disputas econômicas e sobre o destino de Taiwan levam o país oriental a incrementar os investimentos militares cujo poder de destruição é imensurável.

A crise estrutural do capitalismo tardio, com graves consequências para a oferta de empregos, tem fomentado o avanço de discursos xenófobos e nacionalistas que impulsionam o avanço da extrema direita tanto nos países do núcleo orgânico do capitalismo, como nos países da semiperiferia e periferia.

Os BRICS - parceria econômica entre as principais economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - constituem uma alternativa, nos limites do capitalismo, de construção de uma nova geopolítica mundial, mais condizente com o tamanho das economias que compõem o sistema capital. A criação de um banco de investimentos, hoje presidido por Dilma Rousseff, para rivalizar com o FMI, além de utilização de moedas locais em transações comerciais, discutindo-se até a criação de moedas internacionais, não tem passado despercebida aos olhos dos interesses das nações submetidas ao imperialismo norte-americano. Tal situação, somada à presença da Rússia no bloco, aumenta o ambiente de tensão internacional.

O avanço da ciência e da tecnologia para o enriquecimento de poucos tem provocado seguidas catástrofes ditas naturais, segundo as mais pessimistas previsões de cientistas que há décadas alertam para o caminho de destruição que adotamos.

A própria ciência tem sido alvo de ataques a partir de um messianismo religioso que amplia sua participação na política institucional nas várias partes do mundo, articulado com essa extrema direita já mencionada. As redes sociais são o solo fértil da disseminação de narrativas anti científicas a partir das “bolhas” criadas por algoritmos que divulgam informações para pessoas que pensam de forma semelhante. Dessa forma legitimam-se discursos de ódio e práticas antidemocráticas em grupos sociais cada vez mais amplos.

Na América Latina o golpismo volta a ganhar força, com o avanço da extrema direita e a partir da cultura militar antidemocrática tão presente a partir das experiências históricas recentes. O Brasil viveu o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff que acabou por alçar a extrema direita ao poder. Vários países têm passado por golpes ou tentativas golpistas e a Argentina, pela via democrática, elegeu um presidente que de tão caricato, simboliza esse avanço da pior maneira possível.

Dessa forma, tentativas de unificação dos países latino-americanos para negociações comerciais, como o Mercosul, tem esbarrado na instabilidade política regional.

Quanto ao continente africano, continua sendo o alvo de espólios no âmbito internacional. Quanto a isso, o Brasil tem assumido um papel subimperialista, normalmente conveniado com a China.

Os limites da conciliação de classes: o Brasil de hoje

O governo Lula foi eleito em 2022 a partir de um amplo leque de alianças, sobretudo no segundo turno das eleições presidenciais, para derrotar a extrema direita de características fascistas. Contudo, sob influência do bolsonarismo, a composição do Congresso Nacional representou um enorme retrocesso.

Considerando o que se apresentava, consideramos muito acertada a Resolução de nosso 34º CONSINASEFE que votou a resolução “Eleger Lula para derrotar Bolsonaro”. Fomos a primeira entidade nacional a tomar uma posição firme sobre o processo eleitoral, em maio de 2022.

Analisando o resultado das eleições e a pequena margem de votos que garantiu a vitória das forças democráticas, qualquer situação diferente poderia ter como desfecho um segundo mandato de Bolsonaro. A tentativa de rompimento institucional manifesta nos ataques aos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023 demonstram as intenções da extrema direita, que mantém muita força política, inclusive eleitoral.

Certamente teríamos, com outro resultado nas eleições ou com a consumação do golpe de janeiro, um cerceamento das liberdades democráticas com graves prejuízos à militância sindical.

Como resultado desse amplo leque de alianças que chegou ao poder e a partir de uma composição parlamentar retrógrada, vivemos uma difícil situação no campo democrático e popular, que queremos socialista: por um lado, uma visão no interior da esquerda defende quase incondicionalmente o governo, impulsionada pelo temor da atuação da extrema direita; por outro lado, dentro do próprio governo existem setores que defendem um neoliberalismo mais ortodoxo e seu principal pólo contrário, ainda no interior do governo, defende o chamado neodesenvolvimentismo – neoliberalismo mais heterodoxo. É nesse contexto que ficam espremidos(as) aqueles e aquelas que defendem transformações mais profundas a serem promovidas por um governo dos e das trabalhadoras.

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.(SAMPAIO JR, 2012, p. 679).

O governo se apresenta de forma contraditória. Em alguns casos, como continuidade dos dois primeiros governos Lula, com a defesa de um neoliberalismo mais heterodoxo, que hegemonizava tal período, sob o slogan de neodesenvolvimentismo. Em outros casos, como continuidade dos governos Temer/Bolsonaro, de caráter neoliberal mais ortodoxo.

O avanço em políticas sociais de distribuição de renda são alguns aspectos neodesenvolvimentistas. Por outro lado, nenhuma ação para rever as Contrarreformas que prejudicaram os direitos de trabalhadores e trabalhadoras, como a da Previdência e Trabalhista, são continuidades dos governos neoliberais mais ortodoxos.

Do ponto de vista macroeconômico, o arcabouço fiscal (ou calabouço fiscal) é uma medida no campo do neoliberalismo para adequar as já consideradas necessárias mudanças na PEC 95/2016. Tais limites de gastos para as áreas sociais continuam por engessar as políticas públicas que atendem às parcelas mais pobres da população. O não atendimento dessas demandas trarão de volta a extrema direita ao poder, pela via eleitoral. Além disso, o arcabouço fiscal tipifica, de forma muito clara, crimes de responsabilidade fiscal que embalam sonhos golpistas da extrema direita.

As altas taxas de juros, decorrentes da autonomia do Banco Central, asfixiam a economia brasileira, que tem tido tímidos avanços. Resta saber se a iminente troca da presidência do Banco Central vai, de fato, alterar a política de juros ou se a retórica contra os juros altos serve apenas para agradar as

bases eleitorais mais fiéis ao lulismo. Até aqui, as atitudes da equipe econômica do governo parecem corroborar a segunda hipótese, visto que até o momento não esboçaram nenhuma medida no sentido de, pelo menos, auditar as dívidas interna e externa do país, cujos serviços consomem quase metade do PIB.

É no campo da educação que as continuidades com os governos Temer/Bolsonaro se mostram mais perceptíveis. O Novíssimo Novo Ensino Médio, relatado e dirigido por Mendonça Filho, ex-Ministro da Educação de Temer e responsável pela contrarreforma da etapa final da educação básica, com o respaldo do Ministério da Educação e com apoio do governo na Câmara dos Deputados, garante legitimidade ao desmonte da educação para filhos e filhas da classe trabalhadora brasileira que utiliza a escola pública. Além disso, a manutenção de grande parte do arcabouço infralegal, de responsabilidade do MEC, implantado pelo governo que elegeu a educação como inimiga, passados mais de um ano e meio de governo Lula, demonstra que Camilo Santana veio para atender os interesses dos representantes do mercado educacional, reunidos no “Todos pela Educação”. A “sobralização” da educação brasileira é a capitulação aos interesses do capital. Para piorar, os representantes dos partidos de esquerda no Congresso Nacional, com raríssimas exceções, desconhecem as discussões educacionais, impossibilitando uma crítica interna ao governo federal.

A greve de 2024 escancarou as limitações da conciliação de classe. O governo mostrou-se desinteressado ou incapaz de atender aos anseios de trabalhadores e trabalhadoras da educação, escolhendo ficar do lado do capital e não do povo que o elegeu. Para nós, sindicalistas, essa escolha evidenciou que a independência sindical e a organização da classe são condições *sine qua non* para conquista e manutenção de nossos direitos e interesses.

Os desafios da classe trabalhadora

Diante do cenário descrito no âmbito nacional e internacional, nos resta reconhecer que as tarefas para a classe trabalhadora não são fáceis. Contudo, é um olhar para a experiência de militância de cada um de nós e poderá apontar o caminho para a construção da luta de classes na perspectiva dos e das trabalhadoras. O que não estamos fazendo?

Em primeiro lugar, é importante voltarmos às utopias que nos fazem caminhar. Não serão discursos limitados à ordem que nos permitirão sonhar com um mundo mais justo e socialista. Na epígrafe desta tese, Fedric Jameson salienta a debilidade da nossa imaginação frente ao caos que enfrentamos sob o capitalismo tardio.

O que tem motivado pessoas, mesmo pobres, trabalhadores e trabalhadoras, a assumirem posições de direita. Eis que, na nossa visão, é um radicalismo, que nós da esquerda deixamos pelo caminho. Por que não falamos mais em socialismo, em superação do capitalismo?

Portanto, consideramos como primeiro passo, para um redescobrimento da política, um olhar para a História da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, de forma a retomar utopias e voltar a esperar...

É possível fazer isso através da luta sindical?

Consideramos que sim, mas é outro desafio. Para tanto, precisamos qualificar cada experiência de luta que fazemos. Conseguir construir bandeiras mais gerais, para além das lutas corporativas, que não podem ser esquecidas, é um passo na direção da consciência de classe.

Ainda, precisamos de uma cultura democrática no interior dos sindicatos, a começar pelo SINASEFE. Cultura democrática vai além de proporcionalidade qualificada e de garantia de representatividade de gênero, de etnia, de cargo – que não podem ser esquecidas. Trata-se de superar posturas burocráticas e de autoconstrução de correntes ou coletivos à revelia dos interesses mais abrangentes do SINASEFE.

Devemos ampliar nossos laços com outros sindicatos e movimentos sociais no Brasil e no mundo. Não avançaremos sozinhos em nossos direitos. Em uma economia globalizada e financeirizada, a luta socialista necessariamente deve ser internacional.

Nesse sentido, devemos impulsionar no meio sindical brasileiro, a reconfiguração de nossas centrais sindicais, com vistas a superar a pulverização da nossa organicidade. No nível internacional, impulsionar nossas relações com a CEA - Confederação dos Educadores Americanos - e outras iniciativas que permitam a solidariedade de educadores(as) e trabalhadoras(es) de forma geral.

No nível local, nossas seções sindicais devem se tornar espaços de articulação dos vários movimentos da classe trabalhadora, construindo experiências para pessoas de nossas bases que militam nos diversos espaços de militância, seja economia solidária, meio ambiente, movimento negro, movimento de mulheres, LGBTQIAPN+, educação popular, etc.

A nossa vitoriosa greve de 2024 foi uma escola política para muitos trabalhadores e muitas trabalhadoras. Foi um exemplo prático de construção de solidariedade e, em muitos casos, elevou a consciência política de grande número de pessoas. Estas, devem ganhar espaço no meio sindical, a partir dessa cultura sindical democrática que prioriza o SINASEFE em relação aos coletivos.

Visando manter uma mobilização constante nas seções sindicais, dando continuidade a luta iniciada durante a nossa greve, propomos que o 36º CONSINASEFE delibere por **Toda última semana do mês realizarmos em dias intercalados um dia de mobilização Nacional do SINASEFE, focados em seis pautas principais, 3 delas que beneficiam toda a comunidade escolar e 3 delas que impactam diretamente os servidores, sendo elas:**

- Data base;
- Equiparação dos benefícios entre os 3 poderes;
- Revogação;
- Ampliação e fortalecimento da assistência estudantil;
- Consolidação das unidades da rede federal de ensino;
- Recomposição do orçamento das instituições federais de ensino.

Referências Bibliográficas:

JAMESON, Fedric. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: RIZEK, Cibele S.; OLIVEIRA, Francisco de. (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

Assinam esta tese:

- Ana Cláudia Kohls Colvara - Sinasefe IFSUL
- Cláudia dos Santos Pinto - Sinasefe IFSUL
- Cristina Zanella Rodrigues - Sinasefe IFSUL
- Daniel Pezzi da Cunha - Sinasefe IFSUL
- Daniela da Rosa Curcio - Sinasefe IFSUL
- Diogo Soares Bica - Sinasefe IFSUL
- Eduardo Garcia Ribas - Sinasefe IFSUL
- Eduardo Rayher Soares - Sinasefe IFSUL
- Fernanda Cristina Camillo - Sinasefe IFSUL
- Francisco Carlos Gonçalves Brongar - Sinasefe IFSUL
- Francilon Lima Simões - Sinasefe IFSUL
- Grazielle de Almeida - Sinasefe IFSUL
- Helen Rodrigues Oliveira - Sinasefe IFSUL
- Janaina Schvambach - Sinasefe IFSUL - Sinasefe IFSUL
- Janete Otte - Sinasefe IFSUL
- Marlise Sozio Vitcel - Sinasefe IFSUL
- Manoel José Porto Júnior - Sinasefe IFSUL
- Mauro Castro Martin - Sinasefe IFSUL
- Michele Roos Marchesan - Sinasefe IFSUL
- Osni da Costa Rodrigues - Sinasefe IFSUL
- Roberta valeska Santana Vieira - Sinasefe IFSUL
- Rosimeri Alves Vitória - Sinasefe IFSUL
- Ruti Angela Barbosa Oliveira - Sinasefe IFSUL
- Sandro Cavalheiro Souza - Sinasefe IFSUL
- Stela Maris Pinheiro Lopes - Sinasefe IFSUL
- Tania Winch Lisboa - Sinasefe IFSUL
- Victor Braz Iturriet - Sinasefe IFSUL
- Vinícius Waltzer Rocha - Sinasefe IFSUL
- William Junior Sperb - Sinasefe IFSUL
- William Kelbert Nitschke - Sinasefe IFSUL

17 - GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL: CONQUISTAS E LIÇÕES

A Greve da Educação Federal de 2024 durou mais de três meses – contando-se a partir da deflagração por parte da Fasubra, em 11 de março –, paralisou atividades laborais em 65 universidades e mais de 560 *campi* da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e entrou para a história como um verdadeiro exemplo de mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Representados por suas entidades sindicais nacionais – Sinasefe, Andes e Fasubra –, Professores/as e Técnicos/as Administrativos/as em Educação (TAEs) colocaram no centro do debate a necessidade de valorização da educação pública para a população e o enfrentamento ao legado antipovo dos governos golpista, de Temer, e fascista, de Bolsonaro, para o setor.

A greve demarcou posição na conjuntura demonstrando, nos estados e em Brasília, o caminho a ser seguido pela classe trabalhadora e pelas organizações de esquerda: a mobilização popular para enfrentar a política de arrocho da burguesia que domina a maior parte do congresso nacional e ocupa cargos relevantes no governo federal.

Conduta antissindical do governo é derrotada pela categoria – Greve garante aumento das verbas das instituições e reajustes salariais

A pressão unificada do movimento grevista da educação com outros sindicatos de servidores conquistou, em 2024, reajustes dos chamados auxílios (alimentação, creche e saúde). O governo ameaçou assinar o acordo parcial para reajuste de tais rubricas somente mediante compromisso das entidades de não fazerem greve, mas a força do movimento impôs o recuo dessa postura autoritária, com a retirada de tal cláusula, garantindo os direitos a todo o funcionalismo do Executivo federal.

Uma marcha de 10 mil servidores e estudantes marcou este momento, em 17 de abril. Nesse cenário, movimento e governo pactuam seguir as negociações em mesas específicas de cada carreira, com a greve da educação prosseguindo e se fortalecendo.

Ainda no final de abril, o Ministério da Educação realiza pequeno reforço do orçamento das instituições de ensino, em resposta à greve. Até final de maio, as mesas de negociação seguiam sem variação dos percentuais básicos de reajuste salarial, com argumentos do governo de não ter recursos para tanto. Nesse momento, os negociadores dos ministérios lançam mão de práticas antissindicais, declarando encerrada a possibilidade de ganhos na negociação, apostando suas fichas no desgaste do movimento.

Além disso, o governo opta por assinar seu acordo rebaixado com uma entidade fantasma, criada por simpatizantes dos partidos do governo e, até ali, sem registro sindical, o Proifes,

atropelando a autonomia do movimento de professores/as e suas entidades nacionais históricas, o Andes e o Sinasefe, que representam a esmagadora maioria dos sindicatos de base.

A resposta do movimento foi contundente. Em demonstração de solidariedade, Técnicos Administrativos se manifestam em defesa dos professores, ao passo que representantes das entidades legítimas exigem nova mesa de negociação para a categoria.

Nesse momento, os atos e mobilizações nacionais crescem, com a cobrança chegando de forma mais direta ao presidente Lula, em eventos oficiais e por meio de ações nos estados fechando avenidas e reitorias e ocupando prédios governamentais, com forte participação da militância do Movimento Luta de Classes (MLC) em tais ações. Resultado dessa demonstração de firmeza e combatividade por parte da greve, o governo recua novamente e marca novas mesas de negociação.

Nas mesas negociais de 11 e 14 de junho, respectivamente com técnicos e docentes, exercendo intensa pressão em todo o país, os grevistas arrancam o compromisso de avanços em demandas históricas das categorias, em outros momentos apresentadas como “impossíveis”, a exemplo da implantação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os/as TAEs, além da revogação da Portaria nº 983, que precariza o trabalho docente e dificulta o tão importante desenvolvimento de pesquisa e extensão nas IFEs.

Uma greve além de si

Uma das marcas dessa Greve da Educação foi a amplitude política de sua intervenção na conjuntura, questionando os setores privilegiados do orçamento, como o capital financeiro, que leva metade de todos os recursos da União, e o chamado “Centrão”, liderado pelo reacionário Arthur Lira, que destinou dez vezes mais verbas para emendas parlamentares do que para a Educação.

Pressionado pelo movimento, que entrou de maneira determinada na disputa pelo orçamento para as áreas sociais, no dia 10 de junho, o Governo anunciou nova recomposição orçamentária das instituições federais de ensino.

Também foi fundamental, histórica, a verdadeira aliança com o movimento estudantil, que fez com que a greve, cada vez mais, se caracterizasse como uma greve não apenas por salários e carreira (pautas justíssimas), mas, de forma mais ampla, uma greve *pela educação*. Em diversos estados, as reivindicações estudantis foram acolhidas e incorporadas à pauta local da greve e, em alguns casos, os/as estudantes integraram lado a lado com os/as servidores/as, inclusive, os próprios comandos locais de greve.

Ademais, os grevistas participaram ativamente nos Estados dos protestos em defesa da democracia e por punição aos golpistas de ontem e de hoje, a exemplo do 1º de abril.

Houve, ainda, fortalecimento das mobilizações unificadas da classe trabalhadora, como o 1º de maio e a marcha das centrais sindicais em Brasília, em 22 de maio, com 10 mil pessoas, das quais a greve da educação representava cerca de 1/3.

Protagonismo das mulheres

É impossível não reconhecer o papel fundamental das mulheres nessa greve. Embora sejam maioria na sociedade e no campo da Educação, em geral, essa maioria ainda não se reflete na

ocupação dos espaços políticos, inclusive, no movimento sindical. Não obstante, as mulheres têm pautado com firmeza nos sindicatos, além da luta econômica, questões fundamentais, como o combate aos assédios moral e sexual nos IFs e UFs, a luta contra o racismo e a LGTQIAPN+fobia, a defesa dos NEABIs, dos NAPNEs, dos núcleos de estudos de gênero e correlatos.

Apesar de todo o machismo que enfrentam, as mulheres, em muitos momentos, foram maioria nas assembleias e nas mobilizações, lideraram o movimento, apresentaram e foram as principais responsáveis pela execução das propostas mais acertadas para a definição dos rumos da greve.

Simultaneamente à greve, as mulheres organizaram, em várias partes do Brasil, importantes atos contra o PL 1904/2024, o PL do estupro, colocado em regime de urgência por Arthur Lira. Essa dupla ofensiva nasce da imbricação entre o milenar sistema patriarcal e o capitalismo. Cientes dessa conexão nefasta, as companheiras do MLC em greve organizaram, junto a outras companheiras, a Plenária das Mulheres pela Educação, no dia 18 de junho, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

A visibilidade das mulheres como sujeito político dos sindicatos e das greves desencadeia uma verdadeira revolução na cultura política desses espaços cujas pautas até recentemente se centravam unicamente nos temas mais tradicionais (e também importantes), como as campanhas salariais, melhorias na carreira e a luta anticapitalista. O cuidado das crianças e da casa como debate político, a diluição da separação radical entre espaço público e espaço privado, a ampliação do entendimento sobre o que é violência, são apenas alguns dos temas que os feminismos agregaram à luta sindical.

Por tudo isso, podemos afirmar que nos queremos vivas, livres e resistentes! Por um movimento sindical, um país e um mundo feministas!

Avança a consciência e cresce a solidariedade de classe

Apesar de algumas tentativas pontuais de disseminação do divisionismo entre TAEs e docentes no seio da nossa categoria, a greve 2024 ficou muito mais marcada por diversas manifestações de solidariedade classista entre os/as servidores/as.

Quando, em dado momento, o governo agendou somente a mesa de negociação com os/as professores/as, sem designar data para a nova reunião com os técnico-administrativos, acionou velha tática de tentar fechar acordo com somente um dos segmentos da categoria para fragilizar a greve, obrigando a outra parcela da categoria a aceitar qualquer proposta irrisória ou sair de mãos abanando. Os/as grevistas, porém, lançaram uma ampla campanha em solidariedade aos TAEs, com todos os representantes da bancada sindical comparecendo à reunião da mesa de negociação docente trajando uma camisa na qual se lia: “Sem TAE Não Tem Acordo”.

De igual forma, quando o governo decretou, de modo unilateral, o fim das negociações com o segmento docente, a categoria respondeu de maneira unificada, ocupando o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e de lá só se retirando após o agendamento de uma nova reunião.

O debate e as deliberações nas assembleias de base e nas plenas do Sinasefe foram tornando cada vez mais sólido o sentimento de unidade da categoria, que decidiu, em mais de uma oportunidade, só aceitar o encerramento das negociações e, conseqüentemente, da greve, depois que ambos os segmentos se sentissem atendidos.

E a solidariedade não ficou apenas no âmbito interno. A greve da educação federal recebeu manifestações de apoio de outras categorias, movimentos sociais e parlamentares de esquerda, e soube manifestar sua solidariedade, também, aos/às trabalhadores/as e aos povos em luta em outras partes do mundo. Em diversos atos de rua, por exemplo, foi possível ver a bandeira da Palestina, mantendo de pé a denúncia do genocídio que continua sendo praticado pelo Estado terrorista de Israel e clamando por um cessar-fogo imediato.

Movimento Luta de Classes na Greve da Educação

A militância do Movimento Luta de Classes teve papel destacado nos sindicatos de bases, mas também com dirigentes nas três entidades nacionais que lideraram a Greve. Contando com o apoio da aguerrida militância do partido Unidade Popular (UP), a postura do MLC se pautou na combatividade, na ampla mobilização das bases e na busca da máxima unidade dentro das entidades sindicais.

Logo no início da greve, o MLC construiu as duas maiores assembleias sindicais presenciais das bases da Fasubra (na UFPB e na UFRJ) e algumas das maiores nas bases do Sinasefe, defendendo e apostando na massificação do movimento. No Andes, o MLC defendeu que era fundamental a realização da greve do magistério superior ainda no primeiro semestre e, com efeito, os docentes das universidades entraram na greve a partir do dia 15 de abril.

Ao longo do movimento paredista, o MLC produziu panfletos por categoria e unificados, inclusive com os estudantes do Movimento Correnteza (universitários) e Rebele-se (secundaristas). Da mesma forma, foram realizadas plenárias específicas e gerais que aglutinaram centenas de trabalhadoras e trabalhadores.

Nos momentos mais decisivos da greve, quando o governo quis testar a força do movimento paredista, o MLC defendeu e, mais do que isso, demonstrou na prática que, com uma direção combativa e fortemente ligada a uma base coesa, é perfeitamente possível elevar a pressão exercida pela greve e aumentar, com isso, as chances de vitória da categoria.

De fato, o Movimento Luta de Classes esteve presente, participando ativamente, nas principais ações de impacto realizadas em momentos cruciais da greve, como nos bloqueios de rodovias em Alagoas, no Rio de Janeiro e no ABC paulista; fechamento da reitoria na Paraíba (UFPB), em Alagoas (IFAL) e no Rio (IFRJ); ocupação do escritório do MGI em Alagoas; e abertura de faixas e cartazes em eventos oficiais com a presença do presidente Lula, em Alagoas, que obrigaram este a se manifestar sobre a nossa greve.

O MLC entende que é necessário fortalecer de forma continuada a organização e a formação política da base que construiu esta grande greve, buscando a manutenção da unidade de ação das categorias, mesmo após o fim do movimento paredista, cobrando o cumprimento integral dos acordos firmados e levantando bandeiras como a recomposição total do orçamento da educação, data-base para o funcionalismo e auditoria da Dívida Pública.

Por todo o exposto, entendemos que o Sinasefe deve:

1. Seguir a luta permanente em cobrança pelo cumprimento dos acordos de greve, atuando pela manutenção da unidade de ação entre as entidades nacionais da educação federal;

2. Hastear a bandeira da regulamentação da Convenção n.º 151 da OIT: Data-base no serviço público já!
3. Manter a realização periódica (no mínimo, semestral) do GT Carreira do Sinasefe;
4. Desenvolver materiais de formação política, realizar eventos nacionais e fomentar a realização de cursos de formação em todas as seções sindicais;
5. Construir jornadas de luta em defesa da educação e do serviço públicos, lutando contra retrocessos legislativos e disputando o orçamento da União para as áreas sociais;
6. Trabalhar pela realização de um grande encontro das entidades sindicais e estudantis da educação pública federal.

Assinam esta tese:

Acássia Delié Mendonça Alves (SINTIETFAL), Adriana Cirqueira Freire (SINTIETFAL), Anny Querubina de Souza Barros (SINTIETFAL), Ariel Menezes Rodrigues (IFBA/CMS), Camila Félix (IFBA/CMS), Carlos Borges da Silva Júnior (SINTIETFAL), Carlos Eduardo Nobre (SINTIETFAL), Carlos Marcelo Maciel Gomes (SINTIETFAL), Carlos Cruz (IFBA), Daise Vieira Moitinho (IFBA), Carmelita Ozorio (IFBA/CMS), Dalton Andrade (IFBA), Darliton Cezario Romão (SINTIETFAL), Diogenes Mendes Araujo (Natal/IFRN), Fernando de Oliveira (SINTIFRJ), Francisco Dias (IFRN), Genuzi de Lima (SINTIETFAL), Glícia Maris Albuquerque Lúcio (SINTIETFAL), Hellen Rodrigues (IFBA/CMS), Izael Pereira (SINTIETFAL), José Henrique Ferreira da Silva (SINTIETFAL), José Jorge (IFBA/CMS), Katuscia da Costa Pinheiro (Monte Castelo), Luciano Almeida (IFBA/CMS), Luís Márcio Nogueira Fontes (SINTIETFAL), Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya (IFRN/Natal), Mariana Muniz Sampaio (IFBAIANO/Anisio Teixeira), Marcia Pinho (IFBA/CMS), Marcondes Inácio da Silva (SINTIETFAL), Nadson dos Santos (IFBA/CMS), Paulo Andre Ferreira (SINTIFRJ), Paulo Roberto (IFBA/CMS), Rita de Cassia dos Santos (IFBA/CMS), Roberta Ribeiro Cassiano (SINTIFRJ), Samuel dos Santos (IFBA/CMS), Silvana Correia (IFBA/CMS), Thaís Oliveira Silva (IFB), Vanessa J. R. do N. Mandriola (ASSINES-SIND), Vilma Urpia (IFBA/CMS), Vera Rejane Gomes (SINTIETFAL), Vanessa Moreno Mota (SINTIFRJ), Yuri Buarque (SINTIETFAL)

18 - O que entendemos como prioridade para o próximo período

Desde o golpe de Estado contra o Governo Dilma, em 2016, com o qual parte dos Coletivos do SINASEFE colaboraram, temos apontado que o caminho, para além da luta contra o fascismo e contra as posições ultra radicais da autoproclamada “Esquerda Revolucionária”, que serviram àquela conjuntura golpista, seria o da retomada da construção da nossa pauta e da nossa luta pela base e não a partir da leitura conjuntural das correntes políticas externas, das quais participam os/as “eleitos/as” ou “escolhidos/as”.

Nós do SPL, não fazemos aqui um discurso fascista de criminalização das correntes partidárias, mas sim o apontamento de que o nosso Sindicato Nacional precisa se voltar aos anseios da categoria e não de fóruns já totalmente atrelados à lógica das cúpulas e de caciques, como é o caso, por exemplo, do FONASEFE.

Precisamos continuar reconstruindo neste próximo período as ferramentas e o caminho já alicerçado nesta última Greve, que teve como protagonista a base da categoria, que assumiu o controle do Comando Nacional de Greve e acabou dando o tom do processo, inclusive quando algumas figuras públicas do nosso Sindicato Nacional titubearam e falaram nas lives e nos vídeos distribuídos nas Redes Sociais, as suas posições pessoais e não as definidas no CNG, o que não contribuiu em nada com o processo de construção coletiva da greve e da nossa luta sindical, “entregando a categoria aos leões” em um momento extremamente importante para as nossas bases.

No Congresso Eleitoral passado tínhamos a certeza de que as duas primeiras tarefas para a Direção Nacional do SINASEFE seria a forte vigília contra toda e qualquer Reforma Constitucional que retirasse direitos, como foi o caso da PEC32, mas, principalmente, encaminhar o enfrentamento a uma possível reeleição do governo de ultradireita de Bolsonaro. Entretanto, o SINASEFE precisava se preparar para o período seguinte àquelas eleições presidenciais, na expectativa que se apresentava da eleição de Lula. E na nossa opinião isso não ocorreu, com as correntes majoritárias do nosso Sindicato Nacional, que colocaram nosso Sindicato numa condição subalterna através do teatro das Mesas Gerais de Negociação, sem procurar construir sua autonomia frente inclusive às cúpulas que se reuniam e decidiam nos fóruns de dirigentes nacionais o caminho sem a participação e construção efetiva da base.

Continuamos ainda hoje entendendo como muito importante a eleição de Lula e a derrota de Bolsonaro, mas também entendemos que o nosso Sindicato Nacional precisa colocar de maneira mais clara, e respaldado pelas suas bases, qual o caminho e quais as propostas pretende seguir. Não podemos ficar o tempo todo apontando a lógica de uma negociação geral, inclusive criando factoides de que não existe outro caminho ou que estaríamos quebrando a unidade quando procuramos construir ações que atendam a nossa base, cujo o salário de grande parte dela é o mais baixo do Serviço Público Federal. Entendemos, também, que o nosso Sindicato Nacional precisa se construir como uma Entidade autônoma e independente frente ao patrão, aos partidos e aos governos, não permitindo que outros interesses definam as lutas da categoria.

As correntes majoritárias passaram o ano de 2023 alimentando um falso processo de negociação na Mesa Geral, ignorando os anseios das bases que clamavam pela negociação das carreiras da EBTT e PCCTAE. Conseguiram com isso apenas adiar a nossa greve e criar obstáculos para que pudéssemos ter algum reajuste em 2024. Aquela escolha acabou gerando apenas o reajuste dos benefícios para todos, impedindo que o conjunto de Servidores/as tivesse qualquer reajuste em 2024, o que acabou ocorrendo somente com alguns poucos setores que não se pautaram pelo FONASEEFE. Estamos dizendo que teríamos o mesmo destino das negociações das Polícias Federais e IBAMA? Não podemos afirmar que sim, entretanto podemos dizer que o adiamento da construção da nossa greve para o segundo bimestre de 2024 pode ter sido um dos fatores para não alcançarmos outros resultados que não os reservados para 2025 e 2026.

Não queremos aqui defender a saída do SINASEFE do FONASEFE ou de qualquer outro fórum que dialogue com o conjunto dos Servidores/as Federais (SPFs), mas antes de falarmos de reajuste geral precisamos da reestruturação das nossas Carreiras, para depois articularmos uma política salarial geral para o conjunto dos SPFs. Quanto mais reajustes gerais ocorrerem, as distorções salariais no conjunto se ampliarão. O dirigente e/ou militante não entender isso é mais do que um equívoco, significa não entender qual o seu papel na construção do movimento que o SINASEFE precisa organizar.

A greve de 2024 demonstrou a disposição de luta da categoria em defesa da reestruturação das carreiras EBTT e PCCTAE. O movimento da base demonstrou que o SPL e todos os demais setores minoritários que defendiam a saída pelo debate e luta para a reestruturação das carreiras estavam certos, e que era a saída mais acertada desde 2023 e não somente em 2024. Quando o Sindicato chamou a greve para isso, ela veio e com muita força. Inclusive as lideranças do nosso coletivo clamavam por este caminho, pois já discutíamos abertamente isso nos nossos grupos de debate e fazíamos essa defesa nas poucas instâncias deliberativas que o SINASEFE realizou ao longo de 2023.

Desde o Congresso Eleitoral anterior, realizado em maio de 2022, que já pretendíamos tal caminho. Ao escolhermos as pastas de pessoal Técnico Administrativo e Docente, dentre as inúmeras existentes na DN do SINASEFE, apontamos o que queríamos para nosso Sindicato Nacional: a reestruturação das carreiras de EBTT e do PCCTAE. O SPL utilizou os seus 4 cargos na DN, dos 30 que a compõem, procurando produzir algum resultado mais efetivo para a categoria, com a retomada do GT Carreira, revitalizando e fortalecendo a Comissão Nacional de Supervisão (CNS) e a Comissão Nacional Docente (CND), que contribuíram e ajudaram a produzir e organizar propostas, junto com as bases nas discussões sobre carreira, desencadeadas pelas pastas de pessoal do nosso Sindicato Nacional. Enquanto isso, os coletivos eleitos em 1º e o 2º lugares, a maioria na DN, optaram por escolher as funções da burocracia sindical.

No último semestre do atual mandato o coletivo majoritário deixou a pasta de Pessoal Aposentados/as, com o SPL assumindo os trabalhos e realizando a única atividade destinada aos Assuntos de Aposentadoria desse mandato. Realizaremos um Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, antecedendo o 36º CONSINASEFE, onde serão tratados temas de interesse desse importante segmento do SINASEFE. Inclusive temos como uma das principais metas para o próximo biênio, propor ao conjunto dos SPFs uma ampla discussão e campanha pela revisão da Reforma Constitucional da Previdência, de 2003 e 2013, procurando retomar a integralidade de todas as aposentadorias.

Enfim, se não fosse todo aquele processo iniciado no final de novembro de 2022, fortalecido a partir de fevereiro de 2023, capitaneado pela pasta de TAE e pela pasta de Docentes na DN, que propostas

levaríamos para as negociações com o governo federal quando da deflagração da nossa greve? Todos sabem a importância os integrantes da Coordenação Geral deram àquele processo, em que só apareciam durante os GTs para fazerem piadas, e depois que viram o resultado final, tentaram assumir a paternidade e maternidade no processo. **“Mas a base está vendo !”**

O que apontamos no horizonte para estes próximos dois anos são os resultados da nossa greve e a expectativa de que podemos avançar ainda mais para além do que foi acordado. Precisamos investir efetivamente nas mesas setoriais no MEC, procurando garantir que os itens que pelo visto vão continuar paralisados possam ser alçados a uma condição de maior relevância nas ações do governo, além de investir nos itens que já estão em andamento na Comissão Nacional de Supervisão (CNS/MEC). Precisamos jogar peso e fazer com que o Termo de Acordo da última greve não entre na galeria de outros acordos que servem apenas para rememorar nosso movimento numa próxima greve. Que consigamos avançar em futuros movimentos para alcançarmos outras pautas relevantes da nossa categoria e que os itens do acordo possam ser de fato executados já neste segundo semestre de 2024, bem como ao longo de 2025, conforme acordado nas mesas de negociação. Itens não faltam para lutarmos nestas mesas e na CNS: 1) Revisão imediata da 983; 2) Fim do Ponto Docente (realizar a mudança do Decreto 1.590/1995, que trata do tema;); 3) Democratização das IFEs, com os TAEs podendo se candidatar para Reitor e Diretor Geral de Campi; 4) Correção Histórica do cargo de Assistente de Alunos, passando-o para o Nível de Classificação D; 5) Racionalização dos demais cargos do PCCTAE; 6) 30 horas para todos e todas TAEs, sem redução do salário; entre vários outros pontos já elencados no Termo de Acordo da última e das Greves Anteriores.

No conjunto de itens econômicos, precisamos fortalecer e apoiar nossa representação na CNS-MEC, principalmente em relação aos debates sobre a regulamentação da RSC, a transição da aceleração por capacitação, bem como nos demais elementos que estão sendo debatidos naquela Comissão Nacional quanto à Racionalização dos Cargos e ao Desenvolvimento na Carreira.

Para além das conquistas da última greve e seus desdobramentos, não podemos perder de vista que alguns elementos centrais ficaram de lado no último Termo de Acordo ou não tiveram a amplitude desejada, e aí devemos ter em mente que o ano de 2025 deve ser utilizado para a construção de uma proposta que possa ser apresentada para debate no início de 2026, junto ao governo federal, período pré-eleitoral para Presidente, tendo como prioridade: 1) Correlação no PCCTAE: de A e B para E = 40%; C e D para E = 61%; 2) Reajuste do STEP: 4,2% em 2027, 4,3% em 2028; 4,4% em 2029; e 4,5% em 2030; 3) Piso = 3 salários mínimos, em 2027 e 2028; 4) Reestruturação da Carreira Docente, valorizando o piso, os STEPs e a redução do interstício, a partir do que propusemos no início da greve de 2024.

Em relação à política pedagógica, entendemos que é muito importante que o SINASEFE prepare sua militância para intervir e influenciar quanto à aplicação do Novo Ensino Médio, recentemente aprovado no Congresso. Devemos organizar toda a militância para definirmos nossa intervenção quando das proposições que se apresentem pelo conjunto de gestores da nossa rede, para que não percamos a identidade e nem aceitemos mudanças que se distanciem do projeto político-pedagógico que já temos definido nas instâncias do nosso Sindicato Nacional. Se o projeto inicial do golpismo foi derrotado no texto final do Novo Ensino Médio, restaram algumas arestas que precisam ser aparadas e impedidas de ganhar corpo na sua aplicação nos Institutos Federais.

Da mesma forma, faz-se necessário combater o avanço do projeto neoliberal para a educação pública levado a cabo por entidades privadas em sua relação promíscua com o Estado, através da implementação das orientações e do aparato político e ideológico de organismos internacionais como

Banco Mundial, FMI, OEA, entre outros. A influência de organismos internacionais e de ONG's e Fundações (Fundação Lehman, "Todos Pela Educação", Fundação Bradesco, etc) na formulação das políticas educacionais, precisa ser enfrentada com a apresentação e a defesa de um projeto de educação que caminhe na contramão da concepção da educação para o negócio e para o empreendedorismo, que procura atender ao mercado. É necessário colocar nosso Sindicato na linha de frente da defesa da educação em sua concepção pública e socialmente referenciada, atendendo aos interesses da classe trabalhadora.

Na quadra histórica em que nos encontramos, depois da luta contra a PEC 32, sobretudo pelo governo fascista e ultraliberal de Jair Bolsonaro, a reformulação do Estado poderá vir no governo progressista de Lula, através da implementação de uma Reforma Administrativa fatiada, lenta e silenciosa. Uma pauta urgente e necessária a ser reforçada do nosso Sindicato no próximo período: a luta contra a Reforma Administrativa e, conseqüentemente, contra a precarização e terceirização dos serviços públicos. Embora a PEC 32 tenha momentaneamente saído de pauta, fruto das mobilizações empreendidas pelas entidades sindicais dos SPFs, faz-se necessário manter as nossas bases mobilizadas para o enfrentamento à ideia de "modernização do Estado" que venha precarizar os serviços públicos, atacando e desmontando as nossas carreiras, em particular o PCCTAE. Nesta última greve ficou clara a posição de parte do governo Lula em relação a este segmento, o que pode ser a antessala de uma ideia de ampliação da terceirização na administração pública e em especial de alguns setores já precarizados na nossa Rede de Ensino. Enfim, nossa atenção deve ser redobrada para qualquer tentativa silenciosa de mudança, mesmo aquele que pareça a mais frágil e "inocente".

A luta contínua contra o fascismo e contra a extrema direita, passando pelo debate e pela preparação da nossa militância para a luta e para o enfrentamento pelas pautas identitárias, cada vez mais intensas nas nossas Escolas e na sociedade em geral. Precisamos continuar construindo ações para cada vez mais afastar e reduzir ações LGBTQfóbicas, racistas e machistas do nosso meio, seja no Sindicato ou nas nossas Escolas. Não podemos perder de vista a necessidade de que tais temas devam ser tratados e articulados a partir do recorte de classe, objetivo primordial do nosso Sindicato.

Precisamos, enfim, garantir que tais discussões sejam acumuladas não somente em Encontros Nacionais, mas também através do fortalecimento dos estudos e encaminhamentos da DN, a partir do funcionamento e formulações elaboradas por GTs, ferramentas já utilizadas para outras ações do SINASEFE, como é o caso da Carreira e das Políticas Educacionais. São, portanto, ações complementares e com os mesmos objetivos e funções próximas, porém distintas. Sendo que, no caso dos GTs, podemos, inclusive, tê-los acoplados às Plenárias, o que viabilizaria a participação da militância interessada nos temas em cada PLENA, de modo a fortalecer tal temário em uma das principais instâncias do SINASEFE.

Para além da retomada dos GTs de Negros e Negras, de Mulheres e de Pessoas LGBTQIA+, também devemos garantir a institucionalização do Observatório Afro Indígena, plataforma permanente de defesa e construção de direitos dos representantes legítimos dos movimentos sociais brasileiros, cuja tese vai assinada por militantes do SPL e de outros coletivos, na medida que foi deixada de lado no último CONSINASEFE, apesar da sua importância política.

Como ferramenta amplificadora dos debates de todas essas políticas, sejam elas de cunho corporativo das carreiras e demais questões profissionais, às questões políticas e conjunturais, bem como as de cunho identitário, tais discussões precisam ser ampliadas para a base e "espraiadas" por todo o Brasil. Entendemos que a ferramenta já existe, mas não vem sendo bem utilizada, e para se efetivar isso estamos propondo que voltem a ser realizados dois Encontros Regionais, obrigatórios, a cada ano,

com a pauta definida em Plenárias Nacionais, no início de cada semestre ou até mesmo no último mês do semestre anterior que serão realizados. Com a realização desses dois encontros, podemos ampliar todo e qualquer debate conjuntural que for do interesse da categoria, como agora o RSC, a Racionalização dos Cargos e outros pontos, bem como elementos de formação e debates políticos de interesse societário, como é o caso do machismo, LGBTfobia, racismo.

O nosso Sindicato Nacional precisa retomar um caminho diferente do que vem praticando hoje. Entendemos que o SINASEFE vem sendo utilizado como ferramenta de políticas que são definidas fora dele, em outro ambiente, sem levar em consideração os verdadeiros anseios da categoria. Qualquer tentativa de mudança da atual realidade logo é acusada de fascismo, despolitização ou redução das lutas pelas pautas de interesse das minorias. Quando na verdade o que estamos defendendo e propondo é exatamente o resgate dos interesses da pauta e das decisões pela base e não pela cúpula ou “pelos eleitos”, “pelos escolhidos”. Queremos que o controle volte para a base, queremos que o Sindicato possa realizar os seus gastos e realizar suas atividades com a base e a partir dos interesses dessa base e não de quem dirige o Sindicato Nacional. E a receita para isso já é conhecida: **1)** Realizar cada vez mais Plenárias Nacionais, uma a cada mês ou bimestre; **2)** Realizar pelo menos dois Encontros Regionais por ano, um a cada semestre; **3)** Manter os plantões por mais dias para que os dirigentes gastem menos e fiquem mais tempo organizando as ações em Brasília; e **4)** Acoplar mais GTs às Plenárias para que os interesses e as pautas escolhidas pela categoria possam ser aprofundados e os resultados das discussões sofram maior influência da base da categoria.

Propostas presentes na Tese:

- 1) Preparação da militância e base do SINASEFE para intervir na aplicação do Novo Ensino Médio, recentemente aprovado no Congresso, mantendo e defendendo as políticas e diretrizes aprovadas nas instâncias do SINASEFE. E Defesa de uma educação pública e socialmente referenciada;
- 2) Realização obrigatória de 2 Encontros Regionais por ano, garantindo a inclusão da pauta aprovada por plenárias, incluindo os temas político-conjunturais, identitários, profissionais, carreira e de formação;
- 3) Realização de GTs Carreira, de Políticas Educacionais, de Negros e Negras, de Mulheres, GT LGBTQA+, junto às PLENAS, aprofundando os temas e propostas para aprovação nas instâncias do SINASEFE;
- 4) Realização de uma Plenária a cada mês ou a cada bimestre, no mínimo;
- 5) Definir a Pauta prioritária a ser construída no próximo período - 1) Correlação no PCCTAE: de A e B para E = 40%; C e D para E = 61%; 2) Reajuste do STEP: 4,2% em 2027, 4,3% em 2028; 4,4% em 2029; e 4,5% em 2030; 3) Piso = 3 salários mínimos, em 2027 e 2028; 4) Reestruturação da Carreira Docente, com a valorização do piso e dos STEPs, redução do interstício, entre outros pontos, conforme o proposto no início da greve de 2024;
- 6) Luta contra Reforma Administrativa e terceirização nos serviços públicos;
- 7) Assuntos de Aposentadoria: Extensão dos Benefícios de Ativos para Aposentados/as e início de campanha pela retomada da aposentadoria integral para todas/os SPFs.

Assinam a presente Tese:

1. Alice de Souza Ribeiro (IF Farroupilha/RS)
2. Alice Gomes (Colégio Pedro II)
3. Altemir Roque (Pimenta Bueno/RO)

4. Amauri Queiroz (Colégio Pedro II)
5. Ana Beatriz Batista Pessanha (IF Fluminense)
6. Antônio Inácio Neto (IFCE)
7. Antonio Marcos da Conceição Uchoa (IFSertãoPE)
8. Antonildo Santos Pereira (IF Baiano)
9. Carlos Magno Augusto Sampaio (IF Baiano)
10. Cristina Valéria Gomes (Colégio Pedro II)
11. Diacuy Pereira de Andrade Felipe (IFCE)
12. Diego Soares Carvalho - IFSP
13. Edmar da Rocha Marques (Colégio Pedro II)
14. Elane de Souza Mafra (IFAM)
15. Elton John da Silva Santiago (IF Fluminense)
16. Eliete Ana da Silva Barbosa (Colégio Pedro II)
17. Elizabeth Soares Dutra (Colégio Pedro II)
18. Flavia Hiromi Takahashi (Pimenta Bueno/RO)
19. Gerson Antônio Vieira Lourenço (IF Sudeste de MG)
20. Herlon Bezerra (IFSertãoPE)
21. Ivanyr da Silva Alves (Colégio Pedro II)
22. Ivo da Silva (IFMT)
23. Izael Pereira Oliveira da Silva (IFAL)
24. José Fernandes (Colégio Pedro II)
25. Leida Alves Machado da Silva (IFGO)
26. Lucia Helena T. Araujo (Colégio Pedro II)
27. Lucrécia Helena Iacovino (Colégio Pedro II)
28. Luiz Paulo Souza (Colégio Pedro II)
29. Luiz Vicente Sobrinho (IFCE)
30. Luzia Batista Ferreira (IFGO)
31. Patrícia Rodrigues Condé (IF Sudeste de MG)
32. Paulo Cesar Marques (IF Fluminense)
33. Paulo Roberto Garcia (IFG)
34. Marcos Antônio Vieira Batista (IFCE)
35. Marcia Gabriel Cabral (Colégio Pedro II)
36. Marcio William da Costa (IF Sudeste de MG)
37. Maria Cristina Santana de Oliveira (Colégio Pedro II)
38. Maria Rita Berto de Oliveira (IFRO)
39. Marilete Cândido de Mattos Previero (IF Baiano)
40. Natalia Batista de Moraes (Colégio Pedro II)
41. Natália Salan Marpic (IFSP)
42. Nicelda Lovo (Pimenta Bueno/RO)
43. Nivaldo C. de Souza/Bacalhau (IFSP)
44. Noemi da Silveira Jorge (Colégio Pedro II)
45. Nubia Regina Gomes Xavier (Colégio Pedro II)
46. Paulo Cesar Marques Caxinguelê (IF Fluminense)
47. Raimundo Nascimento Dória (Colégio Pedro II)
48. Roberto Adão (Colégio Pedro II)
49. Roberto Costa (IFAM)
50. Rogério Tadeu da Silva (IFSP)

51. Rosa Maria Cardoso dos Santos (Colégio Naval/RJ)
52. Rui Fernandes Serique (IFAM)
53. Waldísia Rodrigues de Lima (IFSP)
54. Weliton Cley Bispo do Rosário (IF Baiano)
55. Wildson Justiniano (IF Sudeste de MG)
56. William do Nascimento Carvalho (Colégio Pedro II)
57. Wilson Fábio de Oliveira Bispo (IF Baiano)

19 - QUEM NOS REPRESENTAM SOMOS NÓS

EXISTIMOS LUTAMOS, CONQUISTAMOS RESISTIMOS E NECESSITAMOS NOS ORGANIZAR.

Nós, aposentadas e aposentados, filiados ao SINASEFE, somos parte responsável, por importantes e necessário direitos trabalhistas, conquistados com muitas lutas, principalmente com muitas greves, desde a Ditadura Militar, que estão sendo desrespeitados, atacados e uns até destruídos, por todos os governos federais, desde a Constituinte de 1987 e 1988, quando por força da luta organizada, por nossas organizações sindicais de trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos federais, estaduais e municipal, direitos nossos conquistados, foram incluídos na atual Constituição.

Entre estas conquistas estão, o direito à sindicalização, ao concurso público, à estabilidade no emprego, à carreira progressiva, à aposentadoria, a garantia de verbas públicas, para à Educação Pública, além de outras conquistas.

Essa Greve de 2024 que está suspensa e conseguiu conquistas, mostrou claramente, que nós, aposentadas e aposentados, necessitamos estar organizados nacionalmente, para melhor lutar mos com mais força, por nossas reivindicações específicas, de aposentadas e aposentados, e que são gerais, pois a aposentadoria, é um direito conquistado à ser desfrutado.

Incluir no Plano de Lutas do SINASEFE, à ser aprovado no 36º CONSINASEFE: Fortalecer e ampliar a proporcionalidade, de integrantes aposentadas e aposentados na Direção Nacional do SINASEFE, no CONSINASEFE, na Plenária Nacional do SINASEFE, nas Comissões Nacionais do SINASEFE, nas Diretorias das Seções Sindicais do SINASEFE, nos Encontros Regionais do SINASEFE, nos Comandos de Greve, nas Mesas de Negociações com o Governo, e nas atividades sindicais, que sejam de nossos interesses, realizar os Encontros Nacionais do SINASEFE de Aposentadas e Aposentados, antes dos CONSINASEFES, antecedido de Encontros Regionais e nas Seções Sindicais do SINASEFE.

Nas Plenárias Nacionais do SINASEFE, garantir uma vaga exclusiva de delegada ou de delegado, a uma aposentada ou a um aposentado, como já ocorre com uma vaga exclusiva, garantida as sindicalizadas, a ser aprovada no próximo CONSINASEFE Estatuinte, e aprovar no 36º CONSINASEFE Eleitoral, que até lá, esta vaga seja de observadora ou observador.

Propor, por iniciativa do SINASEFE, ao FONASEFE e FONACATE, a criação de uma “Comissão Nacional de Aposentadas e Aposentados”, com a finalidade de organizar a luta geral, por reivindicações específicas de aposentadas e de aposentados.

Assinado: Felipe Acácio Jacques, aposentado e sindicalizado na Seção Sindical SINASEFE-IFSC, desde agosto de 1979, quando era Associação de Servidores do IFSC, fundada em outubro de 1949, pois ainda não tínhamos conquistado o direito à sindicalização.

20 - Taxação de Grandes Fortunas e a revisão da política econômica

A implementação de uma política de taxação sobre grandes fortunas e a revisão da política econômica, com a retirada de serviços públicos essenciais do arcabouço fiscal, são medidas necessárias para promover uma maior justiça social e fortalecer o papel do Estado no atendimento das necessidades básicas da população.

A taxação de grandes fortunas, uma política há muito debatida, é fundamental para reduzir as desigualdades econômicas que persistem em nossa sociedade. Em um cenário onde uma pequena parcela da população concentra uma grande parte da riqueza nacional, é imperativo que essa riqueza seja redistribuída de maneira mais equitativa. A implementação de um imposto sobre grandes fortunas permitiria ao governo captar recursos adicionais que poderiam ser destinados a áreas fundamentais, como educação, saúde, segurança e infraestrutura, setores que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

A revisão da política econômica, especialmente no que diz respeito à aplicação do arcabouço fiscal, também é urgente. O arcabouço fiscal atual impõe limitações severas ao crescimento do investimento público em áreas essenciais, restringindo a capacidade do Estado de atuar como promotor do desenvolvimento social e econômico. A retirada dos serviços públicos do escopo das restrições fiscais é uma medida necessária para garantir que esses serviços possam ser expandidos e melhorados, sem as amarras de um sistema que, em sua busca por austeridade, compromete o bem-estar da população.

Os serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando esses serviços são limitados por restrições fiscais rígidas, as consequências são sentidas de forma mais aguda pelas camadas mais vulneráveis da população, que dependem diretamente dessas políticas para sua subsistência e dignidade. Ao excluir os serviços públicos essenciais do arcabouço fiscal, o governo pode assegurar que os investimentos necessários para a manutenção e melhoria desses serviços sejam realizados de forma adequada e contínua.

Além disso, a revisão da política econômica deve considerar a importância de um Estado forte e ativo na promoção do desenvolvimento. A taxação de grandes fortunas e a retirada dos serviços públicos do arcabouço fiscal são passos fundamentais para reequilibrar as contas públicas de maneira que não prejudique os direitos sociais e econômicos da população. Isso também fortalece o pacto social, ao garantir que aqueles que mais têm contribuam de forma justa para o bem-estar coletivo, e que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e focada no interesse comum.

Portanto, a cobrança por uma taxação de grandes fortunas e uma revisão da política econômica, com a retirada dos serviços públicos do arcabouço fiscal, é uma reivindicação legítima e necessária. É uma questão de justiça social, equidade e fortalecimento do papel do Estado como garantidor dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. A implementação dessas medidas representa um passo decisivo na construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com o bem-estar de todos.

Proponente: Diógenes Mendes Araújo MLC/Natal/IFRN

Assinam esta tese:

Diógenes Mendes Araújo IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes
Francisco de Assis da Costa Dias IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes

José Diego Cirne Santos IFRN/Natal

Maria Aparecida da Silva Fernandes IFRN/Natal

***EIXO 2 - TESES DE COMBATE
ÀS OPRESSÕES***

01 - A Política para mulheres no SINASEFE: continuar avançando na luta pela igualdade de gênero e organização da classe trabalhadora

(MEP Sinasefe)

O reconhecimento e a efetivação da presença das mulheres em espaços decisórios em uma sociedade são caminhos cruciais para a consolidação de uma democracia representativa. Teresa Sacchet (2009) destaca que “o aumento da presença de mulheres em fóruns de tomada de decisão política é considerado central para melhorar a accountability desses espaços, aprofundar a democracia e promover a igualdade de gênero” (p. 309).

Hoje, no Brasil, infelizmente, há uma situação de sub-representação severa de mulheres ocupando cargos eletivos. A lei de cotas de gênero, implementada desde a década de 1990, ainda é insuficiente para garantir a maior presença de mulheres na política brasileira. Nosso país, quando comparado aos países da América do Sul, infelizmente, é o que menos elege mulheres para cargos eletivos, sendo o último do ranking. Para termos uma ideia dessa disparidade, somente em 2022 houve um pequeno aumento e chegou-se ao percentual de 18% de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados.(ONMP, 2022).

Nesse contexto, os sindicatos são espaços fundamentais de construção política, porque são neles que aprendemos a fazer política com outras pessoas. Portanto, o Sinasefe avança quando, em 2019, exige a paridade de gênero nas direções sindicais e nos mais diversos espaços de debate, reconhecendo a baixa representatividade feminina nos espaços de decisão no Brasil. Além disso, importa frisar que são poucos os regimes democráticos que buscam o caminho de uma democracia paritária.

Arelado a esse processo fundamental da paridade de gênero, que garantiu mulheres ocupando as coordenações, destaca-se a promoção do Encontro de Mulheres, o qual permitiu um avanço na formação política e cultural de todas as envolvidas. Na última edição do Encontro Nacional de Mulheres, em 2022, houve a presença de mais de 500 sindicalizadas com o propósito de debater assuntos relativos às categorias profissionais e às problemáticas da sociedade brasileira. Esse tipo de formação é condição *sine qua non* para processos qualificados de igualdade de gênero.

Ainda precisamos destacar que, nesse último encontro, um grupo de sete mulheres apresentou o Projeto Sinasefinho. O referido projeto ultrapassa a noção de creche e prevê uma educação não formal e de cuidados compartilhados. A organização da vida doméstica e familiar é um problema político que impede as mulheres de atuarem em diversas áreas da esfera pública (Araújo, 2022). Logo, além de possibilitar a participação de crianças e adolescentes¹ nas atividades do sindicato, o Sinasefinho concretiza a efetiva participação das mulheres nas mais diversas atividades sindicais e cria um senso de responsabilidade coletiva em relação aos cuidados e à educação com as crianças.

Essas ações promovem um impacto significativo nas relações sociais, pois é quando avançamos nas pautas que afetam toda a classe trabalhadora. Como nos diz Luis Felipe Miguel (2014) em seu texto “O Feminismo e a Política”: “[...] ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos integrantes” (p.17). Contudo, infelizmente, ainda,

¹Houve um encaminhamento no 3º encontro Nacional de Mulheres, através de uma carta, para ampliar o Sinasefinho e incluir adolescentes de até 17 anos

a programação dos eventos/reuniões presenciais do sindicato muitas vezes não corresponde aos horários do Sinasefinho, ultrapassando o seu horário de funcionamento ou ignorando os intervalos das refeições.

Além disso, ainda é visível a violência política de gênero que as mulheres são acometidas quando assumem espaços de liderança, seja ocupando cargos nas seções locais, seja ocupando postos junto à Direção Nacional do SINASEFE. Em termos locais, há relatos de práticas sexistas, que visam atacar mulheres que se posicionam nas assembleias ou apresentam pontos de vista distintos daqueles hegemonicamente assumidos pelos homens. Já em termos nacionais, as plenas são exemplos claros do silenciamento imposto às mulheres, pois todas as vezes que alguma delas preside a mesa de debates é constantemente interrompida, questionada, ignorada e/ou algum homem decide tutelar sua presença sem qualquer constrangimento. Nesses espaços, geralmente há um processo de infantilização das mulheres, transformando-as em pessoas subordinadas, sem autonomia ou incapazes de autodefesa.

Para comprovar que tais práticas são, infelizmente, contumazes em um espaço que em princípio deveria primar pelo respeito democrático, o último relatório do Conselho de Ética do SINASEFE, apresentado em novembro de 2019, continha 7 processos em andamento, dos quais 5 estavam relacionados à violência de gênero. Na descrição dos casos, pode-se ter acesso a diversidade de tipos de violência cometidos contra as mulheres: sexual, doméstica, física, psicológica, sexismo, misoginia.

Não bastasse isso, quando as mulheres decidem denunciar tais práticas ao Conselho de Ética esbarram na burocracia e na morosidade. Em relato apresentado na 194ª Plena, realizada nos dias 27 e 28 de julho de 2024, o Presidente do referido conselho colocou em apreciação uma denúncia realizada há 7 anos e, mesmo depois de tanto tempo, o caso não pode ser analisado na Plena por conta de erros processuais. Esse exemplo, demonstra uma prática nefasta no bojo do sindicalismo, a invisibilização das opressões contra a mulher e a falta de acolhimento das vítimas, as quais são duplamente prejudicadas: uma vez pela prática da violência em si; e uma segunda vez pelo descaso no andamento dos processos.

Tais questionamentos começam a surgir quando observamos nos nossos “cotidianos sindicais” ações descoladas dos compromissos assumidos enquanto trabalhadoras e trabalhadores da educação. O SINASEFE buscou avançar na luta pela igualdade de gênero, mas, enquanto ações de cerceamento continuarem a acontecer de forma sistemática nas nossas assembleias locais e nas plenas, é necessário ponderar e construir novas estratégias de construção coletiva que vão além da garantia da paridade de gênero.

Acreditamos ser importante, também, (re)conhecer e publicizar a realidade do Sinasefe em relação à presença das mulheres. Afinal, quantas mulheres são sindicalizadas? Qual o quantitativo da relação mulheres x regiões do Brasil? A maioria das mulheres sindicalizadas pelo Sinasefe vive em que região do país? Quantas são brancas, pardas, pretas ou indígenas? Quantas são docentes, Taes? Como aprofundar a tríade classe, raça e gênero sem esses dados básicos? Os princípios da observação têm nos indicado, por exemplo, a pouca presença de mulheres negras nas lideranças do Sinasefe. Por conta disso, frisamos que os dados são elementos-chave para a construção de políticas de gênero, sendo assim o compromisso precisa começar com ações simples e objetivas de compreensão de nossas realidades.

Partimos dessa forma, para os seguintes encaminhamentos:

- Defesa intransigente da paridade de gênero em todas as instâncias e espaços do SINASEFE.
- Inclusão do debate sobre o combate às opressões em todos os eventos promovidos pelo sindicato.
- Compilação e apresentação de dados relativos à participação feminina no SINASEFE, indicando dados totais, por categoria profissional, por região, por classe, raça/etnia, em cargos de direção, etc.
- Compromisso da Direção Nacional no fortalecimento da atuação do Conselho de Ética.
- Estabelecimento de prazo máximo de 60 dias para o Conselho de Ética dar encaminhamento às denúncias relativas às práticas de violência de gênero.
- Inclusão de Penalidade no Regimento Interno do SINASEFE ao sindicalizado que, após ter seu direito à ampla defesa garantido, for penalizado por prática de violência de gênero nos espaços físicos e virtuais de atuação do sindicato.
- Manutenção e ampliação do Sinasefinho, conforme deliberado ???.
- Correlação entre os horários de funcionamento dos eventos/reuniões presenciais e do Sinasefinho.
- Consolidar e ampliar os encontros nacional e regionais de Mulheres.
- Dar encaminhamento as deliberações do Encontro Nacional de Mulheres.
- Incentivar a organização de Grupo de Estudos sobre Políticas de Gênero em todas as seções sindicais.
- Produzir materiais de divulgação e cartilha sobre Violência Política de Gênero.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Clara. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. In: IN: BIROLO, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias (orgs). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. O Feminismo e a Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p.17-29.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA (ONMP). Sistema de Monitoramento sobre Mulheres na Política. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados>>. Acesso em: 18/08/2022.

RESENDE, Monalisa. Sinasefinho: conheça os detalhes do projeto. Disponível em: < <https://sinasefe.org.br/site/sinasefinho-conheca-os-detalhes-do-projeto/>> Acesso em: 18/08/2022.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**. UNICAMP, p. 306-332, 2009.

SINASEFE. Relatório dos processos em andamento no Conselho de Ética do SINASEFE. Brasília. 12 nov. 2019. Disponível em: <<https://sinasefe.org.br/site/download/relatorio-dos-processos-em-andamento-no-conselho-de-etica-do-sinasefe/>>. Acesso em: 17 jul. 2024

Assina esta tese:

Amália Cardona Leites (Seção Alto Vale do Itajaí do IFC)

02 - A OPRESSÃO DA DESCARTABILIDADE HUMANA PELO VIÉS DO ETARISMO NO BRASIL E NO MUNDO

“A palavra etarismo se origina de ageism, uma palavra em inglês que descreve o preconceito contra pessoas por conta de sua idade. Essa palavra foi criada por Robert Butler em 1969”.

“O etarismo surge para categorizar e dividir as pessoas por atributos que causam danos, desvantagens ou injustiças, e as opressões psicossociais minam a solidariedade intergeracional”.

EIXO: Combate às Opressões

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura social brasileira existe uma abordagem terapêutica gerontológica específica definida para tratar a Síndrome da Fragilidade gradativa e anatomofisiológica das pessoas com mais de 60 anos, como um todo, o aumento expressivo do número de idosos na população coloca a Gerontologia mundial em evidência. A necessidade da intervenção neste campo, por parte das diversas áreas profissionais, amplia e reforça o seu caráter interdisciplinar, uma vez que o processo de envelhecimento compreende os diversos aspectos da vida humana e o seu estudo se constitui a partir de conteúdos distintos.

No Brasil, nota-se a necessidade de discussões interdisciplinares com as demais faixas etárias acerca das consequências da pressão psicossocial que causa a prática do etarismo. Dentre as razões que provam essa problemática, é válido mencionar a ineficiência das políticas públicas relacionadas à discriminação com esse grupo específico de pessoas.

Em que pese a temática do etarismo ter chancela jurídica reguladora contra a prática do etarismo, na Lei 10.741/03, art. 96 e Lei 9.459/97, que arbitram punibilidades de seis meses a um ano de reclusão, além de multa para praticantes de opressão etarista no Brasil. A idade não pode ser instrumento de pressão. Estudiosos sobre opressão etarista no Brasil e no mundo preconizam que nas artes ou nas ciências, o ser humano alimenta, continuamente, o desejo de prolongar sua existência, sem aceitar ou precisar ser constrangido por envelhecer.

O preconceito em relação aos idosos não é uma construção recente. Após a Revolução Industrial, construiu-se a compreensão de que as pessoas idosas eram inúteis para o sistema econômico e social.

O capitalismo opressor social, baseado na força de trabalho, também corrobora a estigmatização dos mais “velhos”. Nesse sentido, o etarismo está diretamente vinculado ao ideal da produtividade, ao culto à juventude e ao desigual acesso às novas tecnologias. Esses são padrões que desfavorecem o desenvolvimento e a inclusão social da pessoa idosa e que estimulam a marginalização da velhice.

Como consequência, esses padrões diminuem a possibilidade da pessoa idosa experienciar a senioridade com qualidade e de forma proveitosa. E, mais do que isso, ao desvalorizar o status social

do idoso, faz com que a discriminação contra essas pessoas ocorra, muitas vezes, de forma implícita e silenciosa. A exclusão, por exemplo, das decisões políticas, por meio do desestímulo ao voto, é um exemplo disso.

Conseqüentemente, a saga pela juventude eterna não só provoca o sentimento de desdém pelas pessoas mais velhas – tidas como “desnecessárias”, “improdutivas” e “problemáticas” –, como dificulta o convívio e o intercâmbio entre gerações. O preconceito contra pessoas acima dos 60 anos de idade tem nome: idadismo, etarismo ou ageísmo.

DESENVOLVIMENTO

A opressão etarista/idadista no Brasil e suas implicações psicossomáticas para os cidadãos

O país está envelhecendo. O último censo demográfico estimou que 34 milhões de pessoas no Brasil têm mais de 60 anos. Deixamos de ser o país do futuro. Entretanto, permanece a percepção individual, social e institucional de que somos jovens. O velho ainda é tratado como o outro minoritário, sem importância e invisível.

O idadismo, preconceito pela idade, é definido como: “estereótipos negativos ou positivos; preconceito e/ou discriminação contra (ou em vantagem de) pessoas idosas, fundamentados em sua idade cronológica ou com base na percepção delas como sendo velhas ou envelhecidas”.

Envelhecer faz parte da vida do ser humano, ser idoso faz parte do ciclo da vida. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de idosos em alguns anos deverá superar o número de crianças e jovens na pirâmide etária. Isso se deve ao fato de que os casais estão tendo menos filhos, e o avanço da medicina aumenta a expectativa de vida. Entretanto, o modo como os idosos são tratados no Brasil reflete que a sociedade e o governo, na maioria das vezes, não valorizam a terceira idade.

Assim, o etarismo dificulta a participação ativa e o exercício da cidadania das pessoas idosas, na medida em que prejudica também a efetiva implementação dos seus direitos. Desse modo, faz-se necessário que todos os cidadãos respeitem os direitos e as garantias dos idosos, previstos no ordenamento jurídico brasileiro e em dispositivos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faz-se necessário ressaltar aqui, que a indiferença da maioria da sociedade é um grande obstáculo do cenário conjuntural evidenciado, visto que o comportamento passivo e a falta de sensibilidade do corpo social dificultam a possibilidade de mudança. Certamente, é válido indicar o processo de segregação social como causa da insensibilidade popular, uma vez que a população é incapaz de notar as dificuldades alheias quando não as vivencia. Por conseguinte, o corpo social também se distrai dos riscos que advém do revés referido, tais como o isolamento social e desenvolvimento de distúrbios psicológicos. Logo, é preciso engajar o senso de justiça em toda a coletividade, visando a erradicação desse comportamento que coloca em risco o bem-estar social.

Não se nasce idadista, até porque a família é um lugar, por excelência, intergeracional. Mas, conforme crescemos, somos bombardeados por narrativas de várias ordens que nos levam – na juventude, idade adulta e até na velhice –, a sermos idadistas com os outros e até com nós mesmos. A construção das narrativas idadistas vai nos habitando devagarinho ao longo da vida, formatando um imaginário coletivo carregado de preconceitos, mitos e ideias errôneas em relação ao envelhecimento e à velhice

em si. Por isso é que temos vergonha de nossa velhice e, assim, reproduzimos os preconceitos de idade que começam lá atrás.

Portanto, do ponto de vista biológico, envelhecer é um fenômeno que afeta todos os seres vivos. Assim, a vida é um fluxo mutável e heterogêneo. No entanto, pela ciência e na perspectiva psicossociológica, mais especificamente a partir da década de 40 do século passado, chegam as primeiras narrativas teóricas sobre o envelhecimento. Torna-se idadista porque em quase todas as teorias científicas sobre o envelhecimento prevalecem imagens negativas, com o excessivo enfoque nas perdas e declínio, acentuando a vulnerabilidade do ser e a aceitação da velhice como condição contemporânea. Ou seja, fenômeno da condição humana e social a ser tratado como um direito e conquista social da humanidade.

Teorias que, em outras palavras, dizem que a saída de pessoas idosas da sociedade é para que elas se preparem para a morte, como se esta não fizesse parte da vida, e fosse apenas uma questão de velhos e velhas. Essas narrativas teóricas foram, de certa forma, habitando o imaginário coletivo, levando-nos, como sociedade, a termos práticas excludentes, potencialmente destrutivas e idadistas.

Torna-se idadista na narrativa que é construída, no campo econômico, apontando que o envelhecimento populacional pressiona os gastos públicos e é um fardo para o país e, claro, também para a família. Ouseja, a velhice é vista como uma etapa da vida que representa só gastos e peso para o Estado e para a família. Essa narrativa, estampada em manchetes na grande mídia, acaba internalizada ao ponto de, mesmo eu, estudiosa do envelhecimento, me ver repetindo para minhas filhas que não quero ser um fardo para elas.

Outra área que os idosos sofrem discriminação é na saúde, incluindo a subestimação dos seus sintomas, devido a percepção equivocada de que certas doenças ou condições são inevitáveis no envelhecimento, podendo ser subtratados, subdiagnosticados ou enfrentar atitudes negativas por parte dos profissionais de saúde e até da família devido à sua idade e consequente vulnerabilidade

A discriminação e a proteção do Estatuto do Idoso

No artigo 96 da Lei nº 10.741/2003 do Estatuto do Idoso, é descrito como delito discriminar a pessoa idosa e, por isso, qualquer ato que infrinja a integridade física, emocional, psíquica e que atentem contra o seu patrimônio se enquadram na tipicidade. Por sua vez, essa disposição visa garantir tratamento igualitário e respeito à dignidade das pessoas idosas, frente ao etarismo que gera rótulos negativos e causa vários tipos de traumas e desconfortos.

Aposentadoria antecipada

Algumas empresas incentivam ou pressionam os funcionários mais velhos a se aposentarem antecipadamente, muitas vezes como parte de programas de redução de custos ou reestruturação organizacional. Isso pode impedir que os idosos continuem trabalhando por mais tempo, mesmo que desejem ou necessitem fazê-lo.

Etarismo e machismo (mulheres idosas sofrem mais)

O processo do envelhecimento e as pessoas idosas são relacionados a imagens negativas relacionadas a doenças, incapacidade e morte, associadas à infantilização e a um viés capacitista sobre os idosos (Mazuchelli, 2019, Mazuchelli et al, 2021).

O preconceito sexista está na intersecção dos estereótipos de idade e de gênero e cria uma dupla discriminação, na medida em que não existe uma “idade certa” para as mulheres.

As disfunções cíclicas do idoso e sua vulnerabilidade anatomofisiológica

Alterações na audição, no paladar, no olfato, na visão e compleição física, patologias degenerativas multidifuncionais, sistema ósseo, perda do apetite, depressão e suicídio.

CONCLUSÃO

Assim, bebendo na fonte da vasta literatura médica e governamental sobre essa relevante temática, concluímos nosso breve esboço sobre etarismo no Brasil, pelo que constatamos carecer, por parte do poder Estatal, implementar políticas públicas mais eficazes e abrangentes no trato das pessoas 60+, face significativo crescimento desse segmento no Brasil, o que no futuro fará surgir uma grande demanda de leis para cancelar um último ciclo de vida com dignidade, aferindo a exigência de mais cuidados e respeito à integralidade psicossocial, material e espiritual dos brasileiros e brasileiras, pois que já estão, segundo a gerontologia, vivendo na perspectiva cíclica de vida para além dos 100 (cem) anos, isso vai requerer ações concretas de suporte à qualidade de vida dessas pessoas. Portanto, no nosso universo acadêmico de excelência, é preciso ser a ponte estruturante e lançar um olhar transversal sobre a opressão etarista no Brasil, AUSCULTANDO MULTIDISCIPLINARMENTE as relações entre as gerações para aperfeiçoar as ferramentas que possam sanear as controvérsias encontradas nas variáveis etárias, buscando promover uma homeostase na cooperação entre os interesses para que se completem e nunca se antagonizem a ponto de deixar a descartabilidade assumir o controle do processo multidisciplinar no viver dos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://sbgg.org.br/etarismo-o-preconceito-contr-os-idosos/>. [2024?]

imprensa@mdh.gov.br

<https://www.sodexobeneficios.com.br/sodexo-insights/o-que-e-etarismo-e-como-combate-lo>. [2024?]

<https://editoraboc.commercesuite.com.br/livros/etarismo-e-diversidade-no-mercado-de-trabalho>. [2024?]

<https://sbgg.org.br/etarismo-o-preconceito-contr-os-idosos/>. [2024?]

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/etarismo-mulheres-e-o-preconceito-contr-a-idade>. [2024?]

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeções da população do Brasil e unidades da federação por sexo e idade: 2010-2060. Rio de Janeiro: 2018.

Mazuchelli, L. P.; Soares, M. F. de P.; Noronha, D. O.; Oliveira, M.V.B. Discursos sobre os idosos, desigualdade social e os efeitos das medidas de distanciamento social em tempos de covid-19. 1 Saúde e Sociedade [online]. 2021, v. 30, n. 3.

03 - A luta étnico- racial e a educação antirracista no Sinasefe

MEP Sinasefe

Atualmente, os sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais em geral, para se reivindicarem inclusivos e combativos, precisam, além de pautar a luta contra as opressões, enfrentá-la enquanto um problema estrutural. Sendo assim, precisamos questionar se de fato tais lutas são parte estruturante de tais entidades ou se continuam apenas a serem tratadas como meros acessórios, sendo utilizadas para sua instrumentalização! Angela Davis diz que em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.

Neste contexto, ainda são muitos os desafios existentes e, mais ainda, são diversos os enfrentamentos que precisam ser colocados em prática. Desde o fim definitivo da instrumentalização do combate às opressões, perpassando pela ocupação de espaços pelas pessoas negras, indígenas e quilombolas, até a formação consistente e insistente pelo fim do racismo, sua exata caracterização como produto do capitalismo e, principalmente, pelo reforço positivo do legado histórico dos povos negros e indígenas (como deveria garantir a Lei 10.639/2003).

Dar visibilidade para grupos e temas que antes eram totalmente omitidos do processo histórico e político tem a sua importância, e é preciso continuar atuando neste sentido. No entanto, para além de “dar espaço” a pessoas racializadas, é necessário enfrentar a tarefa de compreender, assimilar e difundir a história do país e os processos herdados da sua colonização, e como tais processos permanecem na estrutura da organização social brasileira.

A classe trabalhadora brasileira é atravessada por marcadores sociais da diferença. Marcadores de raça, de gênero, de etnia, de origem geográfica, de sexualidade. É fundamental compreender como se dá a constituição da classe trabalhadora que aqui se organizou desde esse período! Numa entrevista, Lélia Gonzalez é questionada pois “Desemprego, subemprego, marginalização tudo isso atinge o brasileiro em geral”, no que ela responde enfaticamente: “É verdade que a crise espreme a todos. Só que com a crise ou sem crise o negro está sempre numa escala inferior, padece dos males maiores, carrega uma carga pesada” (p.302). Assim sendo, é compromisso de todo sindicato assumir esse papel de caracterizar adequadamente a classe, e no caso de um sindicato que organiza trabalhadoras e trabalhadores da educação, esta necessidade deve ser tratada com prioridade.

É preciso retomar um conceito mais amplo de educação, que implica em formar as novas gerações, desenvolvendo habilidades e conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Infelizmente, ainda hoje, na nossa educação formal, os conhecimentos compartilhados ainda são aqueles definidos pelo recorte ocidental e, principalmente, colonial dos povos ditos “dominadores”, e que inclusive buscam determinar o conceito de humanidade. Ou seja, nossa luta parte desde a transformação do chão da escola à implementação de uma política educacional que subverta radicalmente essa realidade.

Bárbara Carine (2023) indica a necessidade de entendermos que todas as pessoas inseridas no cotidiano escolar são educadoras e educadores: “[...] entendemos que todas as pessoas que estão no interior da escola são educadoras e que nada adianta uma professora ou professor fazer um trabalho incrível na sala de aula sobre a beleza e o poder do cabelo afro se a criança passa pela portaria e o porteiro diz ‘nesse cabelo não entrou pente hoje’” (p.28). Neste sentido, é preciso que cada profissional compreenda o papel que tem no desenvolvimento de uma educação antirracista e, para

isto, é preciso ampliar urgentemente a formação da categoria e, fundamentalmente, das direções sindicais.

Embora não seja a única resposta ao problema, o letramento racial não representa uma moda, mas uma necessidade imperiosa no atual contexto. Conforme pesquisa divulgada pela Mídia Ninja em 2023, “o ambiente escolar no Brasil tornou-se uma arena de violência e discriminação racial para uma parcela significativa da população jovem. Dados alarmantes de uma pesquisa inédita conduzida pelo Instituto de Referência Negra Peregrum (Ipec) e Projeto SETA revelam que 64% dos brasileiros entre 16 e 24 anos apontam as escolas como o lugar onde mais sofrem racismo. Mulheres negras são maioria entre quem enxerga a raça como principal motivadora de violência nas instituições de ensino, representando 63% dos entrevistados.” É nesse ambiente em que atuamos a maior parte do tempo e portanto, as condições apresentadas se estendem até sindicalizados e sindicalizadas e, principalmente, até entre as direções sindicais. Não tem como desvincular a atuação política do sindicato sem levar em consideração a realidade da sociedade em geral e da comunidade acadêmica, em específico. Conforme Bárbara Carine: “A gente nasce e se forma humanamente neste país naturalizando pobreza de gente preta, naturalizando subalternidade e ausência nos espaços de poder, naturalizando criminalidade, normalizando a desimportância da vida de gente preta” (p.57)

Enfim, ainda há muito por caminhar, por mais que o SINASEFE tenha internamente avançado neste sentido. Isto pode ser evidenciado pela criação da pasta de Combate às Opressões, responsável pela realização de dois encontros, sendo um de Negros e Negras; e o segundo de Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas. Tais ações demonstram um grande passo na construção de um SINASEFE antirracista, mas é preciso escurecer melhor a necessidade de sua existência. Há uma confusão evidente em algumas concepções no debate acerca da luta antirracista, também no sindicato. A principal delas está na concepção de que ocupar espaços e estar num lugar de fala implica em possuir a responsabilidade acerca do letramento racial de seus pares.

É muito apropriado quando Bárbara Carine (2023) afirma que o antirracismo é uma responsabilidade ocidental cujo centro é o racismo, por ser uma construção ocidental “[...]. A luta antirracista como centralidade da vida de pessoas negras é adoecedora” (p.60). O que isso significa? Que pessoas negras, indígenas e quilombolas precisam ocupar espaços porque elas possuem qualificação para tal e também porque possuem uma história tão ou mais rica que as do ocidente. Elas não precisam ocupar espaços para ensinar a branquitude a ser antirracista! Ou seja, um Encontro que seja de negros, negras, indígenas e quilombolas tem o principal objetivo de reunir os sujeitos nomeados para que se fortaleçam, debatam sua identidade política, e contribuam para que o sindicato formule e defenda políticas para essa base.

Considerando a necessidade de dar nome às opressões para que cada uma possa ser tratada em sua particularidade, sem perder sua interseccionalidade, o 35º Consinasefe aprovou a extinção da pasta de Combate às Opressões e a criação de outras duas: uma Étnico-racial e outra, LGBTQIA+. Assim sendo, é preciso que a consolidação dessas pastas se dê pela luta da inserção efetiva desses sujeitos não apenas como mera figuração ou como portadores da tarefa de, sozinhos, encamparem o letramento racial, mas sim, que ocupem todos os espaços como lideranças sindicais que têm muito a contribuir no processo de organização da classe trabalhadora.

Nesse sentido, voltamos a Bárbara Carine e devemos afirmar que, mais do que uma educação antirracista, é preciso incorporar também uma educação afrocentrada, que pressupõe deslocar a prática antirracista para reforçar positivamente a história dos povos que foram escravizados ao longo da história do país.

Por outro lado, em acordo com Rian Rodrigues (2022), “afirmamos que o racismo é produto de uma base estrutural muito bem determinada, um modo de produção escravista organicamente vinculado com o desenvolvimento e amadurecimento do capital industrial no centro do mundo burguês. É esse processo que cria as bases para uma internacional divisão racial do trabalho, a base real sobre a qual se ergue o monumental edifício ideológico do racismo. Não foi qualquer escravidão que produziu esse cenário, mas a escravidão negra moderna”. (p. 153) Sempre que o tema em discussão seja o racismo ou o antirracismo, ele só pode ser desenvolvido considerando a classe.

Por fim, orientados por uma perspectiva em que não é possível superar as desigualdades de raça, gênero, sexualidade, etnia e localização geográfica sem a superação do capitalismo, vemos como uma necessidade o entendimento de que a colonialidade e o mercantilismo criaram a ideologia da raça no sentido de justificar os ataques sistemáticos às populações não-europeias. Desta forma, o movimento sindical precisa assumir que pessoas brancas também são racializadas e, de modo geral, herdeiras das opressões coloniais que geraram a sociedade capitalista.

Assim sendo, encaminhamos que o SINASEFE:

1. Garanta de maneira efetiva a formação de todas e todos os sindicalizados acerca da luta antirracista, assim como das direções sindicais.
2. Garanta, a partir de uma educação afrocentrada e indígena, uma formação para seus sindicalizados e sindicalizadas negros, negras, quilombolas e indígenas.
3. Fortaleça o Encontro de Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas
4. Promova estudos sobre Colonização, Luta Contra Colonial, Capitalismo e a Formação da classe trabalhadora no Brasil
5. Promova debates acerca do antirracismo crítico e revolucionário.
6. Lute para que se constitua uma Política Educacional em que a questão étnico-racial não apareça apenas como apêndice e transversal.

Referências:

<https://midianinja.org/64-dos-brasileiros-jovens-consideram-o-ambiente-escolar-o-mais-racista/>.

Direitos Humanos: 64% dos brasileiros jovens consideram o ambiente escolar o mais racista

GONZALEZ, Lélia. **O racismo no Brasil é profundamente disfarçado**. In: LIMA, Márcia e RIOS, Flavia (org). Por um feminismo afro latino americano. São Paulo: Zahar, 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil. 2023

RODRIGUES, Rian F.. Uma Crítica da Ideologia do Racismo. In: **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.2, p.146-167, ago. 2022. ISSN: 2175-5604. disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49510>

Assina esta tese - Amália Cardona Leites (Seção Alto Vale do Itajaí do IFC)

04 - TESE DAS MULHERES DO PÃO E ROSAS: O COMBATE À MISOGINIA E À EXTREMA DIREITA DEVEM SER PRIORIDADES DO SINDICATO E DA CLASSE TRABALHADORA

A tese apresentada aqui é fruto das discussões e vivências individuais e coletivas de mulheres do Pão e Rosas. A partir de uma análise da conjuntura dos últimos anos, queremos tecer considerações a respeito do impacto do avanço do fascismo sobre a vida das mulheres e ressaltar o caráter misógino da extrema direita, que tenta impor retrocessos nas conquistas por equidade de gênero e justiça social. Somado a isso, munidas de um repertório de aprendizagens das vivências das mulheres no Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e no ambiente de trabalho da educação federal, vamos apontar caminhos para linha política e ações concretas para o próximo biênio, tendo em vista a tarefa histórica que está colocada para toda classe trabalhadora: a derrota da extrema direita.

Primeiramente, é central apontarmos que o crescimento da violência contra as mulheres é um sintoma do momento reacionário em que vivemos. O mais recente Anuário sobre Segurança, divulgado em 18 de julho de 2024, mostrou um aumento da violência de todos os tipos contra as mulheres e meninas. Segundo os dados, houve 1.467 vítimas de feminicídio no ano passado, das quais 63,6% eram negras, 71,1% tinham entre 18 e 44 anos, e 64,3% foram mortas em casa. Também é importante ressaltar que, destas, o assassino foi o parceiro em 63% dos casos, o ex-parceiro em 21,2% e um familiar em 8,7% dos registros. Esses números demonstram que os discursos machistas que invisibilizam, inferiorizam e desqualificam as mulheres, somado ao desmantelamento das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, têm acarretado consequências devastadoras para nossas vidas.

Outro ataque recente às garantias para as pessoas que gestam vem gerando discussões a respeito dos direitos reprodutivos. Uma proposta de projeto de lei que prevê que qualquer interrupção voluntária de gravidez após 22 semanas seja equiparada a homicídio, mesmo em casos de estupro, com pena de reclusão de seis até 20 anos para quem realizar o procedimento. Tal proposta é ainda mais ultrajante ao considerarmos que é comum crianças vítimas de violência sexual não saibam ou compreendam que estão gestantes e precisem realizar o procedimento após 22 semanas. Esse projeto tem gerado indignação e provocou uma resposta imediata do movimento feminista, que tem convocado diversas manifestações contra o projeto e pautado o debate público a partir da consigna “criança não é mãe”. Também é importante reconhecer a grande capacidade de articulação e mobilização do movimento, que foi bem-sucedido em barrar a votação e conseguiu angariar apoio popular para causa.

Defender os direitos reprodutivos das mulheres, entre eles o aborto legal e seguro para todas, é uma tarefa que não deve ser colocada em segundo plano em nossas lutas. Tanto o controle de nossos corpos quanto a maternidade e a responsabilidade pela reprodução social compulsórias são algumas das diversas violências impostas que impedem a plena garantia da igualdade de gênero nas mais diversas camadas de nossas vidas. A democracia perpassa pela garantia de efetiva igualdade nas oportunidades de acesso aos mais diversos espaços e posições sociais e econômicas às mulheres. As imposições sociais típicas do capitalismo e do patriarcado, intensificadas pelo avanço do fascismo no mundo, são obstáculos para uma verdadeira democratização.

Nesse sentido, o direito ao maternar e ao cuidar seguro também nos é muito caro. Outra demanda urgente é a luta pela garantia de que as tarefas de cuidados de crianças e tutelados (PCDs, idosos, acamados) são uma atribuição coletiva da sociedade e não preocupação exclusiva das mulheres.

Nesse contexto, a defesa e a ampliação do Sinasefinho, das creches nas unidades de ensino da Rede Federal e do assumir a divisão dos cuidados de forma igualitária entre homens e mulheres é tarefa que deve contar com esforços e recursos deste sindicato. Paralelamente, no entanto, devemos defender políticas públicas que socializem o cuidado e investimentos que garantam acesso à habitação, saúde e educação dignas para a população e sabemos que estes custos só podem ser empenhados com o fim do arcabouço fiscal.

No que tange o aspecto econômico de nossa luta, precisamos ressaltar as disparidades salariais que persistem. A implementação de ações e medidas que diminuam as evidentes desigualdades existentes no ambiente de trabalho entre homens e mulheres também é uma luta uma demanda histórica das mulheres, não apenas do Brasil como também do mundo. Como forma de mitigar esse abismo, o governo vem buscando estabelecer ações que promovam uma maior inclusão das mulheres, pois, ainda que a não discriminação de gênero esteja prevista na CLT e na Constituição Federal de 1988, a desigualdade salarial persiste na prática e vem, historicamente, subjugando mulheres. Já denunciadas pelos movimentos de mulheres, tais práticas precisam continuar sendo levantadas e expostas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a diferença de remuneração entre mulheres e homens atingiu 22% no fim de 2022. Isso significa que uma brasileira recebe, em média, 78% do salário de um homem.

A Lei de Igualdade Salarial (14.611/2023) busca promover um equilíbrio remuneratório entre mulheres e homens, estabelecendo a obrigatoriedade da política de salário igual para trabalho igual. Essa é uma reivindicação histórica das mulheres. Além de previsão de multa, tal legislação exige transparência de relatórios remuneratórios para empresas de médio e grande porte. Uma medida que precisa ser fiscalizada num país onde frequentemente encontramos pessoas sujeitas a práticas análogas a escravidão, sobretudo no contexto de exploração das mulheres.

No âmbito da organização política e sindical, também consideramos que ainda temos muitos avanços a alcançar. A defesa intransigente da paridade nas representações em todos os espaços do Sinasefe terá nossa atenção vigilante e qualquer tentativa de boicote às nossas representações serão denunciadas. Não aceitaremos mais que nossas vidas sejam discutidas e decididas apenas pelos homens. Neste sentido, também devemos garantir a participação das pessoas negras, LGBTQIAPN+ e com deficiência nestes espaços, visando a representatividade e reiterando o caráter diverso da nossa categoria e da classe trabalhadora como um todo.

O sindicato deve assumir um papel ofensivo no combate às diversas formas que o machismo opera na sociedade. Para tal, deve ser exemplar ao coibir comportamentos e práticas sexistas em suas fileiras. Primeiramente, devemos seguir buscando formas de aprimorar a participação de mulheres no sindicato, reconhecendo suas necessidades e pautas específicas, garantindo paridade nos espaços de decisão e formulação política, organizando formação sindical para mulheres e tentando tornar o sindicato um espaço mais acolhedor e seguro. Também é central aprimorarmos os mecanismos de combate ao assédio moral e sexual, tanto com campanhas de conscientização, com formações e cartilhas sobre o tema, quanto com previsões de sanções contra os assediadores. Tais práticas, frutos da estrutura social em que estamos imersas, afasta as mulheres das lutas sindicais ou adoecem aquelas que ali insistem em permanecer. A violência política de gênero que desmoraliza, desconsidera, diminui e cala as mulheres que se levantam contra as práticas machistas em nosso sindicato tem se mostrado obstáculos constantes para nossa efetiva e segura participação. O coletivo Pão e Rosas conclama nesse congresso, portanto, que não basta nosso sindicato não ser machista, é preciso que ele seja inegavelmente FEMINISTA E ANTIMACHISTA!

Nesse sentido, o apoio omisso diante da luta contra as opressões e violências sofridas pelas mulheres já não nos é suficiente, é preciso que todas as pessoas que se colocam na luta no SINASEFE sejam militantes ativos contra todo tipo de violência empenhada sobre nossos corpos e nossa dignidade!

PLANO DE LUTAS:

1. Combate à misoginia, ao machismo, ao racismo, à LGBTQIAPN+fobia, ao etarismo e ao capacitismo;
2. Combate ao fascismo e à extrema direita;
3. Combate ao capitalismo e ao neoliberalismo educacional;
4. Lutar contra as privatizações e outras formas de desmantelamento dos serviços públicos;
5. Luta pelos direitos reprodutivos. incluindo o ABORTO LEGAL, GRATUITO E SEGURO PARA TODAS!;
6. Lutar por ampliação da licença maternidade e paternidade;
7. Defender as cotas para pessoas trans e travestis nos concursos públicos e na entrada das universidades;
8. Combate à violência política de gênero e a todas as formas de silenciamento e invisibilização das mulheres nos espaços sindicais e de mobilização;
9. Combate a qualquer violência contra a mulher e as distintas formas de assédio no sindicato e nos locais de trabalho;
10. Luta pela ampliação e consolidação do Sinasefinho em todos os eventos sindicais e por creches nas unidades de ensino para trabalhadoras e estudantes;
11. Lutar por Núcleos de Gênero, Diversidade e sexualidade (NUGEDIS), Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) e Núcleos de Estudos afrobrasileiros e indígenas (NEABI) em todos os *campi* da rede, com autonomia de atuação e garantia de verba para o desenvolvimento de suas ações.
12. Lutar pelo pagamento de Função Gratificada (FG) para Coordenação de NEABIs, NEPGS e NUGEDIS.

ASSINAM ESTA TESE

1	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
2	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
4	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
5	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
6	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
7	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM
8	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE

9	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe - Iffluminense
10	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
11	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
12	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
13	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
14	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
15	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO
16	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
17	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista
18	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
19	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE
20	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
21	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
22	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM
23	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
24	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
25	Caroline Muñoz Cevada Jeronymo	Docente	Sintefpb
26	Cathia Alves	Docente	Salto
27	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes
28	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
29	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó-IFMA
30	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
31	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe
32	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
33	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
34	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
35	David Lobão	Docente	Sintefpb
36	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
37	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
38	Diogenes Mendes Araujo	Docente	Sinasefe/Natal
39	Edson Barbosa Lisboa	Docente	SINASEFE Sergipe

40	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
41	ELISEANNE LIMA DA SILVA	TAE	MANAUS
42	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
43	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
44	Emily Raquel Moura dos Santos	TAE	IFBA / CMS
45	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
46	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)
47	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
48	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo
49	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
50	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
51	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
52	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
53	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
54	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
55	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
56	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
57	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB
58	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
59	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
60	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
61	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
62	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
63	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
64	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP
65	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
66	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
67	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
68	Henrique Brum	Docente	IFTO
69	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
70	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE

71	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
72	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
73	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
74	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
75	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
76	Jennifer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
77	João Campinho	Docente	São Paulo
78	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
79	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
80	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
81	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
82	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
83	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
84	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
85	JOSE GRANGEIRO SOBRINHOTA	TAE	IFPBPI
86	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
87	josenilda de Souza Silva	TAE	Sinasefe Januária
88	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
89	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
90	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
91	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
92	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
93	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
94	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
95	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
96	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
97	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
98	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
99	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
100	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
101	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes

102	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
103	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
104	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
105	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
106	Márcio Alves de oliveira	Docente	Sinasefe-sp
107	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
108	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
109	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
110	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
111	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
112	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
113	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus
114	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
115	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
116	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
117	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
118	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAE	Sintefpb
119	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
120	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
121	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
122	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
123	Philipe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE
124	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
125	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
126	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
127	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
128	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE
129	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
130	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
131	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
132	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP

133	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB
134	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
135	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
136	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
137	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
138	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
139	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
140	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
141	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
142	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
143	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
144	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
145	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
146	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
147	Thais Surian	TAE	São Paulo
148	Thalimar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
149	Therezinha Gauri Leitão	Docente	SINASEFE IFBA/CMS
150	Valério Arcary	Docente	São Paulo
151	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce
152	Vania de Jesus	TAE	Sergipe - IFS
153	Victor dos Santos Pereira	TAE	IFRS - Seção Bento Gonçalves
154	Vinicius Retamoso Mayer	Docente	SINASEFE MANAUS
155	Virginia Alves Lima Anjos	Docente	Sinasefe
156	Viviane Frederico Barbosa	TAE	Sergipe
157	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	Guanambi
158	Wilker Gomes Raposo	TAE	SINTEFPB
159	Willy Deivson Leandro da Silva	Docente	IFTO
160	Yara Silvia Freire Rabay	Docente	IFPB -sintefpb
161	Gilvan Azevedo – Docente – IFMA Maracanã		
162	Danielle Lima Costa – Docente – IFMA Centro Histórico		
163	Eriane de Paula – Docente – IFMA Maracan		

05 - O VERMELHO DAS LUTAS CLASSISTAS NO ARCO-ÍRIS: O SINASEFE E A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Por um longo tempo da História, a população LGBTQIAPN+ foi excluída ou invisibilizada das produções acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento, dentre elas a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a História e da própria área da Educação. Os “comportamentos desviantes” historicamente são apontados a partir de uma perspectiva moral (no Ocidente judaico-cristão), tendo inscrição na Medicina apenas na década de 1860 (com os “uranistas” de Karl Ulrichs). Nos 1890 estudos de Freud já apontavam para uma despatologização da condição, embora ainda fosse considerada crime em países como a Inglaterra de Oscar Wilde.

Medicina e Direito são áreas em que tais cidadãos passam por processos anacrônicos de garantias do direito de existir. No Brasil, apenas na década de 1980 a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença, nos anos 2000 garantiu-se o direito ao casamento igualitário, e nos 2010 ocorreu a criminalização do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Não esqueçamos que, ainda hoje, há países que criminalizam “a prática da homossexualidade”, o fato de a pessoa ser quem ela é. A transexualidade deixou de ser transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apenas em 2019, e o nosso Conselho Federal de Medicina ainda não referendou tal posição até esta data de 2024. O resultado dessa invisibilização foi o mito de que a comunidade LGBTQIAPN+ não participa da vida política, das lutas sociais e sindicais e das esferas do poder.

Vale destacar que, no primeiro mandato de Lula, houve diálogos com a diversidade sexual e de gênero, que culminaram com a criação, em 2004, do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra a População LGBTQIAPN+ e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, também conhecido como “Brasil sem Homofobia”. Nesse período, ocorreram várias ações de apoio às iniciativas de instituições não-governamentais que atuavam na causa da diversidade sexual e de gênero, buscando qualificar profissionais e participantes dos movimentos que trabalhavam na defesa do direito de nossa comunidade, divulgando informações e denunciando casos que violavam nossos direitos.

As violências contra esta população ocorrem nos mais variados âmbitos e ambientes. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2023, 230 pessoas LGBTQIAPN+ foram mortas de forma violenta no país, representando uma morte a cada 38 horas. Dessas, 184 foram causadas por assassinato (80%), 18 por suicídio (7,8%) e outras 28 (12,2%) em decorrência de outras motivações². As agressões físicas e simbólicas que não resultaram em morte são incontáveis. Relembramos aqui o caso de perseguição sofrido por nossa companheira Êmy Virginia Oliveira da Costa, docente trans do IFCE, que alegadamente foi demitida da instituição devido a perseguição e transfobia. Também o caso de homofobia protagonizado por um apresentador bolsonarista contra o jornalista Marcelo Cosme, da GloboNews: um deboche de trejeitos amplamente divulgado nas últimas semanas e resultou em um pedido público de desculpas por parte da mídia que veicula o programa.

O ódio a pessoas que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, ou a LGBTQIAPN+fobia, manifesta-se diariamente em nossas interfaces sociais, profissionais e mesmo sindicais. Quem nunca ouviu (ou mesmo reproduziu) comentários jocosos e/ou insultantes direcionados a pessoas representantes da diversidade sexual e de gênero? As

² Disponível em <https://site.cfp.org.br/18-de-maio-cfp-participa-de-atividades-alusivas-ao-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-2/>.

“piadinhas inocentes”, os olhares debochados e/ou reprovadores, a invisibilização política/sindical de companheiras/os/es pelo simples fato de serem quem são, e de suas pautas de opressões. Tudo isso potencializado pelo avanço das pautas de extrema-direita conservadora e preconceituosa nos últimos anos. Este ódio se evidencia absurdamente no Brasil, em ações e discursos por parte de agentes do Estado, representantes de um pensamento retrógrado que vem ecoando e ganhando adeptos, ameaçando os poucos direitos igualitários tão duramente conquistados. Os discursos de ódio, o cerceamento e desvios de recursos para políticas específicas e outras formas de manifestações fortaleceram os seres que não tinham a coragem de se apresentar abertamente como nossos inimigos.

Neste sentido, as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) têm desempenhado papel relevante, difundindo modos de ser e de viver e disseminando referências (positivas e negativas), tornando tais perspectivas acessíveis ao conhecimento de grandes massas. Ao mesmo tempo em que possibilitam que exemplos e vozes de pessoas que representam culturalmente a população LGBTQIAPN+ sejam conhecidos mundo afora, as TICs também possibilitam que o mesmo fenômeno ocorra com os discursos de ódio e seus disseminadores. As redes sociais tornaram-se imensos campos de disputa ideológica de discursos, fatos, leituras, perspectivas, “fake news” e pós-verdades que inundam a Internet e alcançam mentes e corações de pessoas que se entendem no direito de ditar como a outra pessoa deve existir, como ela deve performatizar para ser acolhida como “cidadã/o de bem”.

Não à toa, a notícia que nossa delegação nas olimpíadas de Paris é a com mais representantes da comunidade LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo que nos causa grande orgulho, tem sido motivo da manifestação de ódio de muitos fascistas pela internet.

Aspectos culturais são constitutivos do sujeito e fundamentais para a inserção da pessoa na sociedade, são eles que auxiliam na construção da cidadania, garantem visibilidade e representatividade cultural/social/política. Nesse sentido, é importante que se diga que as TICs favorecem a promoção da cultura de identidade, na medida em que pessoas públicas como artistas, atletas, autores/as, políticos/as e trabalhadores/as (como de nossa categoria) se sentem livres para produzir e consumir materiais significativos da identidade LGBTQIAPN+. No entanto, o ciberespaço também se mostrou um lugar propício para disseminação do ódio e da violência contra cidadã/os representativos da diversidade sexual e de gênero.

Na França repercutiram a participação do ex-jogador de futebol Raí e o capitão da seleção francesa de futebol Kylian Mbappé (que se relaciona com uma mulher trans), em momentos diferentes, mas com discursos potentes contra o fascismo da extrema-direita, ajudando a mudar os rumos das eleições naquele país onde, segundo pesquisas, a extrema-direita liderava, apontando novos caminhos e a importância da visibilidade de nossa comunidade na política.

Nesta conjuntura que o SINASEFE avançou em sua estrutura no 35º Congresso, quando criou a Coordenação Nacional LGBTQIAPN+, uma pasta da Direção Nacional dedicada à *pauta do combate às opressões e da defesa das minorias sexuais e de gênero, pela promoção da igualdade e da inclusão da diversidade na luta pelos Direitos Humanos e contra o preconceito.*

Nos sindicatos, reflexões sobre gênero e diversidades sexuais ainda são recentes. Dentro do SINASEFE tem-se apontado em nossas plenárias para as questões do machismo, do racismo e do fascismo em nosso sindicato, e faz-se necessário aprofundar essa discussão, mas as questões da LGBTQIAPN+fobia continuam invisibilizadas, varridas para debaixo do tapete. O movimento sindical precisa compreender e abraçar a pluralidade do conjunto da classe trabalhadora, ou seja, a/o

trabalhador/a jamais deve ser discriminado/a por um aspecto da sua existência, seja sua identidade de gênero ou sua sexualidade. Somente será possível avançar na pauta da inclusão das minorias e combate às opressões promovendo-se a igualdade e a inclusão da diversidade na defesa dos Direitos Humanos e no combate ao preconceito, o que certamente guiará os rumos da atuação da nova Coordenação LGBTQIAPN+ na estrutura do SINASEFE.

A nova Coordenação deve garantir a visibilidade e o espaço político dentro do sindicato para a atuação de pessoas LGBTQIAPN+, trabalhadores/as da Educação que constroem o SINASEFE e que, além de sofrerem todos os ataques classistas do sistema, ainda são vítimas de preconceito na sociedade, no local de trabalho e até dentro do sindicato. É para dar lugar e vez a essas vozes que este grupo de pessoas se organizou no último Congresso e apresentou a tese que resultou na criação da pasta, que agora deve exercer seu papel de combate à *LGBTQIAPN+fobia em todas as suas manifestações, principalmente no ambiente de trabalho e na luta sindical; de estabelecer a representatividade LGBTQIAPN+ na Direção Nacional do SINASEFE; de impulsionar a representatividade nas seções sindicais do SINASEFE no país inteiro; de acolher e encaminhar denúncias de vítimas de LGBTQIAPN+fobia; de propor atividades específicas de formação para a diversidade; de complementar ações do SINASEFE no combate às opressões; de dar visibilidade à população LGBTQIAPN+ dentro do sindicato.*

Com esse intuito, torna-se fundamental e prioritária a realização do 1º Encontro de Diversidade Sexual e de Gênero do SINASEFE, evento já protelado nos últimos anos dentro deste sindicato. Não estamos com isso requerendo privilégios especiais, mas apenas exigindo o mesmo tratamento que o SINASEFE já dispensou a outras pautas da luta de opressões, todas tão legítimas e importantes quanto a nossa.

Hoje, o sistema capitalista – e seus olhos vidrados no que as últimas décadas têm chamado de “pink money” – ostenta grandes marcas que frequentemente se utilizam da pauta das minorias sexuais para se mostrarem “modernas, antenadas, inclusivas e politicamente corretas” quando, na verdade, buscam dar visibilidade a si mesmas e enxergam nesta população apenas um nicho de mercado ainda muito promissor e pouco explorado. Inebriado por uma tendência cultural de consumo, o mercado se pretende simpático e aberto à diversidade, mas suas ações naturalmente visam ao lucro que essas pessoas potencialmente podem gerar. Assim, todo um discurso inclusivo e simpatizante é construído em torno da diversidade sexual e de gênero, exibindo uma máscara de responsabilidade social e escondendo a avidez pela geração de riquezas. O capital está de braços abertos para a pessoa LGBTQIAPN+, desde que ela tenha potencial de consumo. Não nos enganemos: o capitalismo somente é simpático para com o capital!

Diferenciando-se deste sistema vigente, o respeito e o espaço dispensado à pauta da diversidade sexual e de gênero demonstrarão o efetivo compromisso do SINASEFE com a luta contra todas as formas de opressão, bem como com a batalha para superar o sistema capitalista, etapa fundamental para que possamos reconstruir as relações humanas na sociedade, no trabalho e no movimento sindical.

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

- Viabilização do efetivo funcionamento da nova Coordenação LGBTQIAPN+ do SINASEFE.
- Que, no prazo máximo do fim do primeiro semestre de 2025, o SINASEFE viabilize a realização do seu I Encontro da Diversidade Sexual e de Gênero, evento preterido diversas vezes nos últimos anos.

- Que o SINASEFE se comprometa com o respeito a companheiras/os LGBTQIAPN+ no âmbito do sindicato.

- Criar um observatório para estudo e acompanhamento da violência contra LGBTQIAPN+ nas instituições educacionais representadas pelo SINASEFE, bem como no movimento sindical.

ASSINAM ESSA TESE:

1	Andréia Castro	TAE	IFTO	
2	Abraão Romão Batista		Docente	SintefPB
3	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ	
4	Adelino Francisco de Oliveira		Docente	São Paulo
5	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj	
6	Adriana Nascimento de Jesus		Docente	São Paulo
7	Ailton Ribeiro de Assis		Docente	SINTEFPB
8	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM	
9	Alcione Alves da Silva		Docente	SINDSIFCE
10	Alice de Araújo Nascimento Pereira		Docente	Sinasefe - Iffluminense
11	Allan Patrick de Lucena Costa		Docente	Sintef-PB
12	Ana Cláudia Gouveia de Sousa		Docente	Sinasefe
13	Ana Paula de O Corti		Docente	Sao Paulo
14	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce	
15	André Bellieny Roberto da Silva		Docente	sinasefe if fluminense
16	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO	
17	Angevaldo Maia		Docente	Jacobina
18	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista	
19	Antonio Jesus Souza Melo Neto		Docente	Esperança
20	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE	
21	Arivaldo da Silva Souza		Docente	IFBA/CMS
22	Barbara Ferreira Fadul		Docente	Ji-Paraná-RO
23	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM	
24	Bruna Botin Nascimento		Docente	Bento Gonçalves

- 25 Bruno José de Sousa TAE IFSC
- 26 Carlos Alberto Genz - APROFCMPA
- 27 Caroline Muñoz Cevada Jeronymo Docente Sintefpb
- 28 Cathia Alves Docente Salto
- 29 Cezar Laurence De Barros Docente Ifes
- 30 Claudenira Cavalcante Melo TAE SINDSIFCE
- 31 Claudilena Corrêa Araújo Docente Seção Codó-IFMA
- 32 Cleide Aparecida da Silva TAE Urutai
- 33 Cristiane Mirtes da Fonseca Docente SINASEFE Sergipe
- 34 Cynthia M. S. Mattosinho Docente IFSE
- 35 Daniel Mendes Pires Haack TAE SINTIFRJ
- 36 Daniel Soares da Silva Docente São Paulo
- 37 David Lobão Docente Sintefpb
- 38 Demian Boaroli Docente Bento Gonçalves
- 39 Dieudes Laenio de Sousa Silva Docente Sesisifpi
- 40 Diogenes Mendes Araujo Docente Sinasefe/Natal
- 41 Edson Barbosa Lisboa Docente Sergipe
- 42 Edson Barbosa Lisboa Docente SINASEFE Sergipe
- 43 Eliezer da Cunha Siqueira Docente SINTEFPB
- 44 Eliseanne Lima da Silva TAE MANAUS
- 45 Eliseu Roque do E. Santo Docente IFF Macaé
- 46 Elza Ferreira Santos Docente SINASEFE Sergipe
- 47 Emily Raquel Moura dos Santos TAE IFBA / CMS
- 48 Êmy Virgínia Oliveira da Costa Docente Sindsifce
- 49 Everthon Silva Fonseca Docente São Paulo (SINASEFE)
- 50 Fabio de Oliveira Dias Docente IFSul
- 51 Fanley Bertoti da Cunha Docente São Paulo
- 52 Fátima Maria de Holanda Lima Docente Fortaleza
- 53 Fernanda Mendes Furlan Docente Sintietfal
- 54 Fernando Ferreira Pinheiro Docente Ji-Paraná
- 55 Fernando Mendonça Heck Docente SINASEFESP

56	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
57	Flávio dos Santos Barbosa	TAE	CMR-EAMPE
58	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
59	Francisco das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
60	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB
61	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
62	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
63	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
64	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
65	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
66	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
67	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP
68	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
69	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
70	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
71	Henrique Brum	Docente	IFTO
72	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
73	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
74	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
75	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
76	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
77	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
78	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
79	Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
80	João Campinho	Docente	São Paulo
81	João Edson Rufino	Docente	SINTEFPB
82	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
83	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
84	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
85	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
86	José Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus

87	José Ferreira de Sousa Neto	TAE	SINTEFPB
88	José Grangeiro Sobrinho	TAE	IFPBPI
89	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
90	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
91	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
92	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
93	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
94	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
95	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
96	Leandro Batista da Silva	- APROFCMPA	
97	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
98	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
99	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
100	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
101	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
102	Leoniza do Nascimento Calado	Docente	SINASEFE
103	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
104	Liliane Gruber	- APROFCMPA	
105	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
106	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
107	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
108	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
109	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
110	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
111	Márcio Alves de oliveira	Docente	Sinasefe-sp
112	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
113	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
114	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
115	Maria Artemis Ribeiro Martins	Docente	SINDSIFCE
116	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
117	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce

- 118 Maria da Graça Peccin – APROFCMPA
- 119 Maria Helena Gravina - APROFCMPA
- 120 Maria Suely Silva Santos Guimarães TAE Manaus
- 121 Maria Valdicelsia Soares Leal TAE SESISIFPI - SINASEFE
- 122 Mariana Abreu Gualhano Docente
- 123 Marival Baldoino de Santana Docente Seção São Paulo
- 124 Michel Torres Docente SINTIFRJ
- 125 Milena Beatriz Lira Dias da Silva TAE Sintefpb
- 126 Natália Ayres da Silva Docente Sindsifce
- 127 Nericilda Bezerra Da Rocha Docente SINDSIFCE
- 128 Paulo Hernandes Gonçalves da Silva Docente IFTO
- 129 Paulo Marconi Linhares Mendonça Docente SINDSIFCE
- 130 Philipe Michel Silva Soares TAE SINDSIFPE
- 131 Rafaella Florêncio Docente Sindsifce
- 132 Raimundo Helio Lopes Docente IFFluminense
- 133 Renata Vagheti Ocacia - APROFCMPA
- 134 Rhafael da Costa Borges Docente São Vicente da Serra/MT
- 135 Ricardo Rodrigues A. de Lima Docente São Paulo
- 136 Roberto Coutinho Medeiros Junior Docente IFF IFFLUMINENSE
- 137 Roberto Wallace Viana TAE IFES
- 138 Rogério Alves de Amorim TAE Seção Sindical Norte de Minas
- 139 Rogério de Castro Ângelo Docente Triângulo Mineiro
- 140 Rogério de Souza Docente SINASEFE-SP
- 141 Rômulo Alexandre IFPB DOCENTE SINTEFPB
- 142 Rosinaldo Silveira TAE IFPA, CTRB E CIABA
- 143 Samantha Macedo Lima Docente Sindsifce
- 144 Sarah Suellen Lima Oliveira TAE SINDSIFCE
- 145 Saulo Daniel Campos de Oliveira Docente SINASEFE-IFBA/CMS
- 146 Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho TAE SESISIFPI
- 147 Sérgia Beatriz Drumond Sales TAE Piauí
- 148 Silvana Benassuly Maués de Medeiros Docente IFPA.

149	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
150	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
151	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
152	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
153	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
154	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
155	Suzana Gutierrez - APROFCMPA		
156	Tarcisio Luiz Leão e Souza	Docente	Manaus - AM
157	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
158	Thais Surian	TAE	São Paulo
159	Thalismar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
160	Therezinha Gauri Leitão	Docente	SINASEFE IFBA/CMS
161	Valério Arcary	Docente	São Paulo
162	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce
163	Victor dos Santos Pereira	TAE	IFRS - Seção Bento Gonçalves
164	Vinicius Retamoso Mayer	Docente	SINASEFE MANAUS
165	Virginia Alves Lima Anjos	Docente	Sinasefe
166	Viviane Frederico Barbosa	TAE	Sergipe
167	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	Guanambi
168	Wilker Gomes Raposo	TAE	SINTEFPB
169	Willy Deivson Leandro da Silva	Docente	IFTO
170	Yara Silvia Freire Rabay	Docente	IFPB – SINTEFPB

06 - ATUAÇÃO DO SINASEFE NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE DISCUSSÃO PARA O COMBATE AO RACISMO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

Os ossos de nossos antepassados colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje. Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo cuidando de nossa dolorida memória. A terra está coberta de valas e, a qualquer descuido da vida, a morte é certa. A bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e dança. A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros (EVARISTO, 2019, s/p).

O racismo afeta diferentes grupos etnicorraciais e, no Brasil, manifesta-se de maneira específica contra negras(os), indígenas e quilombolas. Cada um desses grupos enfrenta formas distintas e interseccionais de discriminação e violência que são resultado de um racismo estrutural e histórico. A história do Brasil é marcada pelo genocídio persistente e sistemático dessas populações, uma realidade que, infelizmente, se estende até os dias atuais. Dados alarmantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, enquanto negros, indígenas e quilombolas representam 57% da população brasileira, eles constituem mais de 75% das vítimas de homicídios no país.

Evidencia-se, portanto, que a questão central em torno da cultura brasileira e que fez do país um dos mais desiguais do mundo está diretamente ligada à histórica exclusão destinada a determinados grupos etnicorraciais, notadamente, indígenas e afro-brasileiros, quando o Brasil oficializou o seu atávico racismo, relegando esses povos e acolhendo, com a anuência do Estado nacional, imigrantes brancos para a produção de riquezas! Estudos sobre a historiografia nacional mostram, de modo incontestado, que o conjunto de narrativas acerca do Brasil faz parte de uma competente invenção que teve, nos detentores dos discursos dominantes, os principais articuladores da versão que lhes foi mais conveniente para a manutenção do poder, constituindo o que pode ser denominado “racismo estrutural”, como quer Almeida (2019, p.21), uma perversa estratégia, difundida e internalizada há quase cinco séculos e, por conseguinte, já cristalizada no imaginário nacional.

Consolidando esse projeto de nação desigual, grupos liberais e conservadores buscam a implementação de uma agenda bastante comprometedoras no que tange aos direitos dos indígenas e negros. Nesse contexto, a luta contra o marco temporal e o reconhecimento dos territórios quilombolas são um dever mínimo de uma sociedade que estabeleceu suas riquezas no genocídio dos povos indígenas para a exploração de suas terras e na escravização de pessoas negras, principais vítimas da construção histórica dessa sociedade mundocêntrica.

Na esteira desse cenário, o mercado de trabalho, por exemplo, reflete o racismo histórico presente em nossa sociedade, perpetuando a persistente desigualdade nos mais diversos espaços laborais. Isso se manifesta não apenas na inserção, mas também nas oportunidades e possibilidades de ascensão das populações negra e indígena. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2023, a taxa de desemprego dos homens negros,

por exemplo, é sistematicamente maior do que a dos demais trabalhadores. Embora representem cerca de 56% da população em idade de trabalhar, os homens negros correspondem a mais da metade dos desempregados (65%). Ainda, a taxa de desemprego dos negros é de 9,5%, sendo 3,2 pontos percentuais acima da taxa dos não negros.

A pesquisa aponta também a necessidade urgente de medidas de reparação considerando as interseccionalidades. No caso das mulheres negras, que acumulam desigualdades de raça e de gênero, a taxa de desemprego estava em 11,7%. Segundo o DIEESE, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é mais difícil, mesmo no contexto atual de melhora da atividade econômica e considerando, no que se refere ao nosso sistema ainda machista e patriarcal, que muitas delas acumulam a dupla jornada de trabalho - nas empresas e em casa. Durante a crise econômica da pandemia de Covid-19, a taxa de desemprego dos trabalhadores não negros atingiu o mesmo percentual (11,7%) de hoje, isso revela que não tivemos melhoria no cenário de empregabilidade para as mulheres negras.

Os dados evidenciam a questão da desigualdade, pois revelam que, em 2023, uma em cada seis (15,8%) mulheres negras trabalha como empregada doméstica. As trabalhadoras domésticas negras sem carteira recebiam, em média, R\$904,00 por mês, valor R\$398,00 abaixo do salário mínimo nacional vigente. Quanto à ocupação de espaços de poder, a pesquisa aponta ainda que apenas 2,1% dos trabalhadores negros - homens ou mulheres - ocupavam cargos de direção ou gerência. Entre os homens não negros, essa proporção é de 5,5%. Esses dados mostram que apenas um em cada 48 trabalhadores negros ocupa em cargo de direção ou gerência, enquanto entre os homens não negros, a proporção é de 01 para cada 18 trabalhadores, demonstrando que nossas instituições não se mostram ambientes naturalmente inclusivos.

Numa sociedade de muitos deveres e poucos direitos no que tange às populações negras, indígenas e quilombolas a permanente luta por reconhecimento, pela inclusão, por renda, educação e pelo território, essa demanda se apresenta como fundamento comum para a melhor acomodação desses sujeitos em nossa sociedade. Nesse sentido a atuação do sindicato na implementação de medidas de reparação no âmbito interno, assim como uma atuação política no sentido do fortalecimento e defesa das políticas de ações afirmativas nas instituições da educação, deve tornar-se uma diretriz do trabalho do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) numa das bases da desigualdade social neste país que é sobretudo racial, fortalecida e instituída pelo colonialismo, pelo capitalismo e pelo liberalismo, que utilizam práticas de exclusão, eliminação e criminalização, pautas constantes de um modelo social.

É necessário entender que não é mais possível pensar em instituições, como um sindicato, que não entendam e tratem a questão de raça e classe como um problema social presente no cotidiano dos brasileiros, em nossos diversos espaços, seja no trabalho ou nos sindicatos. Reconhecer que a questão racial no Brasil é determinante para o problema crônico do racismo é fundamental. A atuação do SINASEFE no combate às desigualdades impostas pelo racismo é crucial para a construção de um sindicato antirracista.

É evidente que, nas relações de poder que envolvem indivíduos em uma sociedade de classes fortemente hierarquizada, tal exclusão está diretamente relacionada à participação de pessoas nos lugares de comando e prestígio que, na história nacional, foram reservados apenas a poucos grupos dominantes. Com efeito, entende-se por racismo estrutural um conjunto de práticas, histórica e sistematicamente construídas, que discriminam os grupos afro-brasileiros por meio de palavras, gestos, atitudes, atos, falas e manifestações que, de tão disseminadas no seio social, já se tornaram

naturalizadas pelos indivíduos e, por isso mesmo, imperceptíveis. O deletério legado do colonialismo português, pautado nas relações escravistas, fez também emergir, ao longo do tempo, lutas pelas liberdades que têm na construção de memórias africanas afirmativas um dos seus mais representativos instrumentos.

Por conta dessas desigualdades e da necessidade imperativa da implementação de aprimoramento na política de inclusão, em 2023 o Governo Federal decidiu destinar um mínimo de 30% dos cargos em comissão e funções de confiança da administração pública federal a pessoas negras, com o objetivo de ampliar políticas públicas de igualdade racial e combate ao racismo por meio do Decreto 11.443/2023. Além disso, a Lei de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens (Lei 14.611/2023), uma reivindicação histórica das mulheres, estabelece a obrigatoriedade da política de salário igual para trabalho igual. Além de multa, a legislação exige transparência de relatórios remuneratórios para empresas de médio e grande porte.

Já consolidado em nossa cultura há séculos, coube ao militante, dramaturgo, escritor e pesquisador Abdias Nascimento o estudo e a sistematização da tragédia que vem dizimando e apagando o povo negro e sua memória no Brasil. Em livro intitulado “O Genocídio do Negro Brasileiro”, Nascimento destaca que “[...] o processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população de afrodescendência. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país”. (Nascimento, 2016, p. 67)

Com efeito, em um país tão desigual quanto o Brasil, a luta por justiça e equidade é a força que conduz e move todos aqueles que se insurgem contra as injustiças históricas e cotidianas e que, por isso, buscam melhores condições para todas, todos e todes. E nesse ímpeto se emerge e se alimenta a força sindical, em especial o SINASEFE que surge na luta histórica pela defesa do direito, de cidadãos e cidadãos brasileiros, à educação pública, gratuita, de qualidade, laica, socialmente referenciada e em consubstanciada com os interesses das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Nesse prisma, no livro “A luta pelo direito”, destaca que: “[...] A luta não é, pois, um elemento estranho ao direito, mas sim uma parte integrante de sua natureza e uma condição de sua ideia. Todo direito no mundo foi adquirido pela luta; esses princípios de direito que estão hoje em vigor foram indispensável impô-los pela luta àqueles que não os aceitavam; assim, todo o direito, tanto o de um povo, como o de um indivíduo, pressupõe que estão o indivíduo e o povo dispostos a defendê-lo. O direito é o trabalho sem tréguas, e não somente o trabalho dos poderes públicos, mas sim, o de todo o povo”. (IHERING, 2010, p.28).

Nesse contexto, o SINASEFE apesar de seus avanços com a realização de encontros e congressos, ainda tem muito a fazer, para fortalecer a erradicação do racismo. Assim, atuando na construção de um sindicato antirracista, torna-se essencial a atuação e contribuição do mesmo para a criação de espaços de discussão e ações concretas dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para enfrentar e combater o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Encaminhamentos:

1. O SINASEFE deve incluir o Encontro De Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas (ENNIQ) no calendário anual da entidade e priorizar a realização do III ENNIQ do SINASEFE no primeiro semestre de 2025, já que em 2024 o mesmo não foi realizado.
2. O SINASEFE deve pressionar pelo pagamento de Função Gratificada (FG) para Coordenação de NEABIs e por Cargos de Direção (CD) para Coordenador Geral Institucional, com a escolha dos membros do núcleo, garantindo independência e autonomia. (Encaminhamento da tese do 35º Consinasefe e do II ENNIQ)
3. O SINASEFE deve garantir que todas as seções tenham, obrigatoriamente, uma pasta etnicorracial; uma pasta de combate às opressões e uma pasta LGBTQIAPN+.(Encaminhamento da tese do 35º Consinasefe e do II ENNIQ)
4. O SINASEFE deve exigir o cumprimento do decreto 11.443/2023, que estabelece 30% de cotas para servidores negros(os) em cargos de direção e assessoramento nos IFs, incorporando também os indígenas em cargos em comissão e funções de confiança
5. O SINASEFE deve dialogar e fomentar ações antirracistas nos Institutos Federais, Apoiar e investir na implementação de uma educação antirracista via fortalecimento da Lei N°10.639 com recursos para ações através de editais que incentivem Neabs Neabis e Grupos Correlatos.
6. O SINASEFE deve apoiar e defender a implementação das ações afirmativas como a desenvolvidas pelas Comissões de Heteroidentificação, importante como instrumento de inclusão de acesso de negros indígenas e quilombolas

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.443 de 21 de março de 2023. **Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11443.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.611 de julho de 2023. **Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm Acesso em: 27 jun. 2024.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Salário Mínimo: Instrumento de combate à desigualdade**. São Paulo, 2023.

DUARTE, Constância Lima. **Poemas Conceição Evaristo**. Revista Cronos, v. 23, n. 1, p. 121-128, 2022.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

IBGE. **IBGE – Comitê de Estatísticas Sociais**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/basededados/1146-censo-demografico.html>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Assinam esta tese:

1	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
2	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
4	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
5	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
6	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
7	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM
8	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE
9	Alessandro de Paula Silva	Docente	Sinasefe Norte de Minas
10	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe - Iffluminense
11	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
12	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
13	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
14	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
15	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
16	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO
17	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
18	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista
19	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
20	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE
21	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
22	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
23	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM
24	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
25	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
26	Caroline Muñoz Cevada Jeronymo	Docente	Sintefpb
27	Cathia Alves	Docente	Salto
28	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes

29	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
30	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó-IFMA
31	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
32	Cleverton sena santos	TAE	TESE DO COLETIVO PÃO E ROSAS - NEGRAS E NEGROS
33	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe
34	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
35	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
36	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
37	David Lobão	Docente	Sintefpb
38	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
39	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
40	Diogenes Mendes Araujo	Docente	Sinasefe/Natal
41	Edson Barbosa Lisboa	Docente	Sergipe
42	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
43	ELISEANNE LIMA DA SILVA	TAE	MANAUS
44	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
45	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
46	Emily Raquel Moura dos Santos	TAE	IFBA / CMS
47	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
48	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)
49	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
50	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo
51	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
52	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
53	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
54	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
55	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
56	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
57	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
58	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
59	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB

60	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
61	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
62	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
63	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
64	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
65	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
66	Grazielle Nayara Felício Silva TAE		SINASEFE-SP
67	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
68	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
69	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
70	Henrique Brum	Docente	IFTO
71	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
72	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
73	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
74	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
75	Isamarca Catarina Oliveira de Sousa	TAE	SEISISIFPI
76	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
77	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
78	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
79	Jennifer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
80	João Campinho	Docente	São Paulo
81	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
82	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
83	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
84	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
85	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
86	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
87	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
88	JOSE GRANGEIRO SOBRINHOTA	TAE	IFPBPI
89	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
90	josenilda de Souza Silva	TAE	Sinasefe Januária

91	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
92	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
93	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
94	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
95	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
96	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
97	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
98	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
99	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
100	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
101	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
102	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
103	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
104	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
105	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
106	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
107	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
108	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
109	Márcio Alves de oliveira	Docente	Sinasefe-sp
110	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
111	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
112	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
113	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
114	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
115	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
116	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus
117	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
118	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
119	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
120	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
121	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAE	Sintefpb

122	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
123	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
124	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
125	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
126	Philipe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE
127	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
128	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
129	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
130	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
131	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE
132	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
133	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
134	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
135	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP
136	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB
137	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
138	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
139	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
140	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
141	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
142	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
143	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
144	Sirlei Bortolini	TAE	Seção Bento Gonçalves
145	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
146	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
147	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
148	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
149	Talita Souza de Lima	TAE	Sinasefe-SP (IFSP SÃO CARLOS)
150	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
151	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
152	Thais Surian	TAE	São Paulo

- 153 Thalimar Matias Gonçalves Docente Seção Ifes ES
- 154 Therezinha Gauri Leitão Docente SINASEFE IFBA/CMS
- 155 Valério Arcary Docente São Paulo
- 156 Valmir Arruda de Sousa Neto Docente Sindsifce
- 157 Vania de Jesus TAE Sergipe - IFS
- 158 Victor dos Santos Pereira TAE IFRS - Seção Bento Gonçalves
- 159 Vinicius Retamoso Mayer Docente SINASEFE MANAUS
- 160 Virginia Alves Lima Anjos Docente Sinasefe
- 161 Viviane Frederico Barbosa TAE Sergipe
- 162 Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha TAE Guanambi
- 163 Wilker Gomes Raposo TAE SINTEFPB
- 164 Willy Deivson Leandro da Silva Docente IFTO
- 165 Yara Silvia Freire Rabay Docente IFPB -sintefpb
- 166 Gilvan Azevedo – Docente – IFMA Maracanã
- 167 Danielle Lima Costa – Docente – IFMA Centro Histórico
- 168 Eriane de Paula – Docente – IFMA Maracanã

Tese da Corrente Proletária na Educação/POR ao 36º CONSINASEFE

07 - Combater o capitalismo, a raiz de todas as formas de opressão

I. Apresentação

A crise econômica mundial expressa o apodrecimento da sociedade capitalista. As guerras na Palestina e Ucrânia, a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, e avanço da escalada militar. As consequências têm sido dramáticas para a maioria oprimida de todo o mundo, com o avanço da fome, miséria e desemprego. Como parte desta desintegração social, avança a ultradireita obscurantista, que acirra as discriminações contra as mulheres, negros, indígenas e população LGBT.

As opressões que se manifestam de forma distinta têm suas raízes na opressão de classe da burguesia contra a maioria oprimida. No Brasil, os oprimidos sentem o peso do desemprego, subemprego; salário de miséria; negação aos direitos básicos, como saúde, educação e aposentadoria. As contrarreformas Trabalhista, Previdência, Lei de Terceirização e Novo Ensino Médio impactam diretamente na vida das massas.

Em resposta aos ataques dos capitalistas e seus governos, as direções dos sindicatos e movimentos sociais cultivam as ilusões eleitorais e nos métodos de pressão jurídico e parlamentar. Assim, as respostas que separam os oprimidos e os fazem confiar na possibilidade de solução das opressões sob esta sociedade capitalista decomposta, só distanciam os explorados da necessária e urgente unidade, que vincule a luta contra as opressões contra mulheres, negros, quilombolas, indígenas e população LGBT à necessidade de derrubar o capitalismo pela revolução socialista, que enfrente a violência do imperialismo e enterre a exploração do homem pelo homem.

Por isso, é necessário que o 36º Consinasefe se dedique a organizar a luta contra as opressões, como parte do movimento unificado em defesa das condições de vida dos oprimidos, com independência de classe, sob os métodos de organização e manifestações próprios da classe operária, com atos massivos de rua, paralisações e greve.

II. Combater as opressões defendendo as condições de vida

Abaixo violência contra as mulheres

O retrocesso nos direitos atinge amplamente as mulheres que vivem do trabalho, que recebem salários menores para a mesma função, e que chefiam a família. Persiste o problema de desemprego e subemprego, que golpeiam em geral a mulher trabalhadora e, em particular, milhões que garantem sozinhas a existência da família. A reforma trabalhista e a terceirização intensificam a dupla jornada da mulher. As contrarreformas trabalhista e da previdência promovem mais retrocessos na vida da mulher trabalhadora. Ocorre que os capitalistas têm necessidade de reduzir o valor geral da força de trabalho. O que sacrifica ainda mais as mulheres que arcam com a dupla jornada, e sofrem a discriminação salarial.

NÃO à criminalização do aborto: Que as mulheres decidam sobre seu corpo, não o Estado.

O 36º Consinasefe ocorre em meio à ameaça de aprovação do Projeto de Lei 1904/24 e deve se colocar por defender o direito de as mulheres decidirem sob seu corpo. O PL 1904/24 é mais um avanço da reação obscurantista contra o direito das mulheres. De autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), equipara o aborto aos crimes de homicídio, com pena para gestantes e médicos, além de fixar o prazo máximo de 22 semanas de gestação para que o aborto em caso de estupro seja considerado legal. Assim, as meninas e mulheres que dependem do sistema público de saúde, sentirão ainda mais dificuldade para ter acesso ao já ultralimitado direito ao aborto.

Vale lembrar que o governo Bolsonaro aprovou em 2022 uma recomendação que fixava um prazo máximo (21 semanas e 6 dias) para o aborto legal, que já era ultrarrestrito. Em fevereiro desse ano, o Ministério da Saúde lançou uma nota técnica que derrubava essa orientação de prazo, porém no dia seguinte a Ministra Nísia Trindade a suspendeu, expressando o recuo do governo. O que mostra que não será através do jogo de forças políticas da burguesia que será garantido o direito das mulheres de decidirem sobre seu corpo.

Devemos seguir a experiência dos atos massivos de rua, que derrubaram a “urgência” para aprovação do PL1904/24 e mostraram o caminho para barrar o avanço da ultradireita obscurantista e as medidas que atacam os direitos das mulheres. E que o direito ao aborto seja garantido para todas as mulheres de forma gratuita pelo SUS.

Combater o avanço do extermínio da juventude negra defendendo suas condições de vida

Diariamente as notícias expressam o assassinato de jovens negros nas periferias, normalmente sob responsabilidade do Estado policial. O Atlas da Violência indicou que somente em 2022 teve uma média de 62 jovens assassinados por dia no Brasil. Destes dados, de 46 mil mortes em 2022, 35 mil foram de negros, ou seja, 76% dos casos de homicídios. Neste estudo foram apontadas 661 mil mortes de 2012 a 2022, dentre elas 321 mil jovens. O capitalismo apodrecido nega a maioria da juventude o acesso à escola e ao emprego, enquanto sob mão de ferro aumenta a violência.

Não é possível esperar que a burguesia resolva a violência contra os negros. A exemplo do que ocorreu recentemente com o caso João Pedro, jovem de 14 anos assassinado no Rio de Janeiro. Em 2020, em plena pandemia, o jovem foi baleado dentro de casa pelas costas durante uma operação policial. Após quatro anos, clamando por justiça, a família do jovem viu os assassinos serem absolvidos. E este caso está longe de ser uma exceção. Nos últimos anos, foram muitos os jovens assassinados pela polícia no Brasil, e pouquíssimos os casos em que a família conseguiu ver a condenação dos policiais. Na maioria das vezes, ameaças à família por parte dos policiais e conivência do judiciário burguês fazem com que muitos sequer busquem justiça pelos seus mortos.

Os diversos casos de impunidade só evidenciam que não se pode depositar esperanças na justiça burguesa para julgar os crimes de classe da própria burguesia. Os crimes contra os jovens negros, que são cotidianamente exterminados nas periferias, só poderão ser julgados por um Tribunal Popular, encabeçado pela classe operária e a maioria oprimida, erguido sobre a base das reivindicações mais sentidas, como moradia, emprego, salário, educação, saúde.

Responder ao avanço das opressões com independência de classe, sob a política proletária

É imprescindível que a classe operária, os demais explorados e a juventude ergam um poderoso movimento de massa em defesa dos direitos das mulheres, dos negros e da população LGBT – em combate a todas as formas de discriminação. Diante disso que o **36º Consinasefe aprove:**

Um chamado às centrais, sindicatos e movimentos populares para construção de um dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios de rua, sob as bandeiras:

a) Revogação de todas as contrarreformas (trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio, lei da terceirização etc.), em defesa dos empregos, salários e direitos;

b) Contra o Arcabouço fiscal, que corta verba dos serviços públicos, ferindo direito à saúde e educação;

c) Abaixo o PL-1904/24;

d) pelo direito irrestrito ao aborto, gratuito e público realizado pelo SUS;

e) trabalho igual, salário igual;

f) salário-mínimo vital, que atenda às necessidades da família trabalhadora; e) estabilidade no emprego;

g) creches nos locais e trabalho;

h) Contra os crimes da burguesia, que os explorados constituam os tribunais populares.

Assinam:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE

08 - O Combate às opressões como ferramenta da luta de classes e combate ao neofascismo

Eixo: Combate às opressões

Palavras-chave: Luta de Classes; Machismo; Neofascismo; Combate às Opressões.

A ascensão de grupos, partidos e governos de extrema-direita e o crescimento do neofascismo em todo o mundo na última década nos fizeram lembrar mais uma vez que não existe vitória ou conquista social que não possa ser perdida. No Brasil, assistimos diuturnamente parlamentares neofascistas tentando transformar o Brasil num Estado fundamentalista, nos moldes dos que vemos em obras de ficção como o livro “O conta da aia”, de Margaret Atwood. Embora suas motivações sejam de ordem política e econômica, se apoiam em preceitos e fundamentos pretensamente religiosos para atacar pessoas que gestam, a comunidade LGBTQIAPN+ e outras populações minorizadas.

As mulheres demonstraram, no enfrentamento ao PL 1904, que não é possível vencer a luta de classes sem enfrentar pautas fundamentais como a libertação dos úteros – fábricas de força de trabalho, a única mercadoria que gera valor - e das mulheres que, segundo estimativas divulgadas pela OXFAM, são roubadas em 10,8 trilhões de dólares em todo o mundo e 12,5 bilhões de horas de trabalho na forma de trabalho não remunerado de produção e reprodução da força de trabalho, conhecido, na maneira fetichizada, como trabalho de cuidado.

A libertação sexual e a libertação das mulheres não são pautas externas à luta de classes, mas pautas estruturantes, porque simplesmente não seria possível a Jeff Bezos acumular os bilhões que acumula se esses quase 11 trilhões de dólares não fossem roubados anualmente. Não por acaso, economistas capitalistas apontam como uma das grandes crises do mundo atual as quedas vertiginosas nas taxas de fertilidade - muito embora essa seja uma solução tanto para a vida das mulheres e pessoas com útero, como para o planeta, que não teria como suportar uma população maior da espécie homo sapiens.

O enfrentamento ao machismo, à misoginia, ao patriarcado e à LGBTQIAPN+fobia são responsabilidades essenciais de todas as pessoas da classe trabalhadora no enfrentamento à exploração capitalista. Os capitalistas sabem muito bem disso, tanto que têm sido esses os principais campos de batalha pelo fortalecimento da sua hegemonia. E não são tarefas apenas de mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+, são tarefa especialmente dos homens cis e héteros, visto que essa é a única forma de se autopreservarem.

Devido à masculinidade hegemônica, os homens são responsáveis por mais de 90% dos homicídios violentos no mundo, são os que cometem mais suicídios e os que morrem mais cedo de doenças curáveis ou acidentes, por nunca terem aprendido o autocuidado e o cuidado dos demais, sendo também os que mais matam e morrem no trânsito. A sobrevivência dos homens depende do enfrentamento à masculinidade hegemônica, base de sustentação da violência que o mundo enfrenta e que dá alternativas autoritárias e bélicas ao capitalismo. Não é coincidência que em todas as reuniões de comandos de guerra praticamente não se vê mulheres e que raramente mulheres em posições de poder iniciam guerras entre Estados. Também não é coincidência que os membros das

organizações abertamente fascistas e neocoloniais, que os agressores de escolas e que os eleitores das candidaturas de extrema direita sejam, em sua ampla maioria, de homens autodeclarados cis-hétero: na masculinidade violenta hegemônica vive um ativo importante da exploração capitalista.

Por isso é fundamental que nos espaços de lutas coletivas, como nosso sindicato, possamos manter espaços como o Sinasefino. Teses sobre a iniciativa, de companheiras de diversos coletivos, já foram escritas no congresso anterior, para que as companheiras mães possam participar e seus filhos e filhas possam estar num lugar não apenas seguro, mas brincante e politizado como tal.

A luta antirracista no Brasil é igualmente essencial e estruturante, visto que sem os quase 4 séculos de escravismo como base da acumulação primitiva de capital não apenas do país, mas dos principais impérios mundiais, especialmente o britânico, não teria sido possível a construção de um capitalismo hegemônico. A estruturação de uma economia escravista, por sua vez, não seria possível sem uma justificativa baseada no racismo. A máxima exploração, no processo de retirada da humanidade por meio da religião, permitiu níveis de exploração inigualáveis e que seguem sendo organizadores de uma cultura, mais de cem anos depois do seu fim formal. O Brasil segue batendo recordes de prisões devido à prática de escravidão moderna ou trabalho análogo à escravidão, desde que - a pouco mais de uma década - há aparato estatal e legal que permitam esse enfrentamento. O Caso de Sônia, mulher negra e surda que foi liberta de várias décadas de escravização doméstica e que o STJ decidiu “devolver” à família do desembargador que a manteve sob o jugo da ausência de linguagem e que agora tenta adotá-la como filha, é simbólica de quanto a cultura escravagista segue enraizada e estruturante no Brasil.

O mesmo ocorre contra indígenas e quilombolas, que têm sofrido com ataques e massacres cada vez maiores tanto de forma institucional, como a tentativa de aprovação do Marco Temporal, quanto bélicas, através de ataques de diferentes naturezas, perpetrados pelos latifundiários e indústria da mineração. O ataque aos indígenas e quilombolas aumenta na medida em que eles representam o freio objetivo ao aprofundamento da destruição ambiental.

Novamente, o enfrentamento ao racismo, seja contra indígenas, contra o povo negro, contra a islamofobia, sinofobia e demais, não é ágio externo à luta de classes, mas seu componente inequívoco. Assim como a defesa radical - não sectária e sim que olha para a raiz do fenômeno - da laicidade do Estado e da liberdade religiosa o são, visto que a religiosidade foi a justificativa para o escravismo - utilizando como justificativa para o tratamento desumano dado aos escravos o princípio religioso de que estes seriam humanos sem alma - e porque segue sendo elemento organizador das guerras e das formas modernas de exploração e enfrentamentos geopolíticos.

Da mesma maneira, a luta pela defesa ambiental é estrutural, até porque, simplesmente não haverá humanidade se não pudermos estancar imediatamente a destruição ambiental do planeta e a produção da ebulição climática que tem potencial objetivo de nos matar a todes.

Diante do exposto, há de se ressaltar a importância de que o Sinasefe seja radical na atuação contra todas as formas de opressão e exploração, incluindo capacitismo, gordofobia, preconceito religioso - especialmente contra religiosidades não hegemônicas, como são as religiões de matriz africana e o ateísmo -, entre outras. Assim, deve-se entender que o combate às opressões é ferramenta crucial a ser utilizada no meio sindical para encampar a luta da classe trabalhadora.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam essa tese

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)
Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)
Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)
Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)
Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)
Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)
Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)
Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)
Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)
Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)
Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
Alúcio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)

- Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
 Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
 Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
 Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
 Andre Sarmiento (Seção IFBA/CMS – 1M)
Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
 Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
 Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
 Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)
Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)
 Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)
Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)
 Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)
 Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

09 - O Sinasefe é anti-machista?

Por um Sinasefe sem hipocrisia

Eixo: Combate às Opressões

Palavras-chave: Paridade de Gênero, Igualdade de Gênero, Machismo, Misoginia.

Após anos de luta, no 35º Consinasefe conseguimos aprovar a paridade de gênero para além das direções do Sinasefe. Finalmente conseguimos garantia estatutária de igualdade de oportunidades para participar de todas as atividades sindicais. Embora nós, mulheres do Sinasefe, soubéssemos que a inclusão dessa regra no estatuto fosse apenas mais um passo rumo a uma igualdade de condições de atuação sindical que está longe de ser alcançada, não imaginávamos que o jogo seria tão sujo quanto tem sido.

Ao longo do último ano, mesmo com toda discussão sobre a participação feminina e o combate à violência de gênero no Sinasefe, nos deparamos com incontáveis situações de violência contra mulheres em nossas atividades nacionais. Em atividades presenciais vimos companheiros se levantando e interrompendo aos gritos a condução de trabalhos liderados por mesas femininas. Na plena certeza machista de que apenas os homens sabem como responder situações de conflito, desrespeitam todos os ritos sindicais interrompendo as falas da mesa sem solicitações de ferramentas como questões de ordem, pedidos de esclarecimento ou encaminhamentos, apenas porque as mulheres à mesa não estavam conduzindo os trabalhos da maneira que eles, homens, achavam melhor.

Em atividades virtuais a falta de respeito não é menor. Na 194ª Plenária Nacional, presenciamos mulheres sendo silenciadas e ignoradas enquanto alguns homens presentes desrespeitavam repetidamente as orientações da mesa, mantendo seus microfones abertos e discutindo durante longos minutos sobre como proceder em um processo de violência contra a mulher nos conselhos de ética, sem que nenhuma mulher presente fosse ouvida. E não foi apenas uma vez. Tivemos que ouvir de um companheiro que o sindicato não deveria se envolver num caso de violência doméstica porque a mulher agredida não era sindicalizada e porque a violência não havia acontecido durante uma atividade sindical. Como se fosse tolerável um homem ser agressor desde que suas agressões ocorram fora do ambiente do Sinasefe.

Situações como essas, que acontecem em nossas atividades nacionais da mesma forma que em nossas seções sindicais, não são casos isolados e nem acontecem por acaso. A verdade é que nossos companheiros de luta, sejam na Nacional ou em nossas seções, não nos enxergam como iguais.

Mais um triste exemplo do desprezo de uma parcela considerável dos homens do Sinasefe pela presença das mulheres no sindicato é que durante todo o ano tivemos que ouvir, em nossas bases e também nos eventos nacionais, que era impossível manter a paridade de gênero porque não existem mulheres interessadas em participar das atividades sindicais que possibilitem construir essa paridade. Houve, inclusive, uma tentativa de mobilização para boicotar a paridade de gênero nas eleições de delegados de algumas seções com objetivo de criar um fato e forçar a quebra da paridade no

credenciamento de delegados, para justificar uma possível alteração no Estatuto no próximo congresso estatutário.

Contra essa prática antidemocrática, anti-sindical e misógina a seção Ifes trouxe uma resposta, ainda que a intenção não tenha sido exatamente essa, através de seu processo de eleição de delegados e delegadas para o 36º Consinasefe. Essa seção aprovou um regulamento para eleição de delegados, através de uma resolução discutida e aprovada em assembleia geral, que previa regras que garantiram a igualdade de condições de participação para homens e mulheres no processo eleitoral. Como resultado disso, todas as chapas inscritas tiveram no mínimo um número igual de mulheres e homens, o que demonstra que há sim mulheres interessadas em participar das atividades sindicais.

O que falta então para que tenhamos mais mulheres no Sinasefe? Oportunidade, condições de participação e respeito. Podemos e devemos aprender com as experiências positivas de nossas seções, que é possível construir condições efetivas que possibilitem a participação de mais mulheres nas atividades sindicais. Isso, entretanto, não é suficiente. Precisamos construir um ambiente livre do machismo e da misoginia em nosso sindicato. Não é admissível que casos de violência de gênero levem 6 ou 8 anos para tramitar em nosso conselho de ética, não é admissível que mulheres sejam silenciadas em nossas atividades por homens que se impõem pela força e truculência do gênero masculino, não é admissível ouvir de uma liderança sindical, com ou sem cargo, que um caso de violência doméstica praticado por um sindicalizado não seja “da nossa conta” porque não ocorreu em uma atividade do Sinasefe. Precisamos construir um sindicato menos hipócrita e realmente disposto a construir a igualdade de gênero e lutar contra o machismo e a misoginia.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam essa tese

Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)

Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)

Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)

Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)

Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)

Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)

Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)

Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)

Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)

Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)

- Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
Alúcio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
Andre Sarmento (Seção IFBA/CMS – 1M)
Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)
Dhiego Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)

Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)

Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)

Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)

Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

10 - Por um sindicato e uma Rede Federal de EPT onde caibam todas as mulheres

A tese aqui apresentada pretende contribuir para os debates do 36º CONSINASEFE sobre a temática de combate às opressões, no que tange às políticas para as mulheres, num intuito de instrumentalizar nosso sindicato para a luta contra o machismo e o patriarcado. É urgente construirmos uma sociedade em que todas as pessoas possam usufruir do bem viver e tal sociedade não é possível dentro dos marcos do capitalismo. Nossa luta antipatriarcal, portanto, é também a luta anticapitalista, antirracista e ecossocialista.

Patriarcado: reconhecendo o inimigo comum

A Rede Federal, dentro do contexto brasileiro e mundial, está imersa numa cultura patriarcal que se expressa pelo machismo, pelo sexismo, pela exclusão de mulheres e pessoas do âmbito LGBTQIAPN+ de espaços de poder e de cidadania plena. Nesse sentido, trazendo para o debate a teórica feminista Heleieth Saffioti (2015), a gente entende que o patriarcado é uma máquina bem azeitada de moer gente, máquina essa que não precisa de um operador especial para manipular, de forma que pode ser acionada, inclusive por mulheres.

Dessa forma, além de representatividade precisamos desenvolver políticas sindicais e educacionais que realmente tenham como foco a radicalização da democracia, da participação, da inclusão do diverso, da formação humana integral, enfim da construção de um por vir socialista. Visto que, como nos ensina Angela Davis “Diversidade, por si só, significa simplesmente que indivíduos antes marginalizados foram recrutados para garantir uma operação mais eficiente do sistema opressivo” (2023, p. 39).

Angela Davis nos ensina ainda que não basta não ser racista é preciso ser antirracista. Da mesma forma, precisamos construir espaços antipatriarcais para que nós trabalhadoras da educação possamos desempenhar nossas ações pautadas no respeito e na possibilidade de sermos o que pudermos/quisermos/construirmos. Ao mesmo passo em que proporcionamos para as meninas e mulheres que venham ocupar esse espaço educacional um ambiente de respeito, dignidade e crescimento pessoal e profissional.

Mulheres na política

Fazendo uma paráfrase da fala de Lenin no início da revolução russa, em que ele dizia que não se pode fazer uma revolução quando metade da classe trabalhadora está presa na cozinha, podemos considerar também que não se pode fazer sindicalismo quando metade da nossa categoria está ausente dos espaços de decisão sindical por falta de participação política das companheiras que acumulam diversas sobrecargas em seu cotidiano. Radicalizar para todos os espaços sindicais a cota de gênero é urgente e necessário, desde a delegação congressual, eventos mistos, até as direções nas bases sindicais.

Invisibilidade da mulher negra na rede federal

Dentro dos nossos locais de trabalho onde estão as mulheres negras? Robin DiAngelo nos convida a refletir sobre a supremacia branca e masculina que domina os ambientes de *status* e poder, onde se

incluem as escolas, os institutos, as universidades e o nosso sindicato. Na grande maioria desses espaços as mulheres negras são relegadas aos postos de limpeza, higienização e cuidado. Não por coincidência são as funções mais penosas e desprezadas na nossa sociedade. Vergès (2020) afirma que no capitalismo esse trabalho de limpeza deve permanecer invisível, mal remunerado e racializado. Essa mesma invisibilidade que causa a neurose coletiva brasileira, descrita por Lélia Gonzalez (2020), que quer manter invisível aquelas pessoas que ‘nos servem’, termina por adoecer as pessoas e as instituições.

É preciso uma luta forte de combate a esse racismo institucional e de valorização da mulher negra. A gente precisa pensar em instituições que lutem contra o patriarcado e contra o racismo. E essa luta deve sair das páginas das redes sociais e se transformar em políticas de acolhimento, de integração da população preta. Como nos dizia Che Guevara, é preciso pintar as universidades [e os institutos] com o povo em suas cadeiras.

E como sindicato, sabendo que as mulheres negras estão pseudo incluídas, ocupando em nossas instituições a maioria dos cargos terceirizados na limpeza, precisamos como uma ação de reparação, exigindo direitos trabalhistas e salários dignos para essas mulheres. Precisamos exigir redução da jornada de trabalho, direito a vale alimentação igual ao nosso, estabilidade no emprego etc. Isso tudo pensado num horizonte de inseri-las dentro do serviço público, como servidoras públicas, para que possam desempenhar suas funções de forma digna.

Precisamos ampliar, consolidar e fortalecer os programas e bolsas de permanência de estudantes cotistas na nossa rede. Num mesmo movimento precisamos cobrar fortemente o cumprimento das cotas raciais para servidoras e servidores dentro das nossas instituições.

Parte desta mudança está em mexer nas estruturas de poder, então é importante, à luz do Decreto 11.443/2023, defendermos que pelo menos 30% dos cargos Comissionados Executivos e Funções Comissionadas Executivas dos órgãos e entidades da administração pública federal sejam ocupados por pessoas negras.

Pelo fim do assédio e da violência contra as mulheres na rede federal

Muitas vezes os casos de machismo são velados. Como lutar contra alguma coisa que se encontra disfarçado no nosso contexto? Nem sempre o machismo está explícito em nossa sociedade e nas instâncias de nossa vida profissional. No entanto, o que acontece nos nossos locais de trabalho já é o suficiente para incomodar o dia-a-dia da mulher profissionalmente. Ter que provar sua capacidade fazendo além do que é comum ao cargo, esperar que um homem reforce a sua tese tão bem apresentada ou ser exposta em críticas pelas ocupações da sua dupla/tripla jornada são coisas recorrentes. Essas formas de machismo apresentam um assédio escondido nas entrelinhas.

Quando um assédio acontece num ambiente de trabalho, em que uma mulher se sente menosprezada e diminuída pelo fato de ser mulher é usual fazer uma denuncia na ouvidoria e esperar que seja encaminhada para a comissão de ética a fim de obter-se alguma providência para punir e inibir tais situações. Além de se esperar providências cabíveis, algo muito demorado, a vítima precisa de um acolhimento, fato esse quase inexistente nas instituições.

Neste sentido, propomos que se estabeleça espaços de acolhimento efetivo nas instituições e que haja celeridade e agilidade para lidar com as denúncias desta natureza. Por celeridade, entendemos

que denúncias que tenham a violência de gênero como motivação, devam ter prioridade nos processos de apuração.

Deve-se considerar a sobrecarga adicional que as mulheres mães sofrem ao longo da gravidez e infância de seus filhos, neste sentido, defendemos que haja mecanismos que permitam a progressão de carreira e a distribuição de trabalho, em especial atividades letivas, que levem em conta esta situação, permitindo que as mulheres mães não sejam prejudicadas profissionalmente pela maternidade.

Outra medida efetiva é instituir-se um Observatório dos direitos das mulheres nos espaços acadêmicos, que crie indicadores e avalie o desempenho de cada unidade acadêmica na promoção dos direitos às mulheres.

Plano de lutas do Sinasefe em defesa das mulheres

Quando se exclui uma criança, se exclui uma mãe:

- Lutar por creches, para que as servidoras tenham seus filhos próximos aos seus locais de trabalho, para que as alunas possam também trazer as suas crianças para perto quando estiverem estudando; esta iniciativa é importante para conter a evasão de alunas que estudam especialmente à noite, bem como serve de incentivo aos estudos.
- Aos moldes do Sinasefinho, batalhar para que em todas as reuniões com deslocamento, congressos, eventos e similares organizados por IFs tenham espaço de acolhimento e cuidado das crianças.
- Em relação às ações do sindicato, deve-se considerar que nos encontros virtuais que ocorrem especialmente no fim de semana, devem ter uma metodologia de rede que possibilite e incentive a participação de mulheres. Sugere-se a possibilidade, nestes casos, de oferecer Sinasefinho na sede física do sindicato e transmissão do encontro.

Terceirizadas também comem:

- Lutar para que o auxílio alimentação das terceirizadas seja o mesmo das servidoras em termos monetários, para que elas também consigam uma alimentação digna;
- Formular e exigir do governo, em parceria com as centrais sindicais, a criação de uma empresa pública de prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção e vigilância, para que as terceirizações possam ser revistas e as pessoas hoje nesse vínculo precário voltem a ter contratos estáveis e com remuneração justa.
- Implementar em todos espaços sindicais a cota de gênero, desde a delegação congressional, eventos mistos, até as direções nas bases sindicais.
- Lutar pela ampliação, consolidação e fortalecimento dos programas e bolsas de permanência de estudantes cotistas na nossa rede.
- Cobrar fortemente o cumprimento das cotas raciais para servidoras e servidores dentro das nossas instituições.
- Lutar para que pelo menos 30% dos cargos Comissionados Executivos e Funções Comissionadas Executivas dos órgãos e entidades da administração pública federal sejam ocupados por pessoas negras.
- Cobrar que as denúncias que tenham a violência de gênero como motivação, devam ter prioridade nos processos de apuração.
- Lutar por mecanismos que permitam a progressão de carreira e a distribuição de trabalho, em especial atividades letivas, que levem em conta a situação das servidoras mães, permitindo que estas não sejam prejudicadas profissionalmente pela maternidade.

- Instituir um Observatório dos direitos das mulheres nos espaços acadêmicos, que crie indicadores e avalie o desempenho de cada unidade acadêmica na promoção dos direitos às mulheres.

Referências

DAVIS, Angela; COLLINS, Patricia Hill; FEDERICI, Silvia. Democracia para quem? Ensaio de resistência. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VERGÈS, Françoise. Um Feminismo Decolonial. São Paulo: Ubu, 2020.

Assinam esta tese:

- Ana Cláudia Kohls Colvara - Sinasefe IFSUL
- Cláudia dos Santos Pinto - Sinasefe IFSUL
- Cristina Zanella Rodrigues - Sinasefe IFSUL
- Daniel Pezzi da Cunha - Sinasefe IFSUL
- Daniela da Rosa Curcio - Sinasefe IFSUL
- Diogo Soares Bica - Sinasefe IFSUL
- Eduardo Garcia Ribas - Sinasefe IFSUL
- Eduardo Rayher Soares - Sinasefe IFSUL
- Fernanda Cristina Camillo - Sinasefe IFSUL
- Francisco Carlos Gonçalves Brongar - Sinasefe IFSUL
- Francilon Lima Simões - Sinasefe IFSUL
- Grazielle de Almeida - Sinasefe IFSUL
- Helen Rodrigues Oliveira - Sinasefe IFSUL
- Janaina Schvambach - Sinasefe IFSUL - Sinasefe IFSUL
- Janete Otte - Sinasefe IFSUL
- Marlise Sozio Vitcel - Sinasefe IFSUL
- Manoel José Porto Júnior - Sinasefe IFSUL
- Mauro Castro Martin - Sinasefe IFSUL
- Michele Roos Marchesan - Sinasefe IFSUL
- Osni da Costa Rodrigues - Sinasefe IFSUL
- Roberta valeska Santana Vieira - Sinasefe IFSUL
- Rosimeri Alves Vitória - Sinasefe IFSUL
- Ruti Angela Barbosa Oliveira - Sinasefe IFSUL
- Sandro Cavalheiro Souza - Sinasefe IFSUL
- Stela Maris Pinheiro Lopes - Sinasefe IFSUL
- Tania Winch Lisboa - Sinasefe IFSUL
- Victor Braz Iturriet - Sinasefe IFSUL
- Vinícius Waltzer Rocha - Sinasefe IFSUL
- William Junior Sperb - Sinasefe IFSUL
- William Kelbert Nitschke - Sinasefe IFSUL

11 - O Papel do Sinasefe no Combate às Opressões

JUSTIFICATIVA

A história da participação das mulheres na política e na sociedade está historicamente associada ao patriarcado, à escravidão e à misoginia, origens da opressão e desvalorização das mulheres, como também à natureza intercultural da família e seu papel na vida social. A opressão racial, as questões de sexualidade e identidade de gênero também são profundamente entrelaçadas com essas estruturas de poder. Neste contexto, o SINASEFE enfrenta o desafio crucial de romper as barreiras do patriarcado, da exploração das mulheres, do racismo, do sexismo e da lgbtqiapn+fobia, garantindo uma participação equitativa, a visibilidade e a permanência das mulheres, das pessoas racializadas e de dissidentes das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória no espaço sindical e na luta!

A categoria das/os profissionais da educação pública federal possui um papel estratégico no combate às opressões, pois a educação é um espaço coletivo privilegiado para a discussão e revisão dos valores que sustentam práticas excludentes e violentas. Nossa atuação deve estar comprometida com a crítica e a transformação dessas práticas, influenciando profundamente a sociedade de forma que essa transformação atravesse toda a comunidade da educação pública federal.

A violência política, assim como a institucional baseada em gênero, raça, sexualidades, ou contra PCDs (pessoas com deficiência), pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e TDAH (Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade) é um aspecto crucial a ser enfrentado pelas/os trabalhadoras/es organizadas/os, especialmente em tempos em que movimentos extremistas manipulam essas questões para ganhos eleitorais, como evidenciado pelo PL 1904 /24 do deputado federal Sóstenes Cavalcanti (PL-RJ), aprovada sua tramitação em regime de urgência, em flagrante manobra eleitoreira por parte do deputado Arthur Lira (PP-AL), que visa criminalizar mulheres e meninas que buscam o direito ao aborto legal já previsto no Código Penal Brasileiro desde 1940 nos casos específicos previstos em dois incisos do artigo 128, como, por exemplo, em caso de estupro.

O SINASEFE deve reconhecer que a luta contra a agenda neoliberal e o desmonte dos serviços públicos não será efetiva sem uma abordagem robusta e estratégica no combate a essas formas de opressão. A manipulação das lutas de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCDs, pessoas neuroatípicas e neurodivergentes pela extrema-direita e a mobilização do pânico moral são aspectos que mascaram a perversidade do capital e devem ser enfrentados com toda a força e capacidade de mobilização do sindicato.

Não é possível pensar a luta contra a extrema direita sem inserirmos o combate às opressões haja vista, por exemplo, no Brasil, o Neoliberalismo e seu ideário de individualismo e meritocracia ter se desenvolvido lado a lado aos fundamentalismos religiosos que têm no sistema patriarcal e no

antifeminismo um de seus pilares. Em várias partes do mundo, a Extrema Direita avança e é inegável o ancoradouro em pautas contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos, persecutórias das identidades sexuais divergentes, usurpadoras das conquistas adquiridas por mulheres e LGBTQIAPN+ a duras penas. Dessa forma, não compreender que a luta de classes – que também avança e se acirra cada vez mais – não prescinde do combate ao sistema patriarcal é um equívoco que não podemos cometer.

A luta pelos povos originários e o povo preto em diáspora é um ponto inerente à luta anticapitalista. Foi na esteira do Capitalismo que se empreendeu a colonização em Abya Yala / América e em Pindorama / Brasil e, com esta, o genocídio e o etnocídio dos indígenas que aqui já viviam há milênios, assim como a implementação do tráfico de escravizados vindos de África. Indígenas hoje vivem acuados em territórios que são verdadeiras “ilhas”, quando outrora viviam livremente em toda Pindorama. O avanço do agronegócio até hoje castiga os povos originários, a exemplo do que está ocorrendo neste momento com os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Além dos ataques às/aos indígenas aldeados, temos a situação daquelas/es que vivem nos assim chamados contextos urbanos, geralmente em regiões periféricas, muitas vezes com suas identidades invisibilizadas pelo apagamento que o pardismo empreendeu como política de Estado. Acrescenta-se o fenômeno das diásporas internas a que os povos originários foram forçados.

O povo preto, sequestrado de África para cá, vive numa diáspora que lhes rendeu também um processo de empobrecimento e marginalização que não foi sanado com a falsa abolição de 1888, ainda ocupando, assim como as/os indígenas, os piores índices na educação e no trabalho e sendo alvo das políticas racistas de (in)segurança pública, com destaque para a “guerra contra as drogas”.

As mulheres indígenas e negras tiveram seus corpos violados pelo colonizador e até hoje lidam com a insegurança tanto nos espaços públicos quanto privados, engrossando os índices de violência doméstica perpetrada por homens brancos da elite, mas também pelos de sua própria raça/etnia. Essas mulheres racializadas compõem a base da pirâmide social e as meninas negras e indígenas estão em enorme grau de vulnerabilidade social, à mercê da violência sexual e dos abusos perpetrados contra suas infâncias.

O projeto neoliberal de sociedade e sua perspectiva de “sucesso” baseada na meritocracia inviabiliza a vida e a saúde de pessoas neuroatípicas/neurodivergentes, pessoas PCD e todas e todos que não se encaixam no padrão produtivista do Capitalismo que vê as/os trabalhadoras/es como meras máquinas cuja existência se presta tão somente a enriquecer as elites burguesas em detrimento de qualquer cuidado com suas necessidades singulares. O tempo de cada pessoa e as especificidades de suas condições não contam para o grande Capital, que esvazia a dimensão do cuidado como elo de sustentação de nossa humanidade, esfacelando as redes comunitárias, rebaixando os direitos trabalhistas e previdenciários e forjando um modelo de “indivíduo” que se descola das lutas sociais e introjeta o discurso do “empreendedorismo” como salvação das mazelas causadas pelo Capital.

DEFESA

O SINASEFE, entidade com mais de 35 anos de história, já nasceu com a importante representação feminista. As mulheres que estiveram à frente das coordenações do sindicato, nos atos, manifestações de ruas, ocupações de campus e reitoria em greves, até hoje lutam e constroem um espaço de muita resistência.

Somos muitas, mas ainda somos poucas! Essa frase é muito significativa quando pensamos nas mulheres ocupando os espaços de poder. Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2021, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens: esses compõem **48,9% dos habitantes, e as mulheres, 51,1%**. Somos a maioria da população, mas ainda temos dificuldade de adentrar e permanecer nos sindicatos, nas direções dos *campi*, nas reitorias, nos governos dos estados, nas casas legislativas, presidência do país, etc. Isso ainda acontece, em pleno século XXI, mas o que nos resta é a luta para mudar essa realidade! Só a luta muda a vida! Só a luta garante direitos!

O SINASEFE tem o desafio de garantir um espaço justo, paritário, equânime atuante, combativo contra o machismo, o assédio, o racismo, a lgbtqiapn+fobia, a misoginia, o capacitismo e todas as formas de opressão, e isso só acontecerá com a maior participação de mulheres ocupando os espaços de decisão no sindicato. Esse trabalho já começou, embora ainda enfrente dificuldades, em geral, impostas por homens brancos e cis-heterossexuais, uma malfadada herança da colonização e do colonialismo ainda vigente.

O II Encontro de Negras, Negros, Indígenas e Quilombolas do Sinasefe – II ENNIQ, realizado em 2023, com a participação de cerca de 470 pessoas, e o 1º Edital Nacional do Novembro Negro do SINASEFE, lançado de novembro de 2022, que aprovou 5 projetos voltados a atividades culturais e esportivas, representaram iniciativas importantes que se tornaram realidade em nosso sindicato. No entanto, a luta continua, e o sindicato precisa se posicionar de forma mais contundente contra todas as formas de violência e opressão.

Queremos um sindicato livre de agressões, opressões, boicotes, desqualificações e desrespeitos às mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCDs, TEA, TDAH, em todas as esferas e espaços, incluindo assembleias, redes digitais e interações diárias. Essas violências não se manifestam apenas de forma explícita, mas também nas relações interpessoais e nas práticas cotidianas, como o machismo, a lgbtqiapn+fobia, o capacitismo e o racismo disfarçados de piadas ou comentários "inofensivos", nas ligações com as funcionárias e em qualquer espaço. Essas formas veladas de opressão despolitizam o sindicato, impedindo a pluralidade e afastando pessoas com experiência e repertório de resistência, essenciais para a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação pública federal. É crucial que o sindicato se comprometa a enfrentar e eliminar essas práticas para garantir um ambiente inclusivo e respeitoso, que reflita verdadeiramente os valores de justiça e igualdade.

Vamos avançar na luta de classes e conquistar uma sociedade justa e igualitária! Abaixo a misoginia, o racismo, o capacitismo e a LGBTQIAPN+fobia!

OBJETIVOS

1. Garantir, fomentar e fortalecer a participação das mulheres, de pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCDs e pessoas neuroatípicas/neurodivergentes nos espaços sindicais, ou seja, nas coordenações de seções, conselho de representantes, assembleias, plenárias, congressos, atos, manifestações, bem como em atividades e instâncias do SINASEFE nacional, entre outros;
2. Intensificar a campanha contra o assédio e outras formas de opressão, com foco específico em gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero, PCDs e demais pessoas com necessidades específicas;
3. Promover formação política permanente sobre a mulher sindicalista, as pessoas negras, indígenas, população LGBTQIAPN+, PCDs e os espaços de poder;
4. Realizar, a cada dois anos, o Encontro Nacional Indígena do SINASEFE;
5. Fortalecer a divulgação de obras e livros de sindicalizadas e de autoras negras, indígenas, LGBTQIA+, PCDs no site do SINASEFE NACIONAL, abrangendo literatura e estudos sobre gênero, sexualidade, raça, PCDs e transtornos do neurodesenvolvimento;
6. Criar e manter uma biblioteca nacional que adquira e receba doações de obras de sindicalizadas/os e não sindicalizadas/os, abrangendo temas relacionados às opressões e à luta pelos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+;
7. Promover encontros de autocuidado e autoconhecimento, incluindo práticas integrativas que considerem as especificidades de gênero e sexualidade;
8. Atuar em defesa do acompanhamento psicoemocional especializado para mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, PCDs, negras/os, indígenas e pessoas neuroatípicas/neurodivergentes, que tenham sofrido violências, lutando por suporte adequado e sensível às suas necessidades;
9. Garantir a participação de mulheres e/ou LGBTQIAPN+, pessoas negras, indígenas, PCDs, pessoas com TEA e/ou TDAH, em reuniões da comissão de ética que tenham por objetivo apurar denúncias relacionadas a violências específicas baseadas nesses eixos de opressão.

Assinam esta tese:

Acássia Deliê Mendonça Alves (SINTIETFAL), Adriana Cirqueira Freire (SINTIETFAL), Anny Querubina de Souza Barros (SINTIETFAL), Antonildo Santos Pereira (IFBAIANO), Ariel Menezes Rodrigues (IFBA/CMS), Camila Félix (IFBA/CMS), Carlos Borges da Silva Júnior (SINTIETFAL), Carlos Eduardo Nobre (SINTIETFAL), Claudia Almeida de Oliveira (SINTIFRJ), Daise Vieira Moitinho (IFBA), Carmelita Ozorio (IFBA/CMS), Darliton Cezario Romão (SINTIETFAL), Diogenes Mendes Araujo (Natal/IFRN), Edson Santos Nascimento (IFBA/CMS), Elba Gomes dos Santos Leal (IFBA/CMS), Fátima de Araújo Góes Santiago (IFBA/CMS), Fernando de Oliveira (SINTIFRJ), Francisco Dias (IFRN), Genuzi de Lima (SINTIETFAL), Glícia Maris Albuquerque Lúcio (SINTIETFAL), Hellen Rodrigues (IFBA/CMS), Ianna Cerqueira Santos Valiensi (IFBA/CMS), Ivone Silva de Jesus (IFBA/CMS), Izael Pereira (SINTIETFAL), José Henrique Ferreira da Silva (SINTIETFAL), José Jorge (IFBA/CMS), Katiuscia da Costa Pinheiro (Monte Castelo), Luciano Almeida (IFBA/CMS), Luís Márcio Nogueira Fontes (SINTIETFAL), Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya (IFRN/Natal), Mariana Muniz Sampaio (IFBAIANO/Anísio Teixeira), Marcia Pinho (IFBA/CMS), Marcondes Inácio da Silva (SINTIETFAL), Nadja Maria de Lima Costa

(IFRN/Natal), Nadson dos Santos (IFBA/CMS), Paulo Andre Ferreira (SINTIFRJ), Paulo Roberto (IFBA/CMS), Renata Reis dos Santos (Sinasefe SP), Rita de Cassia dos Santos (IFBA/CMS), Roberta Ribeiro Cassiano (SINTIFRJ), Roseane Santos Batista Leite (IFBA/CMS), Samuel dos Santos (IFBA/CMS), Silvana Correia (IFBA/CMS),Thaís Oliveira Silva (IFB), Vanessa J. R. do N. Mandriola (ASSINES-SIND), Vilma Urpia (IFBA/CMS), Rummenigge Araújo (IFRN), Vera Rejane Gomes (SINTIETFAL), WARLEY LEITE FERNANDES (JANUARIA MG), Vanessa Moreno Mota (SINTIFRJ), Yuri Buarque (SINTIETFAL).

12 - Observatório Afro - Indígena da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Eixo II - Combate às Opressões

Tese aprovada pela Plenária Final do II ENNIQ

- Plataforma de direitos onde a construção e sistematização de indicadores raciais e sociais apontem para a construção da igualdade dentro da diversidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica;
- Espaço de formação contra hegemônico, onde a informação decolonial disponibilizada servirá como instrumento de promoção humana e disseminação do conhecimento;
- Conceito de pertencimento lastreado na ancestralidade, solidariedade e no bem comum das cosmovisões afro e indígenas;
- Centro de inteligência operacional que colaborará na desconstrução do racismo estrutural, das mazelas da branquitude e do capitalismo concentrador e excludente;
- O Observatório Afro Indígena é um mecanismo de empoderamento e ressignificação histórica do poder da maioria transformada ilusoriamente em minoria pelo racismo estrutural, mantendo acesa a chama ancestral das lutas quilombolas, urbanas e indígenas, enquanto primeiros movimentos sociais anti- imperialistas do Brasil.

O Brasil é um país que tradicionalmente se curva à branquitude e ao capitalismo em todos as modelagens políticas e estruturais possíveis, tanto tangíveis como intangíveis. Estruturado enquanto pseudo nação a partir da invasão portuguesa no século XVI, o país sempre esteve submetido a égide do colonialismo extrativista e da desumana e criminosa escravidão, onde a empresa colonial europeia promoveu diversos crimes que vão da devastação ambiental ao grande genocídio afro-indígena, crime de lesa-humanidade que mancha e cobre de vergonha nossa história, nos remetendo a um patamar civilizatório difuso e desonroso.

Desde seus primeiros passos, no século XVI, enquanto território ocupado, o Brasil passou por infinitas versões de racismo estrutural, sempre baseado em teorias e pseudo ciências como a Craniologia, Frenologia e Darwinismo Social, que abrigavam em seus ventres a besta do mercantilismo, do capitalismo, do imperialismo e do patriarcado misógino.

Os povos originários e afrodescendentes são a tradução mais fiel da resistência, resiliência e esperança que vicejam vida em nossos territórios. Trazem nos corpos a herança das marcas sofridas no cativeiro e na alma as cicatrizes da humilhação, da violência, da invisibilidade e da opressão, promovidas pela branquitude. Negros e indígenas perseveram um dia no futuro, em que o sol brilhará igualmente para todos, onde todos, efetivamente todos, se libertarão desse trágico e eterno *looping* existencial agonizante, vagando entre o sofrimento cotidiano da disforia racial e quimeras motivacionais ilusórias que propõem realizações inatingíveis apresentadas pelo branco. O negro e o indígena vivem como sísifos contemporâneos, galgando as escarpas na subalternidade do destino traçado, com o mundo pesando em seus ombros, lhes forçando de maneira contínua e inclemente para o fundo do abismo.

Os indígenas ainda são o povo que sofre sob a alcunha de atrasados e preguiçosos. Aprisionados nos estereótipos do bom selvagem são colocados em uma dimensão etnocida, para que tenham a mesma face, cabelos e modos de viver. São mulheres e meninas que foram e são até hoje desrespeitadas, que ainda têm que lutar pela integridade de seus territórios sagrados, atacados e vilipendiados há 523 anos, numa guerra ciclotímica e reatualizada hoje pelo ataque do Marco Temporal. São povos presentes nas aldeias e também cidades, favelas, beiras de rio, mas invisibilizados por séculos de censos demográficos que perversamente os/as apagaram de suas contagens. Esses povos se mantêm vivos graças à força de sua ancestralidade. E lutam honrando a memória dos que resistiram desde o início da colonização, na Confederação dos Tamoios, Guerra dos Bárbaros, dos que resistiram e tombaram sob a mão da ditadura civil-militar, do irmão Galdino levado pelas chamas da branquitude.

Os negros, negras e quilombolas ainda são vistos pela branquitude como o povo da entrada de serviço e das senzalas contemporâneas, traduzidas nos abafados e humilhantes quartinhos de empregada. Estamos tiritando nas noites gélidas das calçadas das cidades, no apavoro das madrugadas violentas e na melancolia famélica das marquises noturnas da indiferença. Estamos morrendo na tentativa de preservar nossos territórios ancestrais, nos equilibrando nos malabarismos do balé quântico das bolinhas dos adolescentes negros nos sinais de trânsito. Somos herdeiros dos primeiros movimentos sociais brasileiros. Palmares e nações indígenas pulsam e gritam em nossos corações. A chama da rebelião faz fervilhar em nosso sangue a lança guerreira que embalará milhões de novos Zumbis e Dandaras, como os Malês de Luiza Mahin, os quilombolas de Teresa de Benguela, e os afro guerreiros de Maria Felipa. Somos filhos do Dragão do Mar e do Almirante Negro, somos a luz de esperança e luta do olhar de Marielle Franco e Moa do Katendê. Enfrentaremos essa branquitude que não respeita a força dos torés e dos rezos dos que aqui sempre estiveram e permanecem guardiões das florestas e dos rios. Branquitude que nunca sentiu o soar do maracá e nunca sentiu seus corpos fortalecidos pelo jenipapo.

Mas a branquitude não é somente ser da raça branca. Na verdade é um sistema composto de conjuntos de fatores criminosos disfarçados de normalidade e chancelados por marcos legais travestidos por cânones eugênicos e farsescos. A branquitude opera continuamente na perpetuação dos privilégios e da garantia da manutenção da raça branca nos espaços de poder e no controle das economias, dos mercados, da política e do judiciário. Enquanto filha dileta do capitalismo, foi concebida como um dínamo gerador de desigualdades e por conseguinte de emulação do racismo. Nem todo branco necessariamente é um racista, mas querendo ou não é beneficiado pelo manto imanente da branquitude, recebendo privilégios e vantagens em todos os espaços comuns da sociedade. Os privilégios estão em todos os lugares, pode ser pelo RH de uma empresa, na oferta de financiamento financeiro, no atendimento do garçom, na fiscalização do segurança nos comércios, na porta giratória dos bancos, na escola, nas internações hospitalares, na abordagem policial, nas promoções nos locais de trabalho, nos shopping centers, nos atendimentos médicos e odontológicos e até nas igrejas. O branco é tratado com deferência e sobre ele geralmente não recai qualquer tipo de suspeição pois é o padrão universal de beleza, correção, profissionalismo, responsabilidade e padrão de civilidade.

Através do colonialismo e da escravidão, esses atos criminosos de lesa humanidade, geraram as assimetrias gigantes geradoras de óbices que permitem que a branquitude possa enriquecer e desfrutar dos prazeres de uma vida de bonança e tranquilidade. Enquanto isso, nós trabalhadores/as afro indígenas vivemos na luta por justiça, paz e igualdade. O branco vive dentro de sua estranha normalidade anômala, enquanto nós da diáspora africana procuramos nos organizar da melhor maneira possível contra os avanços do racismo e do capitalismo, esses monstros de mil faces, que nos

oprimem cotidianamente e nunca dormem na busca insana por sua perpetuação através da opressão de negros, negras, indígenas e quilombolas.

Em nossa rede não é diferente, apesar de ser constituída por educadores/as, ela ainda traz em sua essência as digitais do colonialismo e do poder da branquitude. Destarte sermos uma nação multicultural e pluriétnica, a matriz indo afrocêntrica com suas riquíssimas cosmovisões de mundo, não é considerada protagônica no que tange à ocupação dos espaços de poder na Rede Federal de Educação e tampouco no usufruto da democracia plena.

A necessidade de um Observatório Afro indígena:

Ao consolidar o Observatório Afro Indígena, o Sinasefe restaurará de maneira lapidar e histórica a configuração da primeira resistência organizada contra o capitalismo e o colonialismo no Brasil, que foi a gloriosa resistência afro indígena. Um espaço que permita através do uso da ciência estatística e das análises políticas e sociais, identificar, sistematizar, apresentar e corrigir as desigualdades sócio raciais que atingem o contingente de trabalhadores afro-indígenas que laboram no cotidiano da rede. Esse espaço institucional que propomos é o Observatório Afro Indígena da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A denominação “Observatório” denota observação, investigação e monitoramento, vinculando sua existência ao labor contínuo da produção científica e criativa de novos cenários de intervenção, colaborando com a construção de práticas democráticas na política. Um observatório afro indígena dentro da Rede Federal de Educação deve adquirir entre suas principais características a de monitor, como por exemplo da comparação salarial entre os servidores das etnias da rede, assim como lançar estudos específicos e detalhados sobre as licenças para tratamento de saúde causadas pelas inúmeras disforias, ocasionada pelos assédios sexual, moral e disforia de gênero. O observatório se encarregará em apresentar os dados necessários para que os servidores das etnias afro e indígena possam ser alocados nos cargos de confiança, de acordo com o que preconiza o Decreto Presidencial 11.443/23 que prevê que 30% das funções gratificadas sejam ocupadas por negras e negros. Mas também enquanto centro de conhecimento, iremos questionar sobre quais os estudos que embasaram a determinação do percentual de 30%, considerando que este número não corresponde ao conjunto da composição demográfica brasileira. O decreto que carece de regulamentação, demonstra a leniência das partes envolvidas com a temática. Iremos também avaliar o mérito e a qualidade dos livros didáticos no que concerne ao conteúdo voltado para o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08 visando garantir qualidade de ensino e rigor histórico que coadune com a realidade da historiografia real no cumprimento dessa lei.

Muitos dados com os quais o observatório irá trabalhar podem ser encontrados em fontes oficiais como as bases do Censo Nacional e suas séries históricas, nas PNADS, CAGED, DATASUS e no nosso caso intrínseco a Plataforma Nilo Peçanha do MEC, que por exemplo, possui um conjunto de indicadores importantes para a categoria, mas sob a perspectiva racial esses dados se apresentam incompletos, quando não estão desagregados por raça/etnia. Nesse caso, a plataforma emula e promove, mesmo que inadvertidamente, invisibilidade e segregação, pois sabemos que sem os indicadores sistematizados por raça/etnia, jamais poderemos construir políticas públicas de redução das desigualdades e promoção da cidadania. O Observatório Afro Indígena terá como missão precípua, desagregar esses dados e apontar as assimetrias raciais e étnicas nessas configurações, apontando se for o caso, a necessidade dos respectivos mecanismos de correção, exigindo do governo federal que proceda as devidas e necessárias políticas de reparações.

O Observatório apresentará ao fim de cada gestão do SINASEFE o **“Censo Étnico e Racial na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”**, que será apresentado à sociedade, garantindo um resultado confiável, pois os dados serão gerados e sistematizados pelos próprios trabalhadores da rede através da gestão operacional e política do Sinasefe e dos órgãos afins contidos em nossa rede. O Censo poderá contar com as parcerias do MEC e do IBGE, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, ENAP, Fundação Palmares, MGI, Ministério da Integração Racial – MIR e a Plataforma Nilo Peçanha.

- **Monitoramento da regulamentação do Decreto 11.433/23;**
- **Formação política nacional;**
- **Avaliar de maneira crítica o Programa Nacional do Livro e do Material Didático;**
- **Realização de levantamento de autores de obras didáticas afrodescendentes;**
- **Criação de um índice nacional de aplicação da lei 10.639/23;**
- **Realizar estudos comparativos sobre salários e renda dos trabalhadores da rede federal de educação;**
- **Estabelecer protocolos de intervenção voltados para os assédios sexual e moral no interior da rede;**
- **Realizar levantamentos de dados primários sobre a situação de sofrimento mental de servidoras (es) afrodescendentes e indígenas afetados por assédios e disforias;**
- **Apresentar dados que demonstrem a representação de negras, negros, indígenas e quilombolas nas direções das instituições da rede federal de educação;**
- **Realizar o ENNIQ a cada dois anos com a obrigação de implementação das deliberações da Plenária Final pela direção do Sinasefe;**
- **Produzir um estudo sistematizado sobre a real situação social e econômica dos aposentados da rede;**
- **Consolidar a convergência Andes/Fasubra/Sinasefe na construção de um observatório unificado das três potências.**
- **Articular a realização de Audiência Pública sobre o Decreto 11.432/23.**
- **Criar um Banco Virtual de Monografias, Dissertações e Teses que abordem a temática racial;**
- **Criar uma editora especializada nas publicações que abordem a temática racial.**

Bibliografia:

- BENTO, Aparecida. O pacto da branquitude. Edição 01, São Paulo: Companhia das Letras, 2022;**
GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. Rio de Janeiro, Edição 28. Record, 2006.

QUEIROZ, Amauri. Ideologia e negritude na luta antirracista. Edição 01, Rio de Janeiro. Editora do Autor, 2023.

QUEIROZ, Amauri. Racismo Tropical. Edição 01, Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 2022.

<https://ielibertarios.wordpress.com/2024/08/07/instituto-de-estudos-libertarios-entrevista-antonio-baiao-sobre-a-trajetoria-do-anarquista-negro-mario-domingues/>

Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11443&ano=2023&ato=defMzZE10MZpWT2c9>

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

IBGE Educa Jovens - Conheça o Brasil – População – COE OU RAÇA -

Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

Plataforma Nilo Peçanha. MEC. 2024, Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/plataforma-nilo-pecanha>

Assinam esta tese: - Alfeu Fernandes Barbosa - Aposentado/Sindscope/RJ; - Amauri Queiroz – GT de Negras e Negros do Sindscope/RJ; - Carla Simões de Andrade Lima Bertotti – CMR/AMPE/PE; - Cassiana Marques – Universidade Federal de Santa Maria/RS; - Demetrius Oliveira Tahim – Seção Sindical Crato/CE; - Diacuy Pereira de Andrade Felipe – Seção Sindical Crato/CE; - Edmar da Rocha Marques – Coordenador do Sindscope/RJ; - Eliete Ana da Silva Barbosa – TAE - GT de Negras e Negros do Sindscope/RJ; - Joilson Cruz da Silva – Seção Sindical IFBA/CMS – Bahia; - José Correa Neto – Seção Sindical IFSE/Sergipe; - Julio Cesar Cordeiro– Sindscope/RJ; - Julio Cesar Paixão/Sindscope/RJ; - Júlio César Bello – Seção SINASEFE IFES/ES; - Leonardo Victor Dias – Seção Sindical IFS/SE; - Katuscia da Costa Pinheiro - Seção Sindical/MA; - Marli Azevedo – Sindscope/RJ; - Núbia Regina Gomes Xavier – Diretora do Sindscope/RJ; - Rafael Bernardo Silveira – Seção Sindical Rio do Sul/SC; - Roberto Adão – Coordenador do GT de Negras e Negros do Sindscope/RJ; - Tânia Cardoso da Silva – Diretora do Sindscope/RJ; - Vânia de Jesus – Seção Sindical Aracaju – SE; - Verione Ribeiro Bastos – Seção Sindical Crato/CE; - William do Nascimento Carvalho – Sindscope/Rio de Janeiro

EIXO 3 - EDUCAÇÃO

01 - ENSINO MÉDIO INTEGRADO: É POSSÍVEL REFORMAR A REFORMA?

Movimento por Uma Escola Popular (MEP)

Introdução

Historicamente o Ensino Médio (EM) e a Educação Profissional Técnica (EPT) situam-se no centro da disputa pela formulação das políticas de trabalho e educação, ora reproduzindo a dualidade de oferta conforme a divisão de classes, que determina para a classe trabalhadora uma formação limitada ao adestramento técnico, em atendimento às demandas de trabalho simples do mercado e para a classe dirigente uma formação para governar. Paralelamente temos a luta por uma educação unitária, de formação integral, que possibilite aos jovens conhecimentos científicos, técnicos, políticos e culturais, que lhes permita governar e controlar quem governa.

Diante da realidade brasileira, em que milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola ou com defasagem idade série, em que outros milhões precisam trabalhar enquanto estudam e/ou parar os estudos para trabalharem, em que apenas 12% conseguem entrar na universidade, em que cerca de 10% dos trabalhadores do país estão desempregados, em que há mais de 80 milhões de pessoas entre 18 e 59 anos de idade que não concluíram a educação básica, nem têm uma formação técnica de nível médio e no qual a matrícula anual na modalidade EJA não alcança os 3,5 milhões há que se questionar: quais as reais possibilidades que a educação escolar tem propiciado a esses jovens? Quais as condições de estudo e de trabalho ou de falta de estudo e de trabalho a que esses jovens estão submetidos? Que condições podem possibilitar aos estudantes, durante sua vida escolar, um outro modo de trabalho que não o da venda da força de trabalho, de mão de obra barata para o mercado capitalista, e sim o trabalho enquanto princípio educativo em suas experiências na pesquisa e na extensão?

Nesse contexto a proposta de Ensino Médio Integrado (EMI), uma conquista da classe trabalhadora, de movimentos sociais e de educadores histórico-críticos, é que representa a travessia para a educação unitária, idealizada por Antônio Gramsci. E, apesar de ainda não permitir aos jovens da classe trabalhadora adiarem a escolha da profissão para depois da educação básica, depois de terem um domínio do universo do conhecimento científico e da produção, sob uma base de formação geral constitui-se “numa modalidade e espaço de travessia para aqueles jovens da classe trabalhadora que têm pressa, por necessidade vital, de se integrar dignamente no processo produtivo” (FRIGOTTO, 2018, p. 58), pois possibilita a milhares jovens o acesso à educação pública de qualidade, sob os princípios da integração trabalho, ciência e cultura, a continuação dos estudos no Ensino Superior e o acesso a empregos qualificados.

A luta por uma Educação integral e integradora em contraponto à reforma empresarial da educação

Com a entrada em cena do contraditório “neodesenvolvimentismo”³ capitaneado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 2003-2015, por meio de lutas, o campo educacional teve algumas conquistas, como Diretrizes dos diversos níveis e modalidades da Educação, possibilidade de integração entre EPT e Educação Básica, criação, expansão e interiorização do Instituto Federal (IFs). O Plano Nacional de Educação (PNE) se torna uma exigência constitucional com periodicidade decenal e a Conferência Nacional de Educação (Conae), um amplo espaço de construção democrática de perspectivas para formulação do PNE.

Dentre as bases para a democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar e para qualidade social na EPT e EM, o documento da Conae 2010, destaca a necessidade de romper com o:

[...] dualismo estrutural entre o ensino médio e a educação pública profissional – característica que definiu, historicamente, uma formação voltada para a demanda do mercado de trabalho e o mundo da produção –, objetivando a ampliação das oportunidades educacionais, bem como a melhoria da qualidade de ensino para essa etapa da educação básica, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos. Nesse sentido, cabe compreender o ensino médio na concepção de escola unitária e de escola politécnica, para garantir a efetivação do ensino médio integrado, na sua perspectiva teórico-político-ideológica, conferindo materialidade à proposta de integração do Decreto nº 5.154, de 2004, como alternativa inicial, e a instituição plena da escola unitária, como meta (CONAE, 2010, 69;70).

Uma das mais importantes metas e conquista para a EPT no PNE 2014-2024 foi a de “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”, pois:

Aumentar a oferta da educação para os trabalhadores é uma ação urgente, mas para que seja garantida sua qualidade faz-se necessário que essa oferta tenha por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre as culturas geral e técnica, garantindo o domínio dos conhecimentos científicos referentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho produtivo na atualidade, e não apenas a formação profissional *stricto sensu*. (BRASIL, 2014, p. 39).

O aumento em 16,9% das matrículas na EPT, entre 2014 e 2016, sendo 20,7% na esfera pública, sendo mais de um milhão e meio de estudantes atendidos o EMI, segundo Moura (2018), evidencia que a transferência de recursos precisa fazer o movimento inverso do que vem ocorrendo, com ampliação e intensificação dos recursos à esfera pública ao invés da iniciativa privada. É necessário o desenvolvimento de ações indutoras e diretrizes de fortalecimento do EMI, posto que essa é a proposta que mais permite a materialização da concepção de formação humana integral, tendo o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como dimensões indissociáveis.

Tais políticas favoreceram a elevação da inserção de jovens no EMI e atraiu ainda mais o interesse de grupos e organizações de iniciativa privada na formulação das políticas educacionais. Tais interesses vieram liderados por posicionamentos ultraconservadores que exigiram reformas urgentes.

Com o governo de extrema direita de Bolsonaro, 2019-2022, o Novo Ensino Médio (NEM), instituído via Medida Provisória n. 746/2016 e transformada em Lei nº 13.415/2017 no governo de Michel Temer, ganha corpo com a “nova” Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as Diretrizes

3 “A Marcha do Curupira: A reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma”, Ed. Lutas Anticapital, 2019.

Curriculares Nacionais Gerais para a EPT. O FNE sofreu alteração unilateral de sua composição, excluindo entidades representativas e o PNE 2014-2024 foi ignorado.

Como forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do PNE, educadores, entidades estudantis de movimentos sociais formaram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e realizaram as Conferências Nacionais Populares de Educação (Conape) e elaboraram o documento com o tema “Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es”.

Com a eleição de Lula para o governo 2023-2027 reacende a “esperança” pela revogação do NEM. Após seis anos de interrupção dos canais democráticos e participação popular o FNE é recomposto e são retomadas as conferências para construção das metas do PNE 2024-2034, com o tema “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”. Após o retrocesso educacional vivenciado nos últimos anos, a realização da Conae 2024 foi um marco histórico. A principal deliberação aprovada na plenária final foi a revogação do NEM e a substituição por um novo projeto curricular a ser discutido e construído com a sociedade.

O documento final da Conae 2024 traz entre as proposições e estratégia para o próximo PNE:

582. PROPOSIÇÃO 8. Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, **preferencialmente na modalidade integrada**, assegurando a qualidade social da oferta e permanência e conclusão do estudante (com alimentação, hospedagem e transporte) e 100% da expansão no segmento público, até o final de vigência do plano.

[...] 585. 8.2. Estabelecer política de ampliação da oferta em cursos e programas de educação profissional, técnico e tecnológica, nas diferentes etapas e modalidades de ensino, preferencialmente integrado, com controle social da gestão, do financiamento e da qualidade pedagógica dos cursos oferecidos (CONAE 2024, p. 108).

No entanto, na correlação de forças, no dia 20 de março de 2024, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei com alterações na reforma do ensino médio, sendo o relator o ex-ministro da educação do governo Temer, deputado Mendonça Filho. No geral, o conjunto da obra apresenta como único avanço, a manutenção de 2400 horas de formação geral básica no ensino regular, que não contempla os cursos técnico-profissionais, criando e agravando uma segmentação interna ao sistema escolar brasileiro. O projeto foi enviado ao Senado Federal e, apesar de ter avanços com a relatoria da senadora professora Dorinha, com a inclusão do Espanhol como língua estrangeira obrigatória, limitação à EaD à excepcionais e extinção da possibilidade de aproveitamento de cursos de qualificação para comporem o itinerário de formação técnica, em seu retorno para votação final na Câmara e, mesmo a “Revogação do NEM” estar nas pautas de uma das maiores greves dos servidores da educação federal, realizada por 86 dias em mais de 500 unidades, com a pressão da sociedade e protestos dos Movimentos Estudantis, foi aprovado sem ao menos considerar as alterações.

Impacto das reformas educacionais na Rede Federal de Educação (RFE)

De acordo com dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha, após a Reforma do Ensino Médio as matrículas se mantiveram estabilizadas entre 2017 e 2019, com crescimento de mais de 500 mil

matrículas entre 2020 e 2021. As matrículas no EMI permaneceram em crescimento, mesmo após a reforma, mas de forma menos acentuada em 2020 e 2021, como percebe-se no cômputo geral das matrículas.

Associado a esse desnível no crescimento das matrículas, observa-se que o percentual legal de 50% de oferta de cursos de nível médio, prioritariamente na forma integrada, tem aparecido em queda de 63,3% em 2017 a 54,3% em 2021. Isso nos leva a questionar: Se o número de matrículas na RFE teve crescimento acentuado, mas o percentual legal de oferta de vagas em cursos técnicos de nível médio esteve em queda, onde estaria esse crescimento e por que?

Ao analisar a oferta de vagas do período de 2017 a 2021, nos diversos níveis e modalidades, constata-se que a oferta de vagas no EMI foi de 15% em 2017 para 16,5% em 2018, caindo para 8,5% do cômputo geral das vagas ofertadas. Enquanto que destaca-se o crescimento vertiginoso na oferta de vagas dos cursos de qualificação de Formação Inicial e Continuada (FIC) de 39% em 2017 para 74,8% em 2021 e 67,2% em 2021.

Fato que merece atenção nesse crescimento acentuado nos anos de 2020 e 2021 é que esses cursos FIC foram ofertados, em sua maioria (mais de 95%), na modalidade de Educação à Distância (EaD), reduzindo a oferta de vagas para cursos presenciais a menos de 5%.

Diante do avanço dessa reforma empresarial da educação com o foco no ensino médio, da redução do poder do Estado e da ampliação da participação e controle do empresariado na organização, na formulação, na execução e na avaliação das políticas educacionais, o investimento na educação pública de qualidade tem sido reduzido, bloqueado e/ou tem sofrido cortes, o que propicia o aumento da destinação dos recursos públicos às instituições privadas, organizações e Sistema S, para o atendimento de seus respectivos programas educacionais.

A Reforma do Ensino Médio, BNCC e Diretrizes da EPT impactaram e impactam diretamente ou indiretamente a oferta de cursos e de vagas na RFE. Pois, como se soma ao conjunto da reforma o condicionamento do financiamento ao número de matrículas, isso estimula que as instituições ampliem a oferta de vagas em cursos de qualificação profissional de curta duração, os cursos FIC, muitos são ofertados por meio de programas com financiamento próprio e direto. O grande desafio dos IFs é manter o EMI como central na constituição da sua identidade com estrutura e qualidade, já que os anos de 2020 e 2021 foram permeados de cortes e suspensão no orçamento.

Considerações

O NEM contribui para a reprodução das desigualdades sociais e educacionais e a perpetuação de uma sociedade capitalista, prejudica a formação humana, com redução de carga horária, retirada de disciplinas, itinerários fragmentados e inexequíveis. Portanto, uma política pública frágil e com graves prejuízos aos estudantes, que não dá para ser “reformada”.

O EMI precisa ser tomado como referência para a discussão e construção, juntamente com a sociedade, pois representa a política pública mais qualificada, na perspectiva da formação omnilateral e politécnica, também leva às regiões interioranas do país o desenvolvimento social, econômico e cultural e possibilita o acesso de milhares de jovens a conhecimentos técnicos e científicos de qualidade, a empregos qualificados e o ingresso no Ensino Superior.

As pressões pela adesão dos IFs à contrarreforma e à BNCC é uma tentativa de pôr fim a essa política que tem se mostrado cada vez mais sólida. A ameaça do empresariamento da educação busca transformar os IFs em cópias do Sistema “S”; mas esbarra na base institucional que tem se firmado na sua lei de criação, na autonomia pedagógica e administrativa, para não cederem à descaracterização da RFE.

Para tanto, torna-se imprescindível unir forçar, organizar a base e as instâncias superiores, resistir, tomar posição e defender os IFs como projeto que indica elementos importantíssimos para construir, gradativamente, uma escola unitária, compreendida como aquela que garante a todos o direito ao conhecimento, que tenha por princípio a politecnia, de maneira a assegurar a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia e reafirme seu compromisso com os interesses da juventude da classe trabalhadora. Daí a importância do fortalecimento dos coletivos populares, como o Movimento por uma Escola Popular (MEP) na pasta de Políticas Educacionais dentro do SINASEFE, pois a prevalência dos direitos sociais ou das forças do mercado depende da luta de classes e da condução política resultante desses embates, para tanto precisamos estar preparados para resistir com propriedade argumentativa teórica e prática na defesa de uma educação popular emancipadora.

Discordar da Reforma do Ensino Médio significa assumir uma postura crítica com relação aos rumos da educação brasileira. Supõe-se que é impossível reformar o que já nasceu velho, pois o NEM não tem nada de novo, é apenas um retorno às políticas neoliberais que não deram certo. É imprescindível, refletir a partir do reconhecimento das dificuldades, dos obstáculos e dos desafios, reconhecer as possibilidades e alternativas que são referência e construir, conjuntamente com quem faz a educação – educadores e estudantes, uma proposta que dê alguns passos à frente rumo à educação unitária, de formação humana, científica, cultural e tecnológica.

Referências

MOURA, Dante Henrique. Meta 11: educação profissional. In: OLIVEIRA, J. F.; GOUVEIA, A. B.; ARAÚJO, H. (org.) **Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação**: PNE 2014-2024. Brasília: ANPAE, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

Assina esta tese:

Amália Cardona Leites (Seção Alto Vale do Itajaí do IFC)

02 - TESE 1 DO COLETIVO PÃO E ROSAS - CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, O LEGADO DA GREVE E OS DESAFIOS DO SINASEFE PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Brasil, caracterizado como um país de capitalismo dependente e periférico, tem sua base educacional caracterizada pela dualidade estrutural que reflete e reproduz dialeticamente a divisão social e econômica de sua população, historicamente marcada por ser uma colônia de exploração e pela cultura escravocrata.

Todo seu trajeto histórico, os marcos legais, as reformas educacionais e as políticas públicas adotadas foram ao encontro da reafirmação da dualidade estrutural na educação brasileira, com destaque para as políticas formuladas no âmbito do neoliberalismo e da acumulação flexível que marcaram o país a partir dos anos de 1990.

A partir da década de 90, com a eleição de Fernando Collor e posteriormente de Fernando Henrique Cardoso, o setor empresarial e produtivo passa a não somente participar da oferta educacional, através de parcerias, como também a produzir materiais didáticos e a elaborar políticas educacionais.

Nesse sentido, ainda que nos governos Lula I e II e Dilma I tenham sido apresentados pontos de inflexão, inclusive garantindo-se a retomada da oferta de ensino médio integrado ao técnico com o Decreto 5.154/2004 e a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a Lei 11.892/2008, os avanços do neoliberalismo educacional, da influência dos setores empresariais nas políticas educacionais e das privatizações, sejam elas por parcerias público/privada ou pela transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, foram a tônica principal das políticas educacionais.

A partir do golpe sofrido pelo governo brasileiro, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, esse processo se intensifica e ganha ares autoritários. Uma das primeiras medidas do governo Temer foi a apresentação da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, visando à reforma do ensino médio, que, em fevereiro de 2017, foi revertida na Lei nº 13.145, alterando a LDB/96 no que diz respeito a organização curricular e de oferta para essa etapa do ensino.

A radicalidade do neoliberalismo educacional, expresso na Reforma do Ensino Médio de 2017, representa uma vitória dos setores empresariais na formulação da política governamental para essa fase da educação brasileira.

Outra medida que impactou as políticas educacionais brasileiras promulgada pelo governo golpista de Michel Temer foi a PEC 55/2016. O congelamento dos investimentos públicos imposto pela PEC inviabiliza o cumprimento do Plano Nacional de Educação e, atrelado a Reforma do Ensino Médio e suas medidas, impõe a precarização e o esvaziamento do conteúdo da educação de nível médio das escolas públicas.

A eleição de Bolsonaro em 2018 representa a aliança de ocasião do projeto neoliberal com as pautas da extrema direita fascista. Esse governo, além do aprofundamento do projeto neoliberal, traz pautas autoritárias, antidemocráticas e de retrocesso em avanços anteriormente conquistados em defesa de populações historicamente alijada de direitos como as mulheres, negros e negras, LGBTQIAPN+ e povos originários.

No âmbito educacional, pautas como “Escola sem partido” e “Escolas cívico-militar” carregaram em seu discurso a desvalorização, ataques e deslegitimação dos educadores, tornando a escola um ambiente hostil, violento, persecutório, de controle e assédio aos trabalhadores.

Assim como o caráter negacionista e anticientífico das pautas da extrema direita avançam sobre as pautas ambientais e fortalecem o fundamentalismo religioso, afetando diretamente a atuação das professoras e professores.

O caráter autoritário e antidemocrático do governo Jair Bolsonaro foi o principal fator conjuntural que possibilitou a formação da chapa de frente ampla representada por Lula e Alckmin. Tal conjuntura foi capaz de aglutinar setores para além da esquerda e da centro-esquerda, em torno de um programa mínimo em defesa da democracia e dos valores republicanos.

A frente ampla incorpora tanto setores com projeto ultraliberal, interessados na austeridade fiscal, quanto setores com pautas históricas da esquerda em defesa de um Estado capaz de garantir direitos sociais com uma política de investimento robusta em áreas como educação e saúde.

O Sinasefe acerta ao aprovar em seu 34º Congresso a consigna “Eleger Lula para derrotar Bolsonaro” em 2022 e colocar sua estrutura e a categoria nessa tarefa de derrotar o fascismo do governo antidemocrático e anti povo de Jair Bolsonaro. E a categoria foi fundamental para a vitória da frente ampla representada por Lula e Alckmin nas urnas e salvar a democracia, que estava em xeque no país, como ficou comprovado pelos eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023.

Apesar da consciência dos limites em se operar uma política robusta de investimentos para o alcance de um estado de bem-estar social e das concessões que o Governo Lula III teria de fazer aos setores que compuseram a frente ampla interessados na austeridade e nas políticas econômicas pautadas pela burguesia associada, a conjuntura se mostrou muito mais desafiadora para os setores progressistas aliados ao Governo. Surpreendendo não só ao Governo quanto a setores historicamente simpáticos ao PT, como a categoria da educação federal.

A Greve e seu legado para educação federal

O sentimento de mudança na correlação de forças movimentou a categoria, a partir da posse do presidente Lula, a intensificar a mobilização e pressão pelo atendimento do governo aos interesses econômicos e políticos, não só da categoria como da classe trabalhadora, por melhores investimentos na educação. Esse movimento aliado ao entendimento de que era preciso organização massiva da categoria para, dentro de uma correlação de força mais favorável obter êxito em suas reivindicações, conduziu a categoria à deflagração da greve e a adesão massiva.

O movimento grevista foi possível com a adesão e força que obteve, devido não só a demandas reprimidas por sete anos, mas também pelo caráter autoritário e antidemocrático dos governos anteriores, os ataques de caráter fascistas e negacionistas sistemáticos à educação, somados à baixa expectativa de obter êxito,

A Greve da Educação Federal, protagonizada pelo SINASEFE, foi caracterizada, não só uma greve com finalidades econômicas e corporativas dos servidores da educação federal, mas também como uma greve em defesa da educação e contra o projeto neoliberal. E, portanto, organização e luta da e para os interesses da classe trabalhadora.

Considerada a maior do SINASEFE, pela força de mobilização e engajamento da base, principalmente por uma participação mais efetiva e organizada dos técnicos administrativos, além da eficiente utilização das redes sociais como instrumento de luta.

A inflexibilidade do governo com o avançar das negociações durante a greve mostrou que o Governo Lula III é um governo enfraquecido pelo aumento do poder legislativo e pelo avanço da extrema direita no país, diferentemente dos Governos Lula I e II. Além disso, a pauta neoliberal, que avançou muito nos governos Temer e Bolsonaro, impõe limites maiores à concessão de investimentos suficientes para a garantia da educação pública pela qual lutamos.

O Projeto neoliberal do Governo Lula se mostra incompatível com nossas pautas reivindicatórias e com o projeto de educação integral e emancipatória que defendemos. As dificuldades na luta pela recomposição orçamentária das instituições federais de ensino, do reajuste salarial dos trabalhadores da educação e da revogação de medidas que vão de encontro ao projeto de educação de qualidade social para toda a população, mostra que o governo entrega à educação ao projeto neoliberal de sociedade. Nesse projeto o gerencialismo, o controle, a pedagogia das competências e a educação utilitarista são ferramentas para a manutenção da dualidade educacional brasileira e servem para o atendimento das pautas de austeridade imposta pelos setores empresarial e financeiro.

É preciso ser contundente na denúncia de que o arcabouço fiscal defendido pelo governo é incompatível com a pauta de lutas de nosso sindicato e com os interesses da classe trabalhadora. Além disso, que sua efetiva adoção requer a derrubada dos mínimos constitucionais garantidos para educação e saúde e no limite inviabiliza o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE).

É preciso também pressionar o governo reiterando que a política adotada não foi a escolhida pelos brasileiros nas urnas e que o Governo Lula III não honra com o compromisso de reconstrução do país. A luta contra o fascismo perpassa pelo combate ao neoliberalismo e pelo restabelecimento dos direitos sequestrados da classe trabalhadora brasileira. Repetimos: o projeto neoliberal é a antessala do fascismo e por isso deve ser combatido e derrotado!

A análise conjuntural previamente feita, fora de supervalorização das forças da categoria neste governo diante os limites impostos pelo capital. Mas só a força e organização da categoria foi capaz de “esticar essa corda” a seu favor. O SINASEFE foi capaz de manter a mobilização mesmo diante das tentativas do governo em desmobilizar a greve e fez isso mantendo franca comunicação e constante e flexível leitura conjuntural. O que garantiu ao movimento força para “arrancar do governo” mais concessões mesmo após claro movimento de encerramento das negociações.

É importante registrar que a duração da greve se deu pela incompetência do governo com a dinâmica das negociações, como também, a falta de um apoio mais expressivo por parte do CONIF, visto que a referida greve pautou interesses diretos da rede federal, como a recomposição orçamentária.

A estratégia do SINASEFE mostrou-se acertada quando organizou a categoria em torno de uma pauta de reivindicações não só justas, mas com caráter classista. Empenhando, no decorrer do processo, análises de conjunturas, sem receio em revê-las quando e o quanto necessário. Identificando o limite imposto pela conjuntura e recuando da greve com o movimento ainda forte e contabilizando vitórias. Essas vitórias, identificáveis não somente enquanto aos ganhos remuneratórios, de carreira e de recomposição orçamentária das instituições. A vitória da organização da categoria, do retorno aos debates, da defesa pela educação e do fortalecimento da luta sindical.

Apesar da intransigência do Governo, das tentativas de desqualificação e das pressões sofridas durante a greve, as servidoras e os servidores da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia saem dessa greve com a cabeça erguida e moral política elevada. O espírito é de dever cumprido, mas sem esquecer de que ainda teremos muitas outras lutas nos próximos períodos, especialmente, no

âmbito orçamentário. Nas instituições onde trabalhamos, mais de 75% dos estudantes são provenientes de famílias com renda média de 1,5 salário mínimo ou menos. O SINASEFE reafirma o compromisso em se manter combativo e vigilante por uma Educação Pública, Gratuita, Laica e Socialmente Referenciada para essa população. Portanto, seguiremos discutindo e mobilizando nossos locais de trabalho em torno de um projeto educacional pautado nas demandas da classe trabalhadora brasileira em contraposição ao projeto que procura cada vez mais precarizar a formação da nossa juventude, as condições de vida e de trabalho das servidoras e dos servidores que fazem a Educação Federal desse país. (Nota da Direção Nacional sobre o aceite às propostas do Governo Lula e a suspensão da greve após as assinaturas dos Termos de Acordo. (SINASEFE, 2024)

Dentre as principais conquistas destacamos a recomposição orçamentária das nossas Instituições Federais de Ensino (IFEs) que, apesar de ainda insuficientes, só ocorreu por conta da mobilização de servidoras e servidores. Não por acaso, também foi aprovado no Senado o Projeto de Lei que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Os ganhos, ainda que tímidos, da luta pela educação pública conquistados pela Greve da Educação Federal nos deixam um alerta para a importância da organização da classe trabalhadora mediante os avanços do capital.

A greve, apesar de vitoriosa, representa apenas o início da reorganização da luta pela educação dentro da retomada da democracia. Pois, apesar de derrotarmos o fascismo nas urnas e garantirmos a retomada do Estado democrático, a extrema direita mantém a ofensiva contra as minorias e na retirada de direitos no parlamento e na disputa ideológica no seio da sociedade e o papel da educação é fundamental nessa disputa.

Desafios do SINASEFE

Para além da luta contra a extrema direita neofascista, o neoliberalismo não só mantém sua hegemonia como avança em suas pautas, tanto pautando as políticas educacionais na construção de um projeto que visa a formação de mão de obra para a produção capitalista cada vez mais flexibilizada, precarizada e alijada de direitos, quanto esticando seus tentáculos sobre o orçamento da educação pública do Brasil.

A não revogação do NEM, apesar de ser a principal pauta encampada pelos setores progressistas da educação, mostra que o governo Lula “rifou” a educação brasileira para os setores empresariais, e essa constatação nos impõe a necessidade de radicalizar na luta CONTRA O AVANÇO DO PROJETO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, que inicia pela inegociável e necessária REVOGAÇÃO DO NEM. Por isso, é urgente o SINASEFE fortalecer e valorizar os GTs de educação, como forma de trazer a base para o debate e retomar os seminários de educação, através da sua pasta de políticas educacionais.

PLANO DE LUTAS:

1. Revogação de todas as medidas prejudiciais à educação e à classe trabalhadora promovidas nos governos Temer e Bolsonaro;

2. Combate ao neoliberalismo educacional, ao gerencialismo e assédio como forma de gestão;
3. Luta contra a militarização das escolas;
4. Revogação imediata do NEM e construção de uma política para o ensino médio tendo como referência o ensino médio integrado ao técnico dos Institutos federais;
5. Contra a “voucherização” da educação pública;
6. Luta contra os repasse do orçamento público às instituições privadas de ensino;
7. Contra a privatização da educação no Brasil;
8. Luta pela valorização dos profissionais da educação;
9. Luta por garantia de orçamento para os núcleos de apoio (NEABI, NUGS e NAPNE);
10. Pela garantia de orçamento para o PNAE;
11. Garantia orçamentária e uma política de ampliação às dos auxílios permanência e bolsas de ensino, pesquisa e extensão e pelo ajuste anual do valores aplicados
12. Fim da terceirização dos trabalhadores de apoio nas escolas;
13. Luta por uma política para inclusão educacional com financiamento próprio, profissionais efetivos, capacitados e valorizados;
14. Luta contra a expansão do EAD na Rede federal;
15. Garantir a expansão do Ensino técnico integrado na Rede federal;
16. Luta contra as Fundações e Empresas na Rede federal;
17. Defesa de cotas para pessoas transgênero nas educação pública e no serviço público;

SINASEFE. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). **Nota da Direção Nacional sobre o aceite às propostas do Governo Lula e a suspensão da greve após as assinaturas dos Termos de Acordo.** Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/nota-da-direcao-nacional-sobre-o-aceite-as-propostas-do-governo-lula-e-a-suspensao-da-greve-apos-as-assinaturas-dos-terminos-de-acordo/>.

ASSINAM ESTA TESE:

1	Andréia Castro	TAE	IFTO
2	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
3	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
4	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
5	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
6	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
7	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
8	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM

9	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE
10	Alessandro de Paula Silva	Docente	Sinasefe Norte de Minas
11	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe -fluminense
12	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
13	Amanda Princy Batista Silva	TAE	Sesisifpi - PI
14	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
15	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
16	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
17	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
18	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO
19	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
20	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista
21	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
22	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE
23	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
24	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
25	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM
26	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
27	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
28	Camila martins de Freitas	TAE	Sintef- PB
29	Caroline Muñoz Cevada Jeronymo	Docente	Sintefpb
30	Cathia Alves	Docente	Salto
31	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes
32	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
33	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó-IFMA
34	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
35	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe
36	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
37	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
38	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
39	David Lobão	Docente	SINTEFPB

40	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
41	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
42	Diogenes Mendes Araujo	Docente	Sinasefe/Natal
43	Dione Cabral	TAE	São Paulo
44	Edson Barbosa Lisboa	Docente	SINASEFE Sergipe
45	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
46	ELISEANNE LIMA DA SILVA	TAE	MANAUS
47	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
48	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
49	Emily Raquel Moura dos Santos	TAEIFBA / CMS	
50	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
51	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)
52	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
53	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo
54	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
55	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
56	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
57	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
58	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
59	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
60	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
61	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
62	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB
63	Gabriel Adolfo Garcia	TAE	São Vicente do Sul
64	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
65	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
66	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
67	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
68	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
69	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
70	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP

71	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
72	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
73	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
74	Henrique Brum	Docente	IFTO
75	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
76	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
77	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
78	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
79	Isamarcia Catarina Oliveira de Sousa	TAE	SEISISIFPI
80	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
81	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
82	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
83	Jennifer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
84	João Campinho	Docente	São Paulo
85	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
86	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
87	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
88	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
89	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
90	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
91	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
92	JOSE GRANGEIRO SOBRINHO	TAE	IFBPI
93	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
94	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
95	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
96	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
97	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
98	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
99	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
100	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
101	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB

102	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
103	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
104	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
105	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
106	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
107	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
108	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
109	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
110	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
111	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
112	Márcio Alves de Oliveira	Docente	Seção São Paulo
113	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
114	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
115	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
116	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
117	Maria Cleide da Silva Barroso	Docente	SINDSIFCE
118	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
119	Maria José Araújo	Docente	SINTEFCG
120	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus
121	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
122	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
123	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
124	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
125	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAES	Sintefpb
126	Naiana Teixeira Pereira	TAE	Sesisifpi
127	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
128	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
129	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
130	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
131	Paulo Raimundo Stering Malta	Docente	IFBA/CMS
132	Philipe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE

133	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
134	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
135	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
136	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
137	Rita Sidmar Alencar Gil	Docente	IFPA, ETRB e CIABA
138	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE
139	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
140	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
141	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
142	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP
143	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB
144	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
145	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
146	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
147	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
148	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
149	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
150	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAESINTEFPB	
151	Sirlei Bortolini	TAE	Seção Bento Gonçalves
152	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
153	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
154	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
155	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
156	Talita Souza de Lima	TAE	Sinasefe-SP (IFSP SÃO CARLOS)
157	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
158	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
159	Thais Surian	TAE	São Paulo
160	Thalismar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
161	Therezinha Gauri Leitão	Docente	SINASEFE IFBA/CMS
162	Valério Arcary	Docente	São Paulo
163	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce

- 164 Vania de Jesus TAE Sergipe - IFS
- 165 Victor dos Santos Pereira TAE IFRS - Seção Bento Gonçalves
- 166 Vinicius Retamoso Mayer Docente SINASEFE MANAUS
- 167 Virginia Alves Lima Anjos Docente Sinasefe
- 168 Viviane Frederico Barbosa TAE Sergipe
- 169 Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha TAE Guanambi
- 170 Wilker Gomes Raposo TAE SINTEFPB
- 171 Willy Deivson Leandro da Silva Docente IFTO
- 172 Yara Silvia Freire Rabay Docente IFPB -sintefpb
- 173 Gilvan Azevedo – Docente – IFMA Maracaná
- 174 Danielle Lima Costa – Docente – IFMA Centro Histórico
- 175 Eriane de Paula – Docente – IFMA Maracaná

03 - TESE 2 DO COLETIVO PÃO E ROSAS - A LUTA CONTRA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A DEFESA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

A Reforma do Ensino Médio promulgada pela Lei nº 13.145/2017, contra a qual lutamos juntos com outros sindicatos de trabalhadores da educação e movimentos estudantis pautados no entendimento que trará como principal implicação o aprofundamento das desigualdades sociais na formação da juventude e conseqüentemente para o futuro do país.

Pautada pela pedagogia das competências, pela adoção itinerários formativos, priorizando o desenvolvimento de “competências”, “habilidades”, “atitudes”, “valores” e “emoções” dos estudantes em detrimento de componentes curriculares até então obrigatórios pautados em conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade, esvaziando o currículo destes conteúdos, aprofundando as desigualdades de acesso e reafirmando a dualidade da educação no país. A priorização de disciplinas baseadas em componentes socioemocionais que visam a formação para o mercado de trabalho flexível, precarizado e alijado de direitos trabalhistas.

O Projeto educacional golpista assumidamente neocolonial abriu possibilidade de oferecer parte do ensino à distância para fins de barateamento e controle autoritário de plataformas educacionais (projeto que já avança em muitos estados como Paraná e São Paulo), possibilitou a contratação de profissional para a docência sem licenciatura e criou intencionalmente um mal regulamentado “notório saber” visando substituir a formação pedagógica docente por uma formação mercadológica rasa e lucrativa, abrindo enormes precedentes para a privatização acelerada da educação pública altamente precarizada.

A Reforma do Ensino Médio, propagandeada como Novo Ensino Médio (NEM) pelos governos golpistas, representa uma mudança da política educacional brasileira aos moldes do mercado de trabalho cada vez mais precarizado, flexível e que tem o desemprego como sua base estruturante.

A pedagogia das competências, com base no negacionismo educacional e no esvaziamento de conhecimentos seguiu a mesma lógica na construção aligeirada e antidemocrática da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do período golpista, refletindo diretamente na organização da formação de professores pelas licenciaturas, através da chamada BNC-formação - ferramenta para “formar professores para ensinar a BNCC” sob a égide do modelo de escola, educação e formação que projetados pela Reforma do Ensino Médio.

Outra característica do NEM é a negação clara da formação integral, com os itinerários formativos, dividindo e hierarquizando conhecimentos e desvinculando o saber técnico/prático do saber científico.

A possibilidade de “escolha” de itinerários, que aparentemente aparenta ser uma possibilidade de liberdade e autonomia do estudante. Na realidade, por permitir que a oferta dos itinerários sejam a critério da rede de ensino local, será de oferta compulsória do itinerário disponível na escola acessível ao estudante, principalmente nas periferias e longe dos grandes centros urbanos. O que aprofundará a desigualdade de acesso educacional brasileiro.

Em que pese os esforços dos que lutam pela revogação no NEM na eleição de Lula em 2022 e pelo intenso movimento dos setores educacionais (sindicatos, acadêmicos e movimentos sociais) em denunciar as implicações nefastas do NEM na sociedade brasileira, desde a composição do grupo de trabalho (GT) educação na equipe de transição, os indícios de que as políticas educacionais se

manteriam pautadas por setores da sociedade com interesses na conservação das políticas educacionais dos governos Temer e Bolsonaro. Isso se consolida com a formação da equipe de alto escalão do MEC, composta por setores da burguesia brasileira com destaque para entidades como o Sistema S, o Instituto Unibanco e o Movimento Todos pela Educação.

Então, para política educacional, foi indiferente a eleição de Lula? A resposta dada é que, com a saída de Bolsonaro do governo, foi possível expurgar do MEC os representantes das pautas ideológicas do bolsonarismo, de caráter fascista, mas a manutenção dos representantes das políticas neoliberais são mantidas e apresentam maior influência no Governo Lula III que representou nos governos Lula I e II.

E quais são as alternativas que apontamos para uma saída para as políticas educacionais que contemplem a classe trabalhadora defendidas pelo SINASEFE? Os cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico (EMI) ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica representam um modelo de educação pública de excelência, que apresenta excelentes resultados. Por isso, não é necessária a construção de um modelo, ele já existe e foi construído a partir de debates com as entidades e setores educacionais no país desde a redemocratização.

O modelo dos cursos de EMI incorpora a perspectiva politécnica, que compreende as atividades de trabalho e educação como integrantes de um único processo que articula teoria e prática. Na proposta do EMI, essa articulação se dá pela integração de quatro dimensões: trabalho, ciência, cultura e tecnologia, que estava presente no documento Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 2012, que foi revogado pelas novas diretrizes para o ensino médio.

O EMI também traz a perspectiva da escola unitária de Gramsci aponta que a educação deve proporcionar ao estudante um amplo desenvolvimento, o que significa dotá-lo de condições prévias para a livre manifestação de suas escolhas e inclinações profissionais. Essas condições se tornam possíveis mediante uma sólida formação cultural que deve preceder suas escolhas profissionais, que devem ocorrer após o desenvolvimento integral do indivíduo. Uma ideia de uma educação que garanta igualmente um aporte de conhecimentos científicos e culturais para todas as pessoas em sua formação.

A nossa defesa pela concepção do EMI como referência de educação, não só no ensino médio, mas para todas as etapas de educação no Brasil, é a negação da diferenciação escolar proposta pelo sistema capitalista e, principalmente, da dualidade histórica da educação brasileira.

Rompe também com o utilitarismo de educação neoliberal, que defende uma escola submissa ao mercado e eficiente na formação de trabalhadores para o sistema produtivo. A educação na ideologia neoliberal, apesar de reivindicar a instrução como forma de inclusão do homem na sociedade, ao mesmo tempo nega seu amplo desenvolvimento ao defender uma formação de caráter estrito para a profissionalização e para o treinamento de competências e comportamentos bem aceitos para o regime de acumulação vigente.

A concepção do EMI ao se basear na escola unitária de Gramsci e na politécnica de Marx e Engels), propõe uma educação que ao desenvolver o ser humano em todas suas as dimensões, lhe dá condições de compreender a construção histórica dos conhecimentos técnicos e científicos, de compreender o processo histórico das relações de trabalho e assim, caminhar para sua emancipação dentro do sistema capitalista ao negar a subordinação de sua força de trabalho ao regime de acumulação presente neste sistema

Ao apresentar o modelo educacional defendido aqui que foi gestado e colocado em prática nos governos Lula I e II e Dilma e que, ao MEC atual negar a propositura da revogação do NEM - que é

antagônica e nega a proposta da concepção do EMI - deixa evidente que a correlação de força da atual conjuntura nos é menos favorável que anterior ao golpe de 2016.

Podemos concluir que nossos desafios enquanto defensores de um projeto de educação contra hegemônico e que vise a superação da dualidade educacional no Brasil são maiores e mais complexos que nos governos Lula I e II. A correlação de forças, com a consolidação e intensificação do projeto neoliberal, criando raízes ideológicas e base social ao se aliar ao neofascismo, é muito menos favorável para nós. Isso faz com que a margem de concessões angariadas pela esquerda dentro desse governo seja muito pequena para a proposição e consolidação de políticas educacionais que atendam a classe trabalhadora

O exemplo de mobilização que nos levou as conquistas da greve dentro de uma conjuntura desfavorável nos coloca a tarefa primordial de priorização da organização e mobilização dos movimentos de massa, para que a força da classe trabalhadora seja capaz de tensionar e garantir avanços nesse governo e para uma possível composição governamental e parlamentar futura mais favorável às nossas pautas.

NOS MANTEMOS NA LUTA PELO **#REVOGANEM** E PELA ADOÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO COMO REFERÊNCIA PARA TODO O BRASIL!

ASSINAM ESTA TESE:

1	Andréia Castro	TAE	IFTO
2	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
3	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
4	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
5	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
6	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
7	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
8	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM
9	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE
10	Alessandro de Paula Silva	Docente	Sinasefe Norte de Minas
11	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe - Iffluminense
12	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
13	Amanda Princy Batista Silva	TAE	Sesisifpi - PI
14	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
15	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
16	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
17	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
18	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO

19	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
20	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista
21	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
22	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE
23	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
24	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
25	Beatriz Pereira Dias	TAE	SINASEFE MANAUS/AM
26	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
27	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
28	Cathia Alves	Docente	Salto
29	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes
30	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
31	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó-IFMA
32	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
33	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe
34	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
35	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
36	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
37	David Lobão	Docente	Sintefpb
38	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
39	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
40	Diogenes Mendes Araujo	Docente	Sinasefe/Natal
41	Dione Cabral	TAE	São Paulo
42	Edson Barbosa Lisboa	Docente	SINASEFE Sergipe
43	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
44	ELISEANNE LIMA DA SILVA	TAE	MANAUS
45	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
46	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
47	Emily Raquel Moura dos Santos	TAE	IFBA / CMS
48	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
49	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)

50	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
51	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo
52	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
53	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
54	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
55	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
56	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
57	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
58	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
59	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
60	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB
61	Gabriel Adolfo Garcia	TAE	São Vicente do Sul
62	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
63	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
64	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
65	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
66	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
67	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
68	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP
69	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
70	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
71	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
72	Henrique Brum	Docente	IFTO
73	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
74	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
75	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
76	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
77	Isamarca Catarina Oliveira de Sousa	TAE	SEISISIFPI
78	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
79	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
80	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará

81	Jennifer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
82	João Campinho	Docente	São Paulo
83	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
84	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
85	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
86	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
87	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
88	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
89	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
90	JOSE GRANGEIRO SOBRINHOTA	TAE	IFPBPI
91	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
92	josenilda de Souza Silva	TAE	Sinasefe Januária
93	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
94	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
95	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
96	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
97	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
98	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
99	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
100	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
101	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
102	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
103	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
104	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
105	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
106	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
107	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
108	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
109	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
110	Marcelo Linon Batista	Docente	CONSINASEFE-BA
111	Márcia Maria Costa Gomes	Docente	Campina Grande

112	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
113	Márcio Alves de Oliveira	Docente	Seção São Paulo
114	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
115	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
116	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
117	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
118	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
119	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
120	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus
121	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
122	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
123	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
124	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
125	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAE	Sintefpb
126	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
127	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
128	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
129	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
130	Paulo Raimundo Stering Malta	Docente	IFBA/CMS
131	Philipe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE
132	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
133	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
134	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
135	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
136	Rita Sidmar Alencar Gil	Docente	IFPA, ETRB e CIABA
137	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE
138	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
139	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
140	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
141	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP
142	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB

143	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
144	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
145	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
146	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
147	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
148	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
149	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
150	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
151	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
152	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
153	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
154	Talita Souza de Lima	TAE	Sinasefe-SP (IFSP SÃO CARLOS)
155	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
156	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
157	Thais Surian	TAE	São Paulo
158	Thalimar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
159	Therezinha Gauri Leitão	Docente	SINASEFE IFBA/CMS
160	Valério Arcary	Docente	São Paulo
161	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce
162	Vania de Jesus	TAE	Sergipe - IFS
163	Victor dos Santos Pereira	TAE	IFRS - Seção Bento Gonçalves
164	Vinicius Retamoso Mayer	Docente	SINASEFE MANAUS
165	Virginia Alves Lima Anjos	Docente	Sinasefe
166	Viviane Frederico Barbosa	TAE	Sergipe
167	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	Guanambi
168	Willy Deivson Leandro da Silva	Docente	IFTO
169	Yara Silvia Freire Rabay	Docente	IFPB -sintefpb
170	Gilvan Azevedo –	Docente –	IFMA Maracanã
171	Danielle Lima Costa –	Docente –	IFMA Centro Histórico
172	Eriane de Paula –	Docente –	IFMA Maracanã

04 - LIBERDADE SINDICAL NÃO RIMA COM ESCOLAS MILITARES

A educação militar sempre influenciou a formação dos jovens brasileiros. Uma educação baseada nos princípios da disciplina militar: autoritarismo, veneração aos símbolos nacionais e exaltação ao histórico das forças militares. Esse modelo de ensino foi implantado na rede pública de ensino, principalmente durante o período da ditadura militar, que perdurou por 30 anos. Essa formação segue o exemplo e a rigidez dos quartéis em relação ao que tange à formação pedagógica dos estudantes, classificando-os intelectual e disciplinarmente, através de punição e exclusão dos discentes que fogem do padrão estabelecido pelas regras militares.

A caracterização do ensino militar ou mesmo do plano pedagógico adotado por essa instituição tem como aporte um ambiente em que os educadores e estudantes seguem obrigatoriamente um ensino conservador, com diretrizes que negam qualquer possibilidade de prática construtivista e interdisciplinar, pois a escola militar de Ensino Básico não permite liberdade de expressão, tanto do corpo docente como discente. Dessa forma, é exigido um controle na metodologia e no plano didático dos conteúdos a serem aplicados e debatidos, não respeitando a liberdade de cátedra dos professores.

ESCOLAS MILITARES SÃO AVESSAS À ORGANIZAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

A relação entre os servidores, através de seu sindicato, e o comando desses estabelecimentos militares foi, em diversos momentos, conflitante, em várias conjunturas políticas, limitando a liberdade de expressão e atuação das entidades sindicais no local de trabalho. A diretoria, principalmente, dessas bases sindicais sofre pressão, repressão e assédio moral. Muitos respondem ao processo político-administrativo e ameaça de demissão por mais dedicação profissional que os servidores desempenhem. Todo o dia, dentro dessas unidades militares, ocorre uma vigilância constante acerca de como os filiados e principalmente os Diretores da entidade apresentam-se ou posicionam-se no âmbito escolar; roupas utilizadas, comportamento individual, relacionamento entre os pares e os militares; criando, dessa forma, um campo de tensão constante entre todos os servidores civis.

Diante da persistência dessa repressão, a disposição da base e da diretoria sindical nas atuações políticas - principalmente quando exige uma movimentação em atos, greves - fica severamente inibida. Nesse sentido, as seções sindicais ligadas às escolas militares têm encontrado grande dificuldade em manter suas bases sindicais ativas e combativas, pois a repressão típica de um quartel é avessa à prática reivindicatória da categoria (Docentes e Técnicos) e suas reais demandas.

O MODELO DAS ESCOLAS MILITARES NÃO É REFERÊNCIA PARA EXPANSÃO DA REDE

Um exemplo de que a militarização não está relacionada à liberdade de cátedra e ao direito de luta no ambiente de trabalho, é o projeto das escolas cívico-militares que foram sendo implementadas em diversos estados e municípios. Em todos os lugares, onde esse projeto foi inserido, observou-se uma opinião negativa de especialistas educacionais, de professores, de alunos e da comunidade escolar acerca desse assunto.

A grande contradição sobre esse tema é o fato de que o atual governo Lula encerrou o programa nacional das escolas cívico-militares, instituído por Bolsonaro em 2019 (reivindicação de todo movimento contrário a esse programa reacionário), mas não em nenhum momento apontou qualquer possibilidade de desmilitarizar as escolas militares ligadas ao MD.

É urgente exigirmos coerência do atual governo Lula, assim como fez com o PECIM, no que tange à desmilitarização das escolas ligadas ao MD. Essa importante ação seria um passo fundamental para os docentes e discentes que vivem sob um regime autoritário nessas escolas.

A PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS PERTENCENTES AO MINISTÉRIO DA DEFESA DURANTE A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL 2024

Este ano tivemos uma das maiores greves da educação federal travada com o governo Lula. Grande parte dos grevistas tinham perspectivas de avanços na carreira e na recomposição salarial. Após várias negociações o governo ofereceu um pequeno reajuste e reestruturação da carreira, proposta longe dos interesses da categoria, fechando as mesas de negociação ignorando os apelos dos grevistas e das lideranças sindicais. Ao contrário, pediu para que as lideranças sindicais favoráveis a sua política encerrassem e aceitassem o acordo proposto pelo seu governo. Essa greve acabou vindo à tona após a passagem de um governo autoritário, que foi o governo Bolsonaro, o qual tentou dar golpes, favoreceu e aumentou a presença de militares no seu governo, e intensificou a repressão e perseguição aos sindicalistas presentes nas escolas ligadas ao Ministério da Defesa, doravante MD.

A participação dessas escolas nas greves da educação federal sempre apresentou dificuldade de movimentação e adesão, porém historicamente essas instituições conseguiam acompanhar o movimento paredista com paralisações diárias, mas não com uma greve contínua. Essa não participação das escolas militares, nas greves federais, está diretamente relacionada ao perfil autoritário que sempre esteve presente no ambiente escolar dessas instituições, cerceando as bases sindicais ameaçando-as com faltas e descontos em folhas. Mesmo diante dessas condições de enfrentamento diário, os companheiros e companheiras das seções sindicais civis militares estão dispostos a fazer luta sindical ao lado das bases da educação federal em greve.

Diante das condições enfrentadas pelos servidores civis das escolas ligadas ao MD, percebe-se que as perspectivas nunca serão favoráveis à luta sindical com suas bandeiras. Por isso, uma pauta central nesse congresso eleitoral do Sinasefe é a defesa da desmilitarização e de todos os benefícios que ela traria para unificação da nossa categoria, à nível nacional; pois traria a possibilidade de integrar os servidores civis do MD aos do MEC, fortalecendo, dessa forma, nossas lutas.

Assinam essa tese:

Marcelo Teixeira - Sinasefe CMR/EAMPE

Claudio Roberto- IFPE

Ronaldo Bandim- Sinasefe CMR/EAMPE

Jean Magno-IFMA

Fernanda Rosá- IFSC

Claudicéa Durans- IFMA

Clerio Lucas –IFES

Luis Sergio- SINDSCOPE

Albano Teixeira- SINDSCOPE

Walter Junior-Campus Caxias

Moisés Q Monteiro – SANTA TERESA – ES

Oberti Mayer- IFSC

Marcos – SEÇÃO SINDICAL COLATINA –ES

Fabiano Deola – SINASEFE CONCÓRDIA

05 - EM DEFESA DA EPT E DOS INSTITUTOS FEDERAIS A SERVIÇO DOS/AS TRABALHADORES/AS

Tese sobre Políticas Educacionais

Tendência sindical “Unidos pra Lutar” – Construindo a CSP-Conlutas

INTRODUÇÃO:

A derrota de Jair Bolsonaro nas urnas não significou o recuo do pensamento e das práticas neoliberais e meritocráticas na educação brasileira, incluindo a educação federal (Institutos e Universidades), que possui autonomia constitucional na gestão administrativa e pedagógica em suas autarquias. Na prática, desde a Constituição de 1988 e da LDB de 1996, ocorre um permanente avanço do pensamento (neo)liberal nas políticas educacionais, com raras fissuras de experiências emancipatórias que não abalaram a ordem dominante.

A Lei nº 11.892, do final de 2008, de constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de criação dos Institutos Federais, faz parte de uma demanda histórica da sociedade brasileira para expansão das vagas na EPT. Entretanto, no cenário dos governos petistas (2003-2016), calcados na conciliação de classes e no desenvolvimentismo econômico neoliberal, muitos dos novos *campi* e cursos abertos atendiam exigências das oligarquias regionais e do grande capital na formação de mão-de-obra barata e especializada em instituições educacionais de referência. Muitos dos cursos abertos atendem demandas dos setores do agronegócio, das mineradoras, de montadoras, de empresas da área de logística, dentre outras grandes empresas. Na mesma lógica foi o advento das novas Universidades Federais, de novos *campi* e cursos superiores via o REUNI.

Por outro, lado as modalidades de ensino com perfil popular voltados a atender demandas sociais para emancipar as camadas mais pobres da população, previstas na Lei nº 11.892, foram gradativamente sendo marginalizadas nas estruturas dos Institutos Federais, desde o segundo mandato de Dilma até o tempo presente momento. As matrículas na maioria dos Institutos Federais, na Educação de Jovens Adultos (PROEJA), nas licenciaturas e em cursos voltados a população do campo, comunidades tradicionais e demais populações em vulnerabilidade, não atendem a porcentagem mínima prevista em legislação. E quando atende, esses cursos possuem caráter empreendedor/empresarial e são ofertados predominantemente através da Educação a Distância (Ead) em estruturas precárias. E até mesmo os cursos de Ensino Médio Integrado (EMI), visto como um modelo educacional avançado e de potencialidade emancipadora – predominantes nas matrículas dos Institutos Federais –, estão sendo gradativamente esvaziados e ameaçados pelas políticas públicas governamentais e pelo oportunismo de determinadas reitorias.

A permanente precarização do trabalho dos educadores (TAEs e docentes), aliada as grandes limitações da gestão democrática na maioria dos Institutos Federais, também compõe o cenário que facilita a implantação de políticas neoliberais e leva o desincentivo e a criminalização de movimentos da juventude, através dos seus coletivos e entidades estudantis, e da atuação de um movimento sindical classista e autônomo.

Nesta tese queremos abordar quatro eixos temáticos, com um conjunto de proposições de resoluções: 1º) o desmonte do EMI, EJA, Licenciaturas e da educação popular na Rede Federal de Educação Federal; 2º) a Lei nº 14.945/2024 e a manutenção das políticas neoliberais para o Ensino Médio; 3º) a limitação da gestão democrática nos Institutos Federais; e, 4º) a continuidade da perspectiva de expansão dos Institutos Federais numa lógica oligárquica e de atender demandas do grande capital.

FORTALECER O EMI, A EJA, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS

A reestruturação neoliberal no ensino médio brasileiro é anterior a Lei nº 13.415/2017. O retorno do tecnicismo como política pública educacional de nível médio sempre foi uma defesa do PSDB, seja nas experiências dos governos estaduais em São Paulo nas gestões de Serra e Alkmin, em Goiás com Marconi Perillo e em Minas Gerais nos mandatos de Aécio Neves e Anastasia, como nas proposições feitas em pleitos eleitorais para presidência da república: cursos técnicos de curta duração para atender as demandas do mercado. Tal perspectiva neoliberal, ligada as orientações dos organismos internacionais e, em especial o Banco Mundial e o FMI, também adentraram nas propostas petistas na disputa pelo poder presidencial, como a redução de disciplinas no Ensino Médio para pretensamente reduzir a evasão e a retenção escolar, feitas por Dilma Rousseff no processo de reeleição em 2014 e, abordadas posteriormente, no Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC, servindo de base para futura Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018.

O “Novo Ensino Médio”, advindo da Lei nº 13.415/2017, foi a primeira contrarreforma robusta do odioso governo de Temer. Com viés tecnicista, a legislação prevê a criação de cinco itinerários formativos para preparar o jovem na inserção do mercado de trabalho de forma precoce e sem estímulos a verticalização dos estudos. A formação geral básica calcada nos componentes curriculares científicos teve sua carga horária limitada a 1800 horas, enquanto os itinerários teriam o mínimo de 1200 horas podendo a chegar até 2400 horas! Isto é, o Ensino Médio brasileiro retornou aos patamares da LDB de 1971 da ditadura militar, ao tornar o aspecto tecnicista como compulsório na formação da nossa juventude. Para agravar a situação, apenas a língua portuguesa e a matemática são componentes curriculares obrigatórios ao longo dos três anos, os demais podem ser vistos apenas numa parte do processo formativo, sendo que parte do currículo pode ser ofertado no regime a distância – particularidade que será normatizada posteriormente por uma Diretriz Curricular Nacional (DCN) de “atualização do ensino médio”, em 2018.

Nos Institutos Federais, por mais que o SINASEFE adentre numa greve em 2016 contra a Medida Provisória (MP) do Ensino Médio e vários *campi* da rede são ocupados por estudantes, após a promulgação da legislação pelo parlamento o tema não foi abordado a contento pelas reitorias e pelo CONIF que, só tomarão uma atitude, após a promulgação da BNCC pelo CNE/MEC e após a vitória eleitoral de Bolsonaro. No final de 2018, assustados pela conjuntura, o CONIF emitiu um texto com 23 diretrizes no intuito de resguardar o modelo do ensino médio integrado na Rede Federal, contra a fragmentação curricular e o (neo)tecnicismo, e faz um apelo para que o teor do documento seja aprovado nos Conselhos Superiores das instituições. O documento por mais que reafirme conceitos e aspectos positivos da formação politécnica e emancipadora na EPT, por outro lado estimula a redução da carga horária dos cursos – adequando a lógica neoliberal do ajuste fiscal no orçamento das instituições – retirando o perfil da escola em tempo integral e limitando a possibilidade da formação integrada.

Na prática, ao longo do nefasto governo de Bolsonaro, a maioria das reitorias dos Institutos Federais não aprovaram as diretrizes indicadas pelo CONIF, muitas aplicaram aspectos da Lei 13.415/2017, aderiram aos novos livros didáticos do PNLD adaptados a recém BNCC, e aplicaram as normativas da nova DCN Geral da EPT de 2021, que autorizou 20% da carga horária dos cursos diurnos pudessem ser EaD e 80% nos cursos EJA/EPT. Além disso, muitos Institutos Federais colaboraram com o “Programa Novos Caminhos” de Bolsonaro, aumentando a oferta de cursos curtos na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FICs) para atender o mercado e na formação genérica de professores na lógica do “Novo Ensino Médio” – via licenciaturas, graduação para bacharéis não licenciados e especializações em EaD – para atuar nos itinerários formativos. Por mais que a letal legislação do “Programa Futura-se” não foi adiante, muitas reitorias organizaram suas “fundações de apoio” para aprofundar a arrecadação orçamentária via as Parcerias Público e Privadas (PPPs) e adaptaram parte dos seus currículos na “nova cultura” empreendedora/empresarial para adequar o jovem ao desregulado mundo do trabalho, sem garantias de leis laborais e previdenciária.

A vitória de Lula gerou expectativas de um “revogação” perante as legislações neoliberais dos governos anteriores, inclusive do “Novo Ensino Médio”. A rejeição inicial do atual Ministro da Educação, Camilo Santana, e, de sua equipe, em produzir uma nova legislação sobre o tema, provocou uma intensa movimentação do movimento estudantil, de educadores e de entidades científicas no país, obrigando o governo a realizar uma consulta pública. Apesar da superação de alguns gargalos, a recém legislação do ensino médio, Lei nº 14.945/2024, ainda mantém a lógica dos itinerários formativos, mantém a possibilidade de parte do currículo ser via Ead e não aponta para revogação da BNCC e das DCNs neoliberais que normatizam a aplicação da Lei 13.415/2017, como as DCNs Gerais da EPT de 2021. Tal contexto demonstra que ainda é necessária muita luta para revogação plena da lógica neoliberal do “Novo Ensino Médio” de Temer/Bolsonaro e seus desdobramentos na EPT, na formação de professores, na EJA etc.

Propomos:

- Por um ensino médio que promova a formação integral, holística e emancipadora ao jovem, numa escola em tempo integral com políticas de assistência estudantil que garanta a permanência e o êxito nos estudos;
- Por um EMI em tempo integral que garanta práticas de pesquisa, extensão, cultura, esporte e participação do estudante nos órgãos de gestão dos Institutos Federais;
- Por cursos na EPT que atendam demandas populares e a soberania nacional, promovendo os direitos humanos, a consciência de classe, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental e social;
- Pela revogação de todos aspectos neoliberais do “Novo Ensino Médio”, da BNCC e das recém DCNs de atualização do ensino médio (2018) e da Geral da EPT (2021). Pela revogação da BNC-Professor;
- Pela valorização das licenciaturas presenciais nos Institutos Federais. Pela retomada de experiências de cursos presenciais fora de sede e da pedagogia da alternância, em comunidades com baixa densidade populacional e/ou lugares remotos;
- Pela retomada da abertura de vagas na EJA integrada a EPT nos Institutos Federais.
- Pela dissolução da cultura empreendedora/empresarial e meritocrática na educação brasileira.

AS LIMITAÇÕES NEOLIBERAIS NA LEI Nº 14.945/2024: A MANUTENÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NEOLIBERAIS PARA O “NOVO ENSINO MÉDIO”

No final do mês de julho Lula sancionou a Lei nº 14.945/2024 que reformula aspectos da Lei nº 13.415/2017 do “Novo Ensino Médio”. Para pretensamente distanciar da legislação anterior os anúncios governamentais estão nomeando a nova lei de “Política Nacional de Ensino Médio”.

Na prática a Lei nº 14.945/2024 mantém o estímulo de uma educação dual no Brasil no nível médio, o que referenda e aprofunda as desigualdades culturais, sociais e econômicas de classe. Por mais que a nova legislação garanta a ampliação da carga horária da formação geral dos estudantes, foi mantida a fragmentação curricular com a existência dos itinerários formativos, a possibilidade do uso do EaD em substituição do ensino presencial, a exclusão do espanhol das disciplinas obrigatória e a ausência de uma política de acesso e permanência do estudante robusta que evite a retenção e reprovação.

No âmbito da EPT a situação é mais grave. Por mais que não faça menção ao uso do “notório saber” para recrutar força de trabalho, a nova legislação prevê “parcerias” para a oferta do itinerário profissionalizante com o setor privado. A carga horária da formação geral no itinerário profissionalizante é reduzida se comparada aos outros itinerários, com o mínimo de 2100 horas nos três anos, podendo ser reduzida mais 300 horas da formação geral em caso de componentes curriculares que interligue com a formação profissional, isto é, retornando as 1800 horas proposta na Lei nº 13.415/2017 de Temer.

Nota-se também que o governo Lula não tem como meta na formação profissional de nível médio, apropriar-se da experiência do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais para uma política nacional a ser adotada nas redes estaduais, tanto é que o modelo concomitante é apresentado como uma saída para o itinerário profissional. Também, vários aspectos normativos da Lei nº 14.945/2024 foram delegados ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação – colegiado composto predominantemente por burocratas governamentais e representantes dos empresários da educação – para elaboração de futuras diretrizes nacionais.

DEMOCRATIZAR OS INSTITUTOS FEDERAIS

Infelizmente ainda reina na maioria dos Institutos Federais o autoritarismo dos/as gestores/as e o assédio moral, seja no âmbito das reitorias como nas direções dos *campi*. Passados 15 anos de criação da Rede Federal e das novas autarquias, muitos grupos gestores são das mesmas e velhas mentalidades oligárquicas dos tempos dos CEFETs e das Escolas Agrícolas. Utilizam abertamente dos cargos de confiança, das barganhas, da coerção e da falta de democracia e transparência para perpetuarem no poder.

Em muitos Institutos Federais os gestores não têm pudor em transformar o Colégio de Dirigentes (CODIR) em instância deliberativa burlando a legislação, seja modificando Estatuto e Regimento Interno e/ou na informalidade no cotidiano da gestão. A maioria dos Conselhos Superiores (CONSUP) são órgãos burocráticos de fachada que não discutem políticas públicas, cujo o reitorado tem a maioria dos assentos e a representatividade de cargos eletivos dos segmentos é baixíssima. Nos mais de 600 *campi* no Brasil, muitos Diretores/as atuam como “senhores feudais” absolutistas sem existência ou funcionamento dos conselhos deliberativos com representantes, burlando a Constituição, a LDB e o

atual Plano Nacional de Educação (PNE). A falta de transparência na gestão dos recursos orçamentários e nas ações dos órgãos colegiados é outro fator corriqueiro.

Propomos:

- Que o SINASEFE e suas Seções Sindicais tenham autonomia política frente aos gestores (reitoria e diretores de *campi*), cobrando mais gestão democrática e transparência nos espaços decisórios na instituição;
- Denunciar os Institutos Federais que usam do CODIR como espaço deliberativo. Promover campanha pela ampliação da participação da comunidade no CONSUP;
- Pelos Conselhos Deliberativos nos campi, paritários e eleitos pela comunidade.

EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS COM RESPONSABILIDADE E NÃO VIA AS BARGANHAS ELEITORAIS

É esperado pela sociedade brasileira a expansão das vagas nos Institutos Federais. Entretanto, na lógica de um governo de conciliação de classes e com inúmeros/as gestores/as oportunistas, a expansão tende a ocorrer de forma precária e rebaixando a qualidade educacional das instituições.

Existem muitos reitores reduzindo a carga horária dos cursos do EMI e transformando as licenciaturas presenciais em EaD, para potencializar a abertura de novos cursos e novas vagas, demonstrando uma pretensa “eficiência” na gestão. Parte desses gestores estão desejosos para perpetuar na estrutura administrativa de suas instituições ou estão planejando participar da vida eleitoral em 2024 ou 2026. As eleições municipais em 2024 e a ampliação da base parlamentar de Lula junto a agremiações de centro e de direita, que antes davam a suporte a Bolsonaro, também servem de pressão para a criação de novos *campi* e para mudar a tipologia de *campi* com estruturas pequenas em número de servidores/as. A grande maioria dessas expansões anunciadas não são dialogadas com as comunidades locais e com o conjunto das instituições, são atitudes baseadas nas barganhas palacianas e impositivas.

PROPOMOS:

- Que novas expansões da Rede Federal de Educação esteja a serviço dos interesses dos/as trabalhadores/as, que seja dialogada com as comunidades e não usadas como ferramenta de barganha de gestores oportunistas ou de parlamentares desejos por reeleições ou para agradar seus apadrinhados políticos nos municípios;
- Que novas expansões da Rede Federal de Educação ocorram com a recomposição orçamentária das instituições e com os devidos concursos para novos servidores/as.

Assinam: Lucas Barbosa (Seção Brasília); Matheus Pontes (Seção Cáceres); Gabriel de Melo Neto (Seção Urutai).

06 - Luta pela Educação Pública: Combate à Plataformização, à Privatização e à Expansão das Escolas Cívico-Militares

Eixo: Educação

Palavras-chave: plataformização; escolas cívico-militares; privatização.

Defesa da Educação Pública, Laica, Civil e de Qualidade

A educação pública enfrenta uma conjuntura crítica que põe em xeque seus pilares fundamentais: a laicidade, a autonomia e a qualidade. Observa-se uma tendência crescente de mercantilização e militarização das instituições de ensino, o que representa um desafio direto à concepção de educação como um direito social inalienável. A contratação de serviços por meio de ONGs ligadas a interesses religiosos, a imposição de sistemas digitais que monitoram e condicionam o trabalho pedagógico, e a emergência de escolas cívico-militares refletem uma ameaça multifacetada à democracia educacional. Este cenário exige uma resposta articulada e enérgica, não somente para salvaguardar o legado educacional forjado ao longo de décadas, mas também para garantir que a educação permaneça um espaço de liberdade, de reflexão crítica e promotora da emancipação social.

Um exemplo emblemático das tensões que permeiam o campo social e sua interface com a esfera pública é observado no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A contratação de Organizações Não Governamentais (ONGs) como prestadoras de serviço, frequentemente associadas a igrejas neopentecostais e estruturadas como comunidades terapêuticas, tem sido apontada como uma regressão preocupante. Tal prática se assemelha a uma retomada de políticas com viés manicomial, ameaçando desarticular o SUAS e seus propósitos fundamentais de inclusão e proteção social.

No que diz respeito à educação pública, os casos de São Paulo e do Paraná merecem atenção especial. Além das questões trabalhistas, como a contratação precária e as condições salariais desfavoráveis que obrigam os educadores a assumirem múltiplas funções e extensas jornadas de trabalho, há outro fator preocupante emergindo. As escolas estão cada vez mais dependentes de softwares adquiridos por meio de consultorias e fundações, o que compromete a liberdade de cátedra e a autonomia funcional dos profissionais da educação. Esses softwares, que refletem o fenômeno da "plataformização da educação" descrito por Van Dijck e Thomas Poell (2018), integram plataformas digitais nos processos educativos. Eles não apenas gerenciam as atividades escolares, mas também monitoram e coletam dados detalhados sobre as práticas de ensino e aprendizagem. A vigilância imposta por esses sistemas pode resultar em intervenções diretas na seleção de conteúdos, abordagens pedagógicas e avaliações, reforçando um modelo de capitalismo de vigilância que extrai informações valiosas para fins lucrativos. A possibilidade de recontração ou a ameaça de rescisão contratual tornam-se instrumentos de controle, contribuindo para uma atmosfera de insegurança e submissão que desrespeita a essência da prática educativa.

No âmbito da rede estadual de ensino do Paraná, evidencia-se uma prática que ilustra a crescente dependência tecnológica e a vigilância nas práticas pedagógicas. Professores são compelidos a aderir a um sistema digital que dita uma rotina rígida: aulas devem ser iniciadas seguindo um planejamento

pré-estabelecido, com conteúdos e atividades fixados antecipadamente. Durante as aulas, o software em questão é monitorado em tempo real por gestores externos, vinculados a empresas de consultoria privadas. O controle sobre a presença estudantil é realizado através de métodos invasivos, como fotografias da sala de aula e reconhecimento facial, gerando dados imediatos sobre a frequência e engajamento dos alunos. Tal cenário não apenas impõe uma padronização engessada do ensino, como também negligencia a infraestrutura necessária, uma vez que estudantes e profissionais da educação frequentemente precisam recorrer a seus próprios dispositivos móveis para acessar essas plataformas, evidenciando uma lacuna entre a inovação tecnológica e as condições reais de implementação.

Adicionalmente, uma nova frente de privatização emerge com a delegação da administração escolar a empresas, fundações e organizações sociais, o que subverte os princípios democráticos no ambiente educacional. Essa medida desmantela práticas participativas, como a eleição de diretores e a atuação dos conselhos escolares, e concede a essas entidades privadas poder sobre a contratação do corpo docente, rompendo o vínculo com o interesse público e transformando o Estado em mero supervisor contratual.

Esse cenário de privatização e controle não se limita ao Paraná; observa-se uma tendência nacional, com São Paulo como outro exemplo significativo. A implementação de escolas cívico-militares em São Paulo, sob a liderança de um secretário estadual que anteriormente dirigiu a educação no Paraná, indica uma estratégia coordenada. Estas escolas, embora sob a égide do setor público, operam com uma lógica que desconsidera o interesse público, refletindo uma mentalidade autoritária e corporativista que desvia recursos e atenção do ensino público civil, democratizado e inclusivo. Tal modelo de gestão educacional, alinhado com interesses econômicos e políticos poderosos, ameaça a autonomia educacional e a própria essência da educação pública como um direito social e um espaço de formação cidadã.

Quanto às escolas cívico-militares, notamos um avanço para um contexto de uma gestão educacional progressivamente militarizada, observa-se um desequilíbrio notório: militares, desprovidos de formação pedagógica específica e frequentemente aposentados, detêm remuneração substancialmente mais elevada do que o corpo docente civil e exercem um poder desproporcional dentro das instituições escolares. Tal situação não só desconsidera a necessária gestão democrática e a autonomia de diretores civis e conselhos escolares, mas também impõe uma cultura de uniformidade e rituais que se sobrepõem às práticas pedagógicas democráticas e participativas. A influência direta desses agentes sobre os estudantes, moldando comportamentos e perspectivas, representa uma ameaça à diversidade de pensamento e à construção de um ambiente educacional inclusivo e aberto.

Essas escolas cívico-militares, por sua concepção e regulamentação, evidenciam uma tendência discriminatória, focando em áreas socialmente vulneráveis e impondo uma ideologia ultraconservadora e ultraliberal que conflita diretamente com o interesse público. Subvertem, assim, o princípio da gestão democrática, direito social assegurado pela CF/ 1988 e pela LDB. Tal modelo não apenas fomenta um clima propício a atos de violência, como também desprepara os responsáveis pela educação para as complexidades do ambiente escolar e para o delicado processo de ensino-aprendizagem.

Apesar de pareceres da AGU e apontamentos do STF terem declarado a inconstitucionalidade da implementação de escolas cívico-militares em âmbitos estadual e municipal, tal medida não foi suficiente para erradicar essas instituições. Pelo contrário, elas persistem em sua expansão pelo país,

desafiando a legislação vigente e contrariando a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Paralelamente aos desafios enfrentados, conquistamos avanços significativos, como a revisão de aspectos críticos da Reforma do Ensino Médio, a elevação do mínimo de horas para a Formação Geral Básica e a reintegração de disciplinas fundamentais. No entanto, esses sucessos são pontuais e ainda não abrangem todas as necessidades educacionais, como a obrigatoriedade do ensino de Espanhol, que permanece pendente. O veto do presidente Lula foi importante para evitar que o ENEM incorporasse elementos dos itinerários formativos, o que teria sido desastroso para os estudantes mais pobres, em especial para a população negra, no acesso ao ensino superior.

Entretanto, a luta pela qualidade educacional enfrenta outros obstáculos, como a autorização de lecionar a indivíduos com notório saber, a manutenção das referências à Base Nacional Comum Curricular e a permissão para ensino mediado por tecnologias, o que fragiliza a educação, sobretudo em regiões rurais, além de abrir espaço para projetos privatizantes que ameaçam a educação pública.

A situação se complica ainda mais com a incursão do Conselho Regional de Educação Física (CREF) nas escolas, uma intervenção que se mostra inconstitucional e que, ao invés de proteger os profissionais, contribui para a mercantilização da educação. Os professores de Educação Física, detentores de formação especializada e empenhados em uma perspectiva educativa que transcende o movimento físico e abraça uma visão crítica e inclusiva, enfrentam a imposição de um órgão que prioriza a acumulação de recursos financeiros em detrimento da promoção de condições laborais justas e da salvaguarda da educação como bem público. Esses docentes, formados em licenciatura e aprovados em concursos para atuar nas escolas, se preparam para promover uma Educação Física que vá além da atividade física pura e simples, visando uma abordagem histórico-crítica dos temas da cultura corporal. Isso engloba a compreensão histórica desses temas, a inclusão de diversos corpos, com suas diferentes capacidades, e a superação dos estereótipos impostos pelos meios de comunicação e pelo culto ao corpo como mercadoria.

Neste cenário, é essencial que a regulação do trabalho docente seja atribuição dos órgãos vinculados à Educação. A intrusão do CREF, com suas cobranças de taxas, é um sintoma do projeto neoliberal que visa desencorajar novos professores e desestruturar a Educação Física histórico-crítica. Esta perspectiva reforça a necessidade de uma luta contínua por uma educação de qualidade, a qual inclui a retirada do CREF das escolas, como parte de um esforço maior para preservar a educação pública, laica e de qualidade.

Conclusão e sugestões de linhas de ação

Diante do cenário complexo e desafiador que ameaça a educação pública, torna-se imperioso fortalecer a resistência e a articulação em defesa de um sistema educacional laico, civil e de qualidade. As vitórias parciais obtidas, como a revisão de aspectos críticos na Reforma do Ensino Médio, evidenciam a potência da mobilização coletiva. No entanto, é crucial manter a vigilância contra as ameaças representadas pela plataformização, a privatização e a expansão das escolas cívico-militares, que comprometem a democracia educacional e a autonomia das instituições de ensino. A luta pela desmercantilização da educação e pela garantia de uma gestão democrática nas escolas é essencial para assegurar uma educação que seja um direito de todos e um instrumento de transformação social. A retirada dos conselhos fiscalizadores das escolas e a oposição a qualquer

forma de controle ideológico ou econômico sobre a educação são medidas fundamentais para a preservação do caráter público e emancipador da educação. Este compromisso com a educação pública é, acima de tudo, um investimento no futuro da sociedade e na construção de uma cidadania plena e emancipatória.

Frente ao panorama apresentado, sugere-se algumas iniciativas a seguir:

- **Mobilização e Conscientização:** Realizar campanhas de conscientização entre os profissionais da educação, comunidade escolar e população, destacando os riscos da plataformização, da privatização e da influência militarizada nas escolas.
- **Articulação Política:** Fortalecer alianças com outros sindicatos, movimentos sociais e parlamentares comprometidos com a educação pública para criar uma frente unida contra as políticas de precarização e privatização.
- **Formação Continuada:** Promover seminários para os profissionais da educação focados na resistência às imposições tecnológicas e na defesa da autonomia pedagógica.
- **Diálogo com a Comunidade:** Estabelecer canais de comunicação com estudantes, pais e responsáveis para criar um movimento de base em defesa da escola pública.
- **Monitoramento de Contratos:** Acompanhar e denunciar contratos de gestão que terceirizam a educação e comprometem a qualidade e a democracia nas escolas.
- **Defesa dos profissionais da educação:** Lutar pela valorização dos profissionais da educação, com melhores salários e condições de trabalho, além de garantir a estabilidade e o direito à aposentadoria justa.
- **Denúncia Internacional:** Articular com organizações internacionais para denunciar as violações aos direitos educacionais e buscar apoio externo.
- **Campanhas de Imprensa:** Utilizar os meios de comunicação para expor as consequências negativas das políticas de privatização e plataformização da educação.
- **Ações Diretas e Manifestações:** Apoiar manifestações, greves e outras formas de ação direta para pressionar governos e autoridades educacionais.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam esta tese

Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)

Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)

Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)

Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)

Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)

Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)

Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)

- Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)
- Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)
- Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)
- Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
- Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
- Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
- Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
- Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
- Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
- Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
- Aluísio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
- Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
- Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
- Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
- Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
- Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
- Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
- Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
- Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
- Andre Sarmiento (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)

Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)

Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)

Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)

Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)

Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)

Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)

Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

07 - Militarização das escolas: uma ameaça à Educação Brasileira

Eixo: Educação

Palavras-chave: educação; militarização; projeto da extrema-direita.

Introdução

Não é de hoje que a concepção de uma educação calcada em valores militares é propagada como um exemplo de excelência no contexto brasileiro. Instituições de ensino básico como as que fazem parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), administrado pelo Exército, assim como outros colégios administrados pela Marinha e pela Aeronáutica, gozam de grande renome em suas sociedades locais. Somada a tal reputação em relação ao ensino existe a noção de que o alunado dessas escolas é mais disciplinado do que o das escolas administradas por civis. Diante disso, a procura por uma vaga nessas instituições é alta, mesmo por parte da população que não tem nenhuma familiaridade com o militarismo.

Entretanto, servidoras e servidores civis lotados em tais instituições têm uma visão diversa dessa tipicamente disseminada: tais noções são compreendidas como falácias. Os colégios de ensino básico administrados pelas Forças Armadas representam, na realidade, projeto extremamente nocivo para a educação brasileira e para a construção da cidadania tendo como paradigma o estado democrático de direito. Como já apontado em tese apresentada no 34º CONSINASEFE, intitulada “Civilizar os Colégios Militares”, trata-se de um projeto com ideário reacionário, e, portanto, avesso a princípios democráticos. Seu programa busca a manutenção de privilégios de uma espécie de “casta superior” do serviço público e, apesar de ser mantido pelo erário público, funciona seguindo uma lógica privada, pois visa atender um público específico. Além de reproduzir contextos danosos à democracia, tais instituições são concebidas como modelo pela extrema-direita em seu projeto de militarização das escolas.

Apontaremos, a seguir, características e realidades dessas escolas, para depois sugerir possíveis ações por parte do SINASEFE para contrapor tal projeto. Com isso, buscamos alertar as companheiras e os companheiros dos Institutos Federais: caso a extrema-direita volte ao poder, as realidades vividas por nós do MD poderão se tornar suas realidades!

A realidade dos servidores das Instituições de Ensino Básico administradas pelo MD

Devido à noção de hierarquia dentro das Forças Armadas, há praticamente ausência de espaços para a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão. Instâncias deliberativas e consultivas típicas dos Institutos Federais, como os diferentes Conselhos, simplesmente inexistem. As decisões são tomadas por militares sem formação e/ou preparo para atividades relacionadas à

educação, baseadas muitas vezes em suas opiniões pessoais, e impostas de cima para baixo. Portanto, o conceito de gestão democrática, previsto pela LDB, não é seguido.

Com isso, o professor EBTT praticamente não tem autonomia em sua prática, sendo obrigado a seguir não apenas programas, mas até mesmo a maneira como ministram tais programas, tudo de forma impositiva. O docente se torna um mero “aplicador” ou, em piores termos, “dador” de aulas.

A ausência de autonomia do servidor lotado no MD concretiza-se de forma ainda mais restritiva na censura em relação àquilo que pode abordar em sua prática. Dentre os temas proibidos, apesar de serem previstos em legislação educacional, estão questões como preconceito racial, preconceito de gênero, preconceito em relação a sexualidade e identidade sexual, assim como assuntos políticos de forma geral, principalmente se tangenciarem qualquer coisa relacionada a ideais progressistas, socialistas e/ou comunistas.

A censura se concretiza, também, em avaliações, que são alteradas sem a prévia anuência de seus autores. Além disso, servidores que expressam suas visões políticas (quando contradizem aquela assumida pelas Forças Armadas, que, por sua vez, legalmente falando, são proibidas de assumir um posicionamento específico), sofrem sindicâncias. Uma simples menção a uma iniciativa popular como o MST já é o suficiente para que servidores sejam sujeitados a processos de sindicância. No caso do SCMB, existe uma lista prévia de livros didáticos e paradidáticos que são permitidos. Caso um docente escolha usar livro paradidático que não consta na lista, este não poderá ser adotado. A liberdade de cátedra, prevista na LDB, é, portanto, ignorada no MD.

Tal liberdade tampouco existe quando o servidor busca capacitação. Os gestores militares constantemente impõem dificuldades para servidores cursarem estudos de pós-graduação ou participarem de eventos acadêmicos, se estes não forem oferecidos pelas Forças Armadas. Não nos referimos à licença capacitação, mas à simples liberação de parte do expediente para poder cursar as disciplinas de um determinado curso de pós-graduação. Tais gestores tampouco compreendem que as horas dedicadas a pesquisa e capacitação devem ser contabilizadas como horas efetivamente trabalhadas, mesmo sendo a carreira EBTT baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Se não há liberdade para as questões acima mencionadas, muito menos haveria para a atividade sindical. O servidor enfrenta dificuldades ao negociar licenças para participar de eventos sindicais. A simples atuação sindical gera perseguição: sofremos sindicâncias até mesmo por expormos opiniões contrárias a práticas dos colégios em ambientes externos, quando no exercício de nossa militância política e sindical. Como divulgado pelo SINASEFE, houve caso de companheiro exonerado de colégio da Aeronáutica por conta de perseguição por sua atuação sindical.

Diante de uma realidade como a aqui apresentada, com hierarquia rígida e repreensões por comportamentos que fogem ao que é determinado como padrão, há de se reconhecer que é impossível pensar em isonomia. Se no próprio meio militar há diferenciação de tratamento entre oficiais de alta patente, oficiais de baixa patente e suboficiais, não é surpresa saber que há claro favorecimento de militares sobre civis. Ademais, como esperado em instituições de pensamento declaradamente conservador, tanto o machismo quanto o racismo, além do preconceito contra LGBTQIAPN+, presentes de forma estrutural em nossa sociedade, são normalizados. Entre os servidores civis há também tratamento desigual, ferindo o princípio de isonomia. Nota-se que os civis que se alinham aos valores das Forças Armadas recebem benesses que são geralmente negadas aos que não se alinham.

Ainda tratando de violação de direitos e falta de isonomia, pode-se mencionar mais alguns casos. Existe a obrigação de usar uniformes sem que estes sejam ofertados pelas instituições, ao passo que militares recebem o auxílio-fardamento. Outra ilegalidade comum está no fato de que docentes são constantemente instados a produzir material didático e disponibilizá-lo em ambientes virtuais de ensino, sendo tal material compartilhado e usado por outros profissionais sem autorização expressa de seus autores, violando o direito de propriedade intelectual. Além disso, docentes são instados a produzir avaliações centralizadas para o sistema inteiro, sem que recebam a devida gratificação por tal trabalho extra. Algumas das instituições exigem que servidores façam trabalhos que não são de suas competências, para os quais não foram treinados formalmente, constituindo flagrante desvio de função. Um dos casos de abuso administrativo mais sérios aconteceu no âmbito da Marinha, que se negou, até pouco tempo atrás, a pagar o auxílio-alimentação aos servidores. Soma-se a tais abusos e ilegalidades o *modus operandi* das Forças Armadas: burocracia em demasia, além de prazos inexecutáveis em relação a tarefas extras que surgem na rotina do servidor, como, por exemplo, montar uma avaliação inédita com menos de 4 horas para o fim do expediente.

Tudo isso provoca desgaste das relações de trabalho e deterioração da saúde mental e física dos servidores. Diante de tal realidade, muitos optam por uma atitude de não enfrentamento, com receio de passarem por retaliações. Os poucos que se opõem a tais mandos e desmandos passam a sofrer pressões de todo o tipo. Tanto sindicâncias quanto notas baixas em avaliações funcionais se tornam instrumentos de retaliação contra os servidores que se posicionam contra os abusos dos gestores dessas instituições.

Outro problema bastante sério desses colégios reside no fato de que são transformados em cabides de emprego para militares aposentados. Tais instituições contam com um alto contingente de militares da reserva, que nem sempre têm formação na área de educação, mas que são empenhados como docentes temporariamente, ganhando dinheiro extra, sem ter a obrigação de realizar o mesmo trabalho feito por docentes civis. São contratados com dinheiro público, por escolha pessoal dos gestores, sem passar por nenhum tipo de concurso, diferentemente dos concursos para servidores temporários dos institutos federais. Além disso, por geralmente serem de patentes altas, há o costume de não contradizer esses contratados e de tratá-los de maneira diferente da que são tratados os servidores civis, mais uma vez ferindo o princípio de isonomia do serviço público.

Estes são alguns poucos exemplos dos abusos a que são expostos os servidores civis nas instituições de educação básica administradas pelo Ministério da Defesa. Não é surpresa que vários servidores adoçam e tenham que se licenciar diante do que sofrem cotidianamente. Muitos desenvolvem doenças crônicas, instabilidades emocionais e, em última instância, doenças que acabam por ceifar suas vidas.

A realidade do alunado das Instituições de Ensino Básico administradas pelo MD

Além de todas as questões mencionadas na seção anterior, existe uma gama de problemas a que o alunado das instituições retratadas nesta tese é sujeitado, o que contribui para uma formação educacional e cidadã distorcida.

Um dos principais valores seguidos é a meritocracia, baseada na noção de esforço individual, tão cara ao pensamento neoliberal. Os menores são educados em um sistema que estimula a competitividade de forma exagerada e, portanto, gera distorções de valores. Alunos tentam de tudo para estarem em

posições altas no *ranking*. Isso sem contar o favorecimento de alguns alunos, filhos de militares de alta patente e renome na força, em detrimento de outros, geralmente filhos de suboficiais.

Alunos são tratados como se fossem militares, sendo expostos a práticas extremamente reprováveis, no momento de formação de suas subjetividades. Diariamente são inspecionados quanto à sua apresentação pessoal: corte de cabelo adequado, uniforme em boas condições, unhas que não podem ser pintadas com cores fortes, dentre outras coisas. As alunas negras, por sua vez, são constantemente constrangidas, principalmente se usam penteados de origem afro, pois as boinas foram criadas pensando no padrão de cabelo das alunas brancas, não se encaixando no padrão que as negras podem escolher usar.

Além da questão dos uniformes, há problemas ainda mais graves, como os valores incutidos nas mentes dos alunos. Menores são ensinados a cantar hinos com letras incitando à violência ou a bradar palavras de ordem com conteúdo altamente agressivo. Em dias comemorativos às armas, pode-se ver alunos marchando carregando rifles e instrumentos usados para agredir. Isso é considerado tão corriqueiro que as próprias instituições postam imagens em suas redes sociais, com alunos trajando fardas de batalhões de choque, empunhando cassetetes e escudos, como se estivessem partindo para cima de manifestantes. O clima bélico, contrário aos valores democráticos, é constantemente fomentado.

Quando se trata de questões de educação inclusiva, as instituições retratadas nesta tese também são bastante insuficientes. Não há profissionais formados ou sequer treinados para lidar com as demandas que surgem. Tais demandas, por conseguinte, são jogadas para os docentes, que, mesmo sem o devido treinamento para tal, buscam remediar os problemas que surgem.

Uma das questões mais graves diz respeito ao número de vagas abertas para ampla concorrência. A maioria absoluta (cerca de 90%) do corpo discente do SCMB, por exemplo, é composto por dependentes de militares, que entram por vias de ingresso que não são as mesmas vias que candidatos que não têm relações militares. Se essas instituições são mantidas pelo erário público, pago pelos impostos do povo brasileiro, deveriam prover serviços para o público, independentemente de sua ligação com membros das Forças Armadas. Os recursos públicos são, assim, utilizados para a manutenção de um projeto cuja concepção e aplicação funcionam pela lógica privada, projeto este que serve, em última instância, para manter os privilégios de uma suposta “casta superior” do serviço público. Não é à toa que muitos dos alunos que se formam nas instituições de educação básica administradas pelo MD adentram a carreira militar. De acordo com a Revista Sociedade Militar, apenas para citar uma estatística, por volta de 43% dos cadetes formados na AMAN, Academia que forma os oficiais do Exército, são filhos de militares.

Conclusão e sugestões de linhas de ação

Considerando os seguintes fatos: (1) os servidores civis lotados nas instituições de educação básica administradas pelo Ministério da Defesa constituem-se em base do SINASEFE; (2) esses servidores têm vivência e acúmulo suficiente sobre as realidades vividas em tais instituições; (3) o presente Congresso do SINASEFE formará, enfim, pasta e comissão para tratar de assuntos relacionados a esses servidores, iniciativas aprovadas no 35º CONSINASEFE; e (4) o projeto da extrema-direita de militarização do ensino continua vivo e forte – salienta-se a urgência que o SINASEFE deve promover às pautas de servidores lotados nessas escolas. Nesse sentido, sugere-se algumas iniciativas a seguir:

- 1) A DN deve fortalecer e trabalhar de forma integrada com pasta e comissão do MD, dando a devida importância a suas pautas;
- 2) Pasta e comissão do MD devem trabalhar em conjunto com AJN, visando conscientizar a base do MD sobre seus direitos;
- 3) Pasta e comissão do MD devem pensar em conjunto com AJN em ações judiciais para mover contra as instituições referidas nesta tese em nível nacional;
- 4) Pasta e comissão do MD devem trabalhar em conjunto com a Coordenação Jurídica, montando guia para divulgar à base do MD mostrando como lidar com situações de abuso;
- 5) Pasta e comissão do MD devem abrir canal para denúncias sobre ilegalidades ocorridas em instituições do MD;
- 6) Deve-se iniciar Grupo de Estudos *online*, já aprovado em plena, sobre legislação para servidores do MD, com participação da Coordenação Jurídica quando possível;
- 7) A DN deve empreender ações para conscientizar e mobilizar a base do MD em relação à atividade sindical, fomentando encontros voltados a estes servidores;
- 8) Pasta e comissão do MD, em conjunto com a DN, devem participar ativamente das discussões e busca por soluções aos problemas do MD relatados no ESCIME.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam esta tese

Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)

Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)

Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)

Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)

Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)

Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)

Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)

Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)

Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)

Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)

Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)

Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)

Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)

Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)

- Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
Alúcio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)
Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
Andre Sarmiento (Seção IFBA/CMS – 1M)
Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)
Dhiego Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)
Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)
Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)
Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)

Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)
Juliene Kely Zanardi (Seção SINASEFE CMRJ)
Flávio dos Santos Barbosa (Seção CMR/EAMPE)
André de Holanda Sarmiento (Seção IFBA/CMS)
Thiago Maciel de Oliveira (Seção CMB)
Karla Simões de Andrade Lima Bertotti (Seção CMR/EAMPE)
Beatriz Rietmann da Costa e Cunha (Seção SINASEFE CMRJ)
Jorge Otte (Seção SINASEFE IFSC – EAMSC)
Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS)
Manoel José Porto Júnior (Seção IFSul)
Jorge Bastos (Seção SINASEFE CMRJ)
Maria Helena C. N. Grillo (Seção SINASEFE CMRJ)
Mirian Loureiro (Seção SINASEFE CMRJ)
Tatiane Martins (Seção SINASEFE CMRJ)
Maurício Mendes (Seção SINASEFE CMRJ)
Claudio H. Afonseca (Seção SINASEFE CMRJ)
Carlos Alberto Genz (APROFCMPA)
Gabriel de Oliveira Rodrigues (APROFCMPA)
Lissa Fontenele (SINDSIFCE)
Tânia Regina Barbosa de Sousa (Seção IFS)
Vanessa J. R. do N. Mandriola (ASSINES-SIND)
Mariana Magno Lessa Ribeiro (SINASEFE IFFluminense)
Fernando Moraes de Oliveira (SINTIFRJ)
Edmar da Rocha Marques (SINDSCOPE)
Roberta Ribeiro Cassiano (SINTIFRJ)
Cynthia Mattosinho (Seção IFS)
Antonio Paim (APROFCMPA)
Silvana Pacheco (APROFCMPA)
Ricardo Artur Fitz (APROFCMPA)
Liliane Gruber (APROFCMPA)
Leandro Batista da Silva (APROFCMPA)

Maria Helena Gravina (APROFCMPA)
Maria da Graça Peccin (APROFCMPA)
Renata Vaghetti Ocacia (APROFCMPA)
Suzana Gutierrez (APROFCMPA)
Ricardo Castillo (APROFCMPA)
Paulo Jardim (APROFCMPA)
Ricardo Tixa (Seção IFMG)
Joilson Cruz da Silva (Seção IFBA/CMS)
Rafael Bernardo Silveira (Seção IFC)
Glábia Dutra (Seção IFMG)
Décio Marchi (Seção IFMG)
Pedro Peixe (Seção IFMG)
Wallison Madeira (Seção IFMG)
Sônia Regina Adão (Seção SINASEFE IFSC)
Xavier Filho (Seção IFMG)
Janice Queiroz de Pinho Gonçalves (Seção IFMG)
Marcelo Tavares Garcia (Seção SINASEFE IFSC)
Sônia Moura (Seção IFRN)

08 - Educação: Balanço da greve e necessidade de organizar a luta em defesa da Educação Pública

I – Introdução

O 36º Congresso do Sinasefe ocorre sob um profundo agravamento da crise na Educação. Apesar das promessas do governo Lula de melhorias na educação, o que vimos é a política de continuidade dos cortes de orçamento, congelamento de salários, manutenção das contrarreformas e avanço de novas, como a aprovação da Reforma Tributária, e a retomada da ameaça de Reforma Administrativa, que serve principalmente para atacar a estabilidade dos servidores públicos. A aprovação do Novo Ensino Médio (NEM), mostrou a impossibilidade de defesa da educação e revogação das contrarreformas pelo governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin.

Este Congresso deve discutir e organizar um plano de lutas de defesa da Educação pública, que representa a defesa das condições de trabalho e de estudo. 2024 foi marcado pela greve histórica da Educação federal. Tinha como principal pauta: a recomposição salarial e do orçamento dos Institutos Federais (IFs) e Universidades Federais; reestruturação das carreiras, principalmente dos técnicos administrativos em educação (TAEs), que sofreram uma perda salarial de mais de 50%. Para aprovar um novo plano de lutas, é necessário fazer um balanço da greve, que foi tão forte, mas que não foi capaz de derrubar o “0% em 2024”, e que encerrou prematuramente sob um acordo rebaixado, e sob o abandono das pautas que unificam a categoria com os estudantes e, sob o abandono da pauta que atende aos aposentados.

O RSC para os TAEs, como forma de tentar diminuir as disparidades salariais entre eles e os docentes, ainda não tem critério estabelecido. A portaria 983/20, foi revogada e substituída pela 750/24. Na portaria revogada era estabelecida a carga horária de aula mínima 14h/semana, na nova portaria a carga horária mínima foi reduzida para 10h/semana, mas o ministro Camilo Santana trouxe uma armadilha de carga horária máxima de 20 h/semana. Ainda enfrentamos a carga de aulas contabilizada em horas e não por tempo de aula, isso significa que estas 20 horas não serão 20 aulas por semana. Por exemplo, se a aula tem 45 minutos, cada professor terá que ministrar no mínimo 14 aulas semanais para alcançar o mínimo. Se consideramos a continuidade da defasagem orçamentária, principalmente após o recente congelamento de 15 bilhões anunciados pelo governo, a pressão será para os professores assumirem a carga horária máxima permitida, o que pode chegar a 27 aulas por semana. Apesar deste quadro, as direções sindicais ainda comemoram a “vitória” da greve, enquanto uma parcela da base viu que era possível arrancar mais do governo. Por isso, é importante que o 36º faça um balanço da disposição de luta das bases, da inflexibilidade do governo em negociar com a categoria e da política governista das direções sindicais na greve deste ano. Este balanço deve servir para reafirmarmos que os trabalhadores e estudantes só podem seguir em defesa da educação sob os métodos próprios de luta, os métodos de ação direta (greve, bloqueios de ruas e avenidas, paralisações) em unidade com outras categorias que também sentem a destruição dos direitos e a defasagem salarial - isso se choca com qualquer governo, por isso a importância de um balanço que expresse a defesa de um plano de lutas com independência de classe.

II – Balanço da Greve para fortalecimento da luta do Sinasefe para próximo período

A greve foi aprovada e impulsionada pelo intenso ataque aos salários e direitos dos servidores, com grande mobilização das bases. A pressão pela greve iniciou quando o governo se mostrou inflexível para atender a campanha salarial de 2024. A primeira proposta protocolada pelo Fórum de Entidades

Federais dos Servidores (Fonasefe), em relação à pauta salarial, solicitava recomposição de 53,05% (TAEs) e 39,82% (docentes), considerando as perdas de julho de 2010 até 2023. Conforme o governo foi mostrando sua inflexibilidade, as direções foram rebaixando a pauta, em vez de convocar a base para defender seus salários com a luta. Assim, passou-se a considerar as perdas apenas do período do governo Temer e Bolsonaro (de 2016 a 2023), solicitando índice de 34,32% para os TAEs e 22,71% para os docentes, ambos em 3 parcelas (2024, 2025 e 2026).

O parcelamento leva a um acúmulo de perdas e representa uma adaptação às metas fiscais, que atuam para sucatear o serviço público e o salário dos servidores. Por isso, expressa que as direções sindicais tentaram facilitar o atendimento da pauta pelo governo, que em dezembro de 2023 reafirmou “reajuste zero em 2024”. Enquanto isso, concedeu generosos índices a setores das polícias. Isso fez com que aumentasse o descontentamento da categoria. No 35º Consinasefe a base tirou como plano de luta a construção da greve para o primeiro semestre de 2024.

Chantagens do governo contra a greve e necessidade de combater o divisionismo entre TAEs e docentes

A greve iniciou com os TAEs das universidades federais, base da Fasubra, em 11 de março deste ano, seguida pela adesão dos TAEs e docentes dos IFs, base do Sinasefe, em 03 de abril e em 15 de abril aderiram à greve os docentes das universidades federais (Andes, algumas seções do Proifes e autônomos). Somente pelo Sinasefe, foram 562 campi parados, mais de 80% de adesão.

O governo atuou com a imposição do divisionismo da categoria, que foi acatado pelas direções sindicais. Em 10 de abril o governo ofereceu um acordo, que não trazia nada de novo quanto ao atendimento da pauta, visto que o aumento dos auxílios já havia sido oferecido em dezembro de 2023. Mas, o governo fez uma chantagem ao vincular a concessão do ajuste dos auxílios à assinatura de um termo que dividia a mesa de negociação, até então conjunta entre docentes e TAEs. As direções sindicais, como a do Sinasefe afirmaram não ter problema em assinar o termo, pois continuaríamos em greve, mas isso deu uma vantagem ao governo que passou a negociar separadamente com os servidores. O argumento em defesa de uma mesa de negociação dividida, era que assim poderia favorecer aos TAEs, que acumulam mais perdas do que os docentes. Assim, a assinatura deste acordo foi defendida pelos coletivos que compõem majoritariamente a direção nacional, Pão e Rosas e 1º de maio, além do Sinasefe para Lutar (SPL), o que levou à aprovação da assinatura deste termo divisionista em Plenária Nacional do Sinasefe. A assinatura deste termo foi feito pelo Sinasefe, Fasubra e Proifes. Mas, o que se viu na primeira reunião setorial foi que o governo ofereceu aos TAEs cerca de metade do valor oferecido aos docentes para repor as perdas. Assim, a divisão nem favoreceu ao atendimento da pauta específica dos TAEs, e ainda mostrou a astúcia do governo, que tentou fragilizar a greve favorecendo os docentes quando percebeu que a greve avançava com a paralisação de aulas das universidades. E, as “negociação” nas mesas setoriais se mostrou como instrumento de enrolação, divisão e enfraquecimento do movimento.

Proifes: entidade fantoche do governo

Em 30 de abril a Proifes, entidade fantoche do governo, apresentou uma contraproposta que misturava reajustes com alterações na carreira. O governo, que certamente a formulou em conjunto, passou a adotá-la como base, fazendo malabarismo com números e inflando os índices de reposição. Autoritariamente o governo deu um ultimato e anunciou o fim das negociações de forma unilateral. As bases reagiram com força redobrada, as assembleias recusaram massivamente a proposta de

reajuste 0% em 2024, que penaliza ainda mais os aposentados. Os docentes dos poucos sindicatos federados à Proifes se rebelaram contra suas diretorias e inclusive com movimento de desfiliação da federação sabotadora. A força da Proifes não está nele próprio, mas no fato de ser um braço do governo federal. Não há como repudiar a Proifes sem denunciar a ação antissindical do governo Lula/Alckmin.

Governismo das direções impõe fim prematuro da greve

As contrapropostas que foram sendo construídas expressavam o abandono da pauta que levou ao início da greve pelas direções sindicais. Utilizavam o ultimato do governo para justificar o rebaixamento. Assim, a contraproposta construída em 23 de maio aceitava o reajuste zero em 2024. A justificativa era a necessidade de ter algo para ser negociado em 27 de maio, mas o governo só enrolou na reunião e afirmou que seria a última. Em 03 de junho, o movimento respondeu ao ultimato com atos nos estados, alguns mais radicalizados, com bloqueios de avenida. Isso forçou o governo a marcar novas reuniões com TAEs (11 de junho) e docentes (14 de junho). No dia 10 de junho, Lula se reuniu com reitores para pressionar pelo fim da greve, em seu discurso de ataque falou para os dirigentes sindicais terem coragem de terminar a greve. As direções já estavam seguindo orientação para o fim da greve, a semana do dia 10 de junho não houve atos massivos em Brasília, o chamado às caravanas por parte dos CNGs não foi atendido pelas seções. Desta forma, o dia 11 de junho, que além da negociação com os TAEs teve votação do NEM, se deu sem a pressão de um ato nacional nas ruas de Brasília.

Nas reuniões de 11 de junho, a única alteração salarial oferecida foi o aumento de 1,5% de reajuste salarial em 2025 para os TAEs. Em 14 de junho nada foi alterado em relação à pauta docente. Em ambos, manteve-se o reajuste zero em 2024. E, o acordo que colocou fim à greve em 27 de junho manteve estes índices. Assim, o grito de “chega de lero, lero 0% eu não tolero”, foi abandonado.

Contribuiu com o isolamento da greve o fato das direções das centrais sindicais e sindicatos não atuaram para impulsionar um movimento geral que levasse a uma unidade entre os servidores da educação e outras categorias. Não foram convocadas plenárias unificadas em defesa da educação pública, pela revogação das contrarreformas, em defesa dos salários e dos direitos. A força de um movimento unificado com outras categorias barraria o corporativismo das direções governistas, que enterraram o movimento com uma negociação extremamente rebaixada, com uma reposição salarial que não corrige nem a inflação dos 4 anos de governo, muito aquém da força que a greve ainda tinha, e ainda sob o acordo de não fazer greve durante este governo.

Abandono da unidade com estudantes e ausência das direções estudantis

A greve da educação levou à adesão de parte dos estudantes, principalmente nas universidades. Mas, ao abandonar as pautas por revogação das contrarreformas e recomposição orçamentária, as reivindicações estudantis também foram abandonadas. A pauta de recomposição orçamentária é necessária para defesa das condições para estudar, como política de permanência, reajuste de bolsas, estrutura dos laboratórios, verba para viagens técnicas. A revogação das contrarreformas interessa principalmente à juventude. O NEM é um ataque a educação pública. A contrarreforma trabalhista destrói os direitos que foram conquistados com luta pela classe operária, o negociado por cima do legislado expõe o elo mais fraco na relação patrão e empregado, principalmente com os altos índices de desemprego. A contrarreforma da previdência serve para extinguir o direito à aposentadoria, condenando as pessoas a trabalharem até morrer.

As direções das entidades estudantis (UNE, UBES) não atuaram para centralizar os estudantes na greve. A força do movimento estudantil era de fundamental importância para a greve diante dos ultimatos do governo, fortalecendo os atos de rua, radicalizando com ocupações, pressionando pelo atendimento das reivindicações.

Pela construção de uma oposição classista e de luta no Sinasefe

O fim prematuro desta greve mostrou a necessidade da vanguarda classista combater as direções governistas. A greve acabou, mas a necessidade de luta continua. Nossos salários continuam sendo corroídos pela inflação, a falta de orçamento manterá a política de sucateamento dos IFs e universidades. O discurso voltado para proteger o atual governo do avanço da ultradireita só serve para chamar a base para as ilusões eleitorais. Pois, como se pode materializar uma continuidade da luta para barrar o avanço da ultradireita se para a base já está sendo posto que não poderemos fazer greve ou radicalizar até 2027. Daí que, uma vez mais, depende da base que carrega em si as reivindicações terem um balanço e um plano de lutas para discutirem em seus locais de trabalho e manterem sua mobilização, dando organização a essa tendência combativa às direções atuais. Por isso, defendemos como resolução ao 36º Congresso: **1) Que as centrais, sindicatos convoquem um dia nacional de luta, com paralisações e atos de rua, pela revogação de todas as contrarreformas; b) defesa da educação pública – que o Estado garanta a verba necessária para o atendimento de todas as condições para trabalhar e estudar; c) abaixo o congelamento de verbas; d) abaixo o Arcabouço fiscal; e) Abaixo a Reforma Administrativa; 2) Pela convocação de plenárias unificadas com outras categorias para constituições de comitês de luta em defesa dos direitos, empregos e salários.**

Assinam esta Tese:

Brígida Lima Candeia – IFPB

José Alci Silva Lemos Júnior - IFPE

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE

Karla Andrea Cosme Franca Santos - IFPB

Verônica Maria do Nascimento – Corrente Proletária na Educação/POR - IFPE

Guilherme Augusto Vaz de Lima - Corrente Proletária na Educação/POR - IFPB

Célia Pereira da Silva – IFPB

Michell Tolentino – IFPE

Andréa Catarina Brandão Lima – IFPE

Rafaella Fernanda Villa Nova da Silva – IFPE

Ana Karine Oliveira da Silva – IFCE

Aline Nunes Paiva – IFCE

Renan Gomes Rebouças – IFCE

Atacy Maciel de Melo Cavalcante - IFPE

Kelly Jean Tenório Prysthon - IFPE

Laudiceia Cristina da Silva - IFPE

Francisco Eraldo da Silva Maia -IFPE

Denea de Araújo Fernandes Pires - IFPE

09 - A necessidade de um projeto da classe trabalhadora para a educação brasileira: o papel do SINASEFE

A presente tese visa contribuir para os debates da temática Educação do 36º CONSINASEFE.

A “sobralização” da educação brasileira. A opção pela entrega da educação aos interesses do mercado.

Se o governo Lula é resultado de um amplo leque de alianças, corretamente construído para derrotar a extrema-direita de viés fascista, seria bastante razoável caracterizá-lo como um governo em disputa. De fato, em algumas áreas, como na saúde e nas relações exteriores, verificamos alguns posicionamentos progressivos. Em outras áreas, como no meio ambiente e na ciência e tecnologia, vemos ações contraditórias, típicas de um governo em disputa. Já na educação, por maior esforço que se tenha, é impossível negar sua subordinação aos interesses do capital.

A escolha de Camilo Santana para o Ministério da Educação já apontava o caminho. Com ele veio a chamada “sobralização”, que se refere ao modelo adotado pela Prefeitura do município de Sobral, do Ceará, que é a menina dos olhos dos organismos internacionais que propõem as parcerias público-privadas para as políticas públicas das áreas sociais. Além disso, nos acordos para as Presidências das Comissões na Câmara dos Deputados o Bloco PT- PCdoB-PV entregou a Presidência da Comissão de Educação para o PL com vistas a conseguir, mediante acordo, a Presidência da Comissão de Saúde, explicitando opções políticas para o terceiro mandato de Lula.

Dessa forma, pautas apresentadas pelas entidades sindicais e estudantis desde o período da transição, ainda em 2022, têm sido postergadas pelo MEC. Entre estas estão a revogação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica, A BNC Formação Continuada, a suspensão e extinção de cargos de concursos para vários cargos necessários para a consolidação da expansão da Rede Federal de EPCT.

Quanto à Revogação do Novo Ensino Médio, o que assistimos foi um acordo que avalizou e deu respaldo aos princípios fundamentais da Contrarreforma, operado pelo ex-Ministro de Temer, Mendonça Filho. No texto aprovado o caminho para a implantação do Programa Novos Caminhos está aberto, através do avanço da educação técnico profissional a partir de financiamento público, com verbas do Pronatec, para empresas educacionais, indicando, ainda, um desvio dos objetivos dos Institutos Federais, incentivados a operar a concomitância com as redes estaduais e distrital. Para este itinerário, prevê uma diminuição da carga horária para desenvolvimentos dos conhecimentos relativos à BNCC. Prevê a educação mediada por tecnologias para o ensino presencial e o uso de horas de trabalho dos(as) jovens para integralização do currículo. A retirada do espanhol e a não garantia das disciplinas como componentes curriculares fazem parte da construção da dualidade educacional pretendida, com efeitos nocivos para os filhos e filhas da classe trabalhadora. A forma tímida como foi realizada a promulgação da Lei 14945/2024, com vetos presidenciais relativos às mudanças no ENEM para atendimento dos itinerários formativos, demonstra o desconforto geral com a capitulação do MEC aos interesses do mercado.

Em relação à BNC-Formação, o Parecer 04/2024 do CNE, aprovado pelo MEC, se não é tão ruim quanto o Novíssimo Novo Ensino Médio, não atende os anseios das entidades científicas e sindicais que lutavam pelo retorno da Resolução de 2015.

Outros temas, como a recomposição da CPRSC, recomposição orçamentária das IFE, revogação da Portaria 983, fim do ponto eletrônico e RSC dos TAEs foram conquistados a partir de uma grande greve que enfrentou uma truculência jamais imaginada, que a estendeu por 3 meses no caso do SINASEFE. A morosidade para a efetivação das conquistas aumentam cada vez mais a falta de confiança da categoria em relação ao governo.

O impacto das políticas educacionais neoliberais no Rede Federal de EPCT, nas escolas especiais e nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa

A atitude do MEC tem causado impactos nas instituições representadas pelo SINASEFE. A contrarreforma do Ensino Médio provocou redução da carga horária das disciplinas ditas propedêuticas em PPCs revistos a partir da Lei 13415/2017, conforme PAIXÃO (2023). Sem dúvida, as mudanças na composição da matriz CONIF, não alteradas passados quase 2 anos do novo governo, que limita o financiamento das matrículas da Rede Federal de EPCT à carga horária mínima do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, contribui para esta situação.

A manutenção até o mês passado da Portaria 983 tem limitado o potencial da rede de atuar na pesquisa e na extensão. As barreiras para que técnico-administrativos atuem em grupos e projetos de pesquisa e extensão, ainda limita o fazer funcional deste segmento que representa uma categoria de servidores que possui alto grau de titulação acadêmica. Lembramos que tivemos um veto presidencial, derrubado pelo Congresso, em lei que concorre para que essa situação alcance superação.

A falta de consolidação da expansão da rede, tanto no que tange ao provimento de vagas, como às estruturas físicas e de laboratórios, trazem um sentimento ambíguo em relação à necessária expansão do número de *campi* anunciada pelo governo.

O INES e o IBC sofrem com a falta de concursos e tiveram que superar demora para a nomeação de suas direções eleitas. No caso do INES, a suspensão de concursos para tradutores e intérpretes de libras, de acordo com a legislação (Classe E), traz uma insegurança institucional quanto ao futuro.

No caso das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa, os assédios constantes levam ao adoecimento. Utilizadas como modelo escolar, pelo governo de extrema-direita, naquilo que tem de mais atrasado, como o autoritarismo disciplinar, submetem os servidores e servidoras civis às práticas anti-democráticas e anti-pedagógicas das 3 forças (Marinha, Exército e Aeronáutica), impondo conteúdos curriculares que falseiam a História e questionam as ciências.

A luta contra-hegemônica do SINASEFE

Nesse cenário de um governo que submete-se ao mercado educacional, o SINASEFE tem procurado atuar na construção da contra-hegemonia em cada instituição e na sociedade em geral.

Os ESCIMEs - Encontros dos Servidores Civis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa - têm feito avançar a organicidade dos servidores e servidoras civis das escolas militares e permitiram a construção de um dossiê sobre as condições dessas instituições de ensino.

Mesmo em um momento em que as demandas salariais criaram as principais bandeiras de luta da categoria, conseguimos construir, a partir de um movimento que envolveu intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, reuniões do GT Políticas Educacionais e Culturais tanto em nível Nacional como em várias seções - que conseguiram rearticular esses espaços de debates no período pós-pandemia - culminando em um Congresso que tratou por dois dias deste importante tema, um documento

robusto, intitulado **Contribuições do SINASEFE na construção de políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica brasileira: 15 anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**.

Esse documento não seria possível sem o acúmulo histórico construído através desses quase 36 anos do nosso sindicato e dos 10 Seminário Nacionais de Educação que antecederam esse evento. Nele está a compilação dessa caminhada, representando um documento vivo, a ser discutido e rediscutido na nossa caminhada utópica em direção a uma sociedade igualitária e socialista.

Ainda temos desafios importantes nessa caminhada, mas sabemos que passos importantes foram dados, como nossa defesa do Ensino Médio Integrado traduzida na proposta do PL 2601/2023, cuja defesa aprovamos em nossas instâncias deliberativas.

Fortalecimento da EJA-EPT

Mesmo que exista de forma clara e explícita na Lei de criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892/2008, em seu artigo sete, inciso I, a necessidade de oferta de educação de jovens e adultos, que conste como a meta 10 do atual Plano Nacional (PNE), que prevê a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, e que o tema seja pauta de debate em muitos fóruns de políticas educacionais pelo país afora, o que se percebe da Rede Federal/Institutos Federais, é um descaso com essa modalidade de ensino, visto o pequeno número de matrículas que são oferecidas. O que ainda se vê são programas/projetos em parcerias com as esferas municipais e estaduais, para oferta de cursos de qualificação profissional com um número pequeno de horas aulas, o que dificulta a formação integral do estudante.

Percebe-se que a modalidade de ensino concomitante, utilizada na maioria dos programas/projetos nos IFs, para a oferta de educação profissional para jovens e adultos, exige do estudante uma sobrecarga de estudos, pois o mesmo deve dar conta do conteúdo da educação formal de sua escolarização somado ao que é oferecido na qualificação profissional dentro dos IFs. O que nos parece é que um faz de conta para dar conta da meta desta oferta na legislação vigente e plano de metas.

O que defendemos é a oferta de cursos de formação profissional de nível técnico, em que o estudante faça a sua formação humanística e a formação profissional simultaneamente na mesma instituição, num só projeto pedagógico de curso, pensado em um currículo que seja construído pelos profissionais de todas as áreas envolvidas nessa formação.

Formação de professores(as) e valorização dos trabalhadores em Educação

Para falar sobre a formação de professores e técnico-administrativos em educação, precisamos primeiro verificar a valorização devida a estes profissionais ou a falta de valorização do seu trabalho. Tal valorização é essencial para garantir uma educação pública de qualidade. Conforme destaca Saviani (2008), a formação de professores e técnicos administrativos é um elemento crucial para a consolidação de um projeto educacional que vise à emancipação social e à transformação da realidade. A valorização profissional não se restringe apenas à questão salarial, mas envolve também a oferta de condições adequadas de trabalho, acesso a programas de formação continuada e oportunidades de crescimento na carreira.

Optar por fazer uma licenciatura sem uma perspectiva digna de trabalho a posteriori incide diretamente nos cursos oferecidos. Entendemos que a formação importante e necessária para todo

professor é a licenciatura, tanto que consta nas ofertas que os IFs deveriam ter e está na Lei de sua criação, mas, ao olharmos a relação candidato/vaga nos cursos de licenciatura nas universidades e Institutos federais, percebe-se que nem sempre há candidatos para preencher as vagas oferecidas. Nos perguntamos o porquê disso? As pessoas não querem exercer a docência ou é uma profissão pouco valorizada?

É importante que o profissional para trabalhar no sistema educacional, principalmente como professor, tenha a licenciatura como formação, no entanto, se formos analisar o quadro de servidores nos IFs, encontraremos muitos professores somente com o bacharelado.

Consideramos que os cursos de licenciatura/formação pedagógica devem passar a ser cobrados para ingresso de professores de todas as áreas nos concursos para atuação nas IFE, inclusive para as disciplinas específicas dos currículos dos cursos técnicos, como forma de valorização profissional docente. Tal medida se oporia claramente à permanência do notório saber para o ensino técnico profissionalizante, mantida na LDB após aprovação do Novíssimo Novo Ensino Médio.

Com relação aos técnico-administrativos em educação, entendemos que a formação continuada é importante para qualificar o trabalho que por eles é desenvolvido nas instituições junto às partes administrativas e no relacionamento com os meios acadêmicos (estudantes e professores), para a sua realização pessoal e para o seu desenvolvimento na carreira, conforme está colocado na Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005. Um dos canais de crescimento acadêmico tem sido o Mestrado oferecido em rede - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), lugar em que muitos TAEs tem buscado este nível de sua formação.

Salientamos a necessidade de possibilidade de afastamento dos TAEs para fazerem seus cursos de Mestrado e Doutorado e, ainda, de regras factíveis para evoluírem na carreira, através do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), conquista da greve de 2024.

Extensão e Cultura na Rede

A extensão e a cultura devem ser formas, ao lado da pesquisa, de aproximar nossas instituições das comunidades de seus territórios de atuação. A curricularização da extensão nos cursos de graduação tem criado um bom incômodo nas nossas redes, que permite verificar a dificuldade que temos em nos relacionar com a cultura operária e camponesa. Tal incômodo deve ser lastrado para os outros níveis de ensino, a começar pelos cursos técnicos integrados. A experiência trágica que vivemos no Rio Grande do Sul aproximou, pela via da solidariedade, várias ações de servidores(as) e estudantes da comunidade. Tais experiências ajudam na construção de um currículo que se referencia no princípio educativo do trabalho.

Assim também, a cultura deve povoar nosso ambiente educativo. Nossos auditórios são muitas vezes os únicos equipamentos culturais dos municípios onde atuamos. Mantê-los fechados é um desperdício de potencial de trocas virtuosas com a comunidade.

Uma proposta educacional da classe trabalhadora e a contribuição do SINASEFE

Em um país de capitalismo dependente, no qual sua classe burguesa é heterônoma e não completou sua própria revolução (FERNANDES, 1975), caberá à classe trabalhadora construir uma proposta educacional que se articule com uma nova política econômico-social.

Foi com esse intuito que o SINASEFE construiu no 35º CONSINASEFE um documento para disputar as políticas públicas educacionais em todas as instâncias e espaços de luta política.

Consideramos que as proposições aprovadas para os 12 eixos temáticos daquele documento nos mantém municiados para nossas tarefas. Nesse sentido, propomos que se intensifique o trabalho de consolidação/construção de GTs Políticas Educacionais em todas as seções sindicais, usando o documento aprovado como ponto de partida de estudos e de novas proposições.

Considerando o cenário atual, descrito de forma sucinta nesta tese, propomos que o 36º CONSINASEFE delibere pela **retomada da participação do SINASEFE no Fórum Nacional de Educação (FNE) e Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE)**, a ser construída, na medida do possível, e não exclusivamente, de forma conjunta com outras entidades que fundaram o CONEDEPE, responsável pela organização dos 3 Encontros Nacionais de Educação - ENE.

Tal medida permitirá uma atuação mais orgânica do SINASEFE na defesa de suas proposições e considera os avanços ocorridos nas resoluções do Fórum Nacional de Educação no último período.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PAIXÃO, Alessandro E. da. **A Lei 13.415/2017 e a educação profissional**: uma análise dos caminhos da reforma nos Institutos Federais. 2023. 256f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2023.

SAVIANI, Demerval. (2008). **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados.

Assinam esta tese:

- Ana Cláudia Kohls Colvara - Sinasefe IFSUL
- Cláudia dos Santos Pinto - Sinasefe IFSUL
- Cristina Zanella Rodrigues - Sinasefe IFSUL
- Daniel Pezzi da Cunha - Sinasefe IFSUL
- Daniela da Rosa Curcio - Sinasefe IFSUL
- Diogo Soares Bica - Sinasefe IFSUL
- Eduardo Garcia Ribas - Sinasefe IFSUL
- Eduardo Rayher Soares - Sinasefe IFSUL
- Fernanda Cristina Camillo - Sinasefe IFSUL
- Francisco Carlos Gonçalves Brongar - Sinasefe IFSUL
- Francilon Lima Simões - Sinasefe IFSUL
- Grazielle de Almeida - Sinasefe IFSUL
- Helen Rodrigues Oliveira - Sinasefe IFSUL
- Janaina Schwambach - Sinasefe IFSUL - Sinasefe IFSUL
- Janete Otte - Sinasefe IFSUL
- Marlise Sozio Vitcel - Sinasefe IFSUL
- Manoel José Porto Júnior - Sinasefe IFSUL
- Mauro Castro Martin - Sinasefe IFSUL
- Michele Roos Marchesan - Sinasefe IFSUL
- Nei Jairo Fonseca dos Santos Júnior - Sinasefe IFSUL
- Osni da Costa Rodrigues - Sinasefe IFSUL

- Roberta valeska Santana Vieira - Sinasefe IFSUL
- Rosimeri Alves Vitória - Sinasefe IFSUL
- Ruti Angela Barbosa Oliveira - Sinasefe IFSUL
- Sandro Cavalheiro Souza - Sinasefe IFSUL
- Stela Maris Pinheiro Lopes - Sinasefe IFSUL
- Tania Winch Lisboa - Sinasefe IFSUL
- Victor Braz Iturriet - Sinasefe IFSUL
- Vinícius Waltzer Rocha - Sinasefe IFSUL
- William Junior Sperb - Sinasefe IFSUL
- William Kelbert Nitschke - Sinasefe IFSUL

***EIXO 4. CONDIÇÕES DE
TRABALHO E SAÚDE DOS
SERVIDORES DA EDUCAÇÃO
FEDERAL***

01 - LUGAR DE SERVIDOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA É NA ESCOLA E NÃO EM QUARTEL! MEP SINASEFE

INTRODUÇÃO:

A realidade dos servidores civis (docentes e técnico-administrativos) dentro dos Colégios vinculados ao Ministério da Defesa (MD) ainda é pouco conhecida dentro do SINASEFE, visto que a maioria de nossa base se encontra em Institutos Federais vinculados ao MEC. As particularidades vivenciadas pelos servidores do MD já foram parcialmente apresentadas em alguns documentos de nosso Sindicato, como a Tese do 35º CONSINASEFE (p. 98, 2023) e em um artigo no Documento Base desenvolvido no GT de Políticas Educacionais (p. 175, 2023). Diante da falta de compreensão ainda demonstrada pelo Governo Federal sobre a necessidade de janelas de migração específicas para os servidores civis de tais instituições, apresentaremos nesta Tese elementos que fundamentam tal pleito.

QUEM É A BASE DO SINASEFE NO MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)?

Além de instituições voltadas para a formação do quadro de pessoal destinado à sua atividade-fim (o chamado *ensino militar*), as diferentes forças do Ministério da Defesa (Exército, Marinha e Aeronáutica) mantêm ainda escolas de Educação Básica para estudantes civis em diferentes níveis de escolaridade. Na maioria dessas escolas, não ocorre paralelamente nenhum tipo de formação para carreiras militares: elas devem seguir o currículo previsto pela BNCC, mas, à semelhança das escolas confessionais, o público discente é submetido a uma imersão aos valores e normas das forças armadas.

Assim, por se destinarem à Educação Básica, as escolas do MD, da mesma forma que outros institutos federais de Educação, apresentam em seus quadros docentes da carreira EBTT. No entanto, o quadro docente dessas instituições é muito diversificado, pois conta ainda com professores militares da ativa de diferentes patentes e carreiras, militares da reserva contratados para prestação de tarefas e, por vezes, até professores civis contratados. Em tal contexto, é comum a confusão entre as instâncias, de forma que a hierarquia militar é imposta à dinâmica pedagógica, fazendo com que os professores civis não sejam tratados como “pares” em condição de igualdade com docentes militares. A situação é ainda pior para docentes civis de Magistério de 1º e 2º graus do MD, que nunca tiveram a possibilidade de migração para a carreira EBTT: além das condições laborais adversas, estes sofrem com a defasagem salarial por se encontrarem em uma carreira já extinta.

Além disso, a administração da vida funcional dos servidores civis do MD fica majoritariamente a cargo de servidores militares, que, muitas vezes, ignoram a legislação própria daqueles e acabam por descumpri-la, gerando prejuízos em diversos âmbitos. São poucos os funcionários civis técnico-administrativos na ativa em instituições de Ensino Básico do MD e as funções típicas destes são geralmente repassadas para militares que, por vezes, não têm qualquer experiência ou formação específica na área em que são designados a atuar. Cabe ainda destacar a própria condição dos servidores técnicos-administrativos do MD, que seguem ainda na carreira PGPE sem a oportunidade de migrar para a carreira PCCTAE, como ocorreu aos colegas que desempenham funções semelhantes em outros institutos federais de Educação.

Tal panorama evidencia como os servidores da Educação Básica do MD que compõem parte da base do SINASEFE vivenciam um contexto muito distinto do de seus colegas com carreiras ou funções similares em outros institutos federais de Educação. Assim, cabe uma atenção especial a essa realidade e estratégias diferenciadas para o acolhimento de seus pleitos.

É ESCOLA OU QUARTEL?

Embora lotados em locais administrados pelas Forças Armadas, os servidores civis da Educação Básica do MD realizaram um concurso público para atuarem como docentes ou técnicos em atividades ligadas ao funcionamento pedagógico dessas instituições. Assim, precisaram demonstrar conhecimento técnico e acadêmico para trabalhar em uma escola. No entanto, como seu local de trabalho funciona paralelamente como quartel e é administrado exclusivamente por gestores militares, os limites entre escola e quartel nem sempre são claros e, muitas vezes, tais servidores são submetidos a situações e demandas que extrapolam o escopo de suas carreiras. A título de ilustração, apresentamos o caso da rede Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), subordinado ao Exército Brasileiro.

Apesar de ter “colégio” em seu nome, o documento oficial do Exército que regulamenta a rede SCMB (R-69) deixa claro que este reconhece tais instituições como quartéis: *“Do ponto de vista institucional, os Colégios Militares apresentam-se como **organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino (Estb Ens) de educação básica**”* (grifo nosso). E não é possível aos servidores civis esquecer isso, pois, a qualquer estranhamento ou reclamação sobre o andamento pedagógico ou administrativo de demandas atinentes a uma instituição de ensino, são logo lembrados de que ali funciona um quartel e que a ordem hierárquica deve ser seguida, tendo como superior maior da instituição um Comandante, chefia que muda a cada dois anos. A este compete a última palavra em qualquer decisão, embora seja um militar de carreira (formado para a guerra) sem qualquer formação na área de ensino.

É escola, mas o regime é de quartel. Todos os dias, os estudantes devem chegar antes do horário das aulas e entrar “em forma unida”, ou seja, perfilados e em posição de “sentido” para serem submetidos a uma revista em sua “apresentação pessoal” de acordo com os padrões militares. Também ouvem do “chefe de companhia” diversos avisos e ordens para o dia, ao qual respondem com brados militares.

É escola, mas o regime é de quartel. Todas as sextas-feiras há as chamadas “formaturas” com os alunos perfilados, geralmente em quadras abertas ao sol e à chuva onde ficam por mais de uma hora ouvindo hinos e gritando palavras de ordem em resposta aos brados de seu comandante. Não raro há comandos que demandam dos servidores civis a participação em tais formaturas, exigindo que estes fiquem posicionados em locais específicos (expostos às intempéries), mesmo que tais eventos sejam de natureza exclusivamente militar. Além disso, exige-se dos servidores civis o uso de uniformes por parte dos docentes da disciplina de Educação Física e jaleco para os demais professores, ainda que a instituição, na maioria das vezes, se exima de fornecê-los. É importante salientar que essa indumentária que tem que ser usada pelos professores e professoras da Educação Física é um uniforme porque é o mesmo que tem que ser usado pelos docentes militares, com a diferença que os militares contam com o “auxílio fardamento”, que é fornecido a cada três anos, no valor do salário que recebem mensalmente (soldo), enquanto que o professor civil tem a mesma obrigação sem receber nenhum recurso para isso.

É escola, mas o regime é de quartel. Embora sejam instituições de Educação Básica, não há qualquer compromisso com o princípio de gestão democrática previsto pela LDB. Os docentes civis não têm qualquer voz na elaboração das diretrizes pedagógicas. Ao contrário, recebem documentos prontos que determinam quais conteúdos e em que momento devem ser administrados, quantas e quais avaliações devem ser feitas, que assuntos podem ou não ser tratados, sem um mínimo de autonomia na organização de suas aulas. O Projeto Pedagógico não é fruto de amplo debate da comunidade escolar, mas surge de forma impositiva, seguindo o *modus operandi* do Exército. Nesse sentido, cabe destacar os “pressupostos filosóficos” preconizados por tal documento:

*A proposta pedagógica do Sistema Colégio Militar do Brasil está fundamentada nos princípios e valores cultuados pelo Exército Brasileiro: **respeito, camaradagem, lealdade, patriotismo, civismo, espírito de corpo**, aprimoramento técnico-pessoal e fé na missão.*

*O Sistema Colégio Militar do Brasil ainda prima pelas seguintes características, apropriadas ao público-alvo: **meritocracia, valor à família e culto às tradições.*** (Projeto Pedagógico 2021 – 2025 Sistema Colégio Militar do Brasil, p. 14) (Grifos do texto).

Observando tais pressupostos, o documento traça um perfil esperado de seu corpo docente, no qual lista entre as características esperadas “*ser leal à Instituição Exército Brasileiro, manifestando esse atributo nas suas práticas pedagógicas*” e “*refletir os valores da vida militar, como referência positiva para os alunos*” (PP 2021-2025, SCMB, p. 24). A seguinte afirmação complementa tal perfil:

*Ao integrar o SCMB, o professor assume compromisso com o Sistema Colégio Militar do Brasil, e, por extensão, com o Exército Brasileiro, Instituição Reguladora e mantenedora dos Colégios Militares. Isso posto, **o professor está vinculado a toda uma sistemática de conduta exigida em uma rede de Colégios integrados que primam pelo bem maior: a educação de crianças e jovens em uma perspectiva pautada pelos valores e tradições da educação militar.** Reconhecer seu lugar nesse cenário educacional, é, por si só, **reconhecer o princípio de autoridade** que rege toda a vinculação administrativo pedagógica da ação/práxis docente a ser desenvolvida profissionalmente.* (PP 2021-2025, SCMB, p. 25, grifo nosso).

Os professores e professoras civis, concursados, que trabalham nessas instituições, entretanto, não tiveram nos currículos de suas Licenciaturas, nenhuma referência a esses valores. Foram preparados para atuarem em suas áreas específicas e não para transmitir princípios militares. Além disso, exigir dos docentes civis não só o conhecimento, mas também o alinhamento com os valores e tradições militares em suas práticas pedagógicas configura um abuso de poder que vai de encontro ao “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, preconizado pela LDB, lei maior que rege a Educação Básica no país. Nesse sentido, cabe salientar que, embora a LDB preveja a existência de regulamentação específica para o “ensino militar”, isso não se aplica a tais instituições, visto que estas não visam à formação de quadros militares, mas à promoção de ensino de Educação Básica, devendo, portanto, agir em consonância com a legislação que é própria desta.

Todavia, os docentes lotados em tais instituições são intimidados a agir de acordo com as diretrizes militares e, quando discordam ou agem em desacordo com tais imposições, estão sujeitos a sanções e perseguições. Citam-se como exemplos sindicâncias e/ou processos administrativos sofridos por professores por supostamente fazerem uso do pronome neutro, emitirem “comentários políticos” em sala de aula ou serem “desleais” à instituição por publicamente discordarem de algumas de suas práticas, como, por exemplo, uma encenação para os alunos que envolvia o hasteamento de uma

bandeira nazista. Também as avaliações funcionais têm sido usadas como instrumentos de repressão à liberdade de cátedra dos docentes, uma vez que as notas são determinadas pelos gestores militares sem qualquer transparência no processo e tem sido negada a servidores até a possibilidade de recurso.

O direito à atuação sindical em tais instituições também é bastante prejudicado por essa dinâmica. Servidores do MD têm dificuldade de conseguir liberação para participação em eventos sindicais, mesmo mediante reposição. Além disso, não raro sofrem coações para que não se manifestem publicamente sobre política ou participem de manifestações. Consequentemente, a adesão a movimentos paredistas é extremamente difícil em tais instituições.

É escola, mas o regime é de quartel. Ordem dada, é ordem cumprida. Mesmo com escassez de recursos materiais básicos (como canetas de quadro, computadores e acesso à internet) e em condições laborais adversas (como falta de água, infestação de ratos e proibição de uso de ar-condicionado mesmo em temperaturas elevadas), os servidores civis são obrigados a cumprir expediente (mesmo que não tenham aulas para ministrar naquele momento, no caso dos professores) e a executar todas as tarefas que lhes são demandadas (não raro, com prazos inexecutáveis). Por temor a possíveis sanções, servidores civis acabam utilizando recursos pessoais ou fazendo uso de seu tempo de descanso para o cumprimento de tais exigências.

Todo esse contexto tem resultado na exaustão e no adoecimento dos servidores civis lotados em instituições do MD. Embora um dossiê, em que tais situações foram registradas e denunciadas, tenha sido entregue a representantes do MD em reunião feita com representantes do SINASEFE, não houve nenhum retorno à base e muito menos mudanças efetivas em suas condições de trabalho. É preciso mudar esse cenário!

MIGRAÇÃO PARA O MEC JÁ!

A partir do exposto, percebe-se que a situação dos servidores da Educação civis lotados no MD é muito complexa, configurando um cenário difícil de ser modificado a curto ou médio prazo, de modo a garantir seus direitos legais e a isonomia de tratamento em relação a servidores de carreiras similares em outros institutos federais de Ensino Básico. Nesse sentido, a abertura de **uma janela de migração das servidoras e servidores do MD para institutos federais subordinados ao MEC, sem necessidade de contrapartida e de anuência da instituição de origem**, seria um caminho possível e imediato para que companheiras e companheiros já adoecidos pelas irregularidades e assédios sofridos no contexto das escolas do MD possam ter condições de reaver sua saúde física e mental e trabalhar com dignidade.

Embora legalmente já exista a possibilidade de migração do MD para o MEC, na prática, dificilmente os(as) servidores(as) que desejam ou precisam passar por tal processo têm seu pleito atendido. Primeiramente, há que se frisar que a redistribuição do(a) servidor(a) *depende da liberação do gestor da instituição de origem*, o que muitas vezes não acontece, não apenas por necessidade operacional da instituição, mas também como parte dos próprios assédios que nela ocorrem. Citam-se como exemplos casos de servidores: 1) que tiveram seu pedido negado mesmo com garantia de permuta; 2) que foram autorizados a iniciar o processo e depois impedidos de dar continuidade sem aviso prévio ou justificativa formal; 3) que tiveram seu pleito indeferido a favor de outro servidor que fez a solicitação posteriormente. Além disso, mesmo quando há autorização da redistribuição mediante permuta, trata-se de um processo muito difícil, pois o conhecimento público das condições de

trabalho adversas nas instituições do MD faz com que servidores(as) de outros institutos não queiram realizar a troca de lotação.

É importante entender que tal processo para muitas servidoras e servidores não configura um simples desejo, mas uma necessidade para a manutenção ou recuperação de sua saúde física e mental. Assim, encaminhamos:

- 1) Abertura de janela de livre migração dos servidores do MD para o MEC, sem necessidade de contrapartida e de autorização da instituição de origem.**
- 2) Migração dos servidores técnico-administrativos oriundos das instituições de Educação do MD da carreira PGPE para PCCTAE;**
- 3) Migração dos professores de 1º e 2º graus oriundos das instituições de Educação do MD para a carreira EBTT.**
- 4) Implementação imediata da comissão das escolas ligadas ao MD.**

Condições de trabalho dignas e saúde mental são direitos do servidor. Uma instituição que não respeita o servidor não merece o seu trabalho.

Escola não é quartel! Servidor civil não pode ser tratado como militar! Migração já!

Assina esta tese:

Amália Cardona Leites (Seção Alto Vale do Itajaí do IFC)

02 - O MEP contra a precarização dos serviços públicos e do trabalho dos TAEs (MEP SINASEFE)

Recentemente, construímos uma das maiores greves da Educação Federal, a qual trouxe conquistas que não obteríamos sem a força da nossa ação coletiva. Porém, os limites impostos a avanços maiores na carreira e remuneração dos técnicos administrativos em educação (TAEs) revelam qual o real projeto político-econômico em curso para o serviço público em geral e, prioritariamente, mas não exclusivamente, para as ditas atividades-meio. A terceirização no serviço público, introduzida no Brasil durante a ditadura empresarial-militar, aprofundada pela reforma gerencial da administração pública dos governos FHC e ampliada no (des)governo Temer, promove o avanço da precarização da classe trabalhadora sob a máscara da “modernização”, da “flexibilização” e da “redução de custos”. As atividades-meio de nível fundamental já foram praticamente todas terceirizadas e o objetivo final é a expansão dessa precarização trabalhista inclusive para as atividades-fim, excluindo-se as ditas carreiras típicas de Estado.

Através da baixa remuneração, sobrecarga de trabalho e eliminação dos direitos duramente conquistados ao longo de nossa história – como por meio das reformas previdenciárias e trabalhistas – a precarização da classe trabalhadora é uma das principais formas do empresariado manter, recuperar ou aumentar suas taxas de lucro. Daí que os tentáculos do mercado se estendem a um número cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras, inclusive os servidores públicos, tornando-nos uma massa de “precarizados/as” e endividados/as. As máscaras usadas para distorcer o real intuito destas medidas são várias: “flexibilização” e “empreendedorismo” são algumas delas. A dita “responsabilidade fiscal”, usada para justificar o arcabouço fiscal de Haddad, não passa de um nome falsamente neutro e técnico, para uma política de austeridade contra o povo desde há muito implementada no Brasil. Seu objetivo claro é reduzir o orçamento destinado aos serviços públicos e aos direitos sociais com vistas a promover o sucateamento e, assim, vender a privatização sob suas diversas formas, como solução.

O projeto neoliberal, implementado no Brasil com maior ou menor intensidade por governos ora mais à esquerda, ora mais à direita, viabiliza que aproximadamente metade da riqueza produzida no país seja sequestrada para o pagamento de juros abusivos da dívida pública – o que deve ser combatido inicialmente através da auditoria da dívida – e, que, ao mesmo tempo, sejam reduzidos os investimentos públicos nas áreas sociais. Agravando este processo, o ataque no sentido de eliminar os pisos constitucionais da Educação e da Saúde deixa claro o objetivo de que estas áreas possam ser mercantilizadas a serviço do lucro empresarial, sob a forma de privatizações *stricto sensu*, concessões, terceirizações e parcerias público-privadas (PPPs), estas últimas tão bem quistas por nosso atual Ministro da Fazenda. Com o novo nome de “arcabouço fiscal”, o anterior “teto de gastos” escamoteia-se, mas continua a se colocar como princípio sagrado e inquestionável, garantindo o sequestro do orçamento federal para interesses privados e privatistas. Assim, retira-se do horizonte a perspectiva de responsabilidade social que conseguimos de várias maneiras introduzir na nossa Carta Magna e que fazia parte do programa de campanha do atual governo de centro-esquerda que ajudamos a eleger.

A privatização e a terceirização do serviço público – como formas de ampliar as oportunidades de lucro do empresariado, expandindo a lógica predatória do mercado para necessidades humanas essenciais como saúde e educação – ganham ainda mais força com o crescimento nacional e mundial da extrema-direita, em que a classe trabalhadora se alia de forma alienada àqueles que querem

dividi-la e explorá-la cada vez mais. Neste contexto, a luta em defesa do serviço público em geral, da educação e da saúde em particular, precisa ganhar novo ímpeto e magnitude para fazer frente à crescente hegemonia destas forças econômicas e ideológicas.

Nesta última greve, a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Pública Federal mostrou que para obtermos quaisquer avanços nessa conjuntura – desde os mais tímidos aos mais significativos – em nossas carreiras, salários, bem como nos orçamentos para nossas instituições, é necessária muita luta e coesão. A recomposição salarial e orçamentária ficou muito aquém de nossas reais necessidades diante das perdas acumuladas, ao longo dos últimos anos, para ativos e principalmente para os aposentados. Entretanto, tivemos conquistas significativas, destacando-se os avanços na reestruturação da carreira, a previsão de implementação, em 2026, do Reconhecimento de Saberes e Competências para os TAEs (RSC-TAE) e das 30 horas semanais, sem redução salarial, para todos(as) TAEs, em 2025, além da revogação da Portaria 983 e o fim do ponto eletrônico, para os docentes.

Nesse contexto, precisamos saudar a significativa (re)aproximação dos TAEs junto aos sindicatos na busca por melhorias na carreira, remuneração e condições de trabalho, assim como a unidade entre TAEs e docentes sintetizada na consigna “SEM TAE NÃO TEM ACORDO”. Importante avanço político no sentido de nos percebermos como uma mesma categoria de trabalhadores e trabalhadoras da Educação Federal, e mais ainda, como Servidores Públicos, na direção de um dos princípios do Sinasefe que preconiza uma carreira única dos trabalhadores da educação. A partir de agora, é fundamental que o Sinasefe promova uma intensa agenda de formação política e mobilização para avançarmos no sentido da superação da consciência meramente corporativista em direção à consciência de que pertencemos a uma mesma classe, a que vive do trabalho, entendendo que o sistema econômico capitalista é por definição inimigo da classe trabalhadora. Todos os direitos obtidos por nossa classe foram sempre arrancados e nunca entregues de bom grado. Na presente quadra histórica, a unidade na defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras é uma questão de sobrevivência, pois o projeto privatista e de retirada de direitos avança a passos largos, em uma correlação de forças que não nos é favorável.

Entendemos que, na contramão da privatização e da precarização, devemos lutar por uma sociedade em que, idealmente, todos e todas sejam servidores públicos, no sentido em que o trabalho não esteja a serviço do lucro, mas a serviço das necessidades humanas fundamentais. Enquanto caminhamos nesse sentido, urge defendermos a humanização do trabalho em todos os seus aspectos: remuneração e plano de carreira adequados, condições dignas de trabalho, oportunidades de capacitação e qualificação, autonomia e participação nos processos decisórios, equilíbrio entre tempo dedicado à vida profissional e à vida pessoal/familiar/política.

Pautas prementes para as trabalhadoras e trabalhadores ocupantes do PCCTAE

A questão do “equilíbrio” entre vida profissional e vida pessoal é fundamental se quisermos uma sociedade humanizada em substituição à sociedade mercantilizada em que vivemos. Nosso limitado tempo de vida é explorado na sociedade capitalista de tal forma que nos resta pouco para todas as demais atividades além do trabalho assalariado, apesar de todos os avanços tecnológicos que permitiriam uma redução do tempo destinado ao trabalho. Não é sem razão que a pauta das 30 horas semanais, sem redução salarial, e do teletrabalho sejam tão importantes para os técnico-administrativos em educação e também para grande parte da classe trabalhadora atual. Tanto em um caso como no outro, o que está por trás da defesa destas pautas é a busca por equilibrar uma

balança que sempre esteve muito mais inclinada para o lado do trabalho, deixando pouco tempo e energia para atividades familiares, domésticas, esportivas, culturais, políticas, de autocuidado e de desenvolvimento pessoal e profissional.

No entanto, no que tange ao teletrabalho, introduzido na administração pública federal pelo Programa de Gestão e Desempenho (PGD), precisamos estar alertas e mobilizados, pois os riscos e custos embutidos atrás dos ganhos podem ser altos. Por um lado, o PGD viabilizou o teletrabalho, o qual permitiu resgatar o tempo e energia desperdiçados no deslocamento casa-trabalho, realizar demandas pessoais dentro do horário “comercial” e possibilitou o fim do ponto eletrônico para os TAEs (uma vez que o controle do trabalho passou a ser por planos de trabalho e relatórios de entregas e não mais pelo mero cômputo de horas trabalhadas). Entretanto, por outro lado, os trabalhadores devem agora arcar com os custos de aquisição e manutenção de seus instrumentos de trabalho e estão sujeitos a uma forma de controle potencialmente mais rígida.

Na Instrução Normativa nº 65/2020, criada no (des)governo Bolsonaro para o PGD, era exigida uma “tabela de atividades”, em que cada atividade laboral precisava ser convertida em horas e o trabalhador/a deveria ter sua carga horária total traduzida em tarefas quantificáveis. Uma lógica que pretendia reduzir nosso trabalho a números, como se fôssemos máquinas que apenas executam tarefas, com um mesmo ritmo, sem diferenças interindividuais, sem necessidade de intervalos de descanso e para trocas interpessoais. Esta tabela de atividades foi eliminada em normativas seguintes, mas não é improvável que seja resgatada caso haja um aprofundamento da precarização do serviço público no sentido da uberização, gerando uma cobrança maior de “entregas” para quem está em teletrabalho e padronizando o tempo em que as mesmas devem ser feitas para todos os servidores/as.

Sabemos que o projeto neoliberal almeja que a maioria da classe trabalhadora se aproxime da condição dos chamados trabalhadores de plataforma, (mal)pagos em função apenas de “entregas” quantificáveis: sem direitos trabalhistas como férias e licença-saúde, com remuneração baixa vinculada apenas ao que é efetivamente “entregue”, desconsiderando o tempo destinado para a execução total da tarefa, com instrumentos de trabalho pagos e mantidos pelos próprios trabalhadores etc. Por estes e outros motivos, precisamos estar alertas e mobilizar nossas reivindicações sindicais para que o PGD não seja um instrumento a mais de precarização de nosso trabalho. É mister que o sindicato encampe, dentre outras, uma luta para que, por exemplo, os custos com energia elétrica, internet, telefonia, equipamentos eletrônicos, mobiliário e demais condições e recursos de trabalho sejam custeados pelo governo para aqueles em regime de teletrabalho dentro do PGD.

Também cabe destacar a pauta dos TAEs substitutos, ponto no qual houve divergência entre Sinasefe e Fasubra no que tange à sua pertinência enquanto reivindicação de greve. Entendemos a legítima preocupação dos companheiros e companheiras de nossa entidade coirmã ao alertarem que esta pauta facilitaria a terceirização dos cargos técnico-administrativos em educação. Porém, não temos acordo quanto à rejeição na íntegra da mesma, uma vez que entendemos existirem mecanismos que podem restringir essa possibilidade, como a autorização da substituição apenas para casos específicos como licenças-saúde, maternidade e afastamentos para pós-graduação. Sobre este último ponto, a figura do TAE substituto viabilizaria o acesso a uma importante conquista que temos em nosso plano de carreira (o Incentivo à Qualificação e agora também o RSC) e que na maioria das vezes não é possível de ser atingida, pois os TAEs têm o afastamento negado pelas chefias por não haver ninguém para executar suas atribuições durante este período.

Para além dos pontos destacados, temos também diversas outras pautas de fundamental interesse para a valorização dos TAEs nas instituições de ensino federais. Entre elas, cabe mencionar a necessária ampliação da democracia e da isonomia entre os servidores, como a possibilidade de que todos/as TAEs possam ocupar os cargos máximos de gestão – reitoria e direções-gerais dos *campi* – e a equidade na representatividade de conselhos, comissões e demais instâncias deliberativas e consultivas. Pela complexidade e pluralidade de uma instituição de ensino, a democratização da gestão deve ser aplicada na perspectiva de vários olhares e não ficar restrita à perspectiva da docência. Não é aceitável que seja perpetuada a diferenciação entre docentes e TAEs nesse sentido, configurando uma visão elitista da gestão.

Finalmente, cabe também trazer à reflexão que a valorização da carreira TAE passa igualmente por uma mudança na compreensão e na vivência da comunidade acadêmica, superando a mera coexistência espaço-temporal com os outros segmentos em um *campus* ou unidade organizacional. A compreensão do espaço educacional enquanto comunidade – onde todos e todas contribuem e têm importância – é uma mudança para a qual precisamos criar mecanismos: por exemplo, as atividades de confraternização, esportivas, políticas e culturais, que envolvam servidores e estudantes, devem ser consideradas como carga horária de trabalho ou estudo, independentemente de serem ações institucionais ou sindicais. Também é importante incentivar a participação de TAEs, junto a discentes e docentes, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, permitindo ampliar o alcance de seu trabalho para além do meramente técnico ou administrativo. A humanização do ambiente educacional passa por condições dignas de estudo e trabalho, valorização das carreiras e dos currículos escolares, ampliação da força de trabalho via novas vagas de concursos públicos, bem como pela integração e troca entre todos aqueles e aquelas que compõem a comunidade escolar e acadêmica das nossas instituições de ensino.

Assina esta tese:

Amália Cardona Leites (Seção Alto Vale do Itajaí do IFC)

03 - Equiparação do Salário Base do Magistério Federal ao Piso Nacional do Magistério: Uma Questão de Justiça e Valorização da Educação

A equiparação do salário base dos professores do Magistério Federal, tanto da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) quanto do Magistério Superior, ao piso nacional do magistério de R\$ 4.580,57 para o regime de 40 horas semanais, é uma questão urgente e de justiça para os profissionais que atuam na educação federal. Essa medida é fundamental para que o governo reconheça e valorize a importância desses educadores, cuja função é essencial para o desenvolvimento do país.

Os professores federais são responsáveis por formar as futuras gerações em instituições que são referência em todo o Brasil, mas, infelizmente, seus salários não refletem a relevância do trabalho que desempenham. Ao não garantir o pagamento do piso do magistério, o governo não apenas despreza um direito básico dos professores federais, mas também perpetua um cenário de descaso e falta de investimento nas políticas públicas de educação.

O piso salarial do magistério foi estabelecido como uma medida para assegurar um mínimo de dignidade e valorização aos professores, reconhecendo o impacto social e econômico de sua atuação. No entanto, a falta de equiparação do salário base dos docentes federais em regime de 40 horas semanais a esse piso reflete uma contradição nas políticas educacionais brasileiras que, por um lado, defendem a qualidade e a excelência na educação, mas, por outro, não oferecem condições justas para que os profissionais da educação federal possam desempenhar suas funções com a segurança financeira e o reconhecimento que merecem.

Garantir que o salário base do Magistério Federal em regime de 40 horas seja equiparado ao piso nacional do magistério é uma questão de correção de uma injustiça histórica. Ao tomar essa medida, o governo estaria não apenas cumprindo um direito dos professores, mas também investindo no futuro do país. A valorização dos docentes é uma condição *sine qua non* para a construção de uma educação pública de qualidade, capaz de transformar a sociedade e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Portanto, é crucial que essa demanda seja atendida com a seriedade que merece. O reconhecimento do piso do magistério para os professores federais em regime de 40 horas semanais deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, sendo um passo essencial para resgatar a dignidade da profissão docente e reafirmar o compromisso do Estado com a educação como um direito fundamental e um bem público.

Proponente: Diógenes Mendes Araújo MLC/IFRN-Natal

Assinam essa Tese:

Diógenes Mendes Araújo	SINASEFE/Natal/IFRN/Movimento Luta de Classes
Raoni Thales de Medeiros Teixeira	Sinasef/Natal
Francisco de Assis da Costa Dias	Seção/Natal/Movimento Luta de Classes
Pedro Gurgel Moraes	SINASEFE Natal
Cédrick Cunha Gomes da Silva	SINASEFE Natal
José Diego Cirne Santos	Natal-RN
Camila Felix	IFBA/CMS/Movimento Luta de Classes
Antonildo Santos Pereira	IFBAIANO/SPL
Maria Aparecida da Silva Fernandes	Natal/MEI
Carmelita Ozorio	IFBA/TAE
Hellen Rodrigues	IFBA/TAE
Daise Moitinho	IFBA/TAE
Luciano Almeida	IFBA/TAE
Marcia Pinho	IFBA/TAE
Silvana Correia	IFBA/TAE
Carlos Cruz	IFBA/TAE
Jose Jorge	IFBA/TAE
Rita de Cassia dos Santos	IFBA/TAE

04 - Isenção de Imposto de Renda para Professores do Magistério Federal (EBTT, MS) e TAEs

A isenção de imposto de renda para professores do Magistério Federal (EBTT, MS) e para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) surge como uma proposta essencial para incentivar as carreiras na educação e promover uma reparação histórica em face do sucateamento que a educação brasileira sofreu ao longo dos anos. O sistema educacional no Brasil enfrentou, durante décadas, cortes orçamentários, falta de valorização profissional e condições de trabalho precárias, fatores que contribuíram para a desmotivação e a diminuição do interesse pelas carreiras docentes e administrativas na educação.

Essa medida de isenção fiscal deve ser entendida não apenas como um incentivo financeiro, mas também como um reconhecimento do papel crucial que os professores e TAEs desempenham na formação das futuras gerações e no desenvolvimento do país. Além disso, trata-se de uma forma de reparação por décadas de desvalorização e negligência, oferecendo um alívio econômico aos profissionais que, apesar das adversidades, continuam a exercer suas funções com dedicação e compromisso.

Ao desonerar os professores e TAEs do imposto de renda, o governo estaria investindo no fortalecimento da educação, uma vez que a medida poderia atrair novos talentos para a área, melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, contribuir para o progresso do país. Ademais, essa ação representa um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a educação é tratada como prioridade e os profissionais da área recebem o reconhecimento e o apoio que merecem.

Proponente: Diógenes Mendes Araújo MLC/IFRN-Natal

Assinam essa tese:

RAFAEL LUIZ DOS SANTOS	SINTIETFAL/ IFAL/MLC
José Diego Cirne Santos	Natal/RN
Diógenes Mendes Araújo	SINASEFE/NATAL/IFRN/MLC
Diego Soares Carvalho	São Paulo-Campus Presidente Epitácio /SPL
Izael Pereira Oliveira da Silva	Sintietfal/MLC
Raoni Thales de Medeiros Teixeira	Sinasefe/Natal
Paulo André Ferreira	SINTIFRJ/MLC
Erivanda Tavares do Nascimento	MEI
Francisco Pereira Coêlho Júnior	Porto Velho/Rondônia
Francisco de Assis da Costa Dias	Seção/Natal/Movimento Luta de Classes

Pedro Gurgel Moraes	Sinasefe Natal
Carolina Maria de Jesus	Currais Novos/RN
Julianna Kelly Paulino Bezerra de Azevedo	Natal
Cédrick Cunha Gomes da Silva	Natal
Antonildo Santos Pereira	IFBAIANO/SPL
Ielson Luiz Fonseca de Oliveira	Sinasefe Natal
Carmelita Ozorio	IFBA/TAE
Hellen Rodrigues	IFBA/TAE
Daise Moitinho	IFBA/TAE
Luciano Almeida	IFBA/TAE
Marcia Pinho	IFBA/TAE
Silvana Correia	IFBA/TAE
Carlos Cruz	IFBA/TAE
Jose Jorge	IFBA/TAE
Rita de Cassia dos Santos	IFBA/TAE

05 - A valorização dos Servidores Técnicos Administrativos das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa

Estes profissionais estão passando por um processo de desvalorização gradativa ao longo dos mais de 29 anos desde o último concurso realizado no ano de 1997. Nestas instituições não existe um processo de valorização profissional, o que poderia contribuir muito com o desenvolvimento do serviço público prestado. Apesar dessa desvalorização institucional, esses profissionais têm investido na sua qualificação, muitos hoje já tem uma graduação, especialização, mestrado e doutorado, mas infelizmente isso não é reconhecido pelo poder público e muito menos por estas instituições aos quais estão lotados.

O plano de carreira desses profissionais, o Plano Geral do Poder Executivo (PGPE), não prevê nenhum ganho para os servidores que buscam essa qualificação, ou seja, o servidor se qualifica, arcando com os custos dessa qualificação, conseqüentemente presta um melhor serviço ao poder público e mesmo assim não é valorizado como deveria, muito pelo contrário, é cada vez mais desvalorizado quando o poder público sequer reconhece a sua qualificação lhes permitindo um ganho a mais por isso, bem como, sequer abre concurso para preenchimento das vacâncias por motivo de falecimento, aposentadoria ou transferências desses servidores. O último concurso para estes servidores civis técnicos administrativos das instituições de ensino vinculados ao MD ocorreu há 27 anos, ou seja, fica claro que o MD não tem mais interesse nestes profissionais.

Na tentativa de conseguir esta valorização, esses profissionais buscaram o sindicato (SINASEFE) como meio para encampar suas lutas. Através do Encontro dos Servidores Civis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa (ESCIME) várias pautas foram apresentadas, a fim de alcançar o objetivo de sua valorização profissional. Uma dessas reivindicações era que pudessemos ser transposto do PGPE para o PCCTAE (Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação) afinal de contas eles são servidores da Educação Federal, lotados nas instituições de ensino do MD, assim como são os professores dessas instituições com o cargo de EBTT (Ensino Básico Técnico e Tecnológico). Na verdade observamos uma grande injustiça com esses servidores que prestam serviços semelhantes aos serviços prestados pelos servidores dos Institutos Federais, no entanto apenas os servidores dos IF's conseguem a tão desejada valorização profissional através de um plano de carreira que lhes permitem melhores e maiores níveis de ganhos, como por exemplo os ganhos por capacitação e qualificação, algo inexistente no PGPE.

Através dessa luta permitiu que o SINASEFE buscasse o Governo Federal para uma negociação para esses servidores e no ano de 2012, após um diálogo com o Ministério da Defesa e Ministério da Educação, foi aberto um Grupo de Trabalho (GT) para discutir essa possibilidade de transposição desses servidores para o PCCTAE. Esta negociação teve a seguinte característica e rito:

a) Composição: MEC, MD, MPOG, SINASEFE e FASUBRA;

- b) Composição do SINASEFE: Coordenação Geral. William (Sindscope), Cristina (CMPA), Flávio e Aluízio (CMR), Eulálio (IFCE);
- c) MD não aparece nas duas primeiras reuniões;
- d) MD fornece banco de dados para o SINASEFE realizar a transposição e verificar o impacto financeiro;
- e) SINASEFE faz o estudo do banco de dados com a ajuda da CNS e faz os cálculos da transposição;
- f) GT entrega ao MEC, MPOG e MD cálculos e faz apresentação;
- g) MPOG argumenta que seria criada nova carreira, porém SINASEFE rebate com argumentos da nossa assessoria jurídica que NÃO, apresentando a Nota Técnica nº 08/2008 (conforme destacado abaixo);
- h) MD e MEC concordam em fazer a transposição;
- i) GT encerra seus trabalhos e os resultados ficam a cargo do MEC enviar ao MPOG através de protocolo via Ministro da Educação, para que tenhamos a finalização do GT;
- j) A negociação durou até 2016 quando houve o golpe em Dilma e o GT ficou sem o resultado final.

É importante destacar que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) reagiu desfavoravelmente a nossa intenção nos dizendo que seria uma nova carreira e que não teríamos constitucionalidade para essa transposição, portanto nossa assessoria jurídica Wagner Advogados Associados produziu uma Nota Técnica nº 08/2008 com o seguinte destaque:

Embora esteja prevista a unificação das carreiras dos docentes dos colégios militares com as dos docentes das demais IFES, não há previsão de unificação das carreiras dos servidores técnico-administrativos, que permanecem em planos de cargos separados.

Dessa forma, questiona a entidade consulente sobre a constitucionalidade/legalidade da inexistência de semelhante disposição, ou seja, que estabeleça a unificação de carreiras dos servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino (tanto as vinculadas ao Ministério da Educação quanto as vinculadas ao Ministério da Defesa), tendo em vista a semelhança de atribuições existente entre esses servidores.

Em um primeiro momento, é necessário referir que, em tese, há similitude entre as funções desempenhadas pelos servidores técnico-administrativos dos colégios militares e das demais instituições federais de ensino (estes últimos integrantes do PCCTAE). Por isso, até poderia ser vislumbrada uma afronta ao princípio da isonomia, previsto no art. 5º da Constituição Federal.

Igualmente importante destacar que as discussões e debate neste GT carreira estavam bem encaminhadas até que no ano de 2016, quando um fato nos atingiu profundamente e levou ao fim do GT carreira, tal fato foi o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. A consequência deste fato permitiu o fechamento de diálogo do golpista Michel Temer e do governo subsequente do Bolsonaro com as entidades sindicais.

O fechamento desse diálogo trouxe uma consequência muito maléfica para os servidores administrativos das instituições do MD. Muitos ficaram em uma tristeza profunda e sem esperança, outros que esperavam ansiosamente por esta transposição resolveram pedir transferência para outras instituições e outros órgãos. O clima de desânimo tomou conta desses servidores. Com isso, percebemos que o nível de adoecimento desses servidores seja altíssimo, bem como seu alto nível de endividamento, consequência da desesperança na sua valorização profissional, portanto devemos envidar esforços no sentido de se fazer um estudo aprofundado sobre as condições de trabalho e a saúde desses trabalhadores das instituições de ensino vinculadas ao MD.

Contudo, outros trabalhadores permaneceram ainda na luta, na tentativa do restabelecimento de um governo mais progressista e que reabrisse o diálogo com as entidades sindicais. O momento de reabertura desse diálogo chegou, as entidades sindicais estão sendo chamadas para dialogar com o governo, a esperança volta a ressurgir para esses servidores do MD, portanto é necessário que o SINASEFE retome essa discussão com o governo e coloque como pauta prioritária a reabertura do GT que não foi finalizado no ano 2016, pelos motivos já citados. Para tanto a Coordenação de Política para as Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa e a Comissão Nacional de Servidores Civis da Educação do Ministério da Defesa, criadas no 35º CONSINASEFE terá um papel fundamental e prioritário nas negociações com o Governo Federal para restabelecer este GT e finalmente alcançarmos nosso objetivo de transposição dos servidores civis técnicos administrativos do PGPE para o PCCTAE.

Com isso, os filiados do SINASEFE abaixo que assinam esta tese propõe os seguintes encaminhamentos para este 36º CONSINASEFE:

- Que o SINASEFE realize uma pesquisa sobre as condições de trabalho e a saúde desses trabalhadores das instituições de ensino vinculadas ao MD, a fim de estabelecer estratégias e soluções para os problemas encontrados, a curto, médio e longo prazos.

- Que o SINASEFE solicite reunião urgente com o Governo Federal para solicitar a reabertura do GT para que possamos dar encaminhamento a transposição dos servidores civis técnicos administrativos do PGPE para o PCCTAE.

- Que a Coordenação de Política para as Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa e a Comissão Nacional de Servidores Civis da Educação do Ministério da Defesa junto com a Coordenação Geral fiquem responsável pela negociação com o Governo Federal para reabertura desse GT da transposição.

- Que o SINASEFE, através da Coordenação de Política para as Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa e a Comissão Nacional de Servidores Civis da Educação do Ministério da Defesa

elabore um plano de filiação desses servidores técnicos administrativos e docentes nas mais diversas instituições de ensino vinculadas ao MD que ainda não temos filiados, bem como estender esse plano para as seções já filiadas que possuem servidores ainda não filiados ao SINASEFE.

Assinam esta tese:

- Flávio dos Santos Barbosa – CMR-EAMPE
- Gabriel de Oliveira Rodrigues – Seção APROFCMPA
- André de Holanda Sarmiento – IFBA/CMS
- Karla Simões de Andrade Lima Bertotti – CMR-EAMPE
- Marcelo Teixeira da Silva - CMR-EAMPE
- Tânia Regina Barbosa de Sousa – IFSE
- Gizella Menezes Rodrigues – CMR EAMPE
- Ronaldo Miguel da Hora – CMR-EAMPE
- Marliete Cristina da Luz – CMR-EAMPE
- Michel Torres – Sintifrj
- Amaury Garcia dos Santos Neto – SINASEFE CMRJ
- Beatriz Rietmann da Costa e Cunha – CMRJ
- Maria Eliana Almeida Matos – CMS
- Jorge Otte – EAMSC
- Marcelo Assunção – CMRJ
- Maria Inês Barreto da Costa – CMB
- Arioan da Silva Martins – Seção Barbacena do Sinasefe – Epcar
- Lissa – SINDSIFCE
- Márcio José da Silva – EAMSC
- Onilma Freire dos Santos – CMR-EAMPE
- Cristiane Denise Vidal – EAMSC
- Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca – CMR-EAMPE
- Valmir José da Silva – CMR-EAMPE
- Anamaria Freitas do Nascimento – CMR-EAMPE
- Fernando José Ivo da Silva – IFPE
- Francisco Chaves Bezerra – CMR-EAMPE
- Denise Brito Monteiro – CMR-EAMPE

- Evandro Marques Bezerra da Silva – CMR-EAMPE
- Marcos Fabio Pereira Junior – EAMSC
- Ana Paula de Oliveira Pires – EAMSC
- Regina T. Blum de Oliveira – CMB
- Leandro Batista da Silva – CMPA
- Cirlene Passos Kayanoki – IFBA/CMS
- Sônia Maria da Costa Leite – CTRB – Belém/PA
- Maria Helena Mendonça Sampaio – EAMCE
- Rosa Maria Cardoso dos Santos – CMRJ/CN
- Isabel Cristina Lopes da Silva – CTRB – Belém/PA
- Cristiane Denise Vidal – EAMSC
- Maria Eliana Almeida Matos – CMS
- Margarete R N Oliveira (docente aposentada CMS)
- Suzana do Nascimento Santos - CBNB, Rio de Janeiro/RJ
- Vinícius Vanir Venturini – CMF/CE
- Maria Aparecida Porfírio – professora aposentada do CMB
- Simone Pironi Silva – professora aposentada do CMJF
- Milton Máximo Ferrari – docente aposentado do Colégio Militar de Santa Maria-RS
- Josenice Ferro Costa – Agente Administrativo lotada na EAMSC
- Grazielle Nayara Felício Silva – IFSP
- Artemis Martins – IFCE
- André Gomes da Conceição – SINASEFE-CBNB
- Márcio Alves de Oliveira – IFSP
- Márcia Maria Severo Ferraz – docente aposentada da EAMSC
- Emiliana da Consolação Ladeira – professora aposentada da EPCAR - Barbacena/MG
- Luiz Otávio Monteiro Barroso – CTRB
- Alice de Araujo Nascimento Pereira – IFFluminense
- Cynthia Mattosinho – IFS
- Maíra Ferreira Martins – Sinasefe/SP
- Dione Cabral – Sinasefe-SP
- Natália Ayres da Silva – IFCE

- Paulo Marconi - IFCE
- Antonio Paim - Seção APROFCMPA
- Silvana Pacheco - Seção APROFCMPA
- Ricardo Artur Fitz - Seção APROFCMPA
- Liliane Gruber - Seção APROFCMPA
- Carlos Alberto Genz - Seção APROFCMPA
- Leandro Batista da Silva - Seção APROFCMPA
- Maria Helena Gravina - Seção APROFCMPA
- Maria da Graça Peccin - Seção APROFCMPA
- Renata Vaghetti Ocacia - Seção APROFCMPA
- Suzana Gutierrez - Seção APROFCMPA
- Ricardo Castillo - Seção APROFCMPA
- Paulo Jardim - Seção APROFCMPA
- Victor Pereira – IFRS
- Bruna Botin Nascimento - IFRS
- Ricardo Tixa - IFMG
- Joilson Cruz da Silva - IFBA
- Rafael Bernardo Silveira - IFC
- Glábia Dutra - IFMG
- Eulalio Ceará
- Décio Marchi - IFMG
- Pedro Peixe - IFMG
- Wallison Madeira - IFMG
- Claudio Afonseca CMRJ
- Sônia Regina Adão - Sinasefe/IFSc
- Xavier Filho Sinasefe IFMG
- Janice Queiroz de Pinho Gonçalves - IFMG
- Marcelo Tavares Garcia - IFSC
- Sônia Moura - IFRN
- Marcio Alves de Oliveira - Sinasefe-SP
- Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS

- Saulo Daniel Campos de Oliveira - IFBA
- Eliezer da Cunha Siqueira - IFPB
- Michel Torres IFRJ
- Leonardo Camilo - IFPE - SindsIFPE

06 - Luta pelo direito ao afastamento para graduação no país e no exterior

Justiça, igualdade e acesso à formação das servidoras e servidores

Enquanto trabalhadoras e trabalhadores da educação, entendemos o valor desta, inclusive, na luta por nosso espaço no serviço público. Contudo, não se pode perder de vista, que o ingresso no serviço público ocorre mediante um processo seletivo desgastante baseado num princípio falacioso da meritocracia no qual cada pessoa parte de uma situação distinta.

Mesmo tendo diferentes critérios de formação para cada cargo em seus planos de carreira, é indispensável constante formação e qualificação das servidoras e servidores. É nessa esteira que o estatuto dos servidores civis da União (Lei 8.112/90) possibilita alguns tipos de afastamentos para estudo, em especial, neste caso, o afastamento para estudo no exterior.

É importante destacar que o referido diploma legal trata destes afastamentos em seus artigos 95 e 96-A, transferindo para o regulamento a definição das modalidades e hipóteses cabíveis para tal afastamento. Atualmente, dois Decretos são mais significativos quanto à regulamentação do referido dispositivo, são estes o Decreto 9.991/19 (Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional) e o Decreto nº 1.387/95 (Dispõe sobre o afastamento do País de servidores civis da Administração Pública Federal).

Os aludidos normativos elencam algumas hipóteses de afastamento, mais notadamente, para realização de Pós-graduação *stricto sensu*. Todavia, sabe-se que muitas/os servidoras/es iniciam a carreira com ensino médio e muito almejam fazer uma graduação. Por vezes, oportunidades de bolsas surgem em instituições estrangeiras renomadas e, estes, acabam tendo que decidir entre o cargo público que a/o dá o sustento ou o tão desejado curso de graduação no exterior.

Esta restrição expõem mais uma forma de discriminação e exclusão inaceitáveis quando privilegia pessoas já graduadas em detrimento das que desejam se graduar e, muitas vezes, tiveram que encarar o árduo desafio de passar num concurso público para sanar sua situação econômica antes mesmo de ingressar à faculdade.

É imperativo reconhecer o direito ao ensino superior em diversos cursos, inclusive, no exterior, onde se pode conhecer outras culturas, conhecimentos, técnicas e tecnologias.

Encaminhamentos:

Reivindicar junto ao governo alterações dos Decreto nº 1.387/95 e Decreto nº 9.991/19, bem como envio de Projeto de Lei ao Congresso Nacional para alterar a Lei 8.112/90 e incluir a realização de curso de Graduação dentre as hipóteses de afastamento, ficando os normativos com as seguintes redações:

No que se refere à Lei 8.112/90, reivindicar as seguintes alterações:

“Art.96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País.

§1º Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de Graduação e de Pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§7º Aplica-se à participação em programa de Graduação e de Pós-graduação no Exterior, autorizado nos termos do art. 95 desta Lei, o disposto nos §§ 1º a 6º deste artigo.”

No que se refere ao Decreto nº 1.387/95, reivindicar as seguintes alterações:

“Art. 1.....

.....

VI - bolsas de estudo para cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.”

No que se refere ao Decreto nº 9.991/19, reivindicar as seguintes alterações:

“Art. 18.....

.....

III - participação em programas de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* no País, conforme o disposto no art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990; e

IV - realização de estudo no exterior, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990 e regulamentado no VI, art. 1 do Decreto 1.387/95”.

Assinam esta tese:

1	Izael Pereira Oliveira Da Silva	TAE	Sintiefal
2	Yuri Buarque	TAE	Sintiefal
3	Paulete Constantino Cerqueira	TAE	Sintiefal
4	Diógenes Mendes Araujo	Docente	IFRN/Natal/MLC
5	Rafael Luiz Dos Santos	TAE	Sintiefal
6	Antonildo Santos Pereira	Docente	IFBAIANO
7	Maria Cassandra Da Silva Alencar	TAE	IFBA/CMS
8	Maria Cristina Da Silva Pereira/Crystina Tapuya	Docente	Sinasefe/Natal
9	William Do Nascimento Carvalho	TAE	Sindscope
10	Nubia Regina Gomes Xavier	TAE	Sindscope
11	Cristina Valéria Gomes	TAE	Colégio Pedro II Campus Tijuca II
12	Marcondes Inácio Da Silva	TAE	Sintiefal
13	Nicelda Lovo	Aposentada	Seção Pimenta Bueno
14	Ivo Da Silva	TAE	Sinasefe-Seção MT
15	Alice Gomes	TAE	Sindscope
16	Ivanyr Da Silva Alves	TAE	Sindscope
17	Lucrecia Lacovino	TAE	Sindscope
18	Artur Barbosa Dos Anjos	TAE	Sintiefal
19	Josimar Barbosa Dos Santos	TAE	Sintiefal
20	Noemi Da Silveira Jorge	Docente	Sindscope
21	Sidinei Robero Nobre Júnior	TAE	IFSP
22	Wildson Justiniano Pinto	Docente	If Sudeste MG Campus Rio Pomba

23	Ângelo Mário Batista Silva Júnior	TAE	Sintietfal
24	Weliton Cley Bispo Do Rosário	TAE	IFBAIANO
25	Josefa Mendes Ferreira Cardoso	Docente	Pimenta Bueno
26	Ana Maria Leal Costa	TAE	Sintietfal
27	Monique Martins Parente	TAE	Sintietfal
28	Daone Da Silva Santos	TAE	Sintietfal
29	Adriana Alencar	TAE	Sintietfal
30	Miguel Pereira Neto	Docente	Sintietfal
31	Estevão Gabriel Santos Rocha	TAE	Sintietfal
32	Stela Jeane Tenório Torres Galindo	Docente	Sintietfal
33	Paulete Constantino Cerqueira	TAE	Sintietfal
34	Itajaci Meiri Marques Machado	TAE	Sintetfal
35	Ivanyr Da Silva Alves	TAE	Sindscope
36	Lucia Helenateixeira Araujo	TAE	Sindscope / CPedroll
37	Nubia Regina Gomes Xavier	TAE	Sindscope
38	Leewertton De Souza Marreiro	TAE	Sintef-Pb
39	Cristina Mari Ishida	TAE	Sinasefe-SP
40	Raildo Da Silva Lopes Medeiros	TAE	IFAC
41	Marcia Gabriel Cabral	TAE	Sindscope
42	Gerson Antônio Vieira Lourenço	TAE	Rio Pomba
43	Diego Gourthieres Campos Fernandes	TAE	Sintietfal
44	Katiuscia Da Costa Pinheiro	Docente	IFMA Monte Castelo
45	Carlos Magno Augusto Sampaio	Docente	Sinasefe IFBAIANO
46	Vanessa José Riva Do Nascimento Mandriola	TAE	Assines-Sind

47	Camila Ribeiro de Olivera Félix	Docente	IFBA/CMS
48	José Robson Dos Santos Silva	TAE	Sintietfal
49	Francisco De Assis Da Costa Dias	TAE	Seção Natal/IFRN
50	Luís Márcio Nogueira Fontes	Docente	Sintietfal
51	Andréa Moraes	Docente	Sintietfal
52	Ivanilda Soares De Gusmão Verçosa	Docente	Sintietfal
53	José Henrique Ferreira Da Silva	TAE	Sintietfal
54	Carlos Alberto Santos	TAE	Seção Cáceres/MT
55	Anny Querubina De Souza Barros	Docente	Sintietfal
56	Élcio Da Riva Moura	TAE	Sinasefe SP
57	Altemir Roque	Docente	Pimenta Bueno
58	Rosinaldo Silveira	TAE	Sinasefe IFPA, CTRB E CIABA
59	Ana Paula Oliveira Roman	TAE	Sinasefe PA
60	Eliete Ana Da Silva Barbosa	TAE	Sindscope
61	Gerson Antônio Vieira Lourenço	TAE	If Sudeste MG-Campus Rio Pomba
62	Genuzi De Lima	TAE	Sintietfal
63	Sonia Maria Moura Damasceno	TAE	Natal-RN
64	Jonas Batista De Alencar	TAE	Sintietfal
65	Victor Ribeiro Cedro	Docente	Sintietfal
66	Paulo André Ferreira	TAE	Sintifrj
67	Anna Júlia Giurizatto Medeiros	TAE	Sintietfal
68	Alice De Souza Ribeiro	TAE	Seção Sindical São Vicente Do Sul - RS
69	Maria Cristina Da Silva Pereira/Crystyna Tapuya Tairariú	Docente	IFRN Campus Apodi

70	Acássia Deliê Mendonça Alves	TAE	Sintietfal
71	Antônio Fernando Santos	TAE	Sinasefe-Se
72	Anna Luiza Moura	TAE	Sindscope
73	Aparecida Maria Da Silva	TAE	Sintieftal
74	Wilker Gomes Raposo	TAE	Sintefpb
75	Carlos Borges Da Silva Júnior	TAE	Sintietfal
76	Vilma Urpia	Docente	IFBA/CMS
77	Barbara Luana Sousa Marqueea	TAE	Sindsifce
78	Silvana Cristina Costa Correia	Docente	Sinasefe IFBA/CMS
79	Samuel Azevedo Santos	TAE	Sinasefe IFBA/CMS
80	Cicero Lima De Almeida	TAE	Sindsifce
81	Carmelita Ozorio	TAE	IFBA/CMS
82	Daise Moitinho	TAE	IFBA/CMS
83	Luciano Almeida	Docente	IFBA/CMS
84	Marcia Pinho	Docente	IFBA/CMS
85	Silvana Correia	Docente	IFBA/CMS
86	Carlos Cruz	TAE	IFBA/CMS
87	José Jorge	Docente	IFBA/CMS
88	Rita De Cassia Dos Santos	TAE	IFBA/CMS
89	Dalton Andrade	Docente	IFBA/CMS
90	Hellen Rodrigues	TAE	IFBA/CMS
91	Robson de Souza Silva	TAE	IFPA/, CTB e CIABA
92	Vera Rejane Gomes	TAE	Sintietfal
93	Ianna Cerqueira Santos Valiensi	TAE	IFBA/CMS

94	Maria Cristina Santana de Oliveira	TAE	Sindscope
----	------------------------------------	-----	-----------

07 - TESE DO COLETIVO PÃO E ROSAS - CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS/DAS TRABALHADORES/RAS DA EDUCAÇÃO FEDERAL

A greve histórica da Educação Federal, que ocorreu ao longo do 1.º semestre de 2024, intensificou o debate sobre a necessidade e urgência dos sindicatos pautarem o tema relacionado às condições de trabalho e saúde do/a trabalhador/a. Ao longo dos quase três meses do movimento paredista, de forma recorrente, nas atividades políticas e deliberativas que foram realizadas, pautava-se o adoecimento do/da trabalhador/a. O debate perpassou por diversos elementos, compreendendo que as determinações que intensificaram esse adoecimento vinculavam-se - quase sempre - a aspectos institucionais, políticos e sociais, relacionados, sobretudo, à precarização da vida, das instituições e aos assédios inerentes aos processos de trabalho. Por mais que as questões salariais e de carreira sejam fatores que contribuem para prejudicar a saúde e bem-estar dos servidores, devemos reconhecer que há também questões interpessoais, institucionais e ambientais que acarretam sua fragilização e adoecimento.

O Coletivo Sindical Pão e Rosas, comprometido com a importância e defesa da classe trabalhadora, esteve - nas diversas seções do SINASEFE - à frente da construção da greve, o que propiciou participar ativamente do debate relacionado às condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a. Neste sentido, entendendo a relevância do tema, esboçamos esta tese para contribuir no direcionamento das atividades sindicais no próximo período, já que se faz *mister* que os sindicatos assumam essas pautas, refletindo seu papel histórico na garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Compreendemos a importância de analisar as condições de trabalho e saúde do/a trabalhador/a como processos influenciados por diversos condicionantes, que não devem ser interpretados como algo simplificado e que tenha uma ou múltiplas causas. Tais processos possuem relação com a dimensão social e histórica do trabalho. Nosso coletivo compreende que é elementar avaliar que as relações sociais impostas ao/à trabalhador/a determinam “condições específicas de trabalhar, geradoras ou não de agravos à saúde” (Gomez *et al*, 2018, p. 1964), isso significa dizer que, o modo como nós, trabalhadores e trabalhadoras da Educação Federal, temos sido submetidos a intensificação e precarização do trabalho, em nossas instituições de trabalho, geram condições de trabalho que impactam, de modo inerente, nossa saúde em suas diversas designações, seja ela física, psíquica ou mental.

Entendemos que é elementar compreender o debate relacionado às condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a permeados por elementos técnicos, ambientais, sociais, políticos, culturais e humanos, atravessado por múltiplas intervenções profissionais e interinstitucionais, de forma a comprometer as relações de trabalho, provocando e intensificando adoecimentos. Esse debate deve ocorrer na perspectiva de reflexões que tenham a interlocuções com os/as trabalhadores/ras e suas experiências. Assim sendo, as instâncias sindicais, por representarem espaços de organização da classe trabalhadora, ganham importância tática na proposição de políticas relacionadas às condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a.

O Coletivo Sindical Pão e Rosas compreende que o sindicato deve ter protagonismo nas pautas relacionadas à defesa dos direitos dos/das trabalhadores. Nesse sentido, as discussões relacionadas às condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a, sobretudo decorrentes dos processos que atravessam as instituições, visam promover e proteger a saúde dos/das trabalhadores e a redução das mortalidades. Em outras palavras, isso implica na defesa das instâncias sindicais como espaços elementares para garantir que os/as trabalhadores/das não tenham suas vidas ceifadas pelos

adoecimentos em decorrência do trabalho, fato que temos visto se intensificar, por exemplo, com o aumento exponencial de ansiedade, depressão e síndrome de Burnout, elevando de forma considerável o suicídio entre trabalhadores e trabalhadoras da Educação Federal.

É fato notório em diversas pesquisas acadêmicas e literaturas especializadas que fatores psicossociais e a insatisfação com o trabalho, relacionados - inclusive - com as condições de trabalho provocam o adoecimento dos/das trabalhadores/as da Educação, sobretudo devido a esses profissionais constituírem um grupo sócio ocupacional exposto a diversas demandas, precarização e intensificação do trabalho, o que ocasiona estresses e rebatimentos no adoecimento físico, psíquico e mental.

No âmbito das instituições dos trabalhadores da Educação Federal, compreendemos que as condições de trabalho relacionados aos salários, jornada de trabalho, estrutura física dos espaços de trabalho, condições materiais para o desenvolvimento dos processos de trabalho, as relações de trabalho e vínculos de solidariedade postos, organização, gestão institucional e conteúdo de trabalho são variáveis que podem comprometer e repercutir ou causar danos à saúde. Isso implica dizer que a carga elevada de trabalho, as diversas demandas, o clima organizacional e a ambiguidade de papéis, além das condições estressantes e o pouco apoio da sociedade estão associados e relacionadas ao adoecimento do/da trabalhador/ra. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) relata que, por exemplo, o percentual nacional de adoecimento por Síndrome de Burnout chega em 49%, na Educação e esse dado muitas vezes é silenciado nos espaços e cotidiano das instituições de Educação, sobretudo relacionado a um silenciamento e preconceito com o tema relacionado à saúde do/da trabalhador/a.

Dessa forma, é elementar compreendermos a urgência em pautarmos o tema, de modo a contribuir para que a luta sindical continue a protagonizar e fortalecer a garantia de direitos dos/das trabalhadores/as das instituições ligadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e aos/às servidores/as civis vinculados às Escolas do Ministério da Defesa.

No que diz respeito às condições de trabalho e saúde do trabalhador nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, cabe nota que nestas instituições as condições de trabalho são regidas por um regime bastante autoritário sob a égide de uma hierarquia militar que, em sua grande maioria, não tem qualquer preparo do ponto de vista educacional para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. Com isso, há um reforço a burocratização do ensino, prejudicando a educação nestes estabelecimentos de ensino. Alguns fatores contribuem para esse cenário, como: a) carga horária excessiva; b) quantidade excessiva de processos a serem preenchidos pelo professor até chegar ao seu objetivo final que é a aula; c) processo de avaliação rígida dos alunos, passando por uma banca, que em sua maioria, questiona a liberdade do professor em avaliar seus alunos; d) desrespeito à liberdade de cátedra do professor; e) trabalho e retrabalho excessivo para os servidores técnicos administrativos dessas instituições; f) assédio moral; g) metas abusivas; perseguição do chefe; h) isolamento, entre outros. Esse conjunto de fatores traz consequências negativas para o profissional da educação nessas escolas. O nível de adoecimento desses profissionais é muito alto, desde estresse (muitas vezes ocasionando a síndrome de Burnout), depressão, ansiedade, fadiga entre outras doenças.

Diante do exposto, nosso coletivo compreende que é importante pensarmos sobre políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida e condições de saúde e de trabalho dos/das trabalhadores/as da Educação Federal, sobretudo considerando a centralidade que o trabalho ocupa na vida dos/das sujeitos/as. Em um cenário pós-greve, no qual as pautas dos/das trabalhadores/as ganharam destaque para além de aspectos remuneratórias, faz-se elementar fortalecermos o

sindicato enquanto uma instância ativa para acolhimento e denúncias das diversas negligências que a pauta coloca e já sinalizamos nesta tese. Se defendemos políticas educacionais que dialogam com valores democráticos e de direitos, é inerente termos trabalhadores/as da com condições de saúde e trabalho valorizadas e respeitadas, devendo ser prioridade nas nossas pautas e lutas sindicais e institucionais. Não é aceitável e nem natural que a coletividade da categoria de trabalhadores/as da Educação Federal acumulem, cada vez mais, um conjunto de males nos quais predominam os distúrbios mentais, como citamos anteriormente, mas que também tem refrações em distúrbios de voz e distúrbios osteomusculares (Lima, *et al*, 2023).

Assim sendo, defendemos que o sindicato assuma protagonismo no processo de articular os diferentes atores e atrizes envolvidos nas instituições de Educação Federal para olhar para a realidade e buscar construir intervenções e caminhos para a melhoria das condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores/as. É preciso mobilização em torno do tema e apontarmos a necessidade de intervenção diante das demandas, respeitando nossos limites físicos, psíquicos e subjetivos frente aos processos de trabalho, sobretudo em uma conjuntura política atravessada pelo neoliberalismo educacional que impõe o sucateamento das instituições de Educação, programa de gestão e desempenho baseado no cumprimento de metas e numa lógica privada imposta aos serviços públicos, além de uma congruência taylorista, fordista e toyotista de formas de gestão que exigem cada vez mais dos/das trabalhadores/as. É necessário resgatarmos o caráter coletivo do trabalho, a participação efetiva dos/das trabalhadores/as e o engajamento político em torno da pauta, atravessada de diversidades e múltiplos elementos de análise, sem desconsiderar os limites que temos, enquanto sindicato, mas compreendendo o nosso significado e possibilidades de intervenção, tendo a melhoria das condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores da Educação Federal como um horizonte a ser seguido.

Dessa forma, propomos, como pautas e planos de lutas para o SINASEFE:

1. Construir campanhas de comunicação relacionadas ao debate sobre de conscientização da importância do debate das condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a e suas diversas determinações;
2. Promoção de campanhas de combate ao assédio e suas múltiplas faces nas instituições, além da criação de espaços de encaminhamento e acolhimento de denúncias sobre assédio;
3. Criação de um grupo de trabalho com caráter contínuo para promover debates, estudos, pesquisas, seminários, campanhas e lutas políticas relacionados às condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a;
4. Que as seções sindicais promovam a aproximação com o conjunto de servidores que compõem as suas instituições para realizar o debate sobre condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a, inclusive com os/as trabalhadores/ras terceirizados/das, promovendo fóruns sistemáticos de debates e acolhimentos;

REFERÊNCIAS

Gomez CM, Vasconcellos LCF de, Machado JMH. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2018, Jun; p. 1963–70. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DCSW6mPX5gXnV3TRjfZM7ks/#> Acesso em 01.08.2024

LIMA, CFL, et al. Seminários : trabalho e saúde dos professores : precarização adoecimento e caminhos a mudança. São Paulo, Fundacentro, 2023

ASSINAM ESTA TESE:

1	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
2	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
4	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
5	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
6	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
7	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM
8	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE
9	Alessandro de Paula Silva	Docente	Sinasefe Norte de Minas
10	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe - Iffluminense
11	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
12	Amanda Princy Batista Silva	TAE	Sesisifpi - PI
13	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
14	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
15	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
16	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
17	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO
18	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
19	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista

20	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
21	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE
22	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
23	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
24	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM
25	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
26	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
27	Cathia Alves	Docente	Salto
28	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes
29	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
30	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
31	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe
32	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
33	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
34	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
35	David Lobão	Docente	Sintefpb
36	David Lobão - IFPB	Docente	SINTEFPB
37	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
38	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
39	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
40	Edson Barbosa Lisboa	Docente	Sergipe
41	Edson Barbosa Lisboa	Docente	SINASEFE Sergipe
42	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
43	ELISEANNE LIMA DA SILVA	TAE	MANAUS
44	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
45	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
46	Emily Raquel Moura dos Santos	TAE	IFBA / CMS
47	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
48	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)
49	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
50	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo

51	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
52	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
53	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
54	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
55	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
56	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
57	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
58	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
59	Francisco Raimundo de Freitas	TAE	SINTEFPB
60	Gabriel Adolfo Garcia	TAE	São Vicente do Sul
61	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
62	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
63	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
64	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
65	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
66	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
67	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP
68	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
69	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
70	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
71	Henrique Brum	Docente	IFTO
72	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
73	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
74	Inez Sales de Aguiar	Docente	SINASEFE-IFAM
75	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
76	Isamarcia Catarina Oliveira de Sousa	TAE	SEISISIFPI
77	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
78	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
79	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
80	Jennifer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
81	João Campinho	Docente	São Paulo

82	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
83	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
84	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves
85	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
86	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
87	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
88	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
89	JOSE GRANGEIRO SOBRINHO	TAE	IFPBPI
90	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
91	josenilda de Souza Silva	TAE	Sinasefe Januária
92	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
93	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
94	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
95	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
96	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
97	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
98	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
99	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
100	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
101	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
102	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
103	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
104	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
105	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
106	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
107	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
108	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
109	Marcelo Linon Batista	Docente	CONSINASEFE-BA
110	Márcia Maria Costa Gomes	Docente	Campina Grande
111	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
112	Márcio Alves de oliveira	Docente	Sinasefe-sp

113	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
114	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
115	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
116	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
117	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
118	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
119	Maria José Araújo	Docente	SINTEFCG
120	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus
121	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
122	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
123	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
124	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
125	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAE	Sintefpb
126	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
127	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
128	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
129	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
130	Philipe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE
131	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
132	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
133	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
134	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
135	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE
136	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
137	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
138	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
139	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP
140	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB
141	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
142	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
143	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS

144	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
145	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
146	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
147	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
148	Sirlei Bortolini	TAE	Seção Bento Gonçalves
149	Sonale Vasconcelos de Souza	Docente	Sintefpb
150	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
151	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
152	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
153	Talita Souza de Lima	TAE	Sinasefe-SP (IFSP SÃO CARLOS)
154	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
155	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
156	Thais Surian	TAE	São Paulo
157	Thalimar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
158	Therezinha Gauri Leitão	Docente	SINASEFE IFBA/CMS
159	Valério Arcary	Docente	São Paulo
160	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce
161	Vania de Jesus	TAE	Sergipe - IFS
162	Victor dos Santos Pereira	TAE	IFRS - Seção Bento Gonçalves
163	Vinicius Retamoso Mayer	Docente	SINASEFE MANAUS
164	Virginia Alves Lima Anjos	Docente	Sinasefe
165	Viviane Frederico Barbosa	TAE	Sergipe
166	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	Guanambi
167	Wilker Gomes Raposo	TAE	SINTEFPB
168	Willy Deivson Leandro da Silva	Docente	IFTO
169	Yara Silvia Freire Rabay	Docente	IFPB -sintefpb
170	Gilvan Azevedo –	Docente –	IFMA Maracanã
171	Danielle Lima Costa –	Docente –	IFMA Centro Histórico
172	Eriane de Paula –	Docente –	IFMA Maracanã

08 - A LUTA CONTRA O ASSÉDIO É DEVER DE TOD@S!!

A prática de assédio moral no ambiente de trabalho expõe as pessoas a situações de humilhação, constrangimento, intimidação, agressividade, menosprezo, e causa sofrimento psíquico ou físico, interferindo negativamente na vida profissional, social e pessoal da pessoa assediada.

Pode ter como finalidade mudar a forma de proceder da/o trabalhador/a simplesmente visando, por exemplo, à humilhação perante a chefia e demais colegas, como uma espécie de punição pelas opiniões, atitudes manifestadas ou por discriminação. O importante, para a configuração do assédio moral, é a presença de conduta que humilhe, ridicularize, menospreze, inferiorize, rebaixe, ofenda a/o trabalhador/a, causando-lhe sofrimento psíquico e físico.

Além do assédio moral que ocorre em razão da conduta de uma ou mais pessoas – assédio moral interpessoal –, também pode ocorrer o assédio moral organizacional, que consiste em uma prática da própria instituição de incentivar e/ou de tolerar o assédio.

No assédio moral interpessoal, a finalidade está em prejudicar ou eliminar a/o trabalhador/a na relação com a/o outra/o/e enquanto no assédio moral organizacional o propósito é atingir a/o trabalhador/a por meio de estratégias organizacionais de constrangimento com o objetivo de melhorar a produtividade e reforçar o controle.

O assédio moral constitui-se de uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para qualquer trabalhador/a, seja servidor/a público/a, terceirizada/o, estagiária/o, etc.

O assédio moral causa perda de interesse pelo trabalho e do prazer de trabalhar, desestabilizando emocionalmente e provocando não apenas o agravamento de moléstias já existentes, como também o surgimento de novas doenças. Além disso, as perdas se refletem no ambiente de trabalho, atingindo, muitas vezes, as/os demais trabalhadores/as com a queda da produtividade e da qualidade, a ocorrência de doenças profissionais e acidentes de trabalho, causando, ainda, a rotatividade de trabalhadores/as e o aumento de ações judiciais pleiteando direitos trabalhistas e indenizações em razão do assédio sofrido.

Já o assédio sexual constitui-se no ato de constranger alguém com a intenção de obrigar ou forçar a pessoa a submeter-se a uma situação de caráter sexual: beijo, abraço, toques, falas sobre assuntos íntimos, expressões, comentários, humilhação, piadinhas, contato físico, mensagens, entre tantas outras formas de aproximação importuna que ferem a privacidade e a liberdade da pessoa assediada. É qualquer comportamento indesejado de caráter sexual, demonstrado de maneira verbal ou não verbal, com ou sem contato físico, com o objetivo de perturbar ou constranger, atentar contra a dignidade, ou, ainda, criar ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. É um ato que provoca tristeza e revolta pela facilidade com que ocorre e indignação pela impunidade que o cerca. Impunidade que vem seja pela indiferença, seja pelo escárnio. O ato de assédio sexual é entre desiguais, não pela questão de gênero masculino versus feminino, mas porque um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado, o fato de alguém usar as suas prerrogativas, a sua posição na organização e os instrumentos que domina para chantagear com fins pessoais.

Diante de um cenário de indefinições, urgências legais e cobranças para o retorno às atividades após a greve de 2024, nos reordenamentos de calendários letivos e re-planejamentos de atividades de reposição, ficaram evidenciadas e potencializadas, no âmbito das instituições da rede federal de educação, situações e atitudes que contrariam boas práticas de relações de trabalho, em que as negociações dos acordos não levaram em conta o princípio do que o próprio termo significa, ou seja, que haja consenso entre as partes. Faz-se necessário que todas/os/es servidoras/es da rede federal de educação fiquem atentas/os/es para que atitudes apressadas, não acarretem situações de assédio na instituição.

Abaixo, reproduzimos algumas orientações desenvolvidas pelo Ministério Público do Trabalho – Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) e pelo Ministério Público Federal - Comissão Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, que poderão dar um norteamento para a prevenção desta prática, que adoce e degrada o ambiente de trabalho, e que geralmente ocorre onde há relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, nas quais predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração.

Quais atitudes podem configurar assédio?

- Retirar a autonomia do servidor, estagiário ou terceirizado;
- Contestar, a todo o momento, as decisões do servidor, estagiário ou terceirizado;
- Sobrecarregar o servidor, estagiário ou terceirizado de novas tarefas;
- Retirar o trabalho que normalmente competia àquele servidor, estagiário ou terceirizado;
- Ignorar a presença do servidor, estagiário ou terceirizado assediado, dirigindo-se apenas aos demais trabalhadores;
- Passar tarefas humilhantes;
- Falar com o servidor, estagiário ou terceirizado aos gritos;
- Espalhar rumores a respeito do servidor, estagiário ou terceirizado;
- Não levar em conta seus problemas de saúde;
- Criticar a vida particular do servidor, estagiário ou terceirizado;
- Evitar a comunicação direta entre o assediado e o assediador: ocorre quando o assediador se comunica com a vítima apenas por e-mail, bilhetes ou terceiros e outras formas de comunicação indiretas;
- Isolar fisicamente o servidor, estagiário ou terceirizado no ambiente de trabalho, para que este não se comunique com os demais colegas;
- Desconsiderar ou ironizar, injustificadamente, opiniões da vítima;
- Retirar funções gratificadas ou cargos em comissão do servidor, sem motivo justo;
- Impor condições e regras de trabalho personalizadas a determinado servidor, estagiário ou terceirizado, diferentes das que são cobradas dos demais, mais trabalhosas ou mesmo inúteis;
- Delegar tarefas impossíveis de serem cumpridas ou que normalmente são desprezadas pelos outros;
- Determinar prazo desnecessariamente curto para finalização de um trabalho;
- Não atribuir atividades ao servidor, estagiário ou terceirizado, deixando-o sem quaisquer tarefas a cumprir, provocando a sensação de inutilidade e de incompetência, ou colocando-o em uma situação humilhante frente aos demais colegas de trabalho;
- Manipular informações, deixando de repassá-las com a devida antecedência necessária para que o servidor, estagiário ou terceirizado realize as atividades;
- Vigiar excessivamente apenas o servidor, estagiário ou terceirizado assediado;
- Limitar o número de vezes e monitorar o tempo em que o servidor, estagiário ou terceirizado permanece no banheiro;
- Fazer comentários indiscretos quando o servidor, estagiário ou terceirizado falta ao serviço;
- Advertir arbitrariamente;
- Divulgar boatos ofensivos sobre a moral do servidor, estagiário ou terceirizado;
- Instigar o controle de um servidor, estagiário ou terceirizado por outro, determinando que um trabalhador tenha controle sobre outro, fora do contexto da estrutura hierárquica, espalhando, assim, a desconfiança e buscando evitar a solidariedade entre colegas;
- Outras situações vexatórias ou humilhantes, que denotem abuso de autoridade

Assédio sexual por Intimidação:

- Assédio sexual ambiental, por meio do qual o assediador busca criar condições de trabalho inaceitáveis, num processo intimidatório de hostilização, em razão do gênero;
- Restringir, sem motivo, a atuação de alguém ou criar uma circunstância ofensiva ou abusiva no trabalho, em razão do gênero.

Assédio Sexual por Chantagem:

- Assédio sexual qui pro quo – isto por aquilo – ou seja, a oferta de vantagens no ambiente de trabalho por atitudes de cunho sexual;
- Ocorre via chantagem, insistência, importunação da vítima para fins sexuais.

O que fazer se você estiver passando por alguma situação que configure assédio:

- Resistir. Dizer, claramente, não ao assediador;
- Anotar, com detalhes, todas as humilhações sofridas: dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do(a) assediador(a) e dos colegas que testemunharam os fatos, conteúdo das conversas e o que mais achar necessário;
- Reunir provas, como bilhetes, e-mails e outros;
- Romper o silêncio, procurando a ajuda dos colegas, principalmente daqueles que testemunharam o fato ou que já sofrem humilhações do(a) assediador(a);
- Evitar conversar e permanecer sozinho(a) - sem testemunhas - com o(a) assediador(a);
- Procurar seu sindicato e relatar o ocorrido;
- Buscar apoio junto a familiares, amigos e colegas.

Se você testemunhou ato de assédio:

Se você é testemunha de cena(s) de humilhação no trabalho, supere seu medo, seja solidário com seu colega. Você poderá ser “a próxima vítima” e, nesta hora, o apoio dos colegas também será precioso.

Não esqueça que o medo reforça o poder do assediador!

Você pode cooperar das seguintes formas:

- Oferecer apoio à vítima;
- Disponibilizar-se como testemunha;
- Procurar o sindicato e relatar o ocorrido;
- Apresentar a situação a outros colegas e solicitar mobilização;
- Comunicar ao setor responsável ou ao superior hierárquico do assediador.

Que encaminhamentos posso dar, reunidas as provas do ato assediado?

É importante que essas situações sejam relatadas, desde sua origem, evitando que delas decorram maiores consequências e prejuízos ao servidor, estagiário ou terceirizado.

Inicialmente, deve-se encaminhar o relato para a OUIDORIA da instituição por meio da Plataforma Fala.BR, que funciona 24 horas em todos os dias do ano, podendo ser registradas por qualquer pessoa, física ou jurídica.

Ultrapassada essa etapa sem soluções rápidas e efetivas, imperativo que se entre em contato com o SINASEFE, que ofertará assessoramento jurídico para encaminhamento de oferta de denúncia perante o departamento responsável por processos administrativos correicionais da instituição, bem como ao Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público. Nada impede, ainda, que a lesão gere uma demanda judicial, na qual se pleiteie indenizações por eventuais danos patrimoniais e morais.

Em determinadas situações, o assédio moral pode caracterizar conduta criminosa, e quem assedia poderá responder por crimes contra a honra, constrangimento ilegal e abuso de autoridade.

O assédio moral também pode configurar improbidade administrativa, conforme já decidiram o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sendo o assediador um servidor público, o Estado (União, Estado ou Município) pode ser responsabilizado civilmente pelos danos materiais e morais sofridos pela vítima, porque possui, segundo atribuição legal, art. 37, §6º, da CF, responsabilidade objetiva, ou seja, independe de prova de culpa. Ao ser comprovado o assédio e o dano, cabe ao Estado indenizar a vítima. Normalmente a vítima sofre perseguições, ameaças, redução no rendimento do trabalho, que inclusive geram perdas de caráter material e moral, dando direito à indenização.

Que ações são necessárias para o fortalecimento do enfrentamento ao assédio na rede federal e no SINASEFE?

Para que o combate ao assédio possa ser efetivo, ou seja, realmente produzir ações que venham senão a erradicar, mas no mínimo, reprimir situações de assédio, é fundamental que o sindicato fortaleça os dispositivos de enfrentamento a essas situações. Para isso, consideramos fundamental:

- Que sejam criados e fortalecidos canais de denúncias no âmbito das seções sindicais;
- Que sejam criados, nas seções sindicais, protocolos específicos para quando houver essas situações vividas por sindicalizadas/os/es, orientados pela direção nacional e assessoria jurídica;
- Esses protocolos deverão prever: recepção, acolhimento, orientação e encaminhamento;
- Que sejam organizadas atividades formativas destinadas tanto a servidoras/es, com o intuito de orientar sobre como identificar, prevenir e se proteger de situações de assédio, bem como sobre a produção de material probatório em casos de assédio, e para coordenações sindicais, comissão de ética e grupos de trabalho no âmbito do sindicato para esse tema, para capacitar para as possíveis ações de combate e controle;
- Que, para essas formações, sejam estabelecidas parcerias com entidades e organizações especializadas no tema, a exemplo do Dieese, bem como com núcleos existentes nas diversas entidades judiciais, como Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal;
- Que seja criado um grupo de trabalho composto preferencialmente pelas coordenações das pastas de combate ao assédio e opressões e comissão de ética, junto à pasta correspondente na direção nacional, ou seja, pasta de combate a opressões e jurídico, podendo ser prevista a adição de outras/os/es membras/os/es, para o planejamento e a organização de atividades;
- Que, quando na ocorrência de denúncia de assédio (e outras violências como racismo, misoginia, lgbtfobia, capacitismo e outras), figurar como denunciada/o membra/o/e do sindicato, sob o risco de incorrer em defesa de práticas abusivas, o sindicato se abstenha em oferecer a defesa, ficando assegurado, caso seja comprovada a inocência da pessoa acusada, que possa ser oferecida assessoria, caso seja solicitada, para a defesa de possível ação de reparação (danos morais, calúnia, difamação);
- Que, constatada culpa de sindicalizada/o/e em processos administrativos e/ou judiciais sobre prática de atos abusivos, violentos e de assédio, sejam remetidos os resultados à comissão de ética, para providências sobre condutas antisindicalis.

Não sejamos vítimas ou cúmplices desses atos, pois os danos à sua saúde e ao seu futuro profissional podem ser irreparáveis.

Alguns documentos de referências podem ser acessados nos endereços abaixo:

1. <https://www.mpf.mp.br/portal/o-mpf/ouvidoria-mpf/Cartilha-assedio-moral-sexual-e-discriminacao>
2. <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/assedio-moral-e-sexual.pdf>;
3. https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/assedio-moral-no-trabalho-perguntas-e-respostas/@@display-file/arquivo_pdf

ASSINAM ESTA TESE:

1	Adão de Assis Ferreira Jr	TAE	SINTIFRJ
2	Abraão Romão Batista	Docente	SintefPB
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	São Paulo
4	Adriana Medeiros Vieira	TAE	Sintifrj
5	Adriana Nascimento de Jesus	Docente	São Paulo
6	Ailton Ribeiro de Assis	Docente	SINTEFPB
7	Albert Cardoso Passos	TAE	MANAUS-AM
8	Alcione Alves da Silva	Docente	SINDSIFCE
9	Alessandro de Paula Silva	Docente	Sinasefe Norte de Minas
10	Alice de Araújo Nascimento Pereira	Docente	Sinasefe - Iffluminense
11	Allan Patrick de Lucena Costa	Docente	Sintef-PB
12	Amanda Princy Batista Silva	TAE	Sesisifpi - PI
13	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Docente	Sinasefe
14	Ana Paula de O Corti	Docente	Sao Paulo
15	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce
16	André Bellieny Roberto da Silva	Docente	sinasefe if fluminense
17	Andréia Sousa Castro	TAE	IFTO
18	Angevaldo Maia	Docente	Jacobina
19	Ânteni de Sousa Belchior	TAE	Bragança Paulista
20	Antonio Jesus Souza Melo Neto	Docente	Esperança
21	Antonio Leonardo Barbosa Camilo	TAE	SindsIFPE
22	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
23	Barbara Ferreira Fadul	Docente	Ji-Paraná-RO
24	Beatriz Pereira Dias	TAE	SEÇÃO SINDICAL DE MANAUS-AM
25	Bruna Botin Nascimento	Docente	Bento Gonçalves
26	Bruno José de Sousa	TAE	IFSC
27	Camila martins de Freitas	TAE	Sintef- PB
28	Cathia Alves	Docente	Salto
29	Cezar Laurence De Barros	Docente	Ifes
30	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	SINDSIFCE
31	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó-IFMA
32	Cleide Aparecida da Silva	TAE	Urutai
33	Cristiane Mirtes Da Fonseca	Docente	SINASEFE Sergipe

34	Cynthia M. S. Mattosinho	Docente	IFSE
35	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	SINTIFRJ
36	Daniel Soares da Silva	Docente	São Paulo
37	David Lobão	Docente	SINTEFPB
38	Demian Boaroli	Docente	Bento Gonçalves
39	Dieudes Laenio de Sousa Silva	Docente	Sesisifpi
40	Diogenes Mendes Araujo	Docente	Sinasefe/Natal
41	Edson Barbosa Lisboa	Docente	SINASEFE Sergipe
42	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
43	Eliseu Roque do E. Santo	Docente	IFF Macaé
44	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
45	Emily Raquel Moura dos Santos	TAE	IFBA / CMS
46	Êmy Virgínia Oliveira da Costa	Docente	Sindsifce
47	Everthon Silva Fonseca	Docente	São Paulo (SINASEFE)
48	Fabio de Oliveira Dias	Docente	IFSul
49	Fanley Bertoti da Cunha	Docente	São Paulo
50	Fátima Maria de Holanda Lima	Docente	Fortaleza
51	Fernanda Mendes Furlan	Docente	Sintietfal
52	Fernando Ferreira Pinheiro	Docente	Ji-Paraná
53	Fernando Mendonça Heck	Docente	SINASEFESP
54	Fillipe Perantoni	TAE	Sintefpb
55	FLÁVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
56	Flávio Henrique Ferraresi	Docente	Sinasefe SP
57	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo	TAE	SINTEFPB
58	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	APROFCMPA
59	Gabriela Oliveira Mota da Silva	Docente	SINASEFE- IFBA /CMS
60	Geisa Lourenço Ribeiro	Docente	Sinasefe Ifes
61	Geraldo Herbetet de Lacerda	Docente	CM Cajazeiras
62	Giselle Batista	Docente	SINASEFE PARÁ
63	Giuliana de Sá Ferreira Barros	Docente	Norte de Minas
64	Grazielle Nayara Felício Silva	TAE	SINASEFE-SP
65	Heleno Manduca Ayres Leal	Docente	Sinasefe IFTO
66	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB / IFPB
67	Helio Sales Rios	Docente	Sbv
68	Henrique Brum	Docente	IFTO
69	Henrique Nascimento da Silva	Docente	Sinasefe -MS
70	Igor Lima Rodrigues	Docente	SINDSIFCE
71	Irismar Monteiro Brasil	TAE	Sinasefe- PA
72	Isamarca Catarina Oliveira de Sousa	TAE	SEISISIFPI
73	Ivo Chaves de França	Docente	SINASEFE IFBA
74	Janice Pinheiro Boeira	Docente	Sinasefe Seção Santo Augusto
75	Jefferson Oliveira Lima	TAE	SINASEFE seção Pará
76	Jennifer Karolinny de Araújo Dantas	Docente	SINDSIFCE - CE
77	João Campinho	Docente	São Paulo
78	JOÃO EDSON RUFINO	Docente	SINTEFPB
79	Jonas Pereira Gomes	Docente	Codó - MA
80	Jorge Luiz dos Santos de Souza	TAE	Bento Gonçalves

81	José de Araujo Pereira	Docente	SINTEFPB CMCG
82	José Ernesto Moura Knust	Docente	IFF
83	Jose Eurico Ramos de Souza	Docente	Manaus
84	JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO	TAE	SINTEFPB
85	JOSE GRANGEIRO SOBRINHOTA	TAE	IFPBPI
86	Josenilda de Souza Silva	TAE	IFNMG- Seção Januária
87	josenilda de Souza Silva	TAE	Sinasefe Januária
88	Juliana Fernanda da Silva	TAE	Sinasefe-SP
89	Juliana Schlatter de Lima Ferraz	Docente	São Paulo
90	Kairo Tavares Freire	Docente	IFTO - Tocantins
91	Karina Soares Farias do Nascimento Cunha	Docente	SINTEF- PB
92	Klaus Rene Trein Laino	Docente	SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFTO
93	Leandro Rafael Prado	Docente	Jacobina
94	Leewertton de Souza Marreiro	TAE	Sintef PB
95	Lenice Massarin Figueiredo	TAE	São Paulo
96	Leonardo Camilo	TAE	SindsIFPE
97	Leonardo Carretta da Silva	TAE	Sintifrj
98	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	Bento Gonçalves
99	Lucas Labigalini Fuini	Docente	Sinasefe-SP
100	Luighi Fabiano Barbato Silveira	TAE	Inconfidentes
101	Maíra Ferreira Martins	TAE	Seção São Paulo
102	Maíra Giovenardi	TAE	Frederico Westphalen
103	Manoel Pereira de Macedo Neto	Docente	Sintefpb
104	Márcia Ney Pessoa	Docente	IFTO
105	Márcio Alves de oliveira	Docente	Sinasefe-sp
106	Marco Vinícius Moreira Lamarão	Docente	Iffluminense
107	Marcus Cardoso da Silva	Docente	Macaé
108	Marcus Vinícius Guedes da Mota	TAE	SINASEFE Pirapora
109	MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS	Docente	SINDSIFCE
110	maria cleide da silva barroso	Docente	SINDSIFCE
111	Maria da Conceição da Silva Rodrigues	Docente	Sindsifce
112	Maria Suely Silva Santos Guimarães	TAE	Manaus
113	Maria Valdicelsia Soares Leal	TAE	SEISISIFPI - SINASEFE
114	Mariana Abreu Gualhano	Docente	1364141
115	Marival Baldoino de Santana	Docente	Seção São Paulo
116	Michel Torres	Docente	SINTIFRJ
117	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	TAE	Sintefpb
118	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
119	NERICILDA BEZERRA DA ROCHA	Docente	SINDSIFCE
120	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	Docente	IFTO
121	Paulo Marconi Linhares Mendonça	Docente	SINDSIFCE
122	Philippe Michel Silva Soares	TAE	SINDSIFPE
123	Rafaella Florêncio	Docente	Sindsifce
124	Raimundo Helio Lopes	Docente	IFFluminense
125	Rhafaél da Costa Borges	Docente	São Vicente da Serra/MT
126	Ricardo Rodrigues A. de Lima	Docente	São Paulo
127	Roberto Coutinho Medeiros Junior	Docente	IFF IFFLUMINENSE

128	Roberto Wallace Viana	TAE	IFES
129	Rogério Alves de Amorim	TAE	Seção Sindical Norte de Minas
130	Rogério de Castro Ângelo	Docente	Triângulo Mineiro
131	ROGÉRIO DE SOUZA	Docente	SINASEFE-SP
132	Rômulo Alexandre IFPB	DOCENTE	SINTEFPB
133	Samantha Macedo Lima	Docente	Sindsifce
134	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	SINDSIFCE
135	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
136	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	TAE	SEISISIFPI
137	Sérgia Beatriz Drumond Sales	TAE	Piauí
138	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	IFPA.
139	Simone Jerônimo Leite Rangel	TAE	SINTEFPB
140	Sonale Vasconcelos de Souza	DOCENTE	SINTEFPB
141	Stânio de Sousa Vieira	Docente	Sinasefe Seção IFTO
142	Suely Corvacho	Docente	São Paulo
143	Suenia Vasconcelos de Souza	TAE	Sintefpb
144	Talita Souza de Lima	TAE	Sinasefe-SP (IFSP SÃO CARLOS)
145	Taysa Tamara Viana Machado	Docente	Sintefpb
146	Thais Surian	TAE	São Paulo
147	Thalimar Matias Gonçalves	Docente	Seção Ifes ES
148	Valério Arcary	Docente	São Paulo
149	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	Sindsifce
150	Vania de Jesus	TAE	Sergipe - IFS
151	Victor dos Santos Pereira	TAE	IFRS - Seção Bento Gonçalves
152	Vinicius Retamoso Mayer	Docente	SINASEFE MANAUS
153	Virginia Alves Lima Anjos	Docente	Sinasefe
154	Viviane Frederico Barbosa	TAE	Sergipe
155	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	Guanambi
156	Willy Deivson Leandro da Silva	Docente	IFTO

09 - Garantindo Direitos: A Importância da Proteção e Apoio a Estudantes com Deficiência e às Mães nos Institutos Federais

Os Institutos Federais têm caminhado em direção à possibilidade de inclusão. Estudantes com deficiência estão ingressando na instituição, em busca de uma educação gratuita, socialmente referenciada e de qualidade, e os gestores, com o objetivo de atendê-los, têm recorrido a contratações terceirizadas. A terceirização não é a solução, este atendimento educacional especializado deve ser realizado por professores especializados, conforme prevê as Diretrizes Nacionais de Educação Especial, oferecendo uma carreira digna, com ingresso por meio de concursos de provas e títulos, com bons salários e benefícios.

É direito de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nos Institutos Federais - o acesso, a permanência e o sucesso em todos os níveis de ensino, logo, entendemos que as garantias legais para a permanência e o sucesso, ainda não estão efetivadas plenamente, entre as demandas necessárias passam pela criação do cargo de Professor EBTT em Educação Especial, conforme prevê a legislação vigente, Resolução n. CNE/CEB 02/2001 que determina no parágrafo 2º a necessidade para efetivação do atendimento educacional especializado:

“[...] professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais [...]”

Logo como não há a figura desse profissional em todos os Institutos Federais, defendemos neste Consinasefe que a criação desse cargo seja extensiva a todos os *campi* dos Institutos Federais, de forma a atender a sociedade plenamente, promovendo a verdadeira inclusão desses estudantes.

O Sinasefe deve defender a inclusão na carreira de professor EBTT a criação de códigos de vaga para o cargo Professor de EBTT na área Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (AEE), em todos os Institutos Federais, uma vez que na maioria dos institutos brasileiros não aparecem os códigos de vagas para essa finalidade e não abrem concurso para essa área. Logo, os direitos dos estudantes com deficiência não estão sendo respeitados, uma vez que não estão tendo o apoio especializado de professores de Educação Especial e AEE, conforme prevê a legislação vigente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em todos os Institutos Federais. Defendemos que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem o dever de universalizar esse cargo em todos os seus *campi*.

Além de garantir aos estudantes com deficiência o direito ao sucesso e permanência, devemos, também, garantir às estudantes mães os mesmos direitos. Com a criação de creches nos *campi* dos Institutos Federais, a comunidade do entorno, as servidoras e os servidores com filhos pequenos, trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas responsáveis por menores e estudantes pais e mães serão beneficiados. Servidores e estudantes recebem um auxílio creche ou bolsa estudantil, porém, eles não substituem o direito a creches nos *campi*, pois são estas que promovem o direito à amamentação, facilitam a vida das trabalhadoras e estudantes com filhos e proporcionam maior

proteção e segurança. A existência de uma creche no campus não é incompatível com o recebimento do auxílio creche, uma vez que este “tem por objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes” (BRASIL, 1993), desde o nascimento até os seis anos de idade.

A importância da amamentação é consolidada pelos mais diversos órgãos de saúde mundiais, é um direito da criança. Para isto, além do direito ao afastamento de licença maternidade, outras ações ligadas ao direito à amamentação devem ser observadas. Devemos pressionar por ambientes apropriados para extração de leite materno, para as trabalhadoras lactentes que retornaram ao trabalho presencial e para estudantes que retornaram às aulas. Pessoas que amamentam, sobretudo nos primeiros meses após o retorno ao trabalho presencial, sofrem com o “ingurgitamento”: Os seios ficam doloridos, costumeiramente chamado de “leite empedrado”, sendo necessária uma ordenha de alívio. Porém, na maioria dos *campi* dos Institutos Federais, as lactantes não têm um espaço ideal para extrair o leite. Tivemos relatos de pessoas que realizavam a extração dentro do carro, dentro do seu setor, ou pior: dentro do banheiro, um local extremamente insalubre e inadequado! Precisamos pressionar para que todos os *campi* tenham suas salas de amamentação, para que alunas, docentes e TAEs, terceirizadas e visitantes tenham a disposição um lugar seguro, limpo, com privacidade, para extrair o leite de maneira confortável, e armazenar em local ideal, para garantir a segurança do leite que poderá ser oferecido aos seus filhos.

Amamentação é um direito da criança e deve ser devidamente assegurado pelos Institutos Federais! As servidoras têm o direito de cuidar bem dos seus filhos para poderem cuidar dos processos educativos das classes trabalhadoras.

TESES:

1. Criação de cargos de Professor EBTT em Educação Especial Especial e no Atendimento Educacional Especializado em todos os *campi* dos Institutos Federais.
2. Criação de salas de amamentação onde houver servidoras em fase de lactação.
3. Criação de creches nos Institutos Federais! Os *campi* precisam estar equipados para atender as servidoras com filhos pequenos.

Assinam a presente tese:

Cristina Mari Ishida/IFSP

Élcio da Riva Moura/IFSP

Fernanda Pereira da Silva/IFSP

Guery Tã Baute e Silva/IFSP

Jonny Nelson Teixeira/IFSP

Irany Castro Balbino/IFSP

Natália Salan Marpica/IFSP

Nivaldo C. de Souza (Bacalhau)/IFSP

Rogério Tadeu da Silva/IFSP

Solange de Abreu Prates/IFSP

Waldísia Rodrigues de Lima/IFSP

Wanderley França Fonseca/IFSP

10 - Data-Base para os profissionais da Educação: um direito fundamental

A correção anual dos salários dos profissionais da educação (data-base) é uma necessidade premente devido ao processo inflacionário. Nesse sentido, a data-base é fundamental para garantir a valorização e a justiça salarial dos servidores públicos da educação, incluindo tanto os professores quanto os técnicos administrativos em educação (TAEs). Esses profissionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional e, por consequência, no progresso da sociedade como um todo.

Conforme destacado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a proteção dos salários dos trabalhadores contra a perda de poder aquisitivo, decorrente da inflação, é um princípio essencial para assegurar condições de trabalho dignas e justas. A OIT, em diversas convenções e recomendações, sublinha a importância de ajustar os salários periodicamente para refletir o aumento do custo de vida, garantindo que os trabalhadores possam manter um padrão de vida adequado.

A correção salarial, alinhada com os índices de inflação, é, portanto, um direito essencial que assegura o poder de compra dos servidores, protegendo-os dos efeitos erosivos da inflação sobre seus rendimentos. Sem essa atualização periódica, os salários desses profissionais podem se desvalorizar ao longo do tempo, comprometendo sua qualidade de vida e, potencialmente, afetando a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar.

A supressão da data-base dos servidores públicos, ocorrida ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, representou um retrocesso significativo nos direitos desses servidores. Essa medida precarizou os salários e tornou as carreiras públicas menos atraentes, indo na contramão das políticas que asseguram a equidade e a valorização dos profissionais da educação, em detrimento dos princípios estabelecidos pela OIT.

Portanto, ao implementar uma data-base e reajustar os salários dos profissionais da educação de acordo com a inflação, o governo não apenas cumpre suas obrigações legais e morais, mas também fortalece a educação pública. Isso garante que professores e TAEs sejam devidamente reconhecidos e motivados a continuar contribuindo com seu trabalho essencial. A observância das diretrizes da OIT nesse contexto reforça o compromisso com os direitos dos trabalhadores e com o desenvolvimento social sustentável, essencial para o progresso da sociedade como um todo.

Proponente: Diógenes Mendes Araújo MLC/Natal/IFRN

Assinam esta tese:

Diógenes Mendes Araújo IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes
Francisco de Assis da Costa Dias IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes

José Diego Cirne Santos IFRN/Natal

11 - Meia-entrada em eventos culturais, cinema, teatro, shows e outros, para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)

A concessão de meia-entrada em eventos culturais, como cinema, teatro, shows e outros, para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) é uma medida que pode ser vista como um reconhecimento importante ao papel que esses profissionais desempenham no funcionamento das instituições educacionais. TAEs são fundamentais para o suporte administrativo e operacional de escolas, universidades e outros órgãos educacionais, contribuindo diretamente para o bom andamento das atividades acadêmicas e administrativas.

A meia-entrada, tradicionalmente concedida a estudantes, professores, idosos e pessoas com deficiência, visa garantir o acesso à cultura e ao lazer para segmentos da população que podem ter mais dificuldade em arcar com os custos integrais desses eventos. Expandir esse benefício para os TAEs seria uma forma de valorizar e incentivar esses profissionais, que, além de desempenharem funções essenciais no ambiente educacional, também têm o direito de usufruir de momentos de lazer e cultura.

Culturalmente, o acesso a atividades como cinema, teatro e exposições é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional. Esses eventos proporcionam uma ampliação de horizontes, enriquecendo o repertório cultural e promovendo a reflexão crítica, aspectos que são diretamente transferíveis para o ambiente de trabalho. Ao garantir meia-entrada para TAEs, reconhece-se não apenas a importância de seu papel nas instituições, mas também a necessidade de promover seu bem-estar e desenvolvimento contínuo.

Além disso, essa medida pode contribuir para a democratização do acesso à cultura. Em um cenário onde o custo de vida tem se tornado cada vez mais elevado, o desconto na entrada desses eventos representa uma forma de viabilizar a participação dos TAEs em atividades culturais que, de outra forma, poderiam estar fora do alcance financeiro desses profissionais.

Portanto, a concessão de meia-entrada para TAEs em eventos culturais e de lazer não é apenas uma questão de equidade, mas também uma valorização de profissionais que são parte integrante do sistema educacional. Ao promover essa inclusão, reforça-se a ideia de que o acesso à cultura deve ser um direito de todos, incluindo aqueles que contribuem diariamente para a formação educacional de milhares de estudantes.

Proponente:	Diógenes	Mendes	Araújo	MLC/Natal/IFRN
Assinam		esta		tese:
Diógenes	Mendes	Araújo	IFRN/Natal/Movimento	Luta de Classes
Francisco de Assis da Costa Dias			IFRN/Natal/Movimento	Luta de Classes
José Diego Cirne Santos			IFRN/Natal	

12 - Implementação Imediata do Decreto no 11.443, de 2023: A Luta pela Equidade Racial nos Cargos de Liderança das Instituições de Ensino Vinculadas ao SINASEFE

Eixo: Condições de trabalho e saúde dos servidores da Educação Federal

Palavras-Chave: Cargos de liderança; Diversidade racial; Cultura organizacional inclusiva; gestão das Instituições Federais de Educação

A desigualdade racial permanece como um desafio crítico no Brasil, apesar das tentativas recentes de mitigação. A histórica predominância de homens brancos em posições de liderança na administração pública é um indicativo das disparidades estruturais que perpetuam desigualdades sociais. O Decreto no 11.443, de 2023, assinado pelo Presidente Lula, surge como uma resposta estratégica a essas disparidades ao determinar que, até 31 de dezembro de 2025, no mínimo 30% dos cargos em comissão e funções de confiança sejam ocupados por pessoas negras. Esta tese destaca a urgência com que o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) deve exigir a aplicação deste decreto, reconhecendo-o como vital para a construção de um serviço público mais representativo e para a consolidação da equidade racial.

Relevância do Decreto no 11.443/2023

O Decreto nº 11.443, de 2023, é uma medida estratégica para fomentar a justiça racial, estabelecendo metas claras para a ocupação de cargos na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A reserva de 30% dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE) para pessoas negras é um avanço significativo na luta contra as desigualdades raciais, visando reparar décadas de exclusão e promover diversidade e inclusão nos espaços de poder. Este decreto reconhece a importância da representatividade negra em posições de liderança, entendendo que suas experiências e perspectivas enriquecem o processo decisório.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) representa um campo estratégico para a promoção da igualdade racial e a inclusão de grupos historicamente marginalizados. É imperativo que a nomeação para cargos de direção, como os de diretores-gerais *pró-tempore*, e para posições de chefia e coordenação, como os cargos de direção (CDs), funções gratificadas (FG) e funções comissionadas de coordenação de curso (FCC), demonstre compromisso com a diversidade e a equidade racial. O percentual legal de 30% para ocupação desses cargos por pessoas negras não deve apenas ser mantido, mas considerado um ponto de partida para ampliar a representatividade nas estruturas diretivas.

A implementação de ações afirmativas, como o Decreto no 11.443, de 2023, demonstra eficácia em diversas áreas ao criar ambientes mais inovadores e produtivos e ao promover justiça social. O decreto estabelece mecanismos de controle e monitoramento para assegurar o cumprimento dos percentuais estabelecidos. A autodeclaração racial, registrada no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc), pode ser validada por comissões de heteroidentificação em casos de suspeita de

irregularidades. A transparência na divulgação dos dados sobre a ocupação de cargos por pessoas negras é fundamental para a eficácia e responsabilidade do decreto.

As instituições de ensino, como microcosmos sociais, têm o potencial de refletir e transformar as dinâmicas políticas da sociedade. Portanto, a gestão das Instituições Federais de Ensino deve ser entendida como um processo educativo intrínseco, um espaço contínuo de aprendizado em democracia e justiça social.

A implementação imediata do Decreto no 11.443, de 2023, é um passo crucial para a luta por igualdade racial nas lideranças das instituições vinculadas ao SINASEFE. O decreto estabelece metas que respondem ao imperativo de reparação histórica e ao reconhecimento da dívida social com a população negra. Como um instrumento jurídico, ele materializa o princípio de ação afirmativa em ações concretas, reconhecendo a necessidade da representatividade negra em cargos diretivos para a construção de uma sociedade antirracista.

O SINASEFE, ao exigir o cumprimento deste decreto, reafirma seu compromisso com a diversidade e a inclusão, fortalecendo a luta antirracista no serviço público. É imperativo que as ações afirmativas sejam compreendidas como parte essencial do processo de democratização da sociedade brasileira e que a presença negra em posições de poder seja vista como essencial para a legitimação das políticas públicas e para a construção de uma cultura organizacional inclusiva.

Conclusão e sugestões de linhas de ação

Como representante dos servidores da educação, o SINASEFE tem a responsabilidade de liderar a luta por uma administração pública mais justa e equitativa. Ao exigir o cumprimento imediato do Decreto no 11.443, de 2023, o sindicato promove a justiça social e reforça sua posição como defensor dos direitos dos trabalhadores e da inclusão. O sindicato pode promover debates, capacitações e atuar nas comissões de implementação do decreto, além de mobilizar os servidores e a sociedade em torno dessas questões.

Em suma, a implementação imediata do Decreto no 11.443, de 2023, é essencial para avançar rumo a uma administração pública verdadeiramente inclusiva e representativa. O SINASEFE deve assumir a liderança neste movimento, utilizando sua influência para assegurar que as metas de diversidade racial sejam alcançadas com urgência. Apenas por meio de ações concretas e contínuas será possível transformar o cenário atual e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos. É fundamental que todos se conscientizem da importância desta luta e se sensibilizem para que, no futuro, a diversidade e a inclusão sejam realidades incontestáveis no serviço público brasileiro, refletindo uma sociedade que valoriza a interseccionalidade e o empoderamento negro.

Só a luta muda a vida! Só a organização da luta permite nossa vitória! Venceremos!

Assinam esta tese

- Elaine Cristina dos Santos (Seção SINASEFE SP – 1M)
Felipe Oliveira C. (ASSINES/SIND - 1M)
Teresa de Souza Bahia (Seção IFBA/CMS – 1M)
Euza Raquel de Sousa (Seção Mossoró – 1M)
Caetano José de Lima (SINTEFPB – 1M)
Elenira Vilela (Seção SINASEFE IFSC – 1M)
Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC – 1M)
Amaury Garcia dos Santos Neto (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Flávia Cândida do Nascimento de Souza (Seção IFES – 1M)
Eliana Silva da Silva (Seção Santa Rosa do Sul/SC – 1M)
Ariovan da Silva Martins (Seção Barbacena/MG - 1M)
Hilario Paes de Almeida (Seção SINASEFE SP – 1M)
Eliel Regis de Lima (Seção Cáceres MT – 1M)
Antônio Nobre da Silva (Seção Cáceres MT – 1M)
Inêz Deliberaes Montecchi (Seção Cáceres MT – 1M)
Herlon Iran Rosa (Seção Litoral SC – 1M)
Antonio Marcos Conceição (Seção SINASEFE SP – 1M)
Marcelo de Oliveira Assunção (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
Maria da Conceição Castro Cordeiro (SINTEFPB – 1M)
Cleiton da Silva (SINDSIFPE – 1M)
Marlene Santos Socorro (Seção IFBA/CMS – 1M)
Lais Andrade Souza (Seção IFBA/CMS – 1M)
Mário Luiz Madeira Ferreira (Seção Litoral SC - 1M)
Aluísio Gomes Coelho (Seção CMR/EAMPE - 1M)
Emiliana da Consolação Ladeira (Seção de Barbacena/MG - 1M)
Evandina Argentina da Silva (Seção Litoral SC - 1M)
Camila Tenório Cunha (Seção Brasília - 1M)
Rosa Maria Mota Costa (Seção IFBA/CMS - 1M)
Pamella Araujo Santos - Leah (Seção SINASEFE SP - 1M)
Sheyla Gorayeb Silva (Seção SINASEFE SP – 1M)
Elizangela Maria Esteves de Barros (Seção SINASEFE SP – 1M)

- Maria Lêda Costa Silveira (Seção IFSC - 1M)
- Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (SINTEFPB – 1M)
- Valter Silva (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Ramon Fonseca (Seção Norte de Minas – 1M)
- Andre Sarmento (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Carlos Henrique Xavier Endo (Seção SINASEFE SP – 1M)
- Rosiane Silva de Souza (Seção SINASEFE CMRJ – 1M)
- Davi César da Silva (Seção IFC Santa Rosa do Sul/SC - 1M)
- Laura Santos da Cunha (Seção IFSC – 1M)
- Marilucia dos Santos Mattos (Seção IFES - 1M)
- Dhiego Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (SINTEFPB - 1M)
- Maria Eliana Almeida Matos (Seção IFBA/CMS – 1M)
- Andreia Cristina André Soares Melo (Seção Cáceres MT – 1M)
- Maribel Chagas de Ávila (Seção Cáceres MT – 1M)
- Alexandre Fleming Vasques Bastos (IFAL - 1M)

13 - Aos Servidores do PUCRCE que migraram para o PCCTAE com perdas de status de escolaridade e vencimento, injustiçados com ascensão funcional e desvalorização do VBC

Os cargos que integraram o PUCRCE (e posteriormente o PCCTAE), são advindos da Lei Nº 5.645/1970, que estruturou o chamado “Plano de Classificação de Cargos – PCC”, que agrupava estes cargos segundo a escolaridade superior, denominados “Cargos de Nível Superior”, ou média, denominados de “Cargos de Nível Médio”, este último possuindo uma tênue classificação interna voltada a distinguir os cargos cuja exigência de escolaridade para ingresso equivalia aos então “Primeiro ou Segundo Graus”.

Com o advento da Lei Nº 7.923, de 12/12/1989 (por conversão da Medida Provisória Nº 106, de 20/11/1989), operando, dentre outras modificações legislativas, uma profunda alteração no referido “Nível Médio”, de tal modo que estes cargos e empregos foram divididos em dois grupos distintos, denominados cargos de “Nível Intermediário” e cargos de “Nível Auxiliar”, conforme ratifica o artigo 2º, § 1º, da referida norma:

Os anexos XX e XXI da Lei Nº 7.923, de 1989, normatizavam os cargos que integrariam os recém instituídos “Níveis Auxiliar” e “Intermediário” e os conceituavam:

Em um outro momento, na data de 17 de setembro de 1992, há nova alteração na legislação, que era patrocinada nas referidas classificações, como se extrai do artigo 5º, da Lei Nº 8.460, assim definido:

Em se tratando de categorias funcionais cuja original exigência de escolaridade limitara-se à comprovação do Primeiro Grau completo, as Leis Nº 7.925, de 1990 e 8.460/1992 entenderam por bem de classificar estes cargos como sendo de “Nível Intermediário” (para cujo ingresso a lei exigia a comprovação de Segundo Grau completo), ao entendimento de que, para o exercício de suas respectivas atribuições, seria necessária um nível de conhecimento superior aquele indicado para o cargo quando de sua original criação

Ratifica-se que o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação” – PCCTAE – é sucessor do antigo “Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos”, - PUCRCE, o qual, por sua vez, foi originário do “Plano de Classificação de Cargos – PCC”, de que tratava a Lei Nº 5.645, de 1970.

Percebe-se que as normas que promoveram a regulamentação dos antigos planos “PCC” e “PUCRCE” observaram alguns critérios de classificação e evolução funcional extraídos da anterior Lei Nº 5.645/1970, das Leis Nºs 7.923/1989, 7.925/1990 e 8.460/1992, além de outros, instituídos pela própria Lei Nº 7.596/1987, pelo Decreto Nº 94.664/1987 e pela Portaria MEC Nº 475/1987, construindo-se o modelo da legislação em vigor.

Não custa nada relembrar que qualquer debate em torno de aglutinação de cargos integrantes do PCCTAE impõe, necessariamente, a análise das características que marcaram estes cargos ao longo de suas respectivas existências, assertiva esta que implica concluir que a aglutinação destes cargos, nos dias atuais, não deve considerar apenas a atual escolaridade exigida para o ingresso, mas retornar as suas raízes.

Veja o que diz a Lei 11.091/2005:

“Art. 18. **O Poder Executivo promoverá, mediante decreto, a racionalização dos cargos integrantes do Plano de Carreira**, observados os seguintes critérios e requisitos:

I - **unificação, em cargos de mesma denominação e nível de escolaridade, dos cargos de denominações distintas**, oriundos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, do Plano de Classificação de Cargos - PCC e de planos correlatos, cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais aos cargos de destino;

II - **transposição aos respectivos cargos**, e inclusão dos servidores na nova situação, obedecida a correspondência, identidade e similaridade de atribuições entre o cargo de origem e o cargo em que for enquadrado; e

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados em nível de classificação e nível de capacitação e padrão de vencimento básico do cargo de

destino, observados os critérios de enquadramento estabelecidos por esta Lei

Consoante a norma legal em questão foi determinado que o Poder Executivo promovesse a racionalização dos cargos abrangidos pelo recém-criado PCCTAE, é porque o legislador, ao aprovar o debatido Plano, já anteviu a necessidade de adaptações na referida carreira, o que nos parece natural diante das profundas modificações que esta implicou em relação à anterior situação.

Ainda se constata que se faz alusão a racionalização no Decreto 5.825/2006, em seu art. 6º:

O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante

I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional;

II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências;

III- a análise dos processos e condições de trabalho; e

IV - as condições tecnológicas da IFE.

Parágrafo único. Para o cumprimento do estabelecido no **caput**, deverão ser adotadas as seguintes ações:

I - identificação da força de trabalho da IFE e sua composição, conforme estabelecido neste Decreto;

II - descrição das atividades dos setores em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho;

III - descrição das condições tecnológicas e de trabalho;

IV - identificação da forma de planejamento, avaliação e do nível de capacitação da força de trabalho da IFE;

V- análise dos processos de trabalho com indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas;

VI - identificação da necessidade de redefinição da estrutura organizacional e das competências das unidades da IFE;

VII - aplicação da matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho;

VIII - comparação entre a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes;

IX - remanejamento interno de pessoal com vistas ao ajuste da força de trabalho à matriz de alocação de cargos; e

Por conseguinte, nenhum normativo é elaborado sem uma diretriz, sem um objetivo, ele é oriundo de uma vivência, de uma história, de um grupo de trabalho que se debruça para estudar

Vale salientar que temos que nos reportar a descrição de cargos dos Técnicos-administrativos, o qual o tornou sem efeito com o Ofício circular Nº 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, com a homologação do Ofício-Circular Nº 01/2017, COLEP/CGGP/SAA/SE/MEC – Carreira PCCTAE, de 14 de março de 2017, o qual nova alteração foi patrocinada.

Aqueles servidores do cargo de Datilógrafo, que foram regidos pe-la Lei 7.923/1989, Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, que migraram para o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-administrativos em Educação – PCCTAE, e, que o cargo fora aglutinado ao cargo de Auxiliar em Administração, com perda de *status* de escolaridade, com a Lei 11.091/2005, e que no seu reenquadramento receberam o Vencimento Básico Complementar – VBC e com a promoção de ascensão funcional de capacitação o salário foi diferenciado com perdas. E, neste contexto seja estendido aos cargos que migraram do PUCRCE para o PCCTAE e que os servidores foram injustiçados nas perdas de vencimento.

Que esta tese seja um marco de atitude para os servidores que migraram para o PCCTAE e tiveram perdas salariais irreparáveis tais como: Datilógrafo, Assistente de Alunos, Telefonista e outros...

Assinam esta tese:

1	Genuzi De Lima	TAE	Sintietfal
2	Izael Pereira Oliveira Da Silva	TAE	Sintietfal
3	Rafaella Nunes De Araújo	TAE	Sintietfal
4	Ana Paula Praxedes	Docente	Sintietfal
5	Ângelo Mário Batista Silva Júnior	TAE	Sintietfal

6	Luís Márcio Nogueira Fontes	Docente	Sintietfal
7	Maria Cristina Da Silva Pereira /Crystyna Tapuya Tairariú	Docente	Sinasefe /Natal
8	Paulete Constantino Cerqueira	TAE	Sintietfal
9	Paulo André Ferreira	TAE	Sintifrj
10	Itajaci Meiri Marques Machado	TAE	Sintetfal
11	Camila Ribeiro De Oliveira Félix	Docente	IFBA/CMS
12	Ana Maria Leal Costa	TAE	Sintietfal
13	Fernando Moraes De Oliveira	Docente	SINTIFRJ / MLC
14	Artur Barbosa Dos Anjos	TAE	Sintietfal
15	Cléber Lixinski De Lima	TAE	IFFar
16	Rafael Luiz Dos Santos	TAE	Sintietfal
17	Solange Ferreira De Oliveira	TAE	Sinasefe
18	Cléber Vargas Islabão	TAE	IFSUL
19	Camila Ribeiro De Oliveira Felix	Docente	IFBA/CMS
20	Diogenes Mendes Araujo	Docente	IFRN/Natal/MLC
21	Diogenes Mendes Araujo	Docente	IFRN/Natal/MLC
22	Vera Rejane Gomes	TAE	Sintietfal
23	Mônica Maria Brandão De Barros	Aposentado/a	Sintietfal
24	Diogo Magalhães De Barros	TAE	Sintietfal
25	Josilene Estacio Menezes	TAE	Sintietfal
26	Fernando Moraes De Oliveira	Docente	SINTIFRJ/MLC
27	Carlos Eduardo Nobre	Docente	Sintietfal
28	Carlos Marcelo Maciel Gomes	Docente	Sintietfal
29	Darliton Cezario Romão	Docente	Sintietfal
30	Ariel Menezes Rodrigues	TAE	IFBA/CMS
31	Quitéria Vieira Belo	Docente	Sintietfal
32	Mariana Muniz Sampaio	TAE	Anisio Teixeira Campus Catu
33	Adriana Cirqueira Freire	TAE	Sintietfal

34	Ubiratan De Cerqueira Tintino	TAE	Sintiefal
35	Ginelzia Vieira Melo	Aposentado/a	Sintiefal
36	Katiuscia Da Costa Pinheiro	Docente	SINASEFE Monte Castelo
37	Anny Querubina De Souza Barros	Docente	Sintiefal
38	Maria Rosineide Cavalcante Bittencourt	TAE	Sintiefal
39	Acássia Delié Mendonça Alves	TAE	Sintiefal
40	Roseli Brandao Duarte Tenório E	TAE	Sintiefal
41	Maria Gilvania Xavier	TAE	Sintiefal
42	Manoel Santos Da Silva	TAE	Sintiefal
43	Yuri Buarque	TAE	Sintiefal
44	Marcelo Barros Lima Verde	Docente	Sintiefal
45	Sonia Maria De Omena Moura Acioly	TAE	Sintiefal
46	Thaís Oliveira Silva	TAE	IFB
47	Marineide Pinto Da Silva Godoy	TAE	Sintiefal

14 - Na luta pelo direito dos TAEs de participar e coordenar projetos de Extensão, Pesquisa e Inovação

Após anos de luta para que a categoria Técnico-Administrativa em Educação (TAE) conquistasse o direito não somente de participar de atividades em projetos de extensão e pesquisa, mas também de os coordenar, por meio da inclusão do § 3º ao Art. 8º da Lei 11.091 de 2005, dada pela aprovação da Lei nº 14.695 de 10 de outubro de 2023, aos TAEs foi garantida tal prerrogativa.

Portanto, a inclusão do § 3º ao Art 8º da Lei 11.091 de 2005, sob a seguinte redação: “As atribuições previstas no inciso II do caput deste artigo incluem a coordenação de projetos de pesquisa e extensão, cabendo a percepção de bolsas de pesquisa e extensão, pagas diretamente pelas Instituições Federais de Ensino, por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por Instituição Federal de Ensino ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional.”, propicia o entendimento inequívoco de que TAEs passam a poder coordenar projetos de pesquisa, extensão e inovação.

Esse incremento legislativo trata-se de uma conquista histórica a catalisar a construção do empoderamento de uma categoria profissional que, apesar de, seja numérica ou qualitativamente, já se apresentar como um expoente no âmbito nacional da pesquisa, extensão e inovação, infelizmente ainda busca seu reconhecimento e consolidação no cenário dos Institutos e Universidades Federais.

Posto isso, faz-se oportuno trazer que, lamentavelmente, o reconhecimento social pleno pelo vital papel exercido pelos trabalhadores técnico-administrativos em educação, indo muito além das responsabilidades administrativas das unidades, mas, ainda, em relação aos três pilares da educação - o ensino, a pesquisa e a extensão - vem sendo historicamente relegados, com os fazeres técnicos apagados, em um processo de invisibilização da categoria, o que, fatalmente, propicia a manutenção do atual cenário de desvalorização remuneratória, de condições de precarização do trabalho, de acesso a direitos legais etc., de toda uma carreira pública.

Nesse sentido, essa conquista surge como um sopro de esperança aos TAEs de todo o Brasil, todavia, apesar de sua aprovação legal, não se encontra, hoje, integralmente efetivada. É preciso, ainda, dar continuidade à luta para a garantia de sua ampla acessibilidade aos trabalhadores e trabalhadoras da categoria. Nesse contexto, alguns pouquíssimos Institutos Federais, como o IFPR, implementaram uma regulamentação para a carga horária dos TAEs, a exemplo da [Portaria DEAC/GR/IFPR Nº 46, de 18 de maio de 2023](#), regulamentando o exercício das atividades de pesquisa, extensão e inovação dentro da carga horária semanal do servidor TAE:

“Art. 10. O servidor que possui carga horária semanal de 40 horas poderá dedicar até 8 horas semanais às atividades de pesquisa, extensão e inovação.

Art. 11. O servidor que possui carga horária semanal de 30 horas poderá dedicar até 6 horas semanais às atividades de pesquisa, extensão e inovação.

Art. 12. O servidor que possui carga horária semanal de 20 horas poderá dedicar até 4 horas semanais às atividades de pesquisa, extensão e inovação.”

Encaminhamentos:

Reivindicar, junto ao Governo Federal, no âmbito da CNSC, a regulamentação, nacionalmente, da carga-horária TAE, para viabilizar, de fato, sua atuação nas atividades de pesquisa, extensão e inovação, nos moldes da [Portaria DEAC/GR/IFPR Nº 46, de 18 de maio de 2023](#).

Subsidiariamente, reivindicar, ainda junto ao Governo Federal, no âmbito da CNSC, a inclusão da carreira de que trata o PCCTAE no rol das carreiras dispensadas do controle de frequência, constantes do § 7º do Art. 6º do Decreto 1.590 de 10 de agosto de 1995, a fim de garantir aos TAEs as mesmas condições de atuação em pesquisa, extensão e inovação das demais carreiras da educação federal.

Assinam esta tese:

1. Paulo André Ferreira – SINTIFRJ (MLC)
2. Keila Pirovani da Silva – Sintifrj
3. Luiz Eduardo Ferreira Sampaio – IFRJ
4. Laryssa Braga Martiniano Maciel – Sintefpb
5. Francisco de Assis da Costa Dias – Seção/Natal
6. Guilherme sant anna – IFRJ
7. Fernando Moraes de Oliveira – SINTIFRJ (MLC)
8. Késsia Roseane de Oliveira França – Sintifrj
9. Camila Felix – IFBA
10. Enéias Geraldo Januário de Moraes – Sintifrj
11. Sonia Cristina Soares do Carmo – IFRJ
12. Maxwell de Lima – IFRJ
13. Roberta Ribeiro Cassiano – SINTIFRJ
14. José Jorge Mendes de Freitas – IFBA
15. Luiz Antonio Pires Fernandes Junior – IFRJ
16. Marcelo Nunes Sayão – Sintifrj
17. Marcelo Paraíso Alves – IFRJ
18. Víctor lopes teixeira alvaraes – SINTIFRJ
19. Michelle de Oliveira Abraão – Sintifrj
20. Ana Carolina de Azeredo Pugliese – IFRJ
21. Andreia Teixeira – Ifrj
22. Pedro Fornaciari Grabois – Sintifrj
23. Artur Barbosa dos Anjos – Sintietfal
24. Fernando Rocha Beserra – IFRJ
25. Tatiana Hideko Kawamoto – SINASEFE Natal
26. Cintia Luciano de Paiva – SINTIFRJ
27. Luiz Henrique Medeiros da Costa – SINASEFE Natal
28. Flavia de Almeida Vieira – IFRJ
29. Andréia Lucena de Góis Nascimento – IFRN
30. Júlio César Lins de Oliveira – IFRJ
31. HELVIO JERONIMO JR – IFRJ
32. Anderson Rocha da Silva – SINTIFRJ
33. Moníca Batista da Trindade – SINTIFRJ
34. Suelen Barbosa de Deus Rodrigues Pinto – Sintifrj

35. Carmelita Gomes da Silva – IFRJ
36. Priscila Cordeiro Costa da Silva – IFPA
37. Marcia da Silva – IFRJ
38. Ligia Scarpa Bensadon – Sintifrj
39. Vanessa Sousa – Sintifrj
40. Vanessa Siqueira Heredia TAE Sindscop
41. Gerson Antônio Vieira Lourenço – IF SUDESTE MG
42. Marli Aparecida de Freitas – IFRO
43. SHYRLEY DE ALMEIDA ALVES – SINASEFE PORTO VELHO
44. Maria Edite Ferreira – SINASEFE seção Pimenta Bueno
45. Acássia Deliê Mendonça Alves – IFAL – SINTIETFAL
46. Bruna Barboza Galdencio – Sintifrj
47. Cristina Valéria Gomes – Sindscope
48. Ângelo Mário Batista Silva Júnior – SINTIETFAL
49. Roberto Soares da Cruz Hastenreiter – SINTIFRJ
50. Alexandre Meirelles Sousa Dias – IFRJ
51. Glauce Cortez Pinheiro Sarmento – IFRJ
52. Wallace Soares de Oliveira – SINASEFE PVH
53. Lidiane Cristina Jucá Gadêlha Jardim – IFRO
54. Raian Sander Freitas da Silva – IFRO
55. Ana Lady da Silva Docente – Sintietfal
56. Rosália Aparecida da Silva – Sinasefe RO
57. Sidinei Roberto Nobre Junior – Sinasefe-SP
58. Raimundo Marcelo Ferreira Fernandes – IFRO - Porto Velho/Rondônia
59. Anny Querubina de Souza Barros – SINTIETFAL
60. Marcelo Japiassú Ramos – Sintifrj
61. Sheila Soares de Assis – Ifrj
62. Wcleuton Oliveira Silva – IFAL
63. Viviane Araujo da Silva – IFRJ
64. Ayron Costa Mendes – IFRJ
65. Shirley Marques Lima Souza – Sintifrj
66. Cristiane Toledo Maria – IFSP
67. Pablo Pinheiro – SINTIETFAL
68. Patrícia de Sousa Oliveira – Ufcat
69. Caio Eduardo Silva – IF Sudeste MG
70. Roberto Wallace Viana – IFES
71. Luiz Alberto Chaves Junior – Sintifrj
72. Sandra Senes – Sindscope
73. Carlos Borges da Silva Júnior – Sintietfal
74. Breno Araújo dos Santos – Porto Velho, Ariquemes e Guajará-Mirim – Rondônia
75. Isis Pontes Villa de Carvalho – IFRJ
76. Vima Uripa – IFBa
77. Maria Bernadete Olinda de Melo Silva – Sindscope
78. Lidiane das Neves Silva – Sintietfal
79. Edimar da Silva Rocha – SINASEFE NORTE DE MINAS
80. Leyza Buarque Lucas – SINTIFRJ
81. Silvana Cristina Costa Correia – Sinasefe IFBA CMS

82. Rodrigo Rezende Cardoso – UFV
83. Fernanda Paixão de Souza Gouveia – SINTIFRJ
84. Marilândia Martins de Almeida Machado – IFRO
85. Genuzi de Lima – SINTIETFAL
86. Rosimeire Mundoco Corrêa – Sinasefe
87. MARCOS PASTANA SANTOS – IFRJ
88. Ivanilda Soares de Gusmão Verçosa – SINTIETFAL/IFAL
89. Paulete Constantino Cerqueira – Sintietfal
90. Euzeni de Souza Mundoco – IFPA
91. Maraia do Socorro Nogueira Girão – Sidsifce
92. Francisco Jonathan de Sousa Cunha Nascimento – SINDISIFCE
93. Adriana Ribeiro de Macedo – Sintifrj
94. Bárbara Diniz Lima Vieira Arruda – Sindsifce
95. Márcia Campos de Moura Fé – SINASEFE
96. EUDES PEREIRA DE SOUZA JUNIOR – IFRJ
97. Anderson Polo de Faria – Sintifrj
98. Rômulo Henrique Jesus Souza – Sintifrj
99. Gabriel D Angelo Ventura – Sintifrj
100. Vanessa J. R. do N. Mandriola – ASSINES-SIND
101. Izael Pereira Oliveira da Silva – Sintietfal
102. Luís Márcio Nogueira Fontes – Sintietfal
103. Carlos Marcelo Maciel Gomes – Sintietfal
104. Andreia de Araújo Freitas Barroso – SINDSIFCE
105. Esly César Marinho da Silva – Ifba
106. Katiuscia da Costa Pinheiro – SINASEFE Monte Castelo
107. Anny Querubina de Souza Barros – SINTIETFAL
108. Ítalo Severo Sans Inglês – Ifes
109. Yuri Buarque – Sintietfal
110. Vanessa Moreno Mota – SINTIFRJ
111. Ana Carla de Souza Gomes dos Santos – IFRJ
112. Ivone Silva de Jesus – IFBA SF
113. Jobson Martins da Silva Maranhao – Sinasefe Natal

15 - Reivindicação de 45 dias de férias para servidores da carreira PCCTAE

No de 2024 passamos por grandes debates para a valorização da educação pública no nível federal. O movimento paredista evidenciou a necessidade do reconhecimento do trabalho e papel fundamental dos técnicos administrativos em educação- PCCTAE. Os TAES são também essenciais para a formação das futuras gerações. A Lei nº 11.091/2005 estabelece que o papel dos técnicos administrativos vai além das atividades rotineiras. Eles são responsáveis por planejar, organizar, executar e avaliar as atividades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, utilizando os recursos disponíveis para garantir a eficiência e a eficácia das instituições. Seus esforços vão desde a administração financeira e de pessoal até o suporte direto em laboratórios e outras áreas especializadas, sendo indispensáveis para o pleno funcionamento das instituições de ensino. Dada a amplitude e a importância de suas funções, é evidente que a atuação dos técnicos administrativos é estratégica. Ainda, é urgente reconhecer o impacto do desgaste no trabalho desses profissionais. O ambiente de trabalho muitas vezes exige uma carga intensa de responsabilidades e compromissos, refletindo diretamente na qualidade de vida e saúde mental desses trabalhadores. Por isso, a reivindicação de 45 dias de férias para os técnicos administrativos não é apenas uma questão de benefício pessoal, mas uma necessidade para manter o equilíbrio e a eficiência no desempenho de suas funções e dos Institutos federais.

Assinam esta tese:

Alessandra Noronha Dias (TAE- SINASEFE NORTE DE MINAS)

Ramon José Ribeiro da Fonseca (TAE- SINASEFE NORTE DE MINAS)

16 - Luta pela volta dos concursos públicos para cargos de Comunicação na Rede Federal

Pela urgente retomada de concursos públicos para cargos de comunicação nas universidades e institutos federais

Servidores e servidoras técnicos-administrativos da área de Comunicação das instituições federais de ensino (IFEs) têm travado importante luta junto ao governo federal reivindicando a retomada dos concursos públicos vedados pelos **decretos 9.262/18 e 10185/19**, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que extinguiram os concursos públicos para os cargos de Comunicação nos institutos e universidades federais. Além de unilaterais, com vistas à terceirização de atividade social essencial, e contrários aos interesses das universidades e dos institutos federais, tais decretos contribuíram para uma situação de ameaça à democracia interna das IFEs e de empobrecimento do obrigatório diálogo dessas instituições com a sociedade.

Os decretos proíbem concursos públicos para profissionais essenciais à comunicação das IFEs, tais como Jornalistas, Relações Públicas, Publicitários, Programadores Visuais, Técnicos em Audiovisual, Editores de Vídeo, Editor de Imagem, Operador de Câmera de TV e Cinema, Fotógrafo, entre outros. **Todos esses são cargos abrangidos pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), em nível C, D ou E, que fazem falta às IFEs a ponto de sua vedação ter ensejado nos últimos anos manifestações enfáticas dos seus gestores em prol do seu retorno:** do Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais (Cogecom) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), nas cartas do Rio de Janeiro (2020) e de Santo André e São Carlos (2023); e dos grupos de Editores (GT Editores) e de Gestores de Comunicação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), em 2023.

Os TAEs da Comunicação são responsáveis pela comunicação institucional e pública dos institutos e universidades federais, atuando também como produtores de conteúdo sobre educação e ciência em diversos suportes tecnológicos. A especificidade e a complexidade da comunicação das IFEs, que não se confundem com as necessidades básicas que se podem pensar para órgãos da administração direta, é ponto pacífico entre seus servidores gestores e técnicos, mas também da parte de entidades de reflexão e promoção da comunicação pública.

Universidades e institutos federais produzem conteúdo midiático autônomo e de qualidade para redes sociais, TVs, rádios e publicações diversas. **Para isso, precisam de equipes profissionais multidisciplinares e estatutárias a fim de exercer e forma técnica e independente a vital função de divulgar e popularizar os temas nacionais e o conhecimento científico, ajudando a combater o negacionismo, além de fomentar a relação com suas comunidades de forma democrática, isto é, aberta a todos os membros dessas comunidades e sem dispersões e nem desvios de finalidade ou subserviência a gestões autoritárias, riscos consideráveis dos processos políticos internos dessas instituições.**

A falta desses profissionais hoje compromete de forma cabal a expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por meio da qual foram concedidas mais de 70 novas licenças de operação para emissoras de rádio e TVs a universidades e institutos. A situação preocupa até mesmo a Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Governo Federal e já foi tema de manifestação do ministro Paulo Pimenta, no Governo Lula 3. **Portanto, não só é insustentável a manutenção de equipes de comunicação deficitárias nas IFEs nos tempos atuais, em que a comunicação tem relevância central, mas também dentro dos próprios planos de comunicação do governo federal.** Ressaltamos que a expansão da RNCP deveria vir a reboque da valorização da comunicação das IFEs, não por atropelamento, uma vez que é preciso garantir que essas concessões refletirão a pluralidade de pontos de vista e de culturas que a capilaridade regional das universidades e dos institutos é capaz de proporcionar à comunicação pública.

É urgente, portanto, que medidas sejam tomadas para reverter essa situação, tendo em vista que sua necessidade extrapola um cenário da rede IFEs. **Trata-se de um relevante projeto de promoção de cidadania para o Brasil.** Por isso reivindicamos concursos emergenciais com o uso dos cargos já existentes, de forma a não permitir o risco de que a construção dessas equipes demorem mais do que o tempo da atual gestão federal, ainda mais se houver decisão pela criação de novos cargos. Reforçamos ainda a exigência de que as atribuições dos atuais cargos sejam atualizadas para abranger as atribuições da comunicação digital e os princípios da comunicação pública; de que os direitos básicos dos servidores da ativa sejam respeitados, como o de redistribuição, que permanecem usurpados pela Portaria SEGRT/MGI nº 619/2023 de forma ingerenciável para as IFES, pela extensão de cargos destruídos nos últimos anos; e de que as legislações profissionais sejam obedecidas, sem acenar com um desacato que seria antiético tendo em vista a condição de formadora dessas profissões que as IFEs detém.

Esta tese é uma semente para que a Comunicação das IFEs saia da periferia administrativa para uma centralidade nacional à altura da sua capacidade, o que seria de tanto ganho social para o Brasil, dado o fato de que institutos e universidades são núcleos públicos de conhecimento, intelectualidade e diálogo.

Proposta de encaminhamento:

Reivindicar junto ao governo federal a urgente edição dos **decretos 9.262/18 e 10185/19**, revogando a extinção dos cargos de Comunicação nas IFEs e respectivos concursos públicos, com as devidas criações de novos códigos de vaga para combater o profundo desmonte por que passa a área de comunicação das IFEs.

Assinam esta tese:

1.	Abraham Habiakel	TAE	Ifal
2.	Acássia Delié Mendonça Alves	TAE	IFAL/Sintiefal
3.	Adélia de Moraes Pinto	TAE	SINASEFE
4.	Adriana Cirqueira Freire	TAE	Sintiefal
5.	Adriana Thiara Oliveira	Docente	Ifal
6.	Adriane Farias Carlos	TAE	IFCE
7.	Alessandra Caroline Luciano Vital Monteiro de Oliveira	TAE	Sintufce
8.	Alessandra Noronha Dias	TAE	Sinasefe Norte de Minas
9.	Alessandro Riquelme Ribeiro	TAE	IFMS - SINASEFE- MS
10.	Alex Reis Guedes	TAE	Ifpa
11.	Alexandre Silva	TAE	Sintufepe
12.	Aline Rossetto da luz	Docente	Sinasefe
13.	Amanda Tavares de Melo Diniz	TAE	IFPB
14.	Ana Beatriz Cunha Carvas	TAE	Siscope
15.	Ana Catarina Cortez de Araújo	TAE	Sinasefe MS
16.	Ana Cecília Machado Ferreira	TAE	Sinasefe
17.	Ana Lady da Silva	Docente	Sintiefal
18.	Ana Maria Camelo da Silva Medeiros	Docente	IFSertãoPE
19.	Ana Maria Leal Costa	TAE	Sintiefal
20.	Ana Paula Luckman	TAE	Ifsc
21.	Ana Paula Santos de Melo Fiori	Docente	Ifal
22.	ANA PAULA SANTOS NASCIMENTO	TAE	SINASEFE
23.	André Nazaro de Carvalho	TAE	Sinasefe

24.	Andréa Pereira Moraes	Docente	Sintietfal
25.	Ângelo Mário Batista Silva Júnior	TAE	SINTIETFAL
26.	Aníbal Souza Felipe da Silva	TAE	Sinasefe
27.	Anny Querubina de Souza Barros	Docente	SINTIETFAL
28.	Antônio Fernando Santos	TAE	Sinasefe-se
29.	Ariel Menezes Rodrigues	TAE	IFBA/CMS
30.	Ariel Tavares	TAE	Sindtae- UFFS/Fasubra
31.	Artur Barbosa dos Anjos	TAE	Sintietfal
32.	Áurea Olimpia Figueiredo Rêgo	TAE	Sinasef
33.	Bárbara Diniz Lima Vieira Arruda	TAE	Sindsifce
34.	Bartolomeu Honorato de Oliveira	TAE	Sintietfal
35.	Beatriz Galdino Ribeiro	TAE	Sintufepe
36.	Beatriz Medeiros de Melo	Docente	Sintietfal
37.	Bruna Maria Ferrari Machado Doria	Docente	Sintietfal
38.	Camila Campos Machnik Pazoti	TAE	sinditest
39.	Camila Felix	Docente	IFBA
40.	Caren Bozzano Nunes	TAE	Sinasefe IFMS
41.	Carla Algeri	TAE	SINASEFE/IF SC
42.	Carlos Antonio Souza da Cruz	TAE	ifba
43.	Carlos Eduardo de Souza	TAE	lfal
44.	Carlos Eduardo Menezes Oliveira	TAE	IFAL
45.	Carlos Eduardo Nobre	Docente	IFAL
46.	CARLOS MIRANDA DA SILVA	TAE	IFAL
47.	Carlos Raoni Kachillé Cidrão de Vasconcelos	TAE	Sintufce

48.	Catarina de Almeida Apolonio	TAE	UFPE
49.	Charles dos Reis Alves	TAE	Sintef-GO
50.	Clarissa Barbalho Barbosa Gomes	TAE	Sinasefe
51.	Claudiane Duarte de Oliveira	TAE	IFCE
52.	Clauthenys Lara Prata Machado	TAE	SindSifce Fortaleza
53.	Cleudson Ramos Martins	TAE	Sintfesgo
54.	CLEYDIMARA AQUINO DE BRITO	TAE	IFPA
55.	Cristiane da Cruz Santos	Docente	Sindifce
56.	Cristiane Ramirez	TAE	Ifam
57.	Cristiano Pereira Paglia	TAE	Sinasefe TM
58.	Cristina Aparecida da Silveira França	TAE	IFSP
59.	Daniel Augustin Pereira	TAE	IFSC
60.	Daniel Barbosa Cassol	TAE	IFSC
61.	Daniel Martins da Silva	TAE	IFAM
62.	Daniel Mendes Pires Haack	TAE	Sintifrj
63.	Daniele Rodrigues Garcia Aleixo	TAE	Sinasefe - Campus Cáceres
64.	Danielle Yura	TAE	Sintietfal
65.	Darliton Cezario Romão	Docente	Sintietfal
66.	David Rolim	TAE	Ifce
67.	Déborah Neide de Magalhães Praxedes	Docente	IFMG
68.	Deise Mendes de Araujo Cunha	TAE	Sintietfal
69.	Deivyson Pablo Alencar Braz	TAE	IFPE
70.	Denise Palma	Docente	Sessev
71.	Diego Batista de Moraes	TAE	IFPE
72.	Diogo de Vasconcelos Oliveira	TAE	Ifal

73.	DOMÊNICO PEREIRA TENÓRIO	TAE	IFAL
74.	Doris Campos Mendonca	TAE	IFPA
75.	Eduardo Gomes de Lucena	TAE	Sindsifpe
76.	Elaine Cristine Rodrigues dos Santos	TAE	Sintietfal
77.	Elias Rodrigues de Oliveira Filho	Docente	Arinos
78.	Emerson José Freitas da Silva	Docente	IF Sertão
79.	Érika Santos Targino Dantas	TAE	SindsIFPE
80.	Evaldo Gonçalves Silva	TAE	Jataí
81.	Fabiana Júlia de Araújo Tenório	Docente	Sindsifpe
82.	Fabiano Duarte Machado	Docente	Sintietfal
83.	Fábio Maciel do Nascimento	TAE	IFPE
84.	Fábio Pereira de Souza	TAE	IFNMG
85.	Fabio Sousa Batalha	TAE	IFMA
86.	Fabrizio Giuvannucci Franco	TAE	IF Goiano Campus Trindade
87.	Fernanda de Melo Felipe da Silva	TAE	Sinasefe IFMG
88.	Fernanda Simões Braga Araújo	TAE	Sem filiação
89.	Flavia de Jesus Lima	TAE	UFS
90.	Flávia Patrícia Seixas Santos	TAE	IFAL
91.	Francisco KAILAN BEZERRA dos Santos	TAE	Sinasefe
92.	Francisco Sérgio Lima de Sousa	TAE	Sintufce
93.	Gabriela Rodrigues	TAE	Ifal
94.	Geronimo Vicente dos Santos	TAE	Ifal
95.	Gilson José Pinto Moreira Junior	TAE	Sintufeju
96.	Gisele Oliveira de Lima	Docente	Sintietfal
97.	Givaldo Oliveira dos Santos	Docente	IFAL

98.	Guilherme Rosa de Almeida	Docente	IFMS
99.	Gustavo Colares Melo Carlos	TAE	UFC
100.	Helson da Silva Santana Ferreira	TAE	SINTUNIR
101.	Herick Talles Queiroz Lemos	Docente	IFPE
102.	Hugo Álisson Alves da Costa	TAE	SINDSIFCE
103.	Hugo César Peixoto Coutinho	TAE	IFPE
104.	Igor Padilha de Souza	TAE	IFPA sinasefe
105.	Ijan de Carvalho Silva	TAE	IFPI
106.	ILDETE DA SILVA FALCÃO	TAE	UFPA
107.	Isabella Leandra Santana de Almeida	TAE	IFS
108.	Izael Pereira Oliveira da Silva	TAE	Sintietfal
109.	Jaciely Soares da Silva	Docente	IFNMG
110.	Jadnaelson da Silva Souza	TAE	IFSertãoPE
111.	Jéssica Glória Jorge Batista	Docente	IFNMG - Norte de Minas
112.	Jéssika Lima Santos	TAE	SINASEFE Sergipe
113.	Jhonathan Wilker da Silva Pino	TAE	Sintietfal
114.	João Cavalcante de Menezes filho	TAE	lfal
115.	Jonas Lucas Vieira da Silva	TAE	UFPE
116.	Jonatas Rocha Cruz	TAE	IFAL / Sintietfal
117.	Jony Amorim Pereira	TAE	Sinasefe
118.	José Francisco dos Passos Júnior	TAE	UFERSA/SIN TEST RN
119.	José Maria Cardoso Filho	TAE	Sesisifpi
120.	JOSÉ VICTOR CÉSAR BATISTA DE OLIVEIRA	TAE	SINTIETFAL

121.	Josimar Barbosa dos Santos	TAE	Sintietfal
122.	Jovino pinto filho	TAE	Sintufal
123.	Júlia Marion Fernandes	TAE	Sinasefe Litoral
124.	Juliana Carmen Brito Rodrigues	TAE	IFPE / SINDSIFPE
125.	Juliana de Sousa Lima Mayer	TAE	Sinasefe Codó - IFMA
126.	Karine Miranda Castro	TAE	Ifal
127.	Katiuscia da Costa Pinheiro	Docente	SINASEFE Monte Castelo
128.	Kenya Cristina Locatelli de Oliveira Chimali	TAE	Sinasefe
129.	Klissiathaila Davila de Carvalho	TAE	Sinasefe-IFAM
130.	Laudinei oliveira franca	TAE	Salinas
131.	Leiliana Renoucas Freire	Docente	Sanasefe
132.	lenedeus61@gmail.com	TAE	Ifam
133.	Letícia dos Santos Pereira	Docente	UFBA
134.	Leticia pinto ferraz de faria	TAE	Ifbaiano
135.	Lídia Farias Lima	TAE	SINDSIFCE
136.	Lidiane das Neves Silva	TAE	Sintietfal
137.	Lidiane Maria da Silva Trajano	TAE	Sinasefe SP
138.	Lilian Carla Simioni	TAE	Sindtae
139.	Liz De Bortoli Groth Athia	TAE	Assufrgs
140.	Lucas Bogoni	TAE	IFSP
141.	Luciana Fonseca Pontes Mendes	TAE	Ifal
142.	Luciene Ferreira de Lima	Docente	Sintietfal
143.	Lucivânio Santana	TAE	IFMA

144.	Luís Márcio Nogueira Fontes	Docente	Sintietfal
145.	Luiz eduardo da silva e silva	TAE	Ufrb
146.	Maiara Sobral Silva	TAE	Sinasefe Seção Tocantins
147.	Maira Egito Alves de Lima	Docente	Sintietfal
148.	Mara Alice Sena Felipe	TAE	Sinasefe
149.	Marcel Teles de Oliveira Pedreira	TAE	Assufba
150.	Marcela Monteiro de Lima Lin Beltrame	TAE	Sinasefe-SC
151.	Marcelo Henrique de Andrade Costa	TAE	Sindifce
152.	Márcia Gabrielle Guimarães Lopes	TAE	Sessev
153.	Márcia Schmitt Veronezi Cappellari	TAE	Assufrgs
154.	Marciano Pereira da Silva	TAE	IFB/SINASEF E
155.	Marco Antonio Shoiti Leonel Fukuda i	TAE	Sintufce
156.	Marco Túlio Motta	TAE	Sindifes
157.	Marcos Javier Alarcón Gallardo	Docente	Sintietfal
158.	Marcus Vinicius Cosmo Morilla Caetano	TAE	Sista
159.	Maria Amália Vieira da Costa	TAE	Sintietfal
160.	Maria do Socorro Araújo Vale	TAE	IFCE
161.	Mariana de Oliveira	Docente	IFMS Sinasefe-MS
162.	Mariana Muniz Sampaio	TAE	Anisio Teixeira Campus Catu
163.	Mariluze da Silva Vieira Fidelis	TAE	SINTIETFAL
164.	Mario Werdemberg	TAE	Não tenho
165.	Marli Selini	TAE	Sinasefe MS
166.	Marta Silene de Sousa da Silva	TAE	Sinasefe Pará

167.	Matheus Jorge de Almeida	TAE	Nao
168.	Mauricio de Andrade Leao	TAE	Sintietfal
169.	MAURO CESAR JOCA SANTOS	TAE	SINDSIFCE
170.	Mayara Jordana Sousa Santana	TAE	IFG
171.	Mayara Romeiro Lins Beirouti	TAE	Sintietfal
172.	Meirivam Batista de Oliveira Ferreira	TAE	Sinasefe Salinas
173.	Nadia Drabach	Docente	Rsfq
174.	Nadia Garlet	TAE	IFSC
175.	Núbia Lemos da Silva	TAE	Sintietfal
176.	Nyegirton Barreiros dos Santos Costa	Docente	sinasefe
177.	Oberlan da Silva	Docente	lfal
178.	Pablo Pinheiro	Docente	SINTIETFAL
179.	Patricia Nery Silva Souza	TAE	Norte de Minas
180.	Patrícia Yara Silva da Rocha	TAE	SindsIFPE
181.	Paula Lobo Soares	TAE	Sinasefe
182.	Paula Stoleran Araujo	TAE	Sintunir
183.	Paulete Constantino Cerqueira	TAE	Sintietfal
184.	Pedro Barros Lima do Nascimento	TAE	Sintietfal
185.	Pedro Henrique Prado da Silva	Docente	IFNMG - SINASEFE Seção Arinos
186.	Petra Pastl Montarroyos de Melo	TAE	UFPE
187.	RAFAEL LUIZ DOS SANTOS	TAE	IFAL
188.	Rafael Martins Nascimento	TAE	lfpi
189.	Rafaela Taisa Menin	TAE	IFSC
190.	Ramon José Ribeiro da Fonseca	TAE	Norte de Minas

191.	Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira	TAE	Sindsifce
192.	Rayssa Araujo Naves Dias	TAE	Sinasefe
193.	Renan da Silva Marques	TAE	Sinfufpi
194.	Ricardo Antônio Rocha Brandão	TAE	IFPE
195.	Ritacy de Azevedo Teles	Docente	Atualmente no IFCE e não sindicalizada
196.	Roberta Nunes Parentoni	TAE	Não filiada sou
197.	Roberta Ribeiro Cassiano	Docente	SINTIFRJ
198.	Rodrigo de Melo Lucena	Docente	IFAL
199.	Rodrigo Fernandes Fonseca	TAE	Ifam
200.	Rogério Bentes da Costa	TAE	IFPA
201.	Rosália Aparecida da Silva	TAE	Sinasefe RO
202.	Rosana Dias Fernandes	TAE	IFMG
203.	Roseane Santos Batista Leite	Docente	IFBA SINASEFE BAHIA
204.	ROSINALDO SILVEIRA	TAE	SINASEFE IFPA, CTB E CIABA
205.	Rosinda dos Santos Guimaraes Azevedo	TAE	Sinasefe/AM
206.	Samuel Azevedo Santos	TAE	SINASEFE IFBA/CMS
207.	Sandoval Rocha Costa Neto	TAE	Ifal
208.	Sandra Chacon	TAE	Sintufepe
209.	Santos Oliveira da Silva	TAE	Sinasefe Acre
210.	Sarah Suellen Lima Oliveira	TAE	Sindsifce
211.	Saul Edgardo Mendez Sanchez Filho	TAE	IFBA
212.	Saulo Pereira Cardoso	TAE	Sinasefe

213.	Shirley Maria da Costa de Araujo	TAE	SINASEFE MS
214.	Sidinei Roberto Nobre Júnior	TAE	SINASEFE-SP
215.	Silvana Maria Alves da silva	TAE	Sintetfal
216.	Solange Ferreira de Oliveira	TAE	Sinasefe
217.	Tauane carolina parodi be	TAE	Sessev
218.	TCHIANG RODRIGUES FONG NIEN NETO	TAE	IFSERTÃO-PE / SINASEFE
219.	Thais helene ferreira vasconcelos	TAE	Ifal
220.	Tiago Cavalcante Aragão	TAE	SESSIFPI
221.	Tiago Oliveira Valentim	TAE	Sinasefe SP
222.	Vanda Figueredo Cardoso	TAE	IFAL
223.	VÂNER LIMA SILVA	TAE	IFSP
224.	Vanessa J. R. do N. Mandriola	TAE	ASSINES-SIND
225.	Vanessa Moreira de Magalhães	TAE	-
226.	Vera Rejane Gomes	TAE	Sintietfal
227.	Vilma Urpia Cruz	Aposentado / a	Sinasefe IFBA
228.	Vitor Hugo de Oliveira Barros	Docente	IFSERTÃOPE
229.	Wákila Nieble Rodrigues de Mesquita	TAE	Sinasefe Brasília
230.	Weverthon Lima dos Santos	TAE	IFAL
231.	Wilmara Aparecida Rios	TAE	Sinasefe
232.	Yasmine Monica Martins	TAE	Ifal
233.	Yuri Deleon Buarque Magalhães de Souza	TAE	IFAL/Sintietfal